

# GESTÃO ESTRATÉGICA

## REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Julho 2002

Relatório 



Programa Operacional  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia  
Fundos Estruturais



MINISTÉRIO DAS REGRAS  
COMUNIDADE TERRITÓRIO AMBIENTE



Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo



# GESTÃO ESTRATÉGICA DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

## Relatório

Julho 2002



MINISTÉRIO DAS CÉLULAS  
ORÇANAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



Comissão de Coordenação  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo

## Ficha Técnica

Título	Gestão Estratégica da RLVT - Relatório 0
Edição	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	Isabel Sousa Lobo João Afonso
Equipa Interna	António Marques Isabel Carvalho Moura de Campos Rui Gonçalves
Equipa Externa / Peritos	Augusto Mateus Isabel Guerra João Ferrão João Paulo Bessa Manuel Laranja Paulo Madruga Vanessa de Sousa
Design e Paginação	Ana Garcia
Apoio à Edição	Gabinete de Apoio à Presidência

### Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33 . 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	<a href="http://www.ccr-lvt.pt">www.ccr-lvt.pt</a>
Impressão	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Julho de 2002

## ÍNDICE

<b>A</b>	INTRODUÇÃO	7
<b>B</b>	<b>DOMÍNIO TERRITÓRIO</b>	11
	Introdução	13
	<b>Monitorização por Dimensões de Análise</b>	17
<b>B.1</b>	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
	<b>B.1.1</b> Conservação e Preservação Ambiental	19
	<b>B.1.2</b> Organização do Território	23
<b>B.2</b>	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO	
	<b>B.2.1</b> Atractibilidade	33
	<b>B.2.2</b> Conectividade	39
<b>B.3</b>	QUALIDADE DE VIDA	
	<b>B.3.1</b> Qualidade Ambiental Geral	43
	Índice de gráficos	63
<b>C</b>	<b>DOMÍNIO PESSOAS</b>	67
	Introdução	69
	<b>Monitorização por Dimensões de Análise</b>	71
	▪ Contexto Demográfico	73
<b>C.1</b>	PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	
	<b>C.1.1</b> Participação Eleitoral	77
<b>C.2</b>	RECURSOS HUMANOS	
	<b>C.2.1</b> Educação e Formação	79
	<b>C.2.2</b> Emprego	89
<b>C.3</b>	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
	<b>C.3.1</b> Espaço Construído e Espaço Público	107
	<b>C.3.2</b> Cultura	111
<b>C.4</b>	QUALIDADE DE VIDA	
	<b>C.4.1</b> Bem-estar Físico	115
	<b>C.4.2</b> Acesso a Equipamentos Básicos	121
<b>C.5</b>	COESÃO SOCIAL	
	<b>C.5.1</b> Polarização dos Rendimentos	125
	<b>C.5.2</b> Pobreza	129
	<b>Monitorização por Sub-região</b>	133
<b>C.6</b>	SUB-REGIÃO DA GRANDE LISBOA	135
<b>C.7</b>	SUB-REGIÃO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	159

## ÍNDICE

<b>C.8</b>	SUB-REGIÃO DO OESTE	179
<b>C.9</b>	SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO	201
<b>C.10</b>	SUB-REGIÃO DA LEZÍRIA DO TEJO	221
Índice de gráficos		243

<b>D</b>	<b>DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES</b>	251
<b>D.1</b>	<b>COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO</b>	253
Introdução		255
<b>Monitorização por Dimensões de Análise</b>		259
<b>D.1.1</b>	<b>DINÂMICA ECONÓMICA</b>	
	<b>D.1.1.1</b> Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade	261
	<b>D.1.1.2</b> Dinâmica Empresarial e de Emprego	267
<b>D.1.2</b>	<b>COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL</b>	
	<b>D.1.2.1</b> Especialização Produtiva	279
	<b>D.1.2.2</b> Grau de Abertura	285
	<b>D.1.2.3</b> Posição Competitiva	293
<b>D.1.3</b>	<b>FACTORES DE CRESCIMENTO</b>	
	<b>D.1.3.1</b> Dinâmica de Investimento	301
	<b>D.1.3.2</b> Formação dos Recursos Humanos	305
<b>Monitorização por Sub-região</b>		309
<b>D.1.4</b>	SUB-REGIÃO DA GRANDE LISBOA	311
<b>D.1.5</b>	SUB-REGIÃO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	325
<b>D.1.6</b>	SUB-REGIÃO DO OESTE	341
<b>D.1.7</b>	SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO	353
<b>D.1.8</b>	SUB-REGIÃO DA LEZÍRIA DO TEJO	367
Índice de gráficos		381
<b>D.2</b>	<b>INOVAÇÃO</b>	387
Introdução		389
<b>Monitorização por Dimensões de Análise</b>		391
<b>D.2.1</b>	ACTIVIDADES DE I&D	393
<b>D.2.2</b>	APOIO TECNOLÓGICO	401
<b>D.2.3</b>	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	405
Índice de figuras		409

INTRODUÇÃO

A



A dupla necessidade com que se confronta hoje o sector público – fazer escolhas e, simultaneamente, legitimar a sua acção - exige a dotação de novos métodos de gestão e de avaliação das suas políticas. Na verdade, um dos principais objectivos de qualquer exercício de avaliação é a melhoria quer dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de gestão estratégica, quer dos mecanismos de difusão da informação, de promoção da participação e de negociação da mudança.

O projecto “Gestão Estratégica da RLVT”, implementado pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, constitui uma experiência inovadora no campo da aplicação prática da monitorização da gestão estratégica de uma região. Com uma forte articulação entre a equipa de gestão do Plano Operacional da RLVT e uma equipa externa de peritos de diferentes domínios, foi possível, ao longo de um ano de trabalho, elaborar e editar dois documentos de grande importância para a Região: o “Guia para a Gestão Estratégica da RLVT” e o presente “Relatório 0”.

O sistema de monitorização criado, cuja estrutura se apresenta no “Guia para a Gestão Estratégica da RLVT”, propõe formas mistas de acompanhamento e avaliação que permitem que as intervenções estimuladas pelo Plano Estratégico da RLVT e pelo Programa Operacional da RLVT sejam apreciadas detalhadamente. Este projecto pretende avaliar os efeitos das políticas, e em especial dos investimentos públicos de grande envergadura, sobre o desenvolvimento regional, procurando averiguar se eles são, efectivamente, portadores de fortes efeitos multiplicadores nos planos social e económico e se desencadeiam impactos positivos relevantes no plano territorial.

O documento que aqui apresentamos inicia o processo de monitorização da gestão estratégica da Região. O “Relatório 0” constitui um diagnóstico de partida, baseado no levantamento de um número limitado de indicadores estatísticos representativos das dimensões de análise previamente seleccionadas, que permitirá caracterizar o essencial da evolução da Região no período que antecede o lançamento do PERLVT. Nesta análise foi apenas utilizada informação oficialmente disponível.

Assim, o objectivo central do “Relatório 0” é dotar o sistema de monitorização da gestão estratégica da RLVT de um referencial de avaliação, através do recurso a um conjunto de indicadores sobre o desenvolvimento da Região sistematizada para o momento inicial do Plano Estratégico e relativa a três domínios de observação distintos: Território, Pessoas e Organizações.

Saliente-se que não estamos perante um diagnóstico exaustivo da Região. Este documento constitui, antes, uma base de informação sobre a RLVT relevante para ajudar a observar criticamente as alterações e dinâmicas territoriais, sociais, económicas e institucionais que irão afectar a Região nos próximos anos.

A operacionalização do presente relatório foi afectada pela debilidade de alguns dos suportes de informação existentes. Com efeito, nem sempre foi possível contar com os indicadores mais adequados

para as diversas dimensões de análise, quer por ausência de informação relevante, recente ou fiável, quer por impossibilidade de tratamento adequado da informação disponível. Por outro lado, e tendo em conta os objectivos do relatório, foi dada prioridade a indicadores de base anual.

É importante salientar que a apresentação dos dados por diferentes escalas geográficas (concelhos, distritos, NUTS III e NUTS II) varia ao longo do documento. Este facto resulta da forma como a informação estatística é disponibilizada, já que esta nem sempre se encontra tratada e desagregada ao nível espacial pretendido.

Não foram incluídos na análise desenvolvida neste relatório alguns aspectos que, tendo sido contemplados nas dimensões de análise e apresentados no “Guia”, deverão sujeitar-se a metodologias complementares de recolha e tratamento de informação, aliás já previstas para fases subsequentes deste projecto.

Conforme se referiu anteriormente, este “Relatório 0” encontra-se estruturado em três domínios de monitorização: Território, Pessoas e Organizações. Os comentários relativos a cada um dos domínios são apresentados por dimensões e sub-dimensões de análise, primeiro para a totalidade da Região (RLVT) e, posteriormente, por sub-região (Grande Lisboa; Península de Setúbal; Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo). No domínio Território, dada a sua especificidade, esta organização é substituída por análises mais finas, de base concelhia. A análise de cada domínio é precedida por uma breve introdução, apresentando-se para cada uma das sub-dimensões de análise de um curto comentário de síntese.

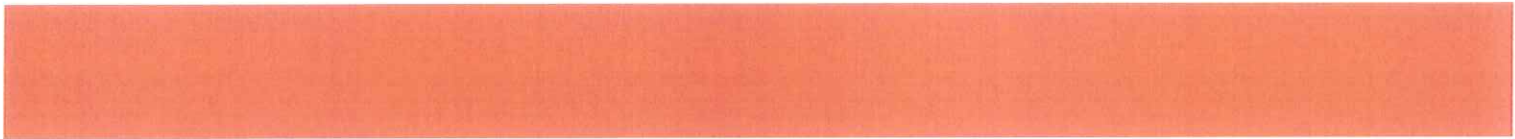
Finalmente, resta acrescentar que a Região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia, no contexto nacional, uma trajectória positiva em termos das suas dimensões económica, social e territorial, tendo a sua evolução nos últimos anos convergido em termos globais com a média comunitária.

No entanto, a região não é internamente homogénea do ponto de vista geográfico, sociocultural, económico ou qualquer outro. A riqueza média da Região de Lisboa e Vale do Tejo mascara as desigualdades que ainda existem no seu interior. Um território internamente tão heterogéneo e complexo como a Região de Lisboa e Vale do Tejo deve, portanto, ser estrategicamente acompanhado na sua diversidade.

Contamos que este documento permita um conhecimento mais aprofundado da região e constitua efectivamente um ponto de partida do sistema de monitorização da gestão estratégica da região.

DOMÍNIO TERRITÓRIO

**B**



#### ▪ **Introdução**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo evoluiu favoravelmente nos últimos anos, convergindo em termos globais com a média comunitária. Esta trajectória positiva deve ser avaliada à luz de dois aspectos. Por um lado, constitui um indício de que, no seu conjunto, a Região está a encerrar um ciclo de superação de várias das suas deficiências mais básicas, entrando num patamar de maior qualidade e exigência. Por outro lado, oculta o facto de persistirem no seu interior assimetrias que importa corrigir, e que por essa razão não podem ser ignoradas tendo por base valores médios globalmente positivos.

Os indicadores do domínio de análise “Território” procuram captar e acompanhar estes dois aspectos, através de várias das suas facetas.

O facto de se considerarem indicadores de natureza bastante diversificada, desde o grau de cobertura de infra-estruturas básicas, e por isso desejavelmente universais, como o acesso domiciliário a água ou a existência de sistemas de drenagem de águas residuais, ao grau de penetração de diferentes tipos de teleserviços, inovadores e ainda em emergência, permite identificar a presença e o impacte de distintos ciclos da espiral de desenvolvimento da Região.

Simultaneamente, a comparação sistemática dos resultados obtidos pela Região no seu todo com as respectivas médias nacionais torna possível posicioná-la no contexto do país, relativizando os resultados obtidos e, mais importante ainda, as trajectórias de evolução observadas em cada um dos casos.

Finalmente, a apresentação de dados de nível concelhio proporciona uma leitura mais fina, e por essa razão mais próxima das dinâmicas locais, pese embora o reconhecido problema da fiabilidade dos dados estatísticos que sempre se coloca em análises que têm por base unidades espaciais relativamente desagregadas.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo corresponde a um espaço delimitado por critérios político-administrativos. Não é uma Região internamente homogénea, do ponto de vista geográfico, sociocultural, económico ou qualquer outro. Não coincide com um território bem demarcado do ponto de vista funcional, já que a influência de muitas das entidades públicas e privadas aqui localizadas não se confina, obviamente, às suas fronteiras. Não é, apenas, uma parcela entre outras do espaço nacional, porque aqui

se concentra o fundamental dos factores estratégicos de desenvolvimento do país, sobretudo os de valia internacional.

Um território internamente tão heterogéneo e complexo como a Região de Lisboa e Vale do Tejo, englobando desde a capital nacional a espaços rurais regressivos, deve, portanto, ser estrategicamente acompanhado na sua diversidade. Aos velhos problemas ainda não resolvidos somam-se os novos problemas característicos das sociedades contemporâneas. Às áreas prósperas e inovadoras, com significativos índices de qualidade de vida e de internacionalização, opõem-se espaços críticos, onde os níveis mais básicos de infra-estruturação não estão garantidos ou a anemia demográfica, social e económica sugere processos de decadência dificilmente reversíveis.

É esta diversidade territorial que os indicadores deste domínio de análise devem ser capazes de reflectir com fidelidade e acompanhar com rigor. Para que a convergência real da Região com a Europa seja uma realidade sem sobressaltos. Mas para que, ao mesmo tempo, a convergência intra-regional baseada na exploração inteligente da diversidade existente constitua uma componente essencial do processo de aproximação da Região à Europa.

A análise que se segue levou em consideração uma série de indicadores que cobrem, ainda que de forma desigual, as três dimensões do domínio “Território”:

- **Ordenamento do território;**
- **Condições de mobilidade e atracção;**
- **Qualidade de vida.**

Não foram incluídos nesta análise alguns aspectos, nomeadamente sobre mobilidade e acessibilidades, que, sendo fundamentais, deverão no entanto sujeitar-se a um outro tipo de tratamento, através do recurso a sistemas de informação geográfica. Mesmo para os aspectos levados em consideração nem sempre foi possível contar com os indicadores mais adequados, por ausência de informação relevante, recente ou fiável. Por outro lado, a finalidade de monitorização a que obedece este relatório justifica que se tenha dado prioridade a indicadores de base anual.

Refira-se, ainda, que as três dimensões acima identificadas são igualmente monitorizadas através de indicadores complementares, integrados nos domínios “Pessoas” e “Organizações”.

As dimensões e sub-dimensões retidas para análise encontram-se estruturadas da seguinte forma:

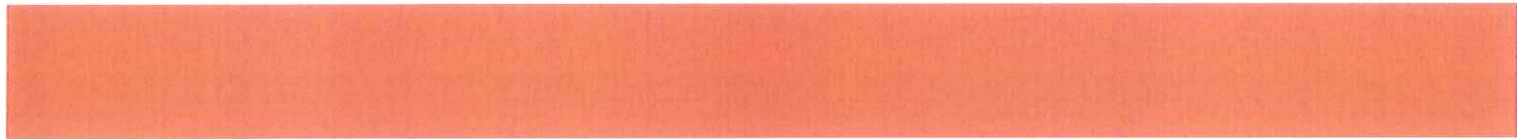
- **Ordenamento do território**
  - . Conservação e preservação ambiental
  - . Organização do território
  
- **Condições de mobilidade e atracção**
  - . Conectividade
  - . Atractividade
  
- **Qualidade de vida**
  - . Qualidade ambiental geral

Os indicadores que se seguem encontram-se organizados de acordo com estas dimensões e sub-dimensões de análise e são acompanhados por comentários breves que têm por objectivo realçar os aspectos mais importantes. Apresenta-se, ainda, um curto comentário inicial de síntese para cada uma das 5 sub-dimensões consideradas.



## Monitorização por Dimensões de Análise

**B**



#### ▪ Síntese

Os indicadores considerados na sub-dimensão de análise “Conservação e preservação ambiental” são claramente insuficientes para permitir uma monitorização significativa e representativa do conjunto da Região nesta matéria.

O indicador relativo às despesas das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens reflecte uma evolução interessante da acção pública na segunda metade da década de 90. Mas deve ser futuramente complementado com indicadores capazes de reflectir a diversidade de intervenções desenvolvidas ou estimuladas neste domínio pelos vários níveis da administração pública.

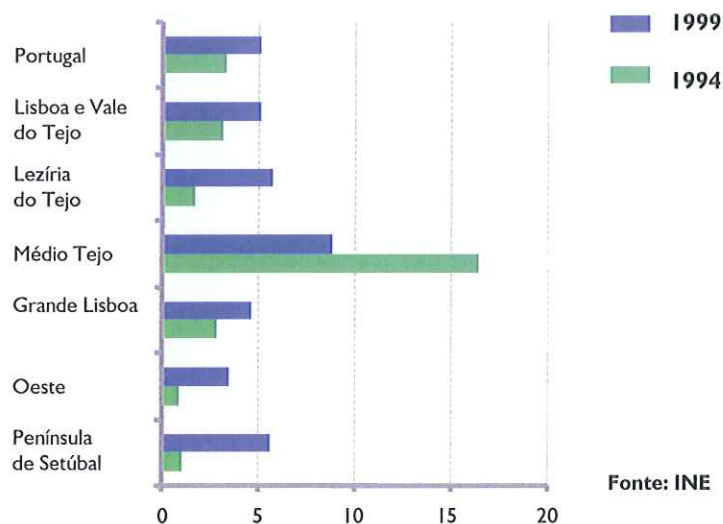
O indicador relativo a incêndios florestais, por sua vez, sugere a tendência de agravamento, nomeadamente nas áreas com índices mais elevados de urbanização, das condições de conservação da natureza e da paisagem. Mas também neste caso se torna necessário ampliar o leque de indicadores utilizados, de modo a captar com maior rigor a diversidade de factores que põem em causa a conservação e preservação ambiental.

Da confrontação dos resultados obtidos a partir destes dois indicadores resulta a necessidade de esclarecer até que ponto a intensificação recente da intervenção pública neste domínio se limita a reflectir o agravamento das situações existentes ou se, para além disso, traduz ainda uma postura mais pró-activa em questões de conservação e preservação ambiental.

a) Conservação da Natureza e Paisagem

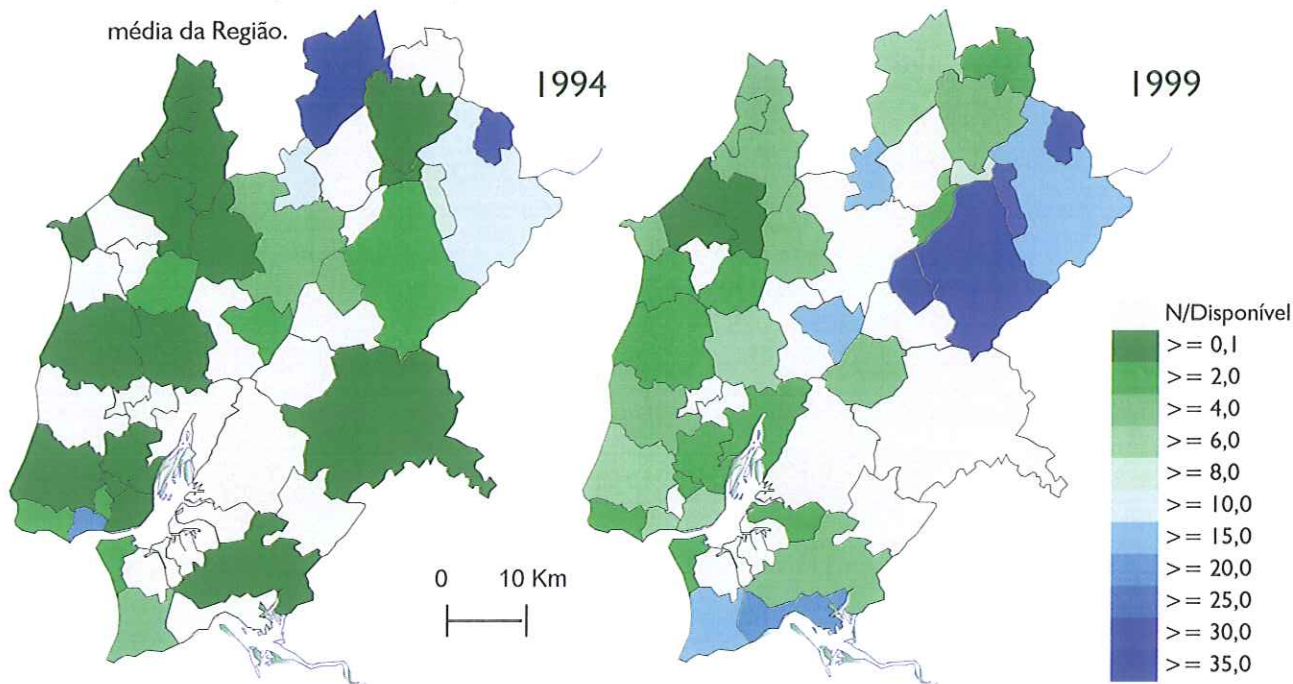
Gráfico I

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante)



Em 1999, a despesa média com protecção da biodiversidade e das paisagens (incluindo o combate a fogos) na Região foi de 5 euros por habitante, representando um aumento relativo significativo (63 %) face ao valor de 1994.

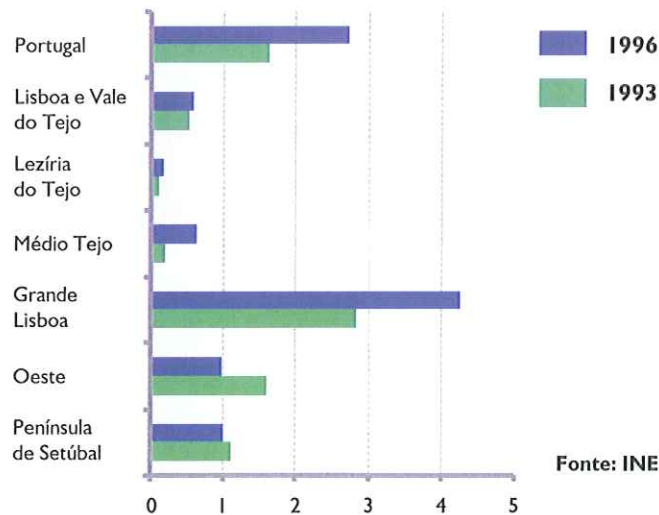
A sub-Região do Médio Tejo, com uma forte componente de ocupação florestal, revela as capitações mais elevadas, podendo as despesas médias municipais atingir valores entre 3 a 7 vezes superiores à média da Região.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

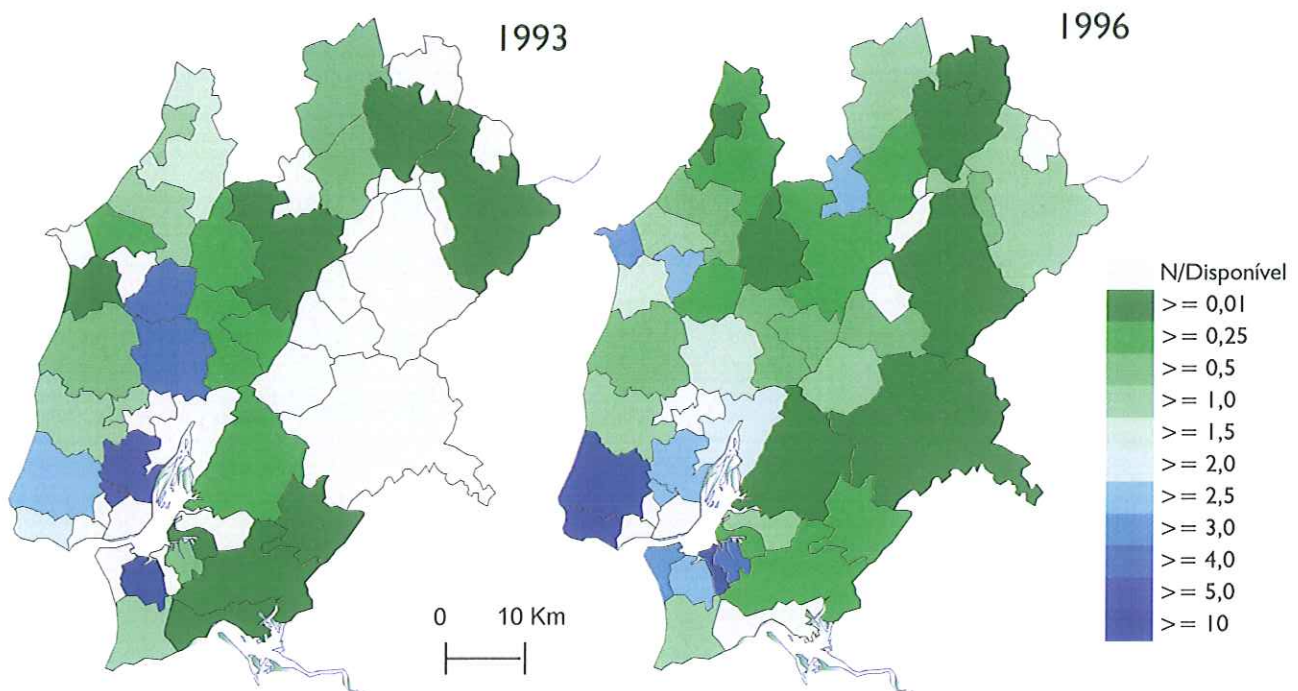
**Gráfico 2**

Incêndios florestais: área ardida/superfície florestal (%)



O impacto relativo dos incêndios florestais na Região é escasso se avaliado em função da percentagem de superfície florestal ardida tendo como ponto de comparação o conjunto do país.

No entanto, merece realce o facto de as incidências mais significativas ocorrerem geralmente no interior da AML, isto é, nos concelhos onde a superfície florestal não só é já bastante reduzida como se encontra sob forte pressão para ser substituída por espaços construídos.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas



#### ▪ Síntese

Os indicadores relativos à organização do território da Região sublinham o peso crescente das áreas urbanas na ocupação do solo e na estruturação do espaço.

A relação conflitual que existe entre a expansão da construção e as formas não urbanas de ocupação do solo é bem conhecida e alcança uma expressão significativa não apenas nas áreas de crescimento suburbano da Grande Lisboa, mas também em torno de aglomerações de menor dimensão e em áreas de baixa densidade demográfica com boas condições de acessibilidade.

Por outro lado, é evidente a relação que se verifica entre o avanço da pressão construtiva e o crescente endividamento das famílias para a aquisição de casa própria. O acentuado recurso à banca para este efeito implicou, aliás, que nos últimos anos a concessão de crédito à habitação deixasse de ser um indicador de raiz sobretudo metropolitana para se generalizar às cidades de média dimensão e mesmo a áreas de natureza mais rural, algumas com uma incidência significativa de residências secundárias.

No extremo oposto, situações de despovoamento populacional e florestação tendem a ocupar os espaços menos favorecidos em termos fisiográficos e de acessibilidades.

**a) Ocupação Agrícola e Florestal**

**Explorações agrícolas**

Em 1997, as explorações agrícolas ocupavam cerca de 58,8 % da superfície total da Região. A restante área correspondia a floresta exterior às explorações agrícolas (13,7 %) e a outras ocupações (27,3 %).

Ao contrário do que sucede ao nível nacional (Continente), mais de metade da superfície das explorações agrícolas encontra-se ocupada por floresta. Por comparação com o perfil nacional, é a superfície florestal sem utilização sob coberto que se encontra particularmente sobre-representada na Região (24,3 % vs. 16,7 %).

Quanto à superfície agrícola utilizada (SAU), predominam as terras aráveis limpas e as culturas permanentes (48,9% contra 46,1% para o conjunto do Continente). O peso da superfície irrigável na SAU (29,7 %) é um pouco superior à média do Continente (21,4 %); pelo contrário, a importância relativa de pousio na terra arável (menos de 20 %) é menos de metade da média nacional.

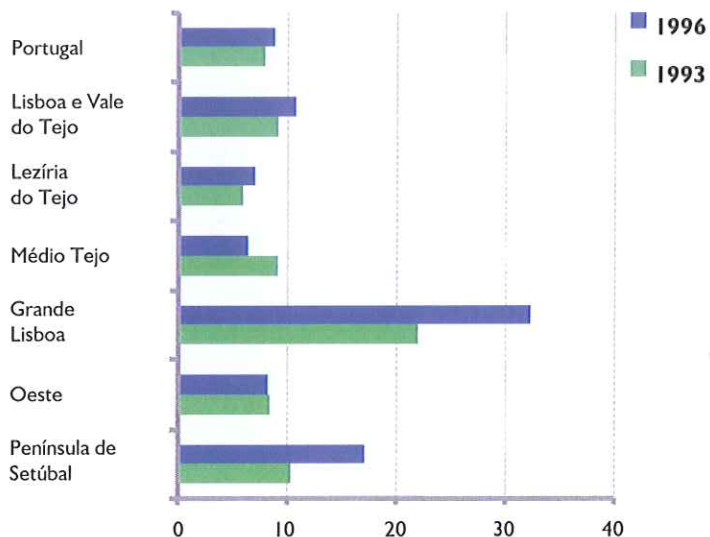
**Superfície florestal**

A ocupação florestal dentro e fora das explorações agrícolas cobre cerca de 38,5 % da superfície total da Região, um valor ligeiramente superior à média nacional (37,4 %).

Quanto à sua composição, verifica-se uma distribuição relativamente equilibrada entre resinosas, sobreiro e azinheira, e eucalipto, sendo a incidência relativa deste último bastante superior à média nacional.

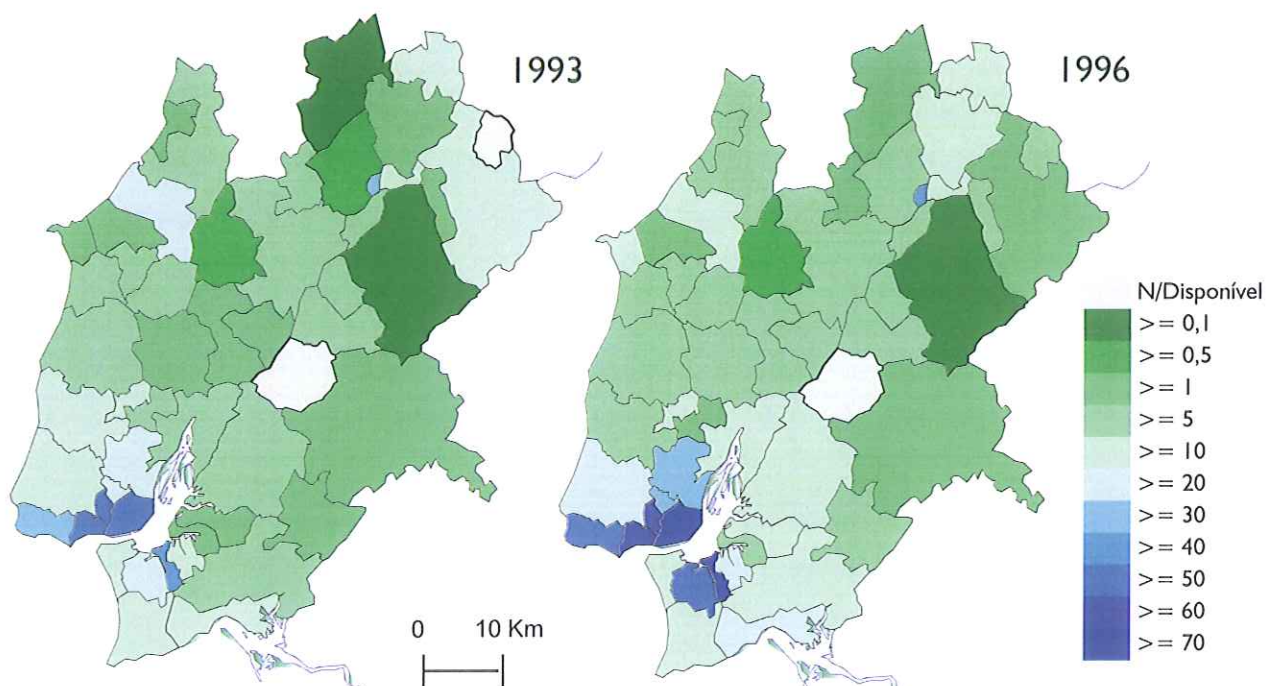
b) Ocupação Urbana

**Gráfico 3**  
% Superfície urbana



As áreas urbanas ocupavam quase 11% da superfície da Região em 1996, representando um acréscimo de 17,1% face a 1993.

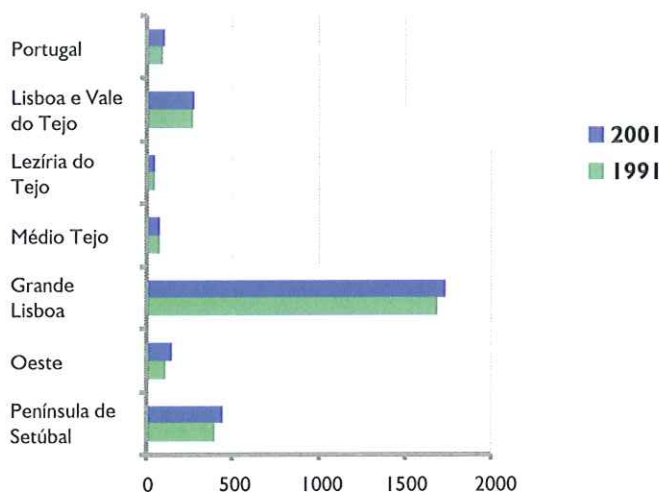
Os valores das NUT III Península de Setúbal e sobretudo Grande Lisboa, no entanto, não só alcançam valores médios bastante mais elevados (17,2 % e 32,3 %, respectivamente) como evidenciam taxas de progressão mais intensas (65,9 % e 47,1%), o que reflecte o rápido recuo a que as ocupações de solo não urbanas estão sujeitas nestes casos.



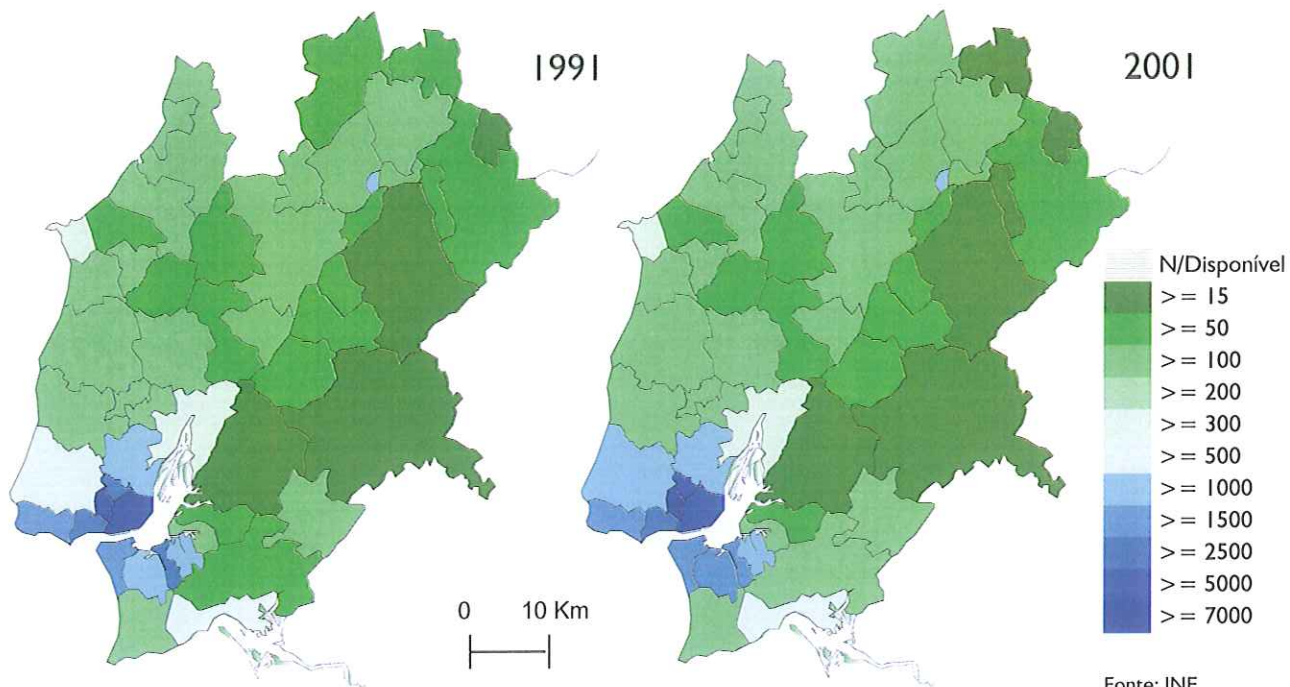
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

c) Povoamento

**Gráfico 4**  
Densidade média (habitantes por Km2)

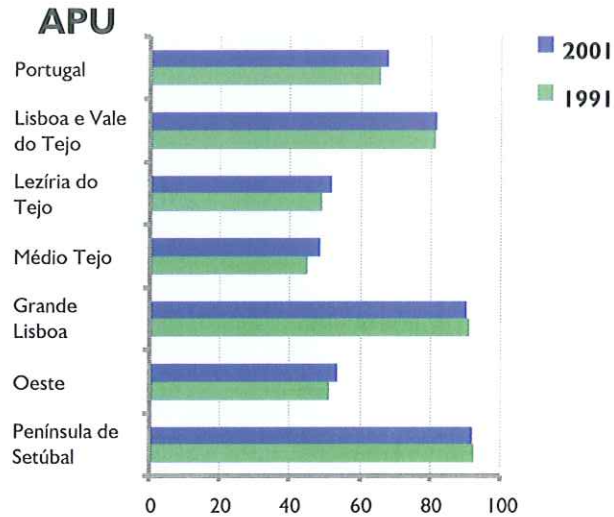


A densidade média regional de 288 habitantes por km<sup>2</sup> em 2001, cerca de 2,6 vezes superior à média nacional, oculta disparidades acentuadas: valores muito acentuados (superiores a 1000 habitantes por km<sup>2</sup>) na parte central da Área Metropolitana de Lisboa e, em contraste, valores baixos (inferiores a 100 habitantes por km<sup>2</sup>) e não raro em regressão na margem esquerda do Tejo e em algumas zonas mais montanhosas da Sub-Região Oeste.

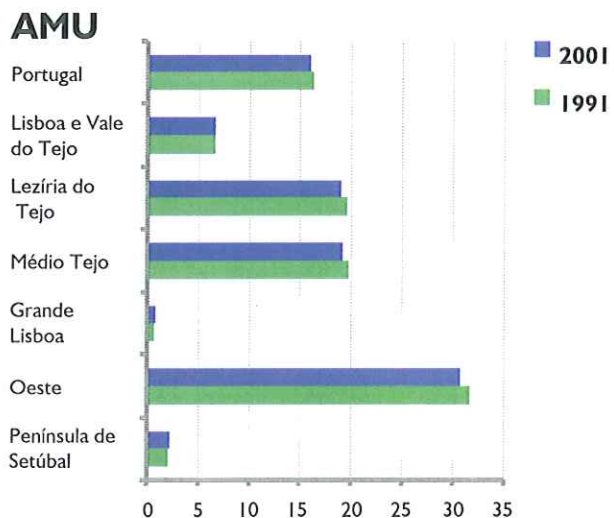


Gráficos 5, 6 e 7

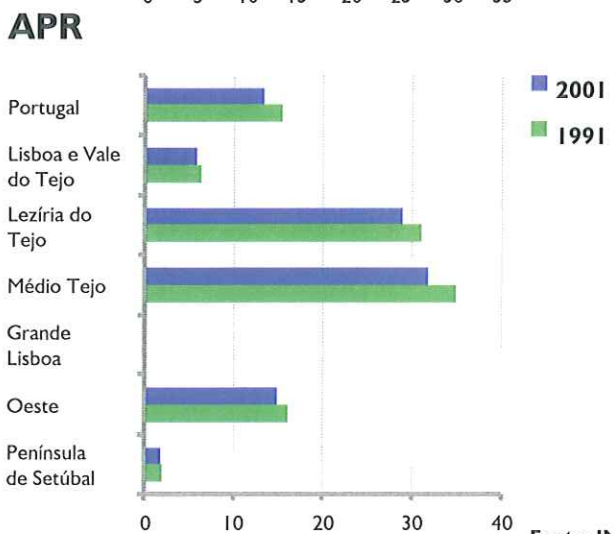
% População residente em APU, AMU e APR



A maior parte da população da Região (cerca de 80 %) reside em áreas classificadas como predominantemente urbanas (APU), embora nas três NUT III externas à AML esta categoria concentre apenas cerca de metade dos respectivos residentes.



O aumento do peso relativo da população a residir em freguesias APU faz-se em detrimento das freguesias classificadas como maioritariamente urbanas (AMU) e sobretudo predominantemente rurais (APR) nas três NUT III externas à AML.



Nas duas NUT III que constituem a AML, pelo contrário, o peso relativo dos habitantes em freguesias APU encontra-se em ligeiro recuo, favorecendo, ainda que de forma marginal, as freguesias AMU.

Coexistem na Região dois processos distintos de urbanização: esvaziamento das áreas rurais envolventes, nas sub-regiões externas à AML; colmatação de espaços intersticiais de natureza ainda rural ou expansão para espaços contíguos de natureza rural, no interior da AML.

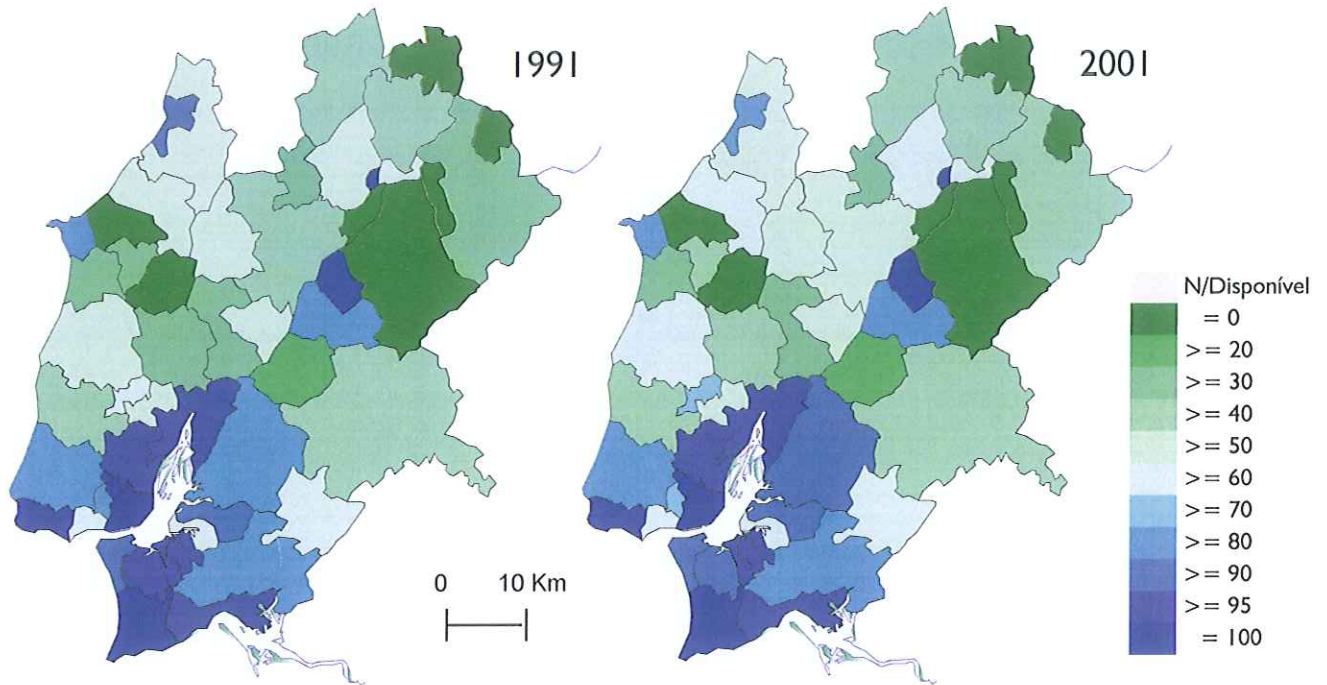
A Sub-região oeste ocupa uma posição particular dado o peso que as freguesias AMU aqui alcançam (povoamento rural urbanizado), em contraste com a ruralidade do povoamento das duas NUT III do Tejo e com a urbanidade do povoamento das duas NUT III da AML.

Fonte: INE

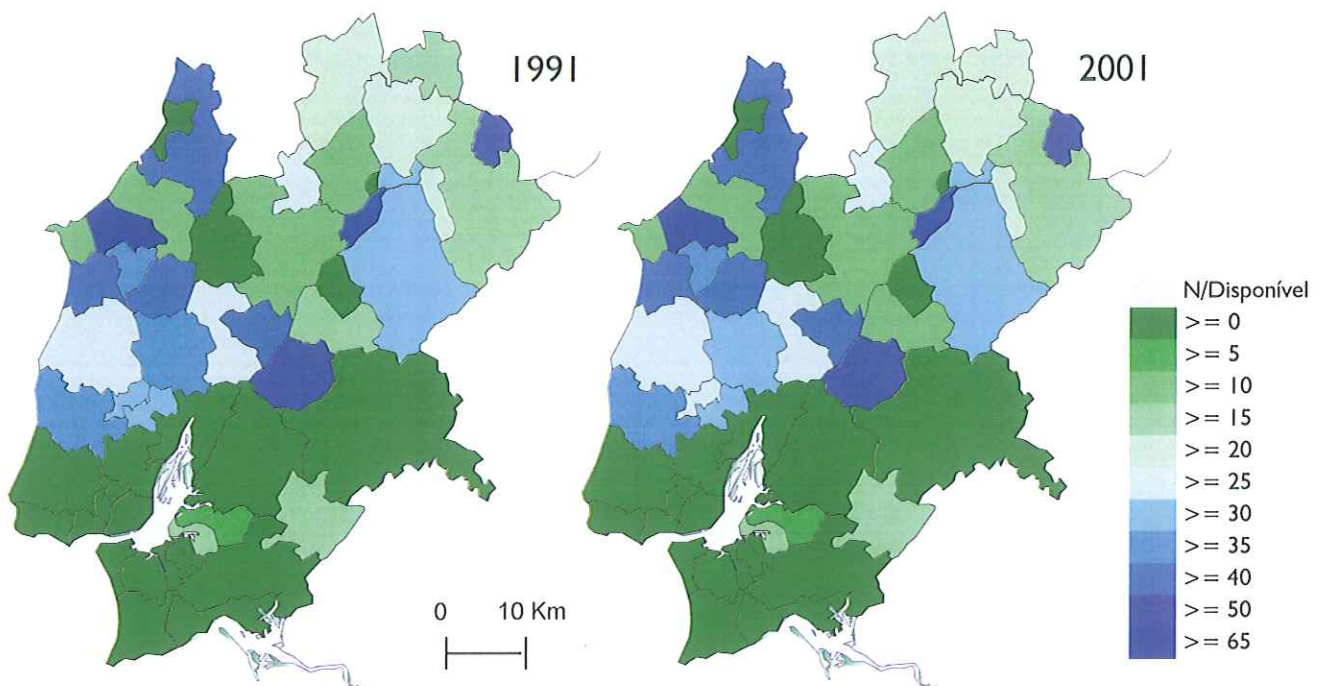
## B.1 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### B.1.2 Organização do Território

#### APU

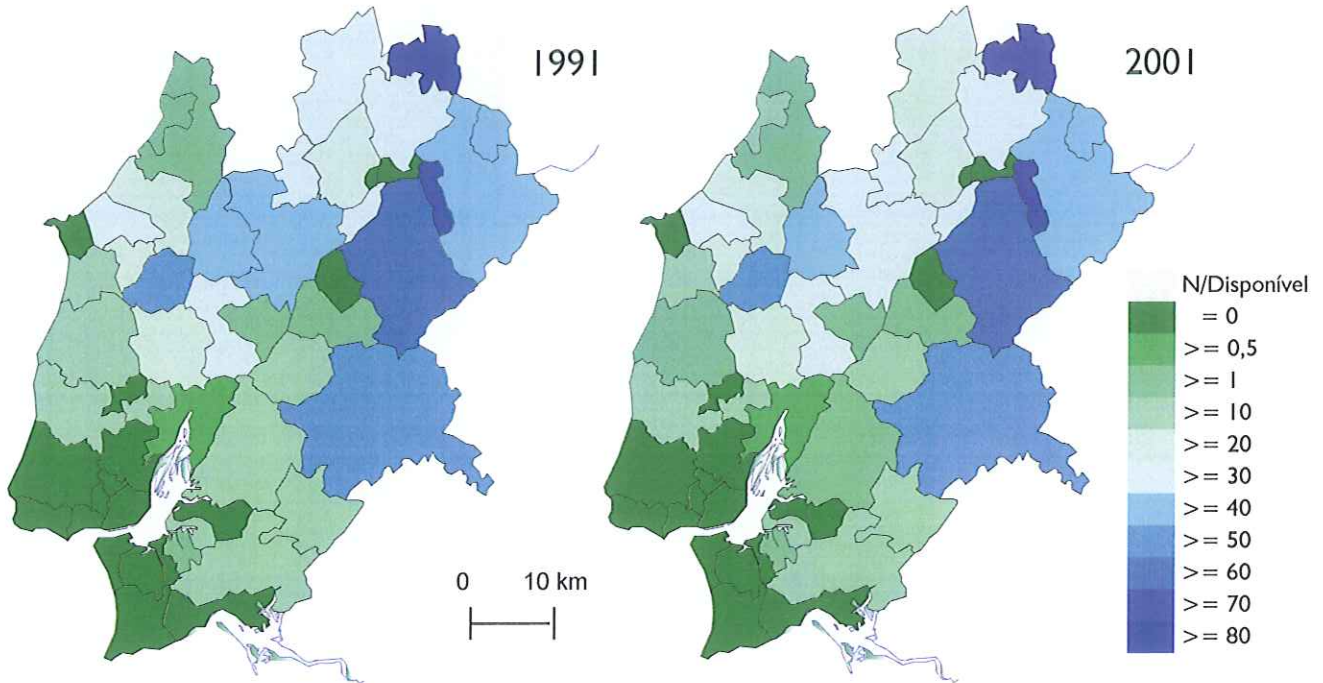


#### AMU



**B.1 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
B.1.2 Organização do Território

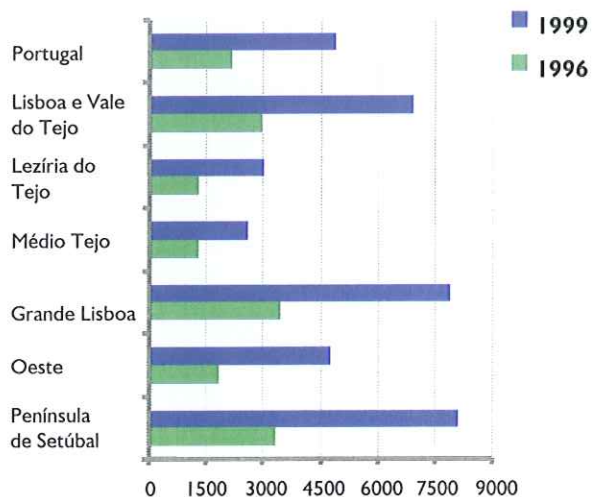
APR



d) Dinâmica do Mercado Imobiliário

Gráfico 8

Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante)

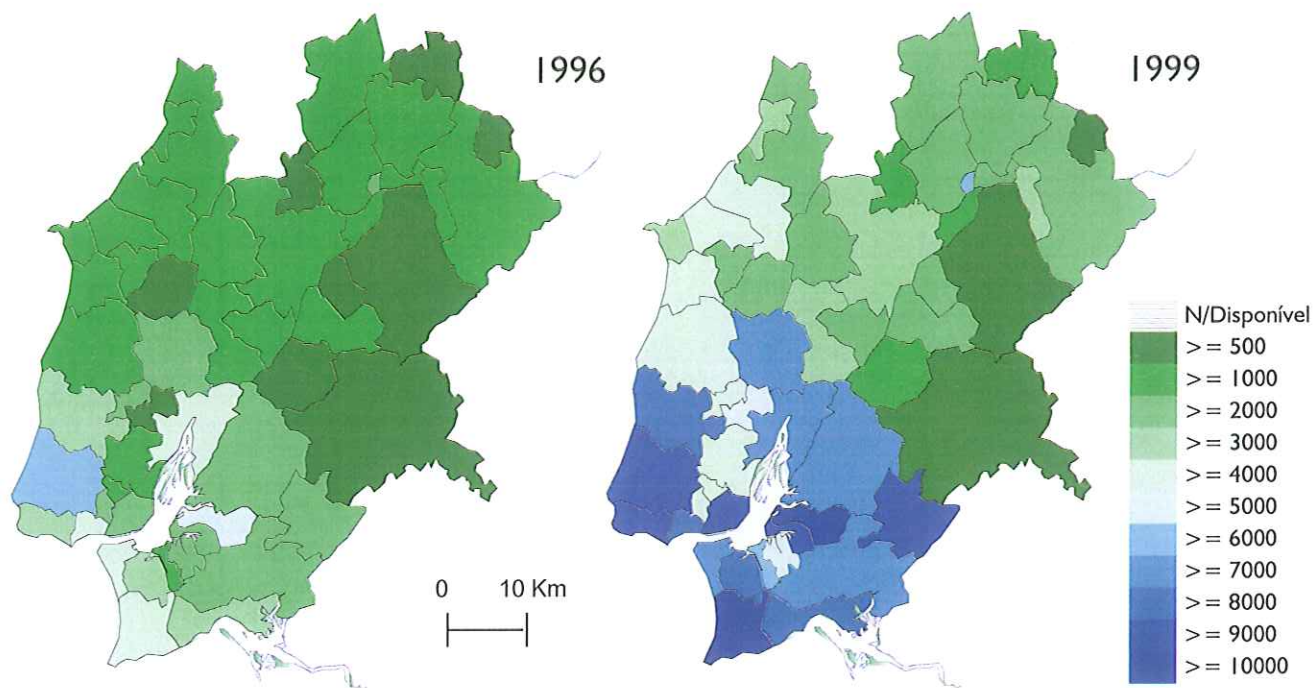


Fonte: INE

O valor dos prédios transaccionados por habitante mais que duplicou entre 1996 e 1999, confirmando a crescente pressão construtiva que se verifica na Região.

Este indicador indirecto de edificabilidade é particularmente intenso nas duas NUT III correspondentes à AML, que revelam resultados médios próximos dos 8000 euros por habitante. Os valores concelhios mais elevados distribuem-se por ambas as margens da área metropolitana, mas a comparação com os resultados de 1996 mostra como o crescimento foi particularmente acentuado na Península de Setúbal.

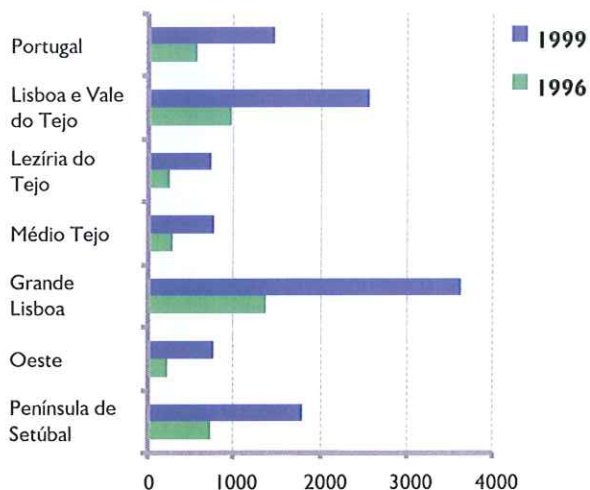
O alastramento para o sector sul da Lezíria do Tejo é também evidente. Embora de forma menos marcada, o litoral da Sub-Região Oeste apresenta igualmente indícios de uma aceleração significativa da dinâmica do mercado imobiliário.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**Gráfico 9**

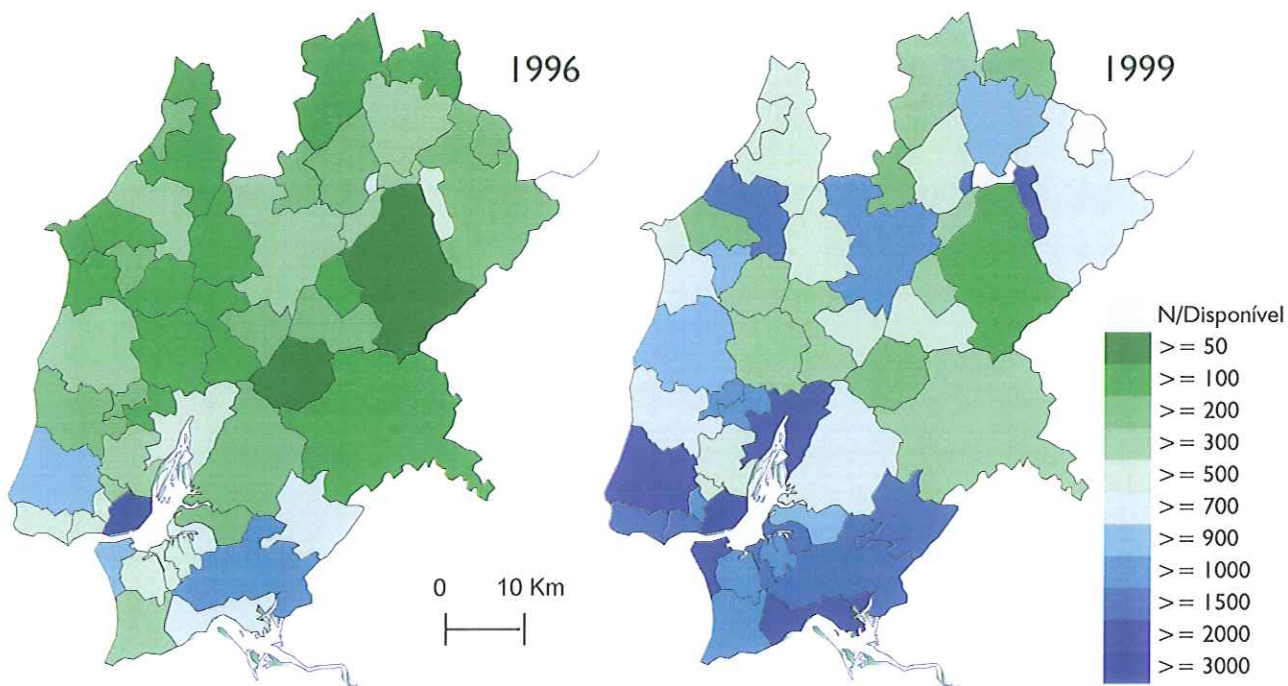
Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros por habitante)



Fonte: INE

O total de crédito à habitação concedido aumentou, em termos relativos, de forma muito considerável entre 1996 e 1999, tendo mais que duplicado ao nível do conjunto da Região e quase triplicado na Grande Lisboa (1332 euros por habitante em 1996 e 3626 em 1999).

Este acentuado avanço sugere uma pressão acrescida a favor da ocupação urbana do solo, que não se limita a áreas já fortemente urbanizadas mas abarca igualmente espaços rurais de localização e características muito distintas. Num período de apenas três anos, o recurso significativo ao crédito para habitação deixou de ser um fenómeno basicamente urbano.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas



▪ **Síntese**

Embora a Região, em geral, apresente índices de atracção significativos, as áreas atractivas são em número relativamente reduzido.

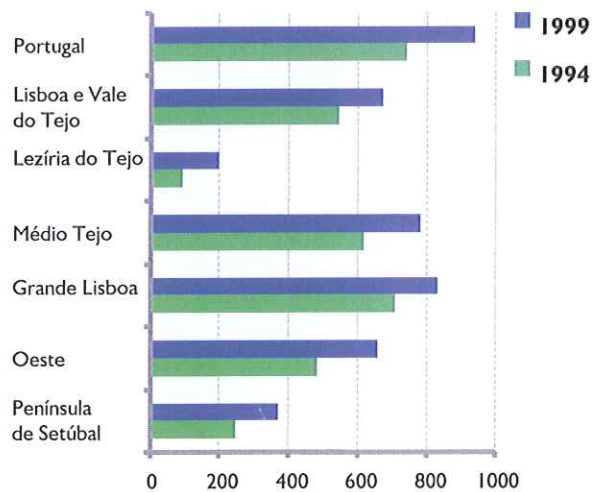
Os vários indicadores de capacidade de atracção da região, tanto ao nível nacional como internacional, considerados nas análises que se seguem salientam a importância das principais aglomerações urbanas e das áreas de turismo e lazer. Lisboa, a faixa litoral em geral e ainda Fátima e Tomar concentram o essencial das dormidas e estadas de hóspedes tanto nacionais como estrangeiros.

Por outro lado, e ao contrário do que sucede noutras regiões metropolitanas, são em número muito escasso as localizações externas à área metropolitana administrativa com capacidade de atrair visitas de negócios. Deste ponto de vista, Alcanena salienta-se como o único caso com alguma relevância.

a) Nível Nacional

Gráfico 10

Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes



O total de dormidas na Região de hóspedes nacionais por mil habitantes (674 em 1999) é inferior à média nacional (940), dado que este último valor reflecte o impacte de regiões de elevado potencial turístico como o Algarve.

Os resultados obtidos comprovam, no entanto, a capacidade de atracção de diferentes Sub-regiões, nomeadamente a Grande Lisboa, o Médio Tejo (com destaque para Fátima e Tomar) e ainda o Oeste, todas com valores superiores a 700 hóspedes nacionais por mil residentes.

Fonte: INE

As taxas de progressão observadas entre 1994 e 1999 são positivas, sendo superiores à média nacional em todas as Sub-regiões, à excepção da Grande Lisboa.

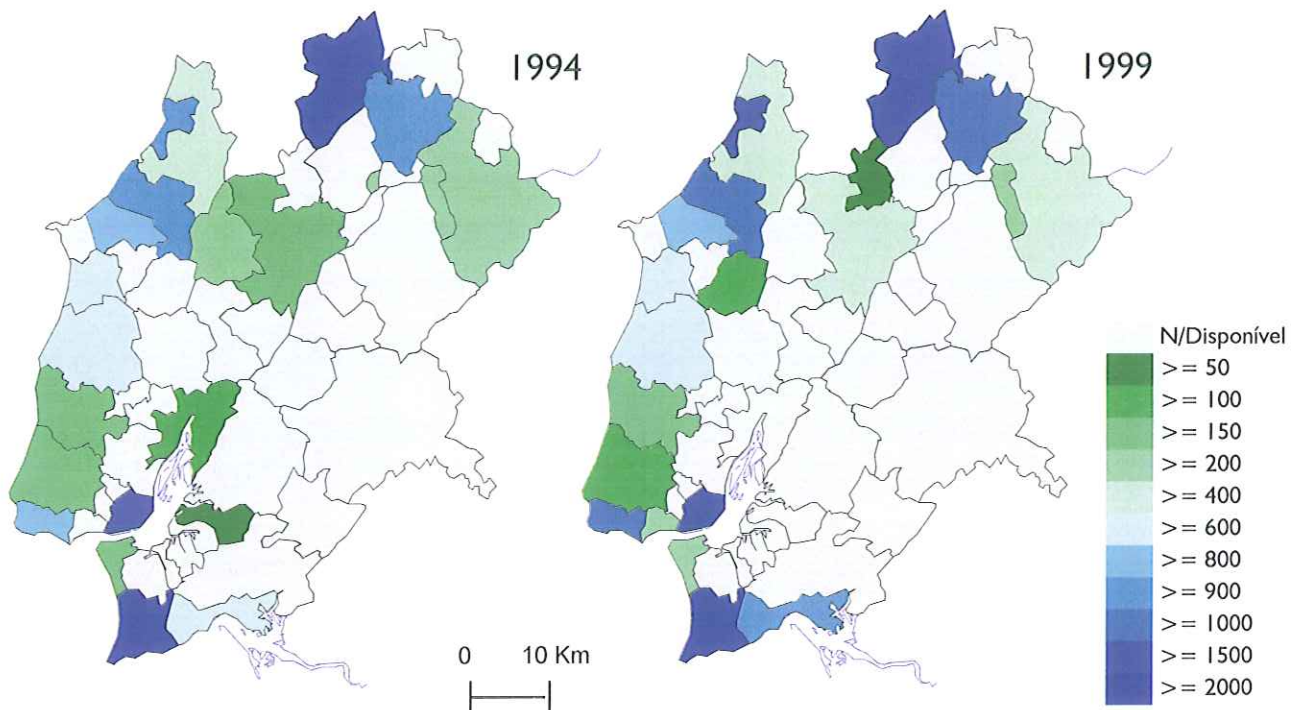
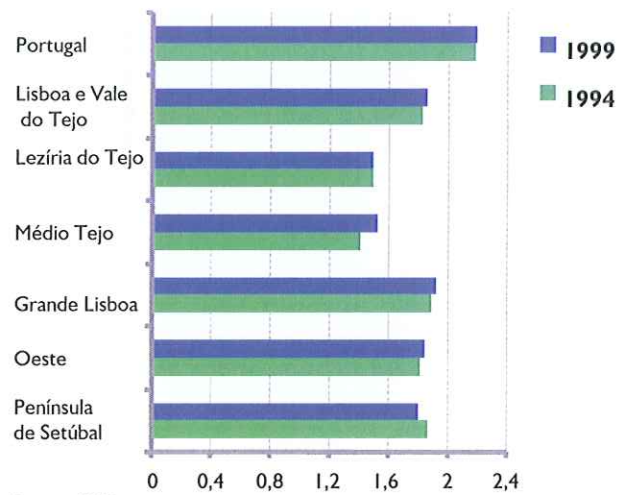
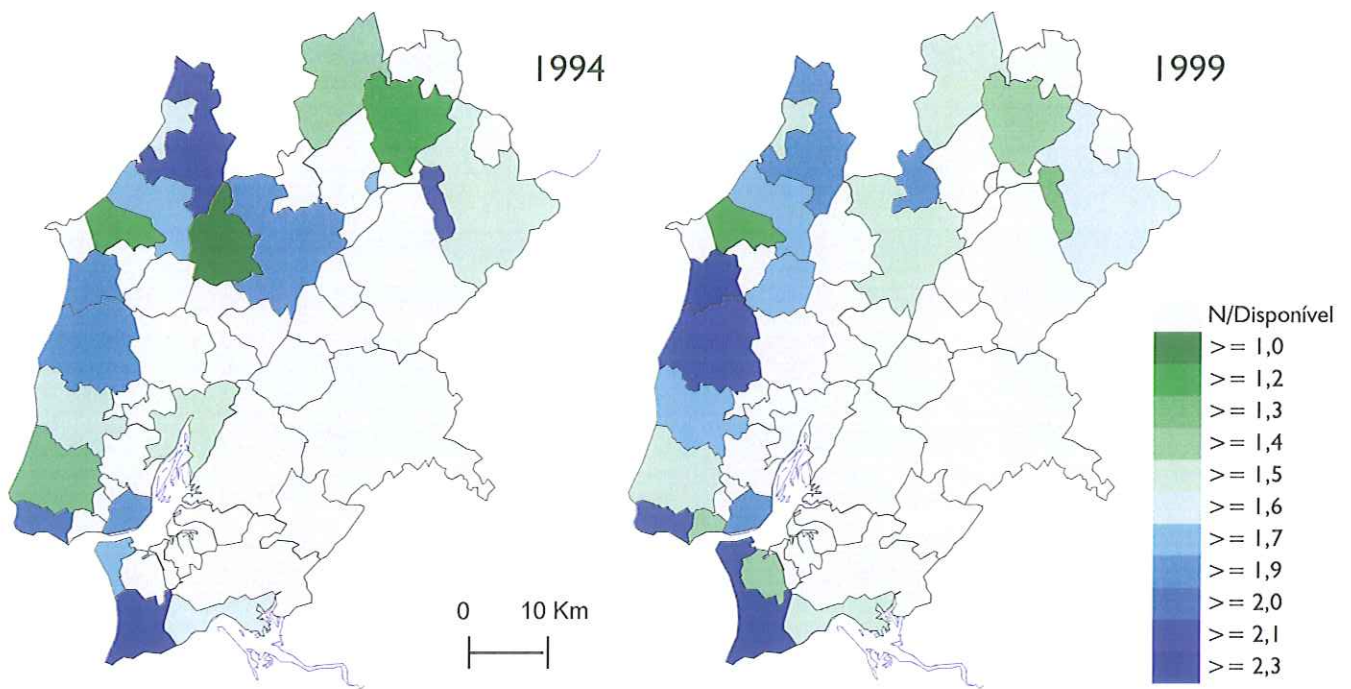


Gráfico II

Número médio de dormidas por hóspede nacional



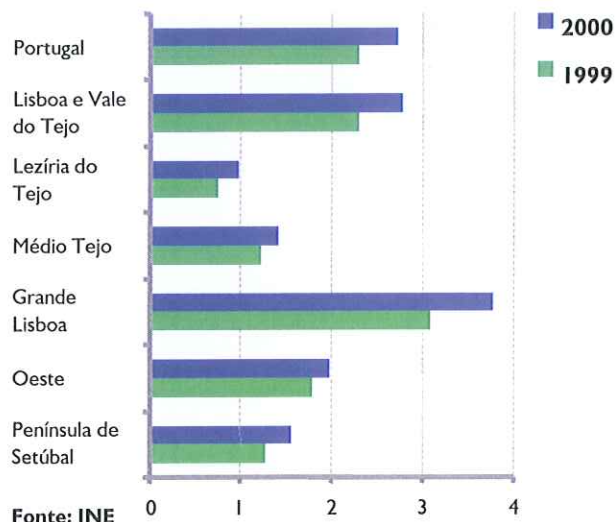
A duração média das estadas dos hóspedes nacionais (1,86 dias para o conjunto da Região em 1999), um indicador indirecto da importância do turismo de lazer, realça a capacidade atractiva dos concelhos da faixa litoral, alguns deles com valores iguais ou superiores a dois dias.



#### b) Nível Internacional

**Gráfico 12**

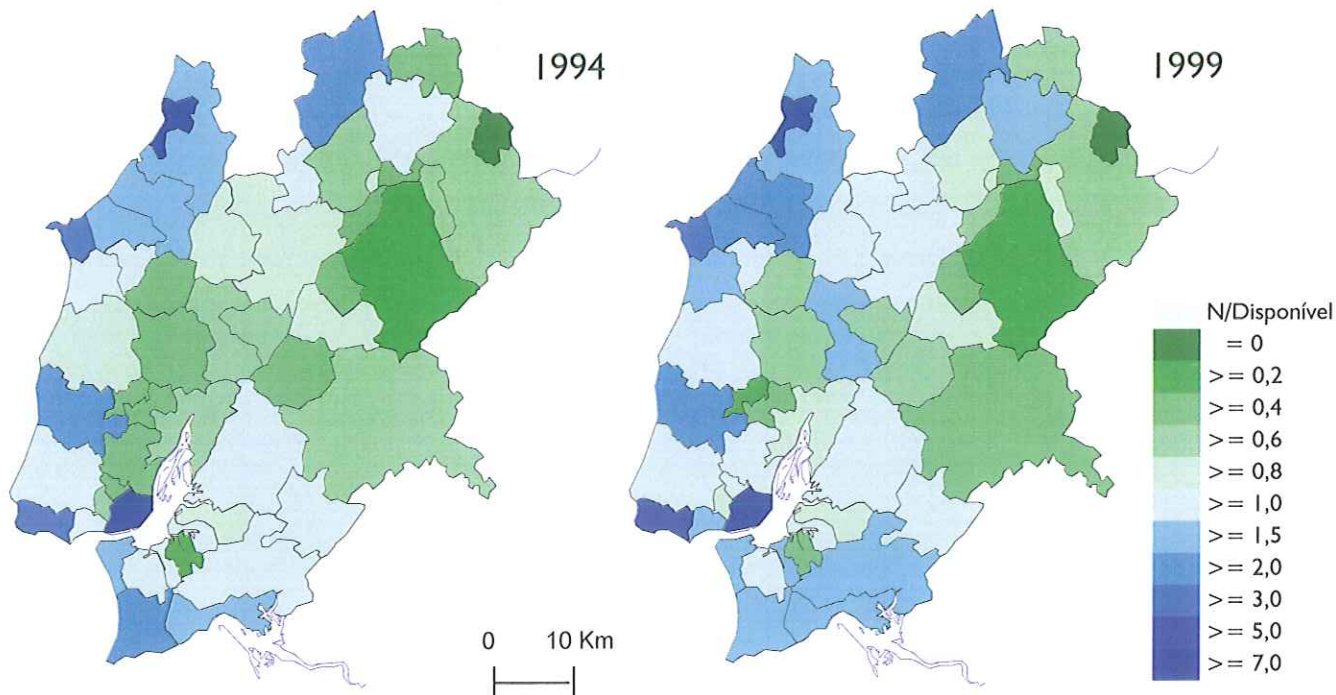
Caixas multibanco: Levantamentos internacionais (euros por mil habitantes)



O valor médio de levantamentos internacionais em caixas Multibanco por mil habitantes na Região cifrou-se em 2,77 euros no ano 2000, superando ligeiramente a média nacional. O contributo dos levantamentos efectuados em caixas localizadas na Grande Lisboa foi, no entanto, decisivo para a média regional.

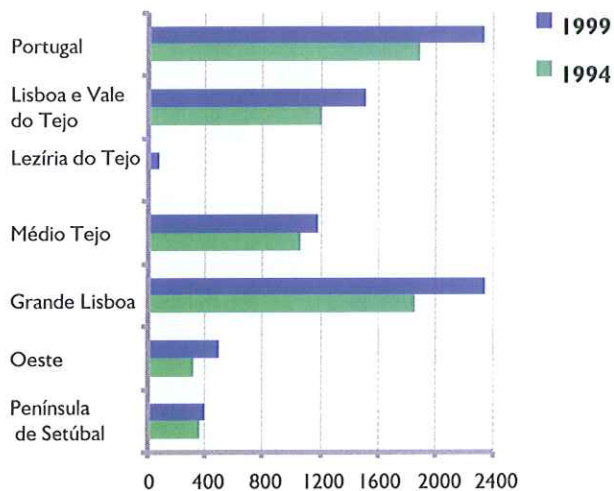
As restantes Sub-regiões revelam uma presença bastante mais modesta deste indicador de internacionalização, destacando-se apenas os municípios onde o impacto da actividade turística é mais evidente: Peniche – Óbidos - Caldas da Rainha – Nazaré; Fátima - Tomar; Mafra.

As actividades de negócio na Região não têm ainda autonomia e força suficientes para se salientarem através de localizações com capacidade atractiva externas aos principais pólos de turismo e lazer.



**Gráfico 13**

Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes



Fonte: INE

Em 1999, o total de dormidas de hóspedes estrangeiros por mil habitantes foi de 1512, representando um acréscimo de 25 % em relação a 1994.

A NUT III Grande Lisboa (com relevo para os concelhos de Cascais e Lisboa) e, de forma mais pontual, alguns municípios das sub-regiões Oeste (Óbidos, Caldas da Rainha, Nazaré), Médio Tejo (Vila Nova de Ourém/Fátima) e Península de Setúbal (Palmela) apresentam valores próximos ou superiores à média nacional, atingindo mesmo totais que ultrapassam os 5 hóspedes estrangeiros por habitante.

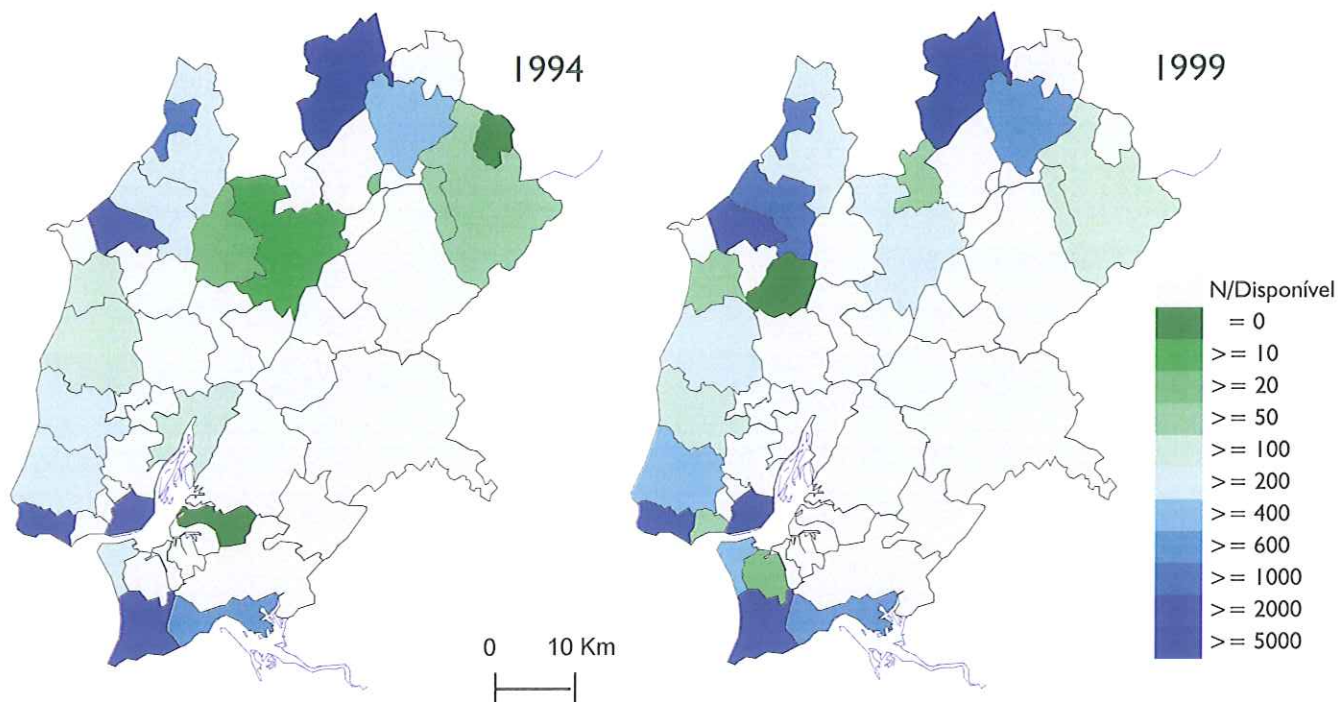
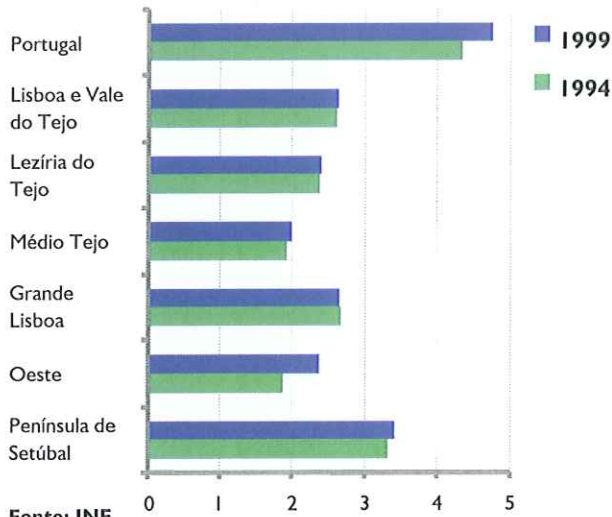


Gráfico 14

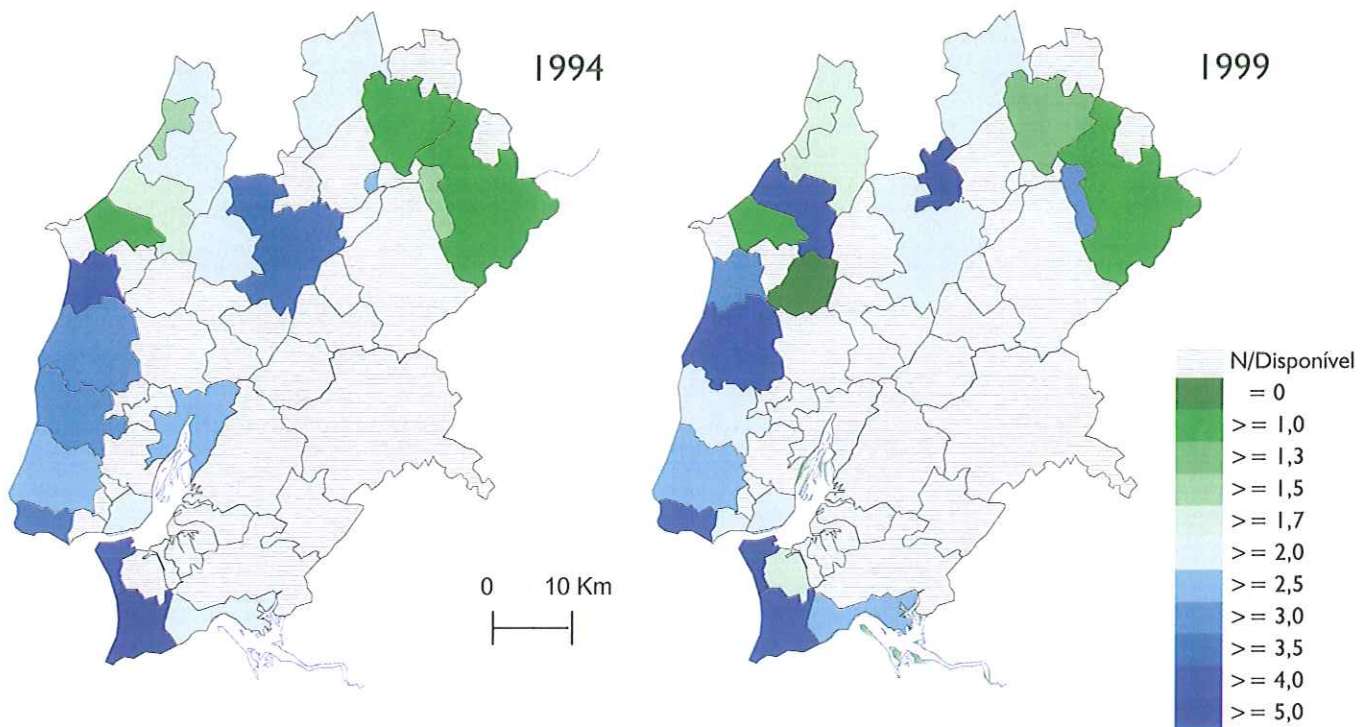
Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro



Em 1999, a estada média dos hóspedes estrangeiros na Região era de 2,6 dias, um valor bastante inferior à média nacional (4,8) e que traduz uma fraca progressão desde 1994.

A repartição por Sub-região é relativamente equilibrada, verificando-se que apenas a Península de Setúbal consegue ultrapassar um número médio de dormidas superior a 3 dias.

Apesar de as estadas médias mais elevadas se verificarem sobretudo em concelhos do litoral com forte presença turística, também no interior se destaca um município (Alcanena), como consequência das estadas de técnicos e outros profissionais relacionados com a indústria de curtumes.



Nota: Médias relativas aos concelhos com dados disponíveis

#### ▪ Síntese

Os resultados dos vários indicadores de conectividade considerados para esta sub-dimensão permitem realçar a importância de dois factores-chave para a explicação das assimetrias territoriais identificadas: a disponibilidade de infra-estruturas indispensáveis ou adequadas ao desenvolvimento do teleserviço em causa e a existência de uma base económica cuja evolução pressupõe uma significativa abertura ao exterior da Região e do país.

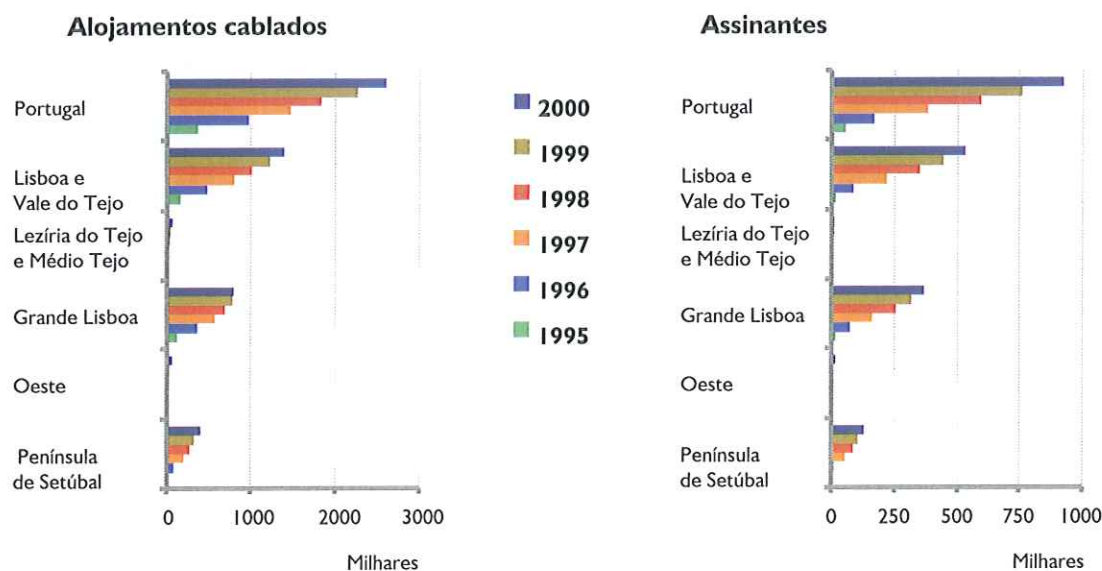
Os indicadores de conectividade, sobretudo os de conteúdo mais tecnológico, mostram que ao mesmo tempo que as assimetrias intra-regionais tendem a diminuir em domínios básicos (infra-estruturas de saneamento, por exemplo), “renascem”, geralmente com a mesma configuração espacial, em domínios inovadores ainda em emergência.

A consolidação deste novo ciclo de infra-estruturação no domínio da conectividade deve, por isso, ser considerado em paralelo com a qualificação crescente dos ciclos de infra-estruturação anteriores, tanto ao nível do saneamento básico como dos transportes e comunicações.

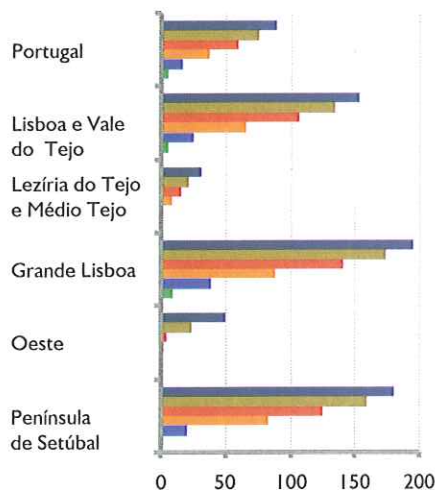
#### a) Teleserviços

Gráficos 15, 16 e 17

Televisão por cabo: Alojamentos cablados e assinantes



#### Assinantes por mil habitantes

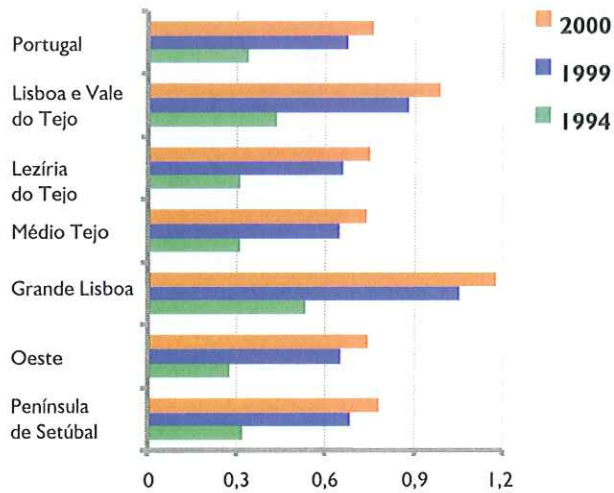


Fonte: ANACOM

A taxa de penetração da televisão por cabo acentuou-se de forma considerável nos últimos 5 anos. Em 2000, existiam já 1,39 milhões alojamentos cablados na Região, ou seja, 53,4 % do total existente no país. Daquele total, a maioria concentrava-se na Grande Lisboa (58,7 %) e ainda na Península de Setúbal (30,4 %).

A evolução do total de assinantes é ainda mais acentuada no tempo (aumentou 26,7 vezes entre 1995 e 2000) e concentrada no espaço (a Região representa 57,7 % do País e a Grande Lisboa pesa 69,2 % na Região). O total de assinantes por mil habitantes ronda já os 200 na Grande Lisboa, tende a aproximar-se a curto prazo deste valor na Península de Setúbal mas mantém valores muito baixos em todas as sub-regiões externas à AML.

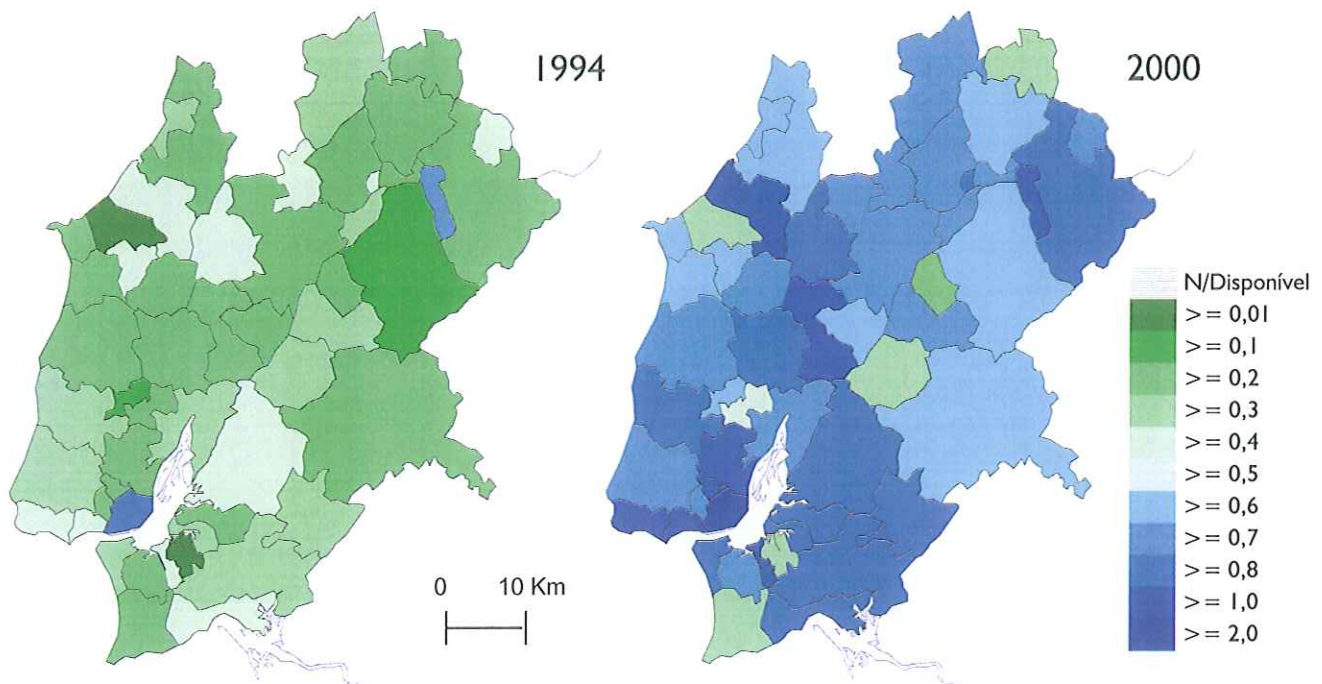
**Gráfico 18**  
Total de caixas multibanco por 1000 habitantes



Fonte: INE

Em 2000 existe na Região quase uma caixa Multibanco por cada mil habitantes, valor que representa mais do dobro do valor existente apenas cinco anos antes. No concelho de Lisboa o resultado é mesmo ligeiramente superior a 2 caixas por mil habitantes.

Permanecem, no entanto, bolsas marcadas por baixos índices de penetração, correspondendo sobretudo a concelhos economicamente menos dinâmicos e funcionalmente dependentes de pólos urbanos próximos, como Tomar, Caldas da Rainha, Santarém e Setúbal.

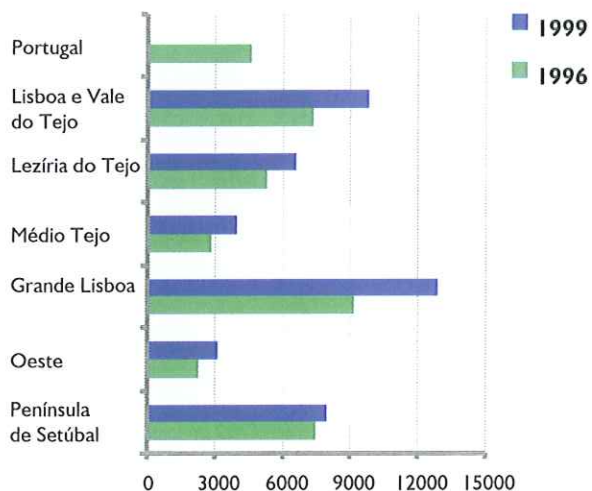


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

#### b) Inserção Internacional

**Gráfico 19**

Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário ( euros por habitante)



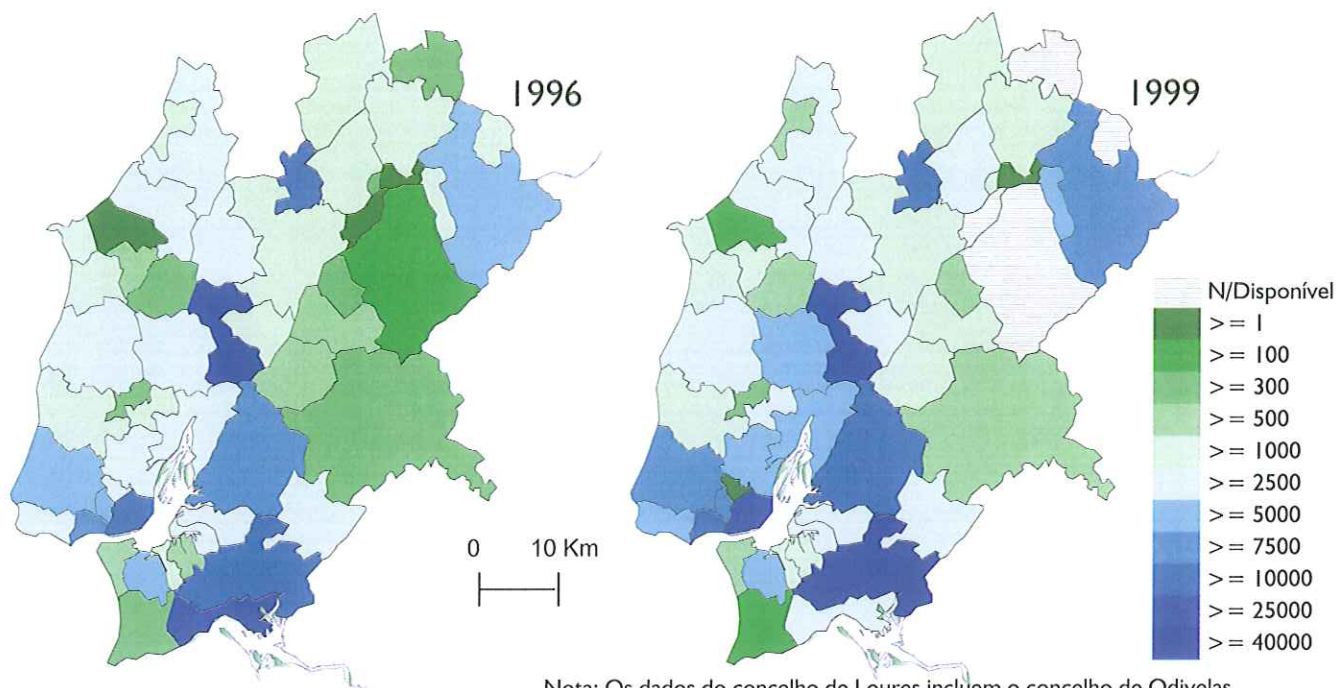
Fonte: INE

O grau de abertura da Região ao exterior, avaliado pelo valor total do comércio internacional (intra e extra comunitário) por habitante, é bastante superior à média nacional e acentuou-se durante os últimos anos.

A NUT III Grande Lisboa destaca-se como a Sub-região com maior inserção internacional, com relevo para os concelhos de Azambuja e Palmela, com valores superiores a 45 mil euros por habitante.

A comparação dos resultados de 1996 e 1999 confirma o sector nordeste da AML (Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer e Azambuja) como uma área atractiva para a localização de empresas fortemente internacionalizadas.

No exterior da AML, concelhos industrializados como Alcanena (indústria de curtumes) e Abrantes (indústria automóvel) alcançam valores igualmente elevados.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

#### ▪ Síntese

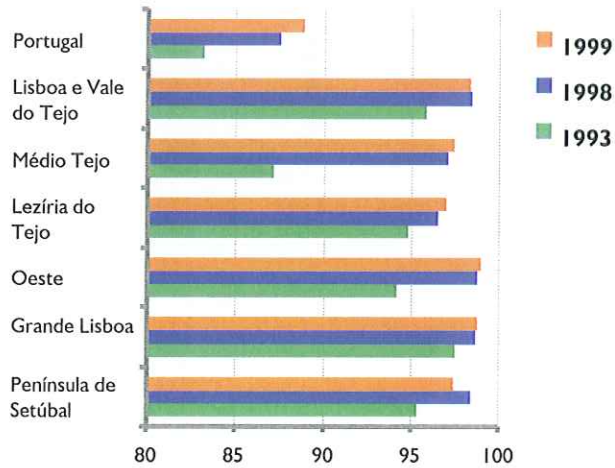
Os indicadores considerados comprovam que a Região praticamente terminou o ciclo de cobertura universal no domínio das infra-estruturas básicas (% de população servida com abastecimento domiciliário de água, sistemas de drenagem de águas residuais e sistemas de recolha de resíduos sólidos), embora persistam algumas bolsas deficitárias, em particular em áreas de povoamento disperso e pouco denso. Estes resultados indiciam a entrada num novo ciclo, necessariamente marcado pela qualidade (tratamento de água para abastecimento, tratamento de águas residuais, recolha selectiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, etc.).

Por outro lado, o agravamento dos consumos (água, electricidade, etc.), se reflectem uma melhoria geral das condições de vida das populações, significam, igualmente, uma pressão crescente sobre recursos escassos e de elevado valor ambiental e económico. Comentário idêntico pode ser apresentado em relação ao aumento da produção de resíduos sólidos por habitante.

a) Abastecimento de Água

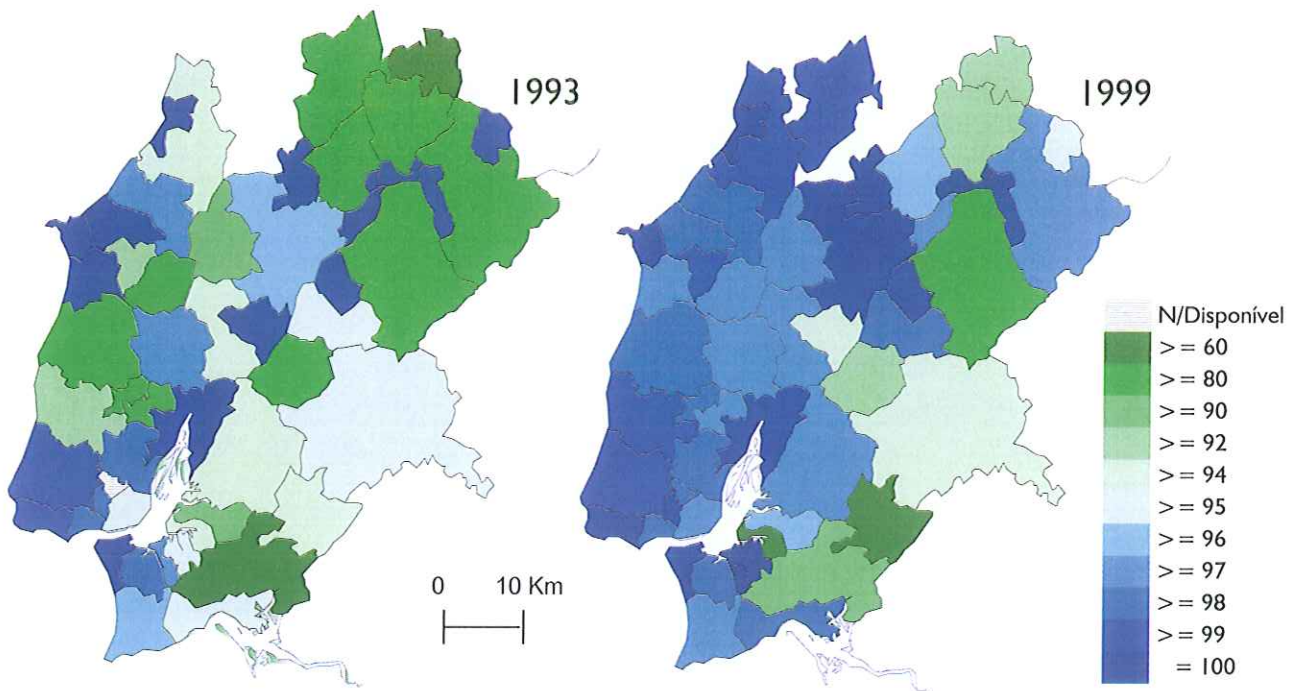
Gráfico 20

Cobertura: % população com acesso domiciliário a água



Fonte: INE

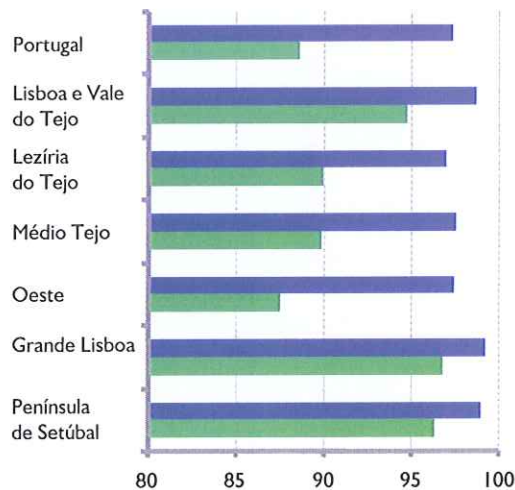
Em 1999, 98,3 % da população da Região tinha acesso domiciliário a água. Este valor, que traduz uma melhoria importante em relação a 1993 (94,1%), oculta, no entanto, a persistência de bolsas de cobertura deficiente, nomeadamente em alguns dos concelhos da Margem Esquerda do Tejo e do Médio Tejo.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

Gráfico 21

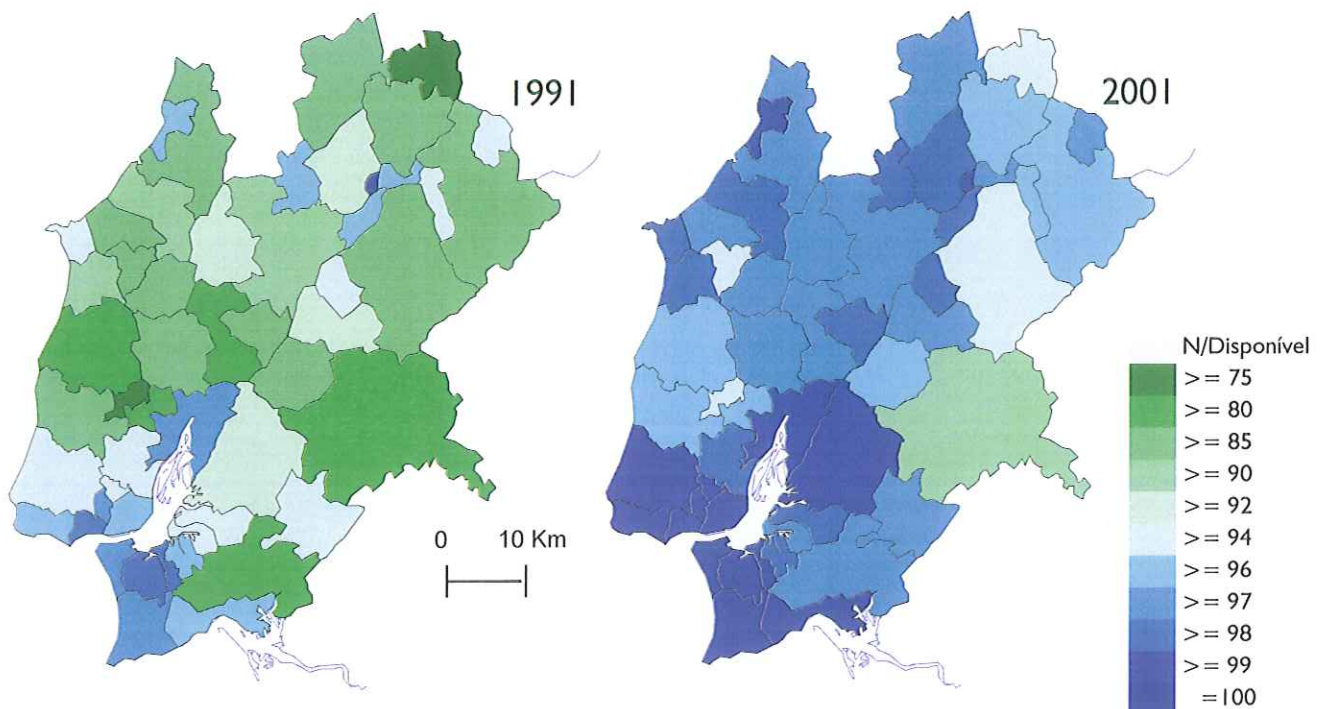
Cobertura: % alojamento com acesso domiciliário a água



A percentagem de alojamentos com acesso domiciliário a água em 2001 revela uma situação bastante positiva (98,8 %), com taxas médias sub-regionais (NUT III) próximas e disparidades inter-concelhias relativamente pouco marcadas.

Fonte: INE

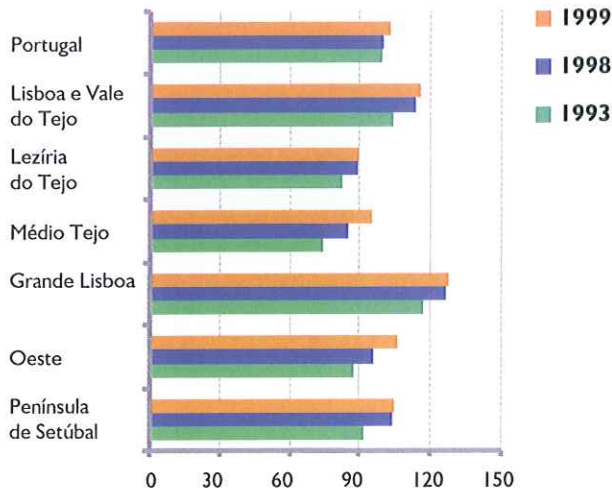
A universalidade do acesso domiciliário a água constitui, portanto, um objectivo exequível a curto prazo, permitindo consolidar os níveis mais básicos de satisfação das populações e avançar para a definição de metas de maior ambição do ponto de vista da qualidade, segurança e eficiência dos sistemas de abastecimento de água.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**Gráfico 22**

Consumo: consumo doméstico total por população servida (m<sup>3</sup> por habitante servido)

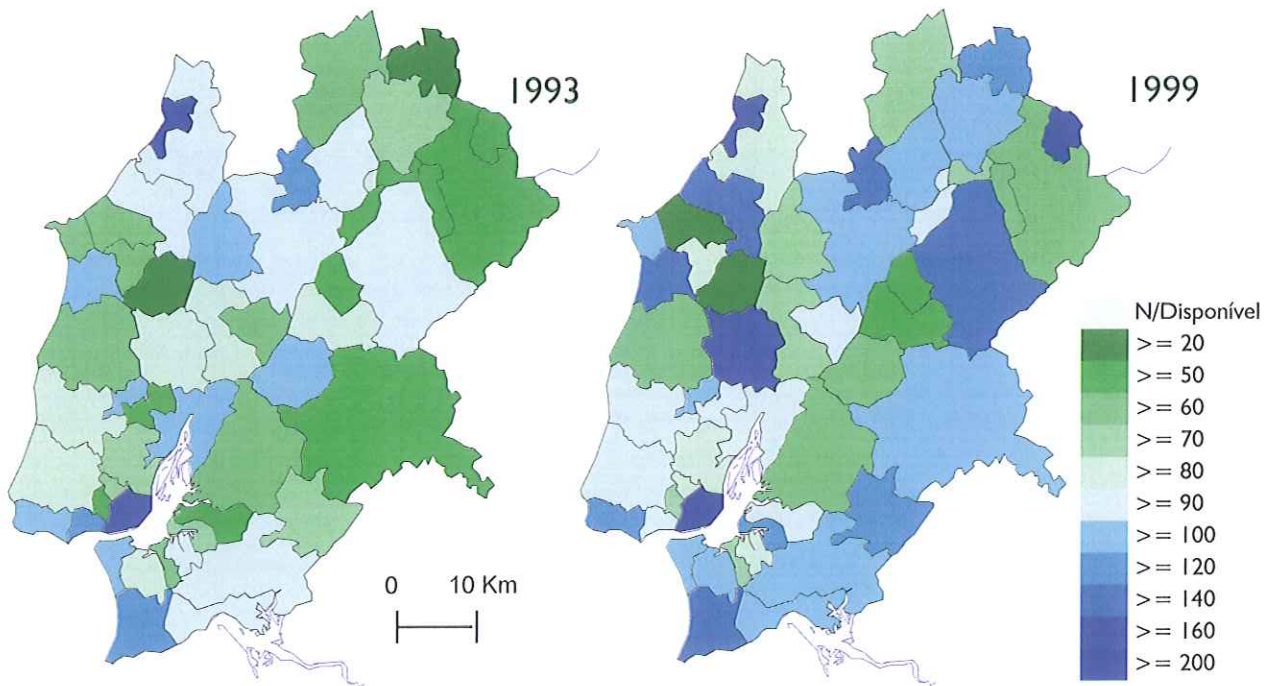


Fonte: INE

O consumo doméstico de água per capita tem vindo a aumentar nos últimos anos, cifrando-se em 1999 nos 116 m<sup>3</sup> para o conjunto da Região (104 em 1993) mas com disparidades sub-regionais e concelhias significativas.

Estas disparidades reflectem factores de natureza bastante distinta (desigualdades de poder de compra; diferente incidência de comportamentos restritivos face ao consumo de um bem reconhecido como escasso; peso relativo de fontes de abastecimento estatisticamente não contabilizadas: poços, minas, etc; usos para fins não domésticos: rega, pequena produção industrial, etc.) e com evoluções previsivelmente contraditórias.

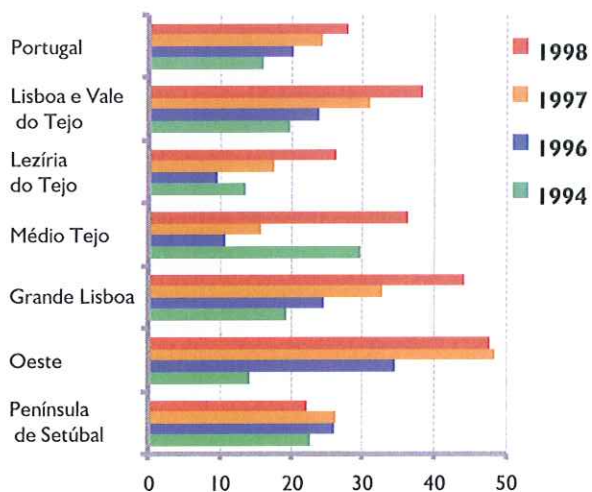
A tendência dominante nos próximos anos será, certamente, para o aumento do consumo doméstico de água, sendo provável a generalização de consumos médios superiores a 100 m<sup>3</sup> per capita. Esta inevitável pressão sobre um recurso escasso e de elevado valor ecológico, social e económico exige uma gestão preventiva particularmente cuidada.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**Gráfico 23**

Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais<sup>1</sup> com protecção do recurso água (euros por habitante servido)

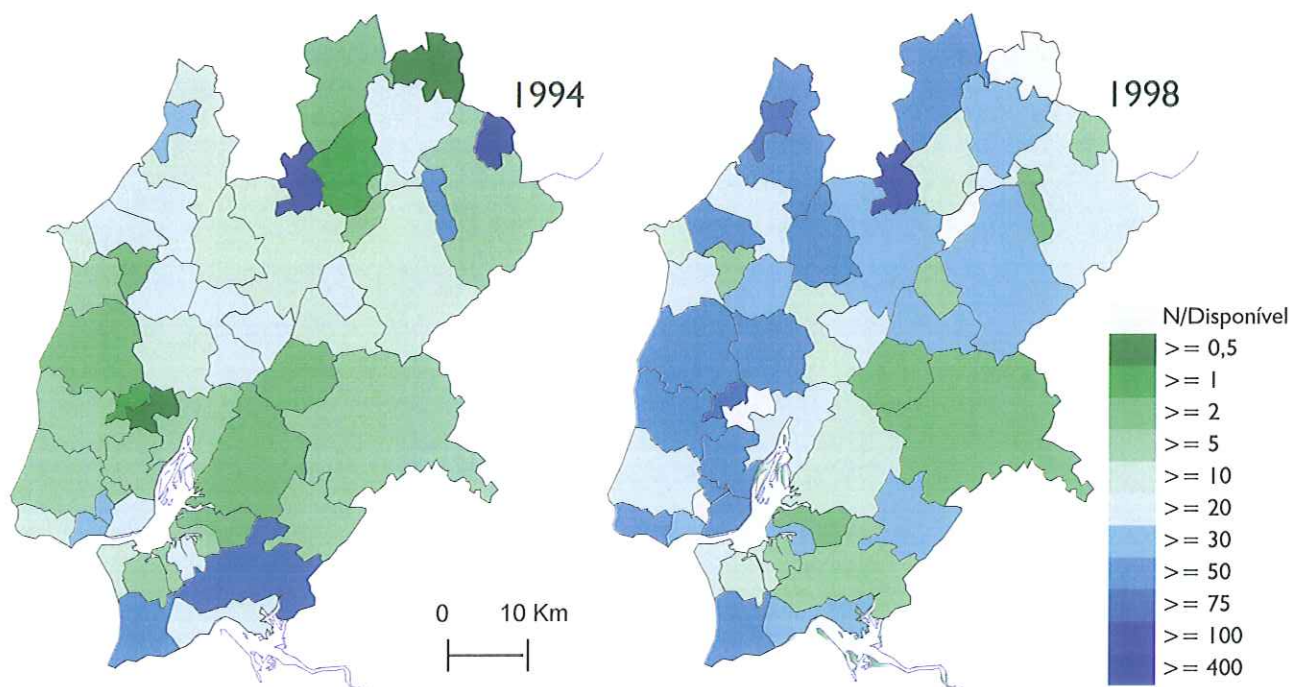


Fonte: INE

A importância e evolução das despesas correntes das Câmaras Municipais com a protecção do recurso água reflectem factores tanto internos (grau de infra-estruturação existente, por exemplo) como externos (ciclos de investimento público, etc.) a cada concelho.

Compreende-se, assim, que municípios com características distintas apresentem capitações anuais igualmente diversificadas. A tendência geral aponta, no entanto, para um reforço generalizado dessas capitações, que a nível da Região se cifram em 1998 na ordem dos 38 euros por habitante.

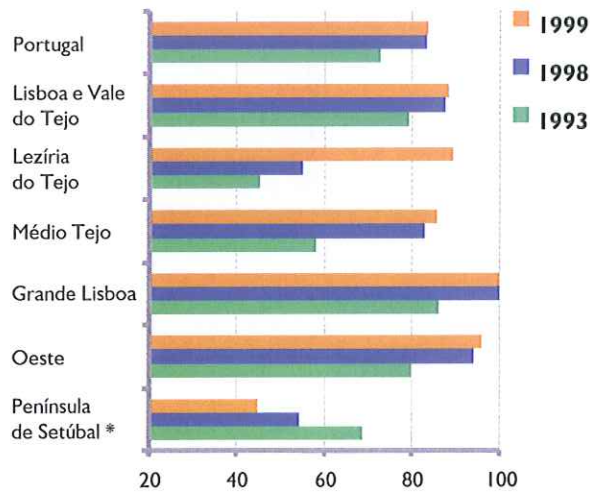
Os municípios com valores incluídos nos escalões extremos deverão ser alvo de uma monitorização particular, que permita ajuizar a pertinência dos resultados obtidos.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

<sup>1</sup> Inclui Serviços Municipalizados

**Gráfico 24**  
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%)

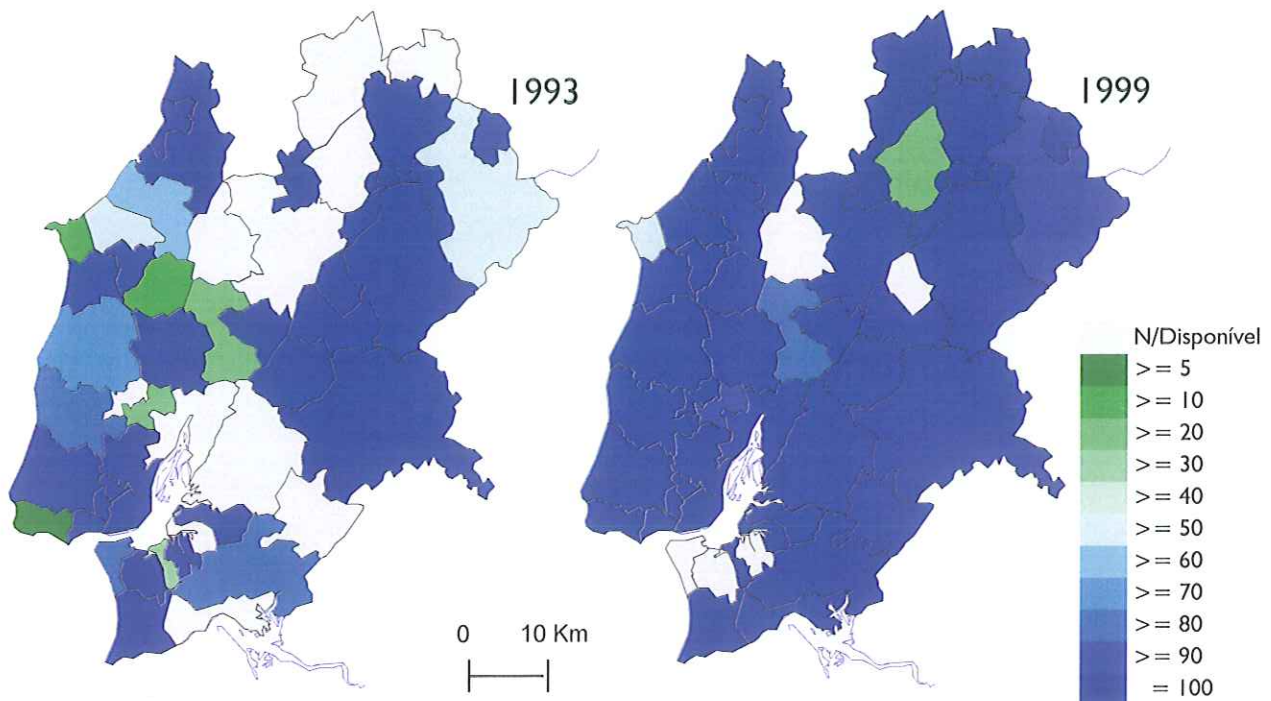


Fonte: INE

\*- faltam dados dos concelhos de Almada e Seixal em 1998 e de Almada, Moita e Seixal em 1999.

A percentagem de caudal tratado era, em 1999, de 88,3 % para o conjunto da Região, verificando-se, nalguns casos (Lezíria do Tejo e Médio Tejo, por exemplo), uma melhoria bastante substancial em relação à situação existente apenas alguns anos antes (1993).

Os resultados mais recentes mostram que a universalidade do tratamento do caudal captado, que já ocorre na Grande Lisboa, constitui uma meta generalizadamente exequível a curto prazo.

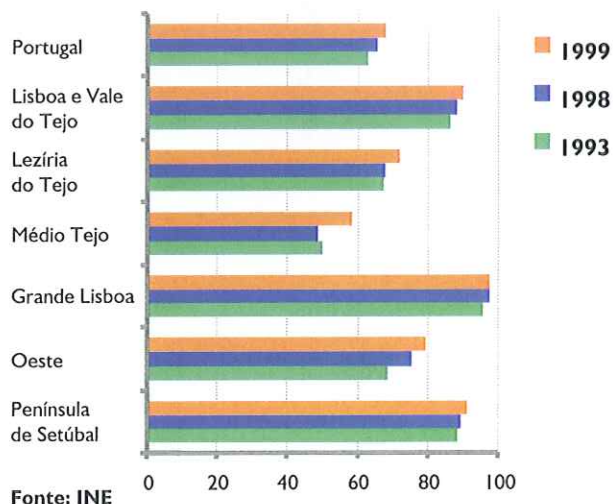


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

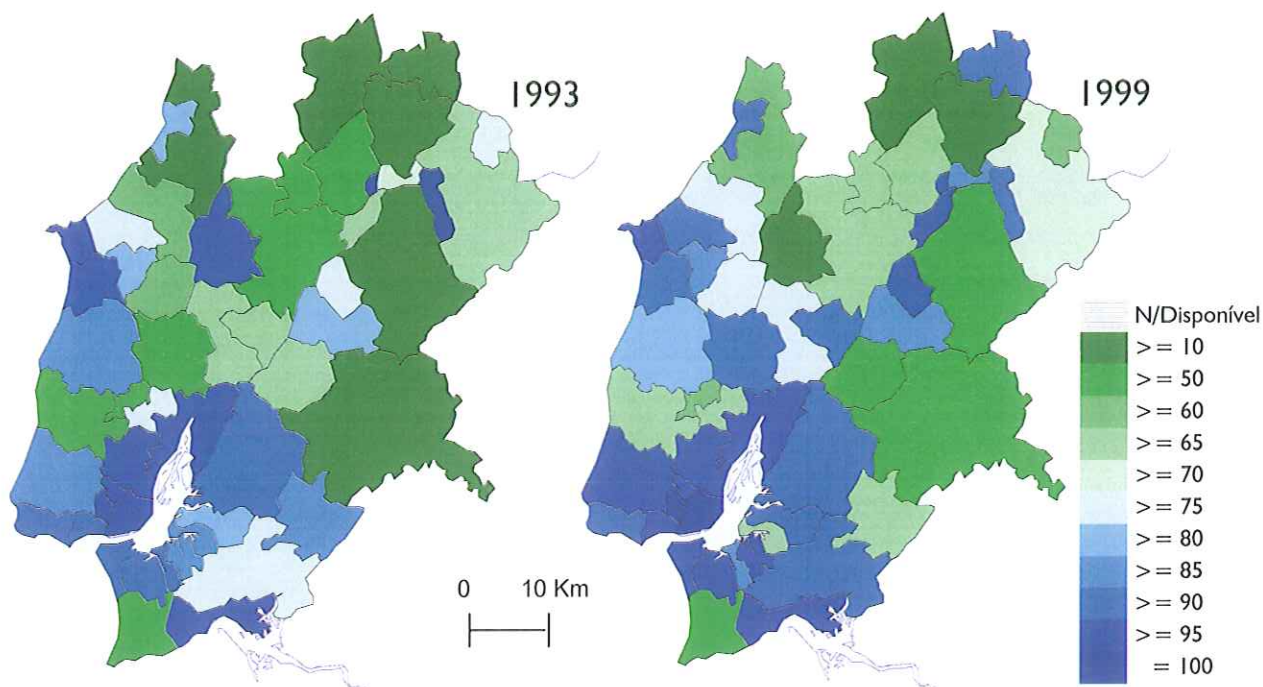
b) Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Gráfico 25

Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais



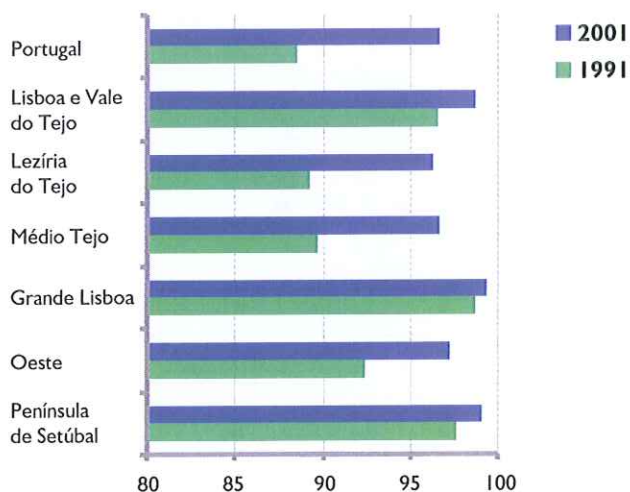
Embora as taxas de cobertura de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais tenham melhorado de forma sustentada nos últimos anos, e a ritmos superiores nas NUT III mais deficitárias neste domínio, permanecem disparidades internas com algum significado, em particular no Médio Tejo.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

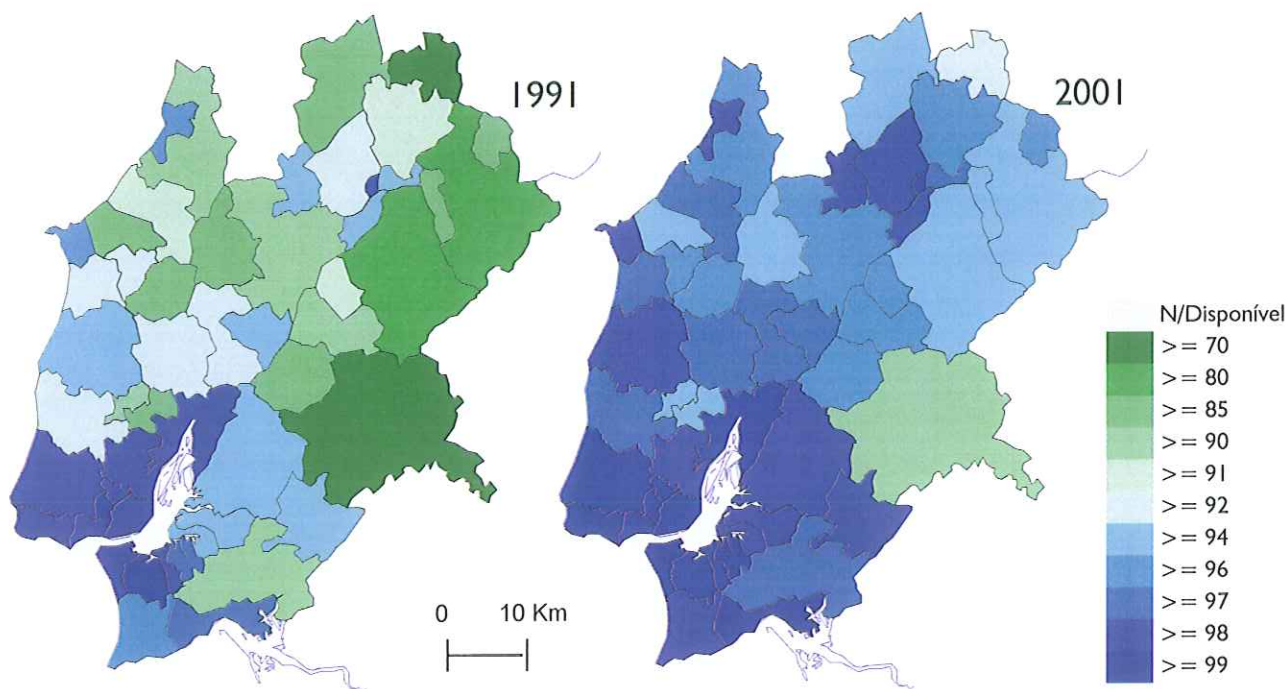
Gráfico 26

Cobertura: % alojamentos servidos com sistemas de drenagem de águas residuais



Fonte: INE

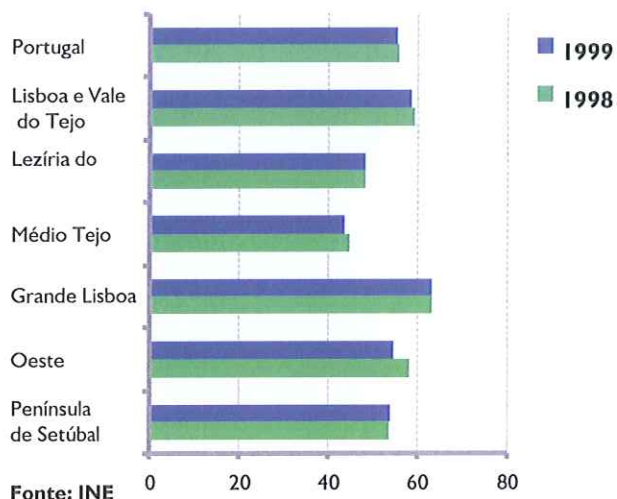
A universalidade de acesso a sistemas de drenagem de águas residuais constitui uma meta exequível a curto prazo para muitos dos municípios da Região, mas exige ainda investimentos significativos noutros concelhos, sobretudo em freguesias com maior incidência de povoamento disperso.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

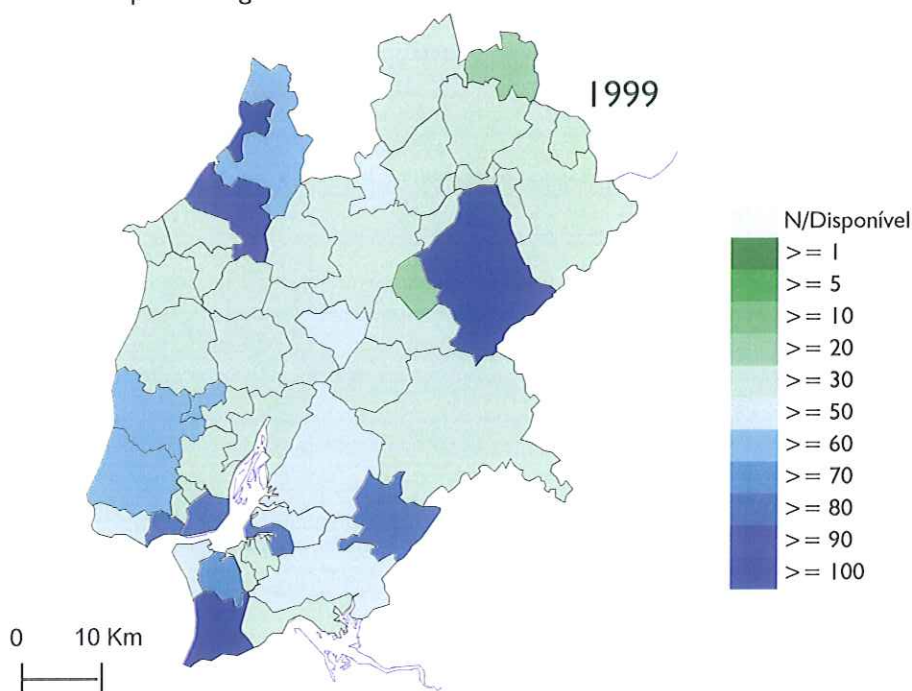
Gráfico 27

Produção: água residual produzida/população servida (m<sup>3</sup> por habitante servido)



O total de água residual produzida por população servida ronda, em 1999, os 40 m<sup>3</sup> por habitante na maior parte dos concelhos da Região, embora atinja valores 2 a 3 vezes superiores em diversos municípios da área metropolitana de Lisboa e ainda da sub-Região Oeste. No segundo caso, os resultados não serão alheios à presença de processos de industrialização rural difusa.

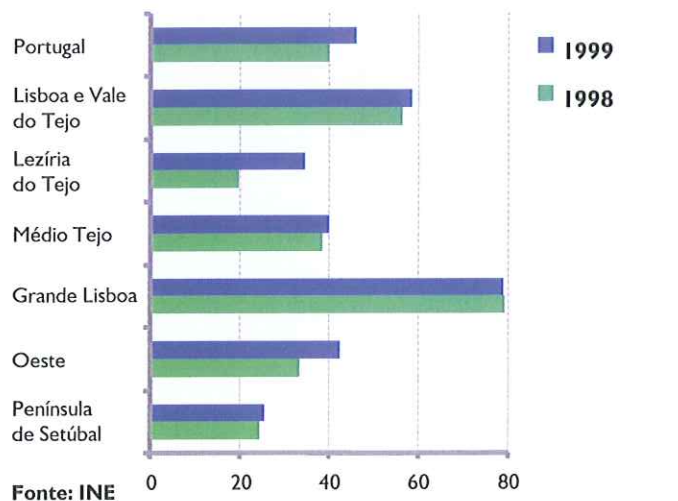
Os valores mais elevados de alguns concelhos da AML podem representar referências importantes para gerir por antecipação a evolução previsível nos municípios que revelam actualmente resultados mais modestos. O valor médio de 60 m<sup>3</sup> por habitante servido constitui um valor de referência que deverá ser brevemente atingido por um total significativo de municípios da Região.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

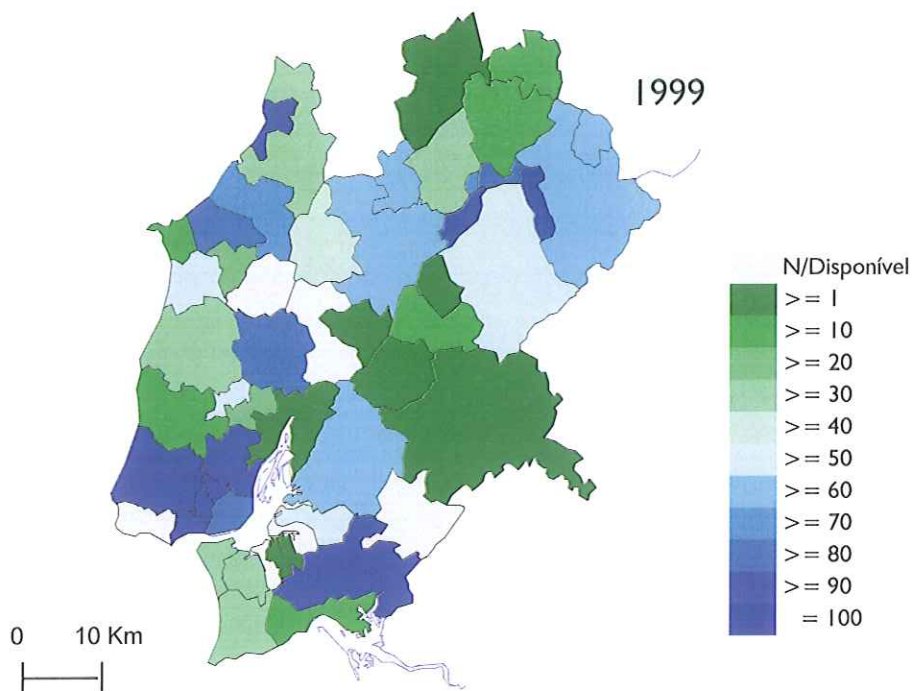
**Gráfico 28**

Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais



A percentagem de população servida com estações de tratamento de águas residuais é globalmente deficitária na Região (58,5 % em 1999), sendo mesmo inferior à média nacional em quatro NUT III (em particular na Lezíria do Tejo e na Península de Setúbal).

Apenas a NUT III Grande Lisboa apresenta um valor médio razoável (quase 80 %), mas que ainda assim esconde a existência de situações muito diferenciadas no seu interior.



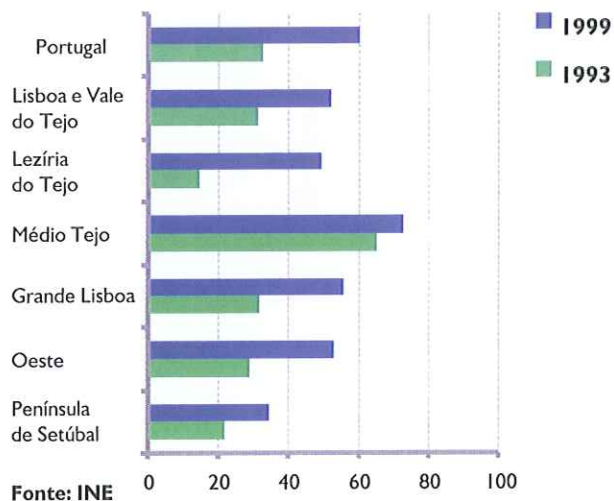
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 29

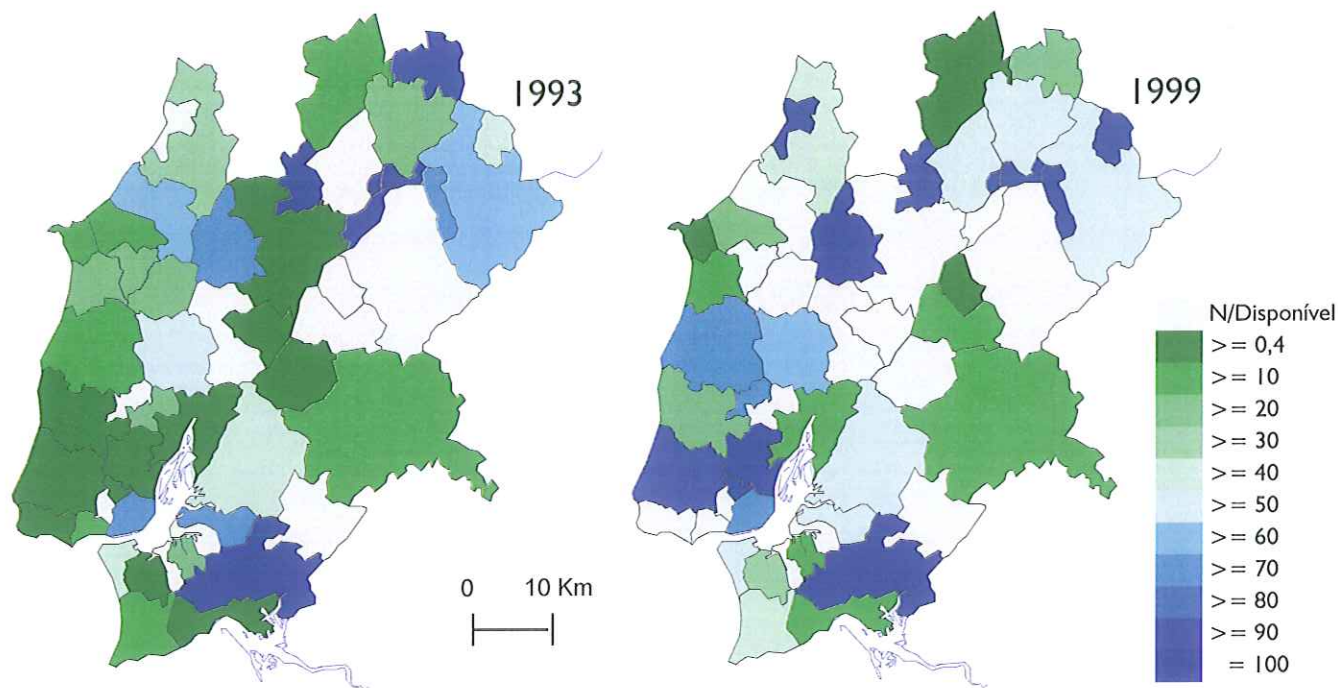
Tratamento: % água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada



Fonte: INE

A percentagem de água residual doméstica drenada que é tratada, embora com uma melhoria evidente entre 1993 (31,2 %) e 1999 (52,2 %), reflecte a persistência de uma situação globalmente negativa, com o predomínio de valores baixos que apenas na NUT III Médio Tejo conseguem superar a média nacional.

Embora não exista informação disponível para um número relevante de municípios, é possível verificar que, ao contrário do que sucede com outros indicadores de infra-estruturação básica, a AML neste caso não se destaca positivamente das restantes sub-regiões, quer pelo valor médio que apresenta quer pelas situações menos favoráveis que continuam a existir no seu interior.

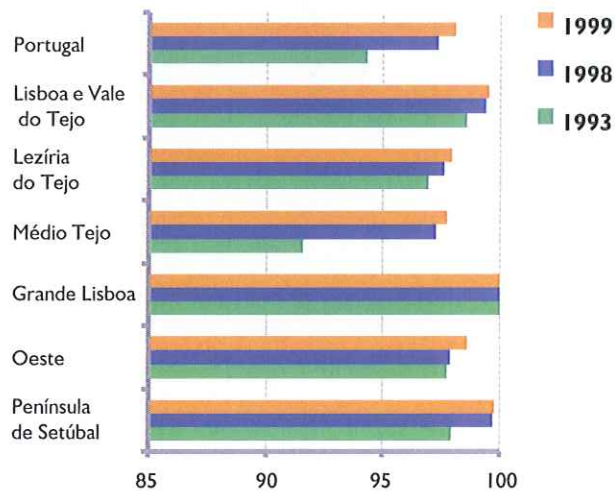


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

c) Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos

Gráfico 30

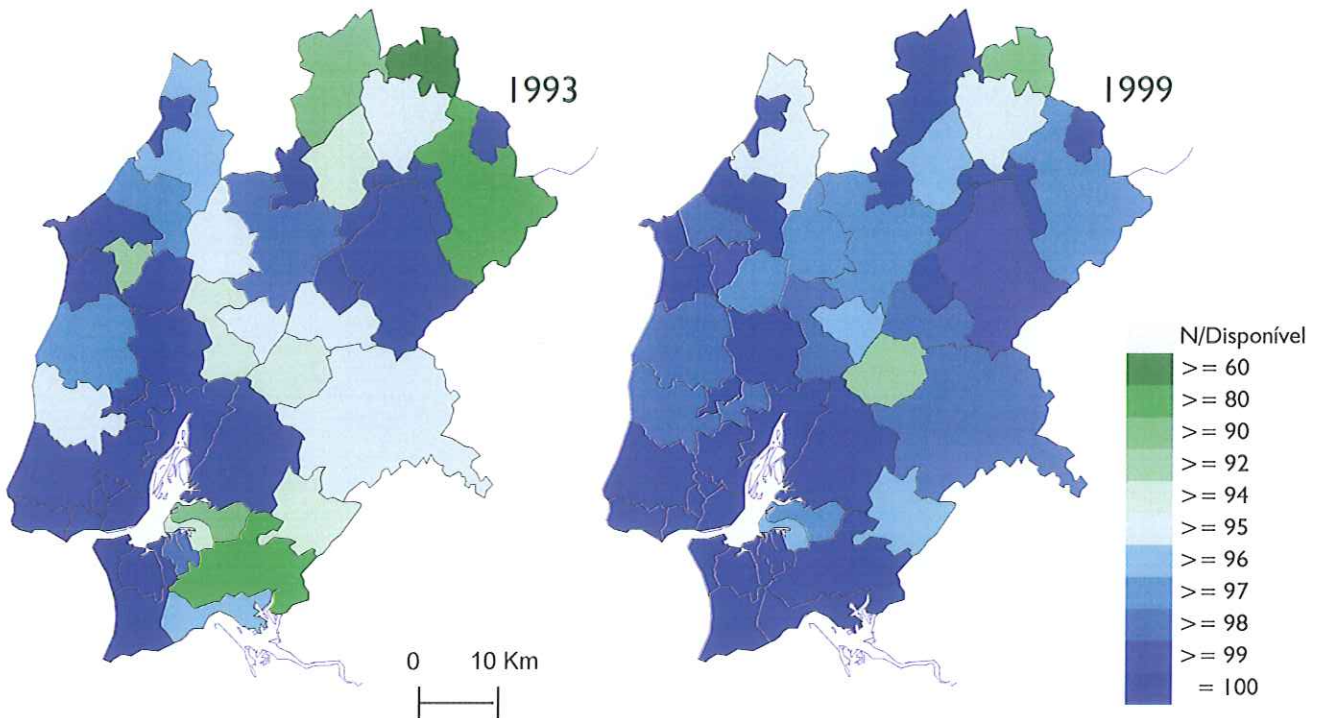
Cobertura: % população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos



A percentagem global de população da Região servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos é bastante elevada (99,5 % em 1999), mas apenas nas NUT III que compõem a área metropolitana de Lisboa a universalidade foi já atingida ou estava prestes a sê-lo em 1999.

Fonte: INE

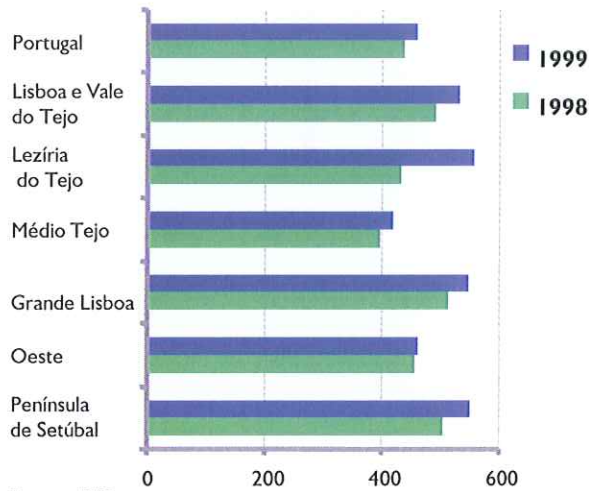
A cobertura integral da Região é previsível a curto prazo.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**Gráfico 31**

Recolha: RSU recolhidos por população servida (Kg por habitante servido)

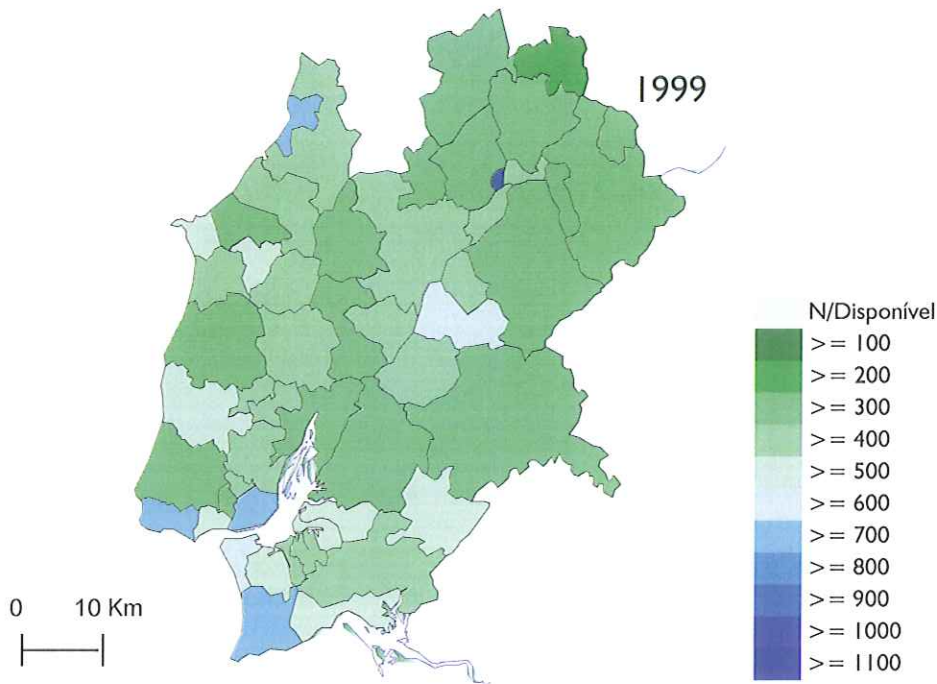


Fonte: INE

O total de RSU recolhidos por população servida foi, em 1999, de 530 kg per capita no conjunto da Região, um valor 15 % superior à média nacional.

As disparidades intra-regionais não são muito expressivas.

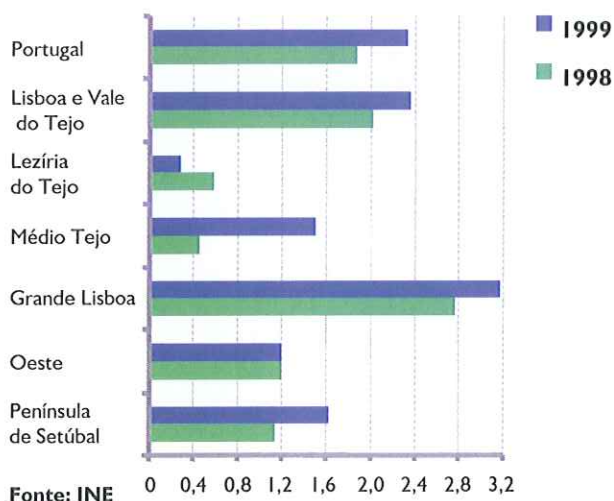
Como noutros domínios, os resultados mais elevados atingidos em alguns dos municípios da AML (cerca de 700 kg per capita) podem funcionar como referência estratégica para a gestão, por antecipação, da evolução previsível dos restantes concelhos da Região.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**Gráfico 32**

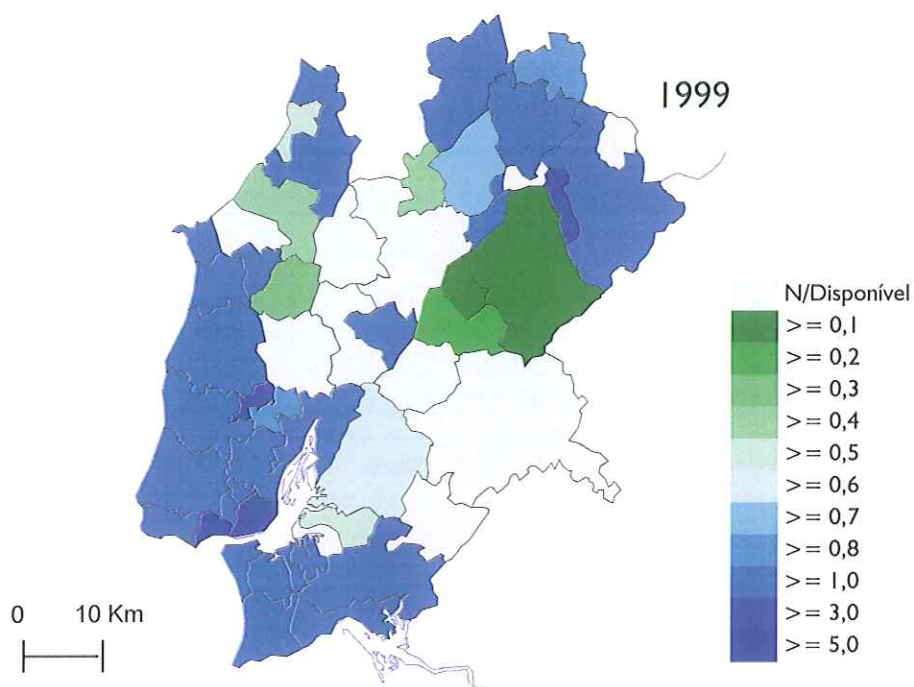
Recolha: % RSU com recolha selectiva



A percentagem de resíduos urbanos com recolha selectiva é ainda reduzida na Região: cerca de 2,4 % em 1999, um valor muito próximo da média nacional (2,3 %).

A NUT III Grande Lisboa destaca-se, ainda assim, com resultados mais positivos (3,2 %), contrastando com a NUT III Lezíria do Tejo, cujo valor percentual era particularmente baixo naquela data.

Este é um domínio onde mesmo os valores mais elevados são insatisfatórios, pelo que a evolução futura terá que necessariamente corresponder a acréscimos acentuados.



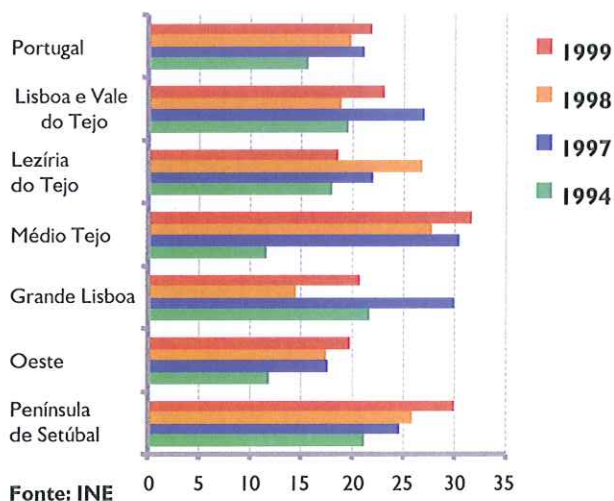
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 33**

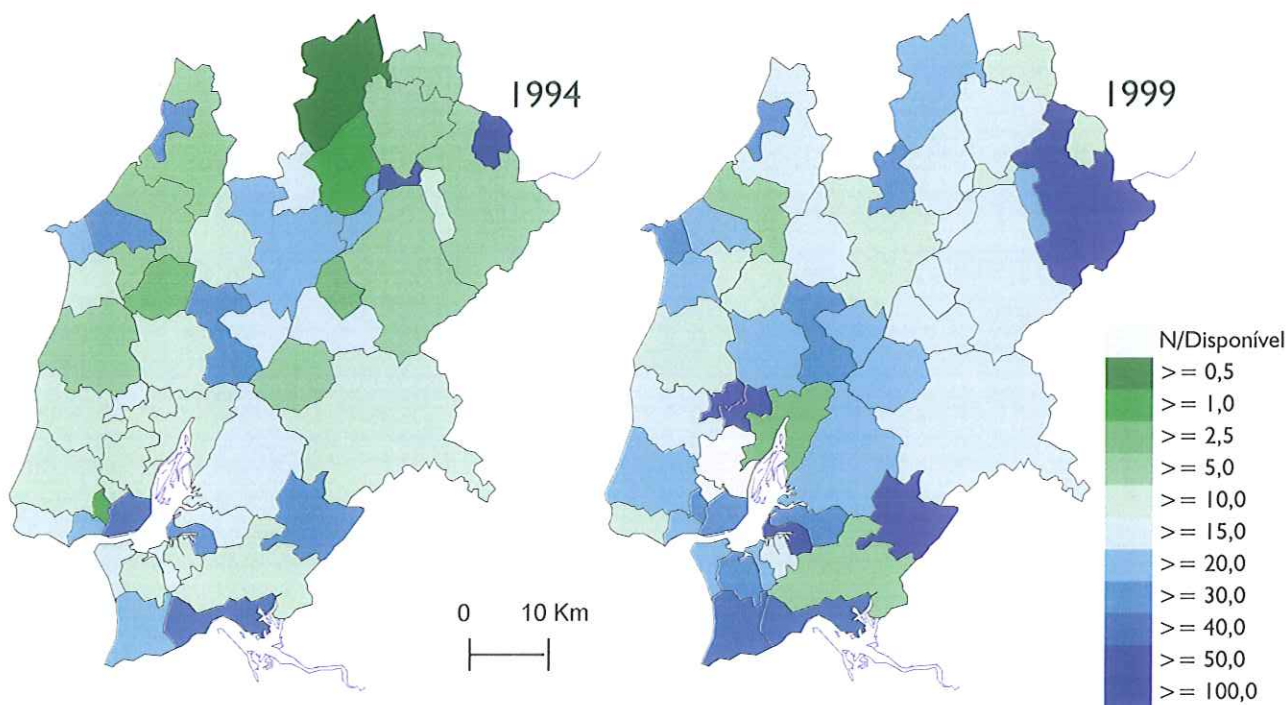
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos - recolha e tratamento (euros por habitante servido)



A despesa corrente média das Câmaras Municipais da Região com a gestão de resíduos sólidos (recolha e tratamento) foi, em 1999, de 23 euros por habitante servido.

Este valor, superior à média nacional, enquadra-se numa acentuada dispersão de resultados tanto no tempo (evolução ocorrida nos últimos anos) como no espaço (disparidades inter-concelhias). Ainda assim, parece legítimo deduzir a existência de uma tendência sustentada para o reforço relativo deste tipo de despesas e para um maior equilíbrio futuro entre as várias NUT III.

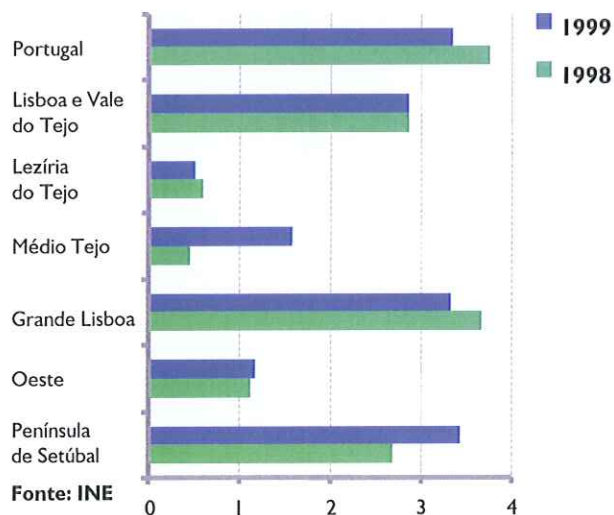
O valor de 30 euros por habitante servido poderá constituir um valor de referência estratégica de curto-médio prazo, sobretudo para municípios exteriores à AML.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

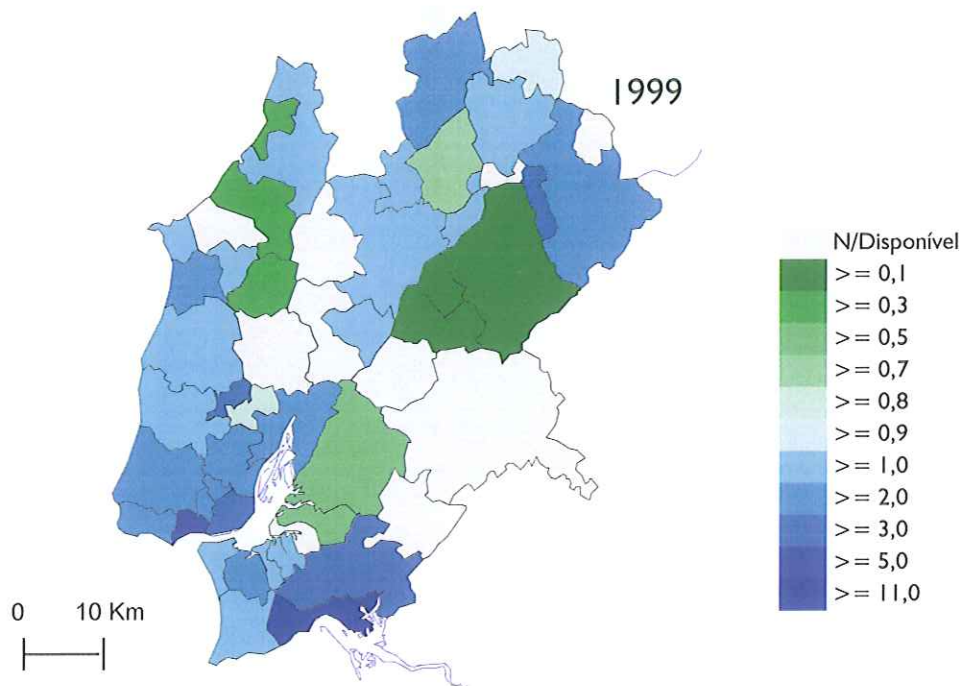
Gráfico 34

Reciclagem: % materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos



O impacto relativo dos materiais reciclados vendidos, tanto em percentagem do total de resíduos recolhidos (2,9 %) como por população servida (cerca de 15 toneladas por mil habitantes), é globalmente reduzido, inferior, mesmo, às respectivas médias nacionais (3,3 % e 16, respectivamente).

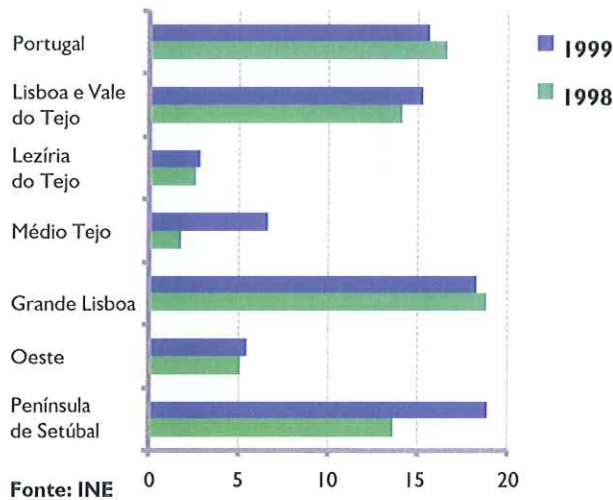
Como sucede em relação a outros indicadores, as NUT III que constituem a AML destacam-se por deterem valores médios mais positivos, embora não ultrapassem de forma significativa as médias nacionais. Pelo contrário, as restantes sub-regiões, e em especial a Lezíria do Tejo, apresentam resultados muito reduzidos.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

Gráfico 35

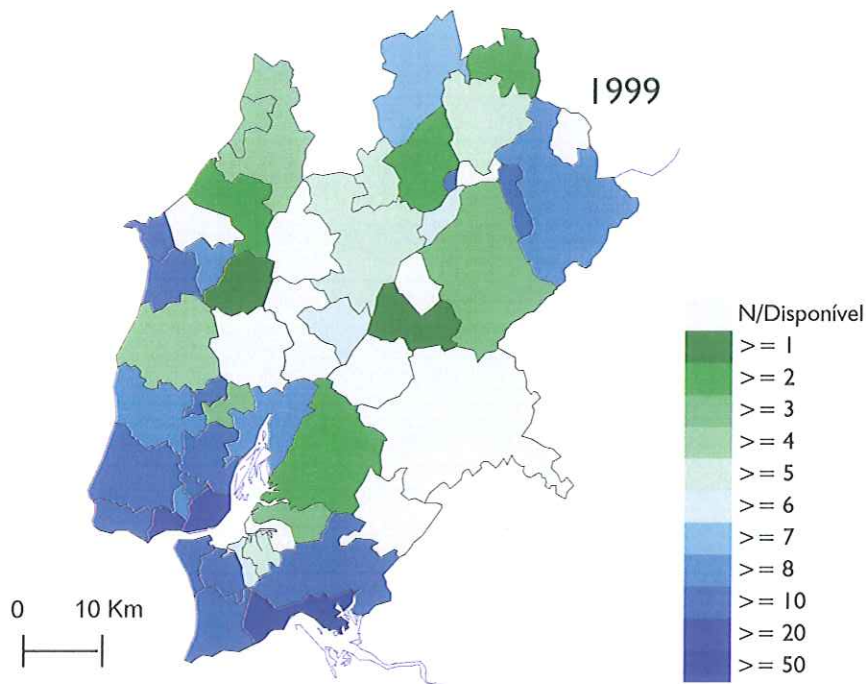
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/população servida (toneladas por habitante servido)



Em 1999, o total de materiais reciclados vendidos por população servida na Região foi de 15,3 toneladas por habitante, um valor ligeiramente inferior à média nacional (15,6).

A diferença entre as NUT III que correspondem à AML e as restantes NUT III é bastante marcada. Nestas últimas, as médias sub-regionais são mesmo inferiores a metade da média regional, embora alguns concelhos tanto do Oeste como do Médio Tejo atinjam já valores significativos.

O avanço verificado na Sub-Região do Médio Tejo entre 1998 e 1999 indicia a possibilidade de uma progressão rápida e considerável face aos resultados actuais.

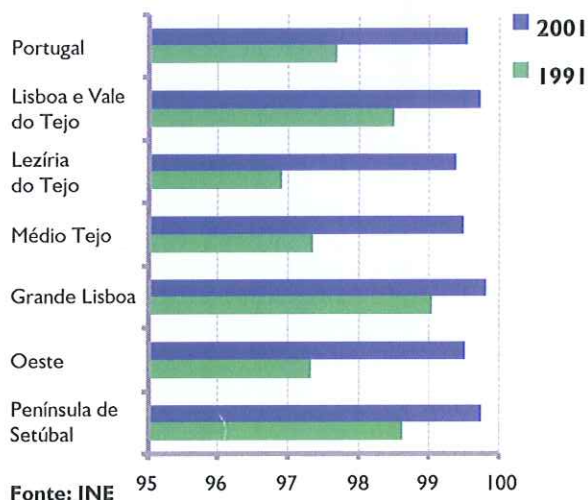


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

d) Electricidade

Gráfico 36

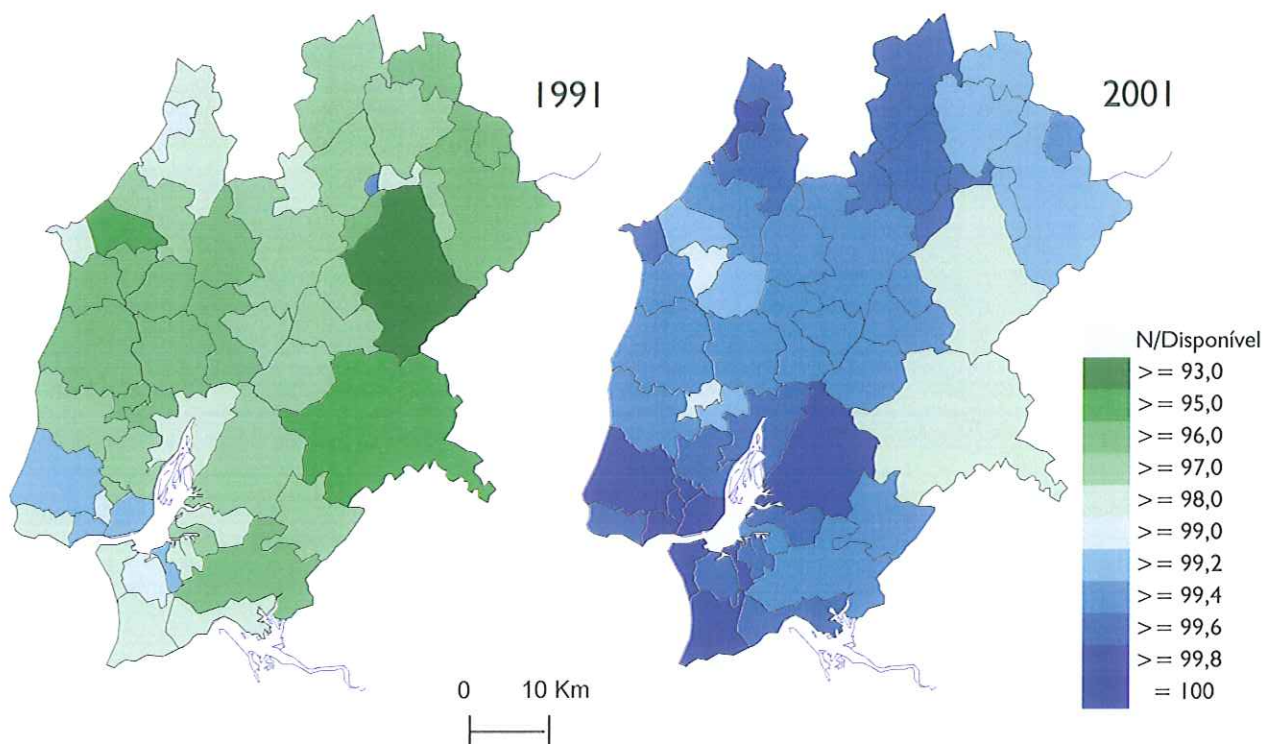
Cobertura: % alojamentos com acesso a electricidade



A taxa de cobertura de alojamentos com acesso a electricidade é quase total, sendo superior à de qualquer outro tipo de infra-estrutura básica.

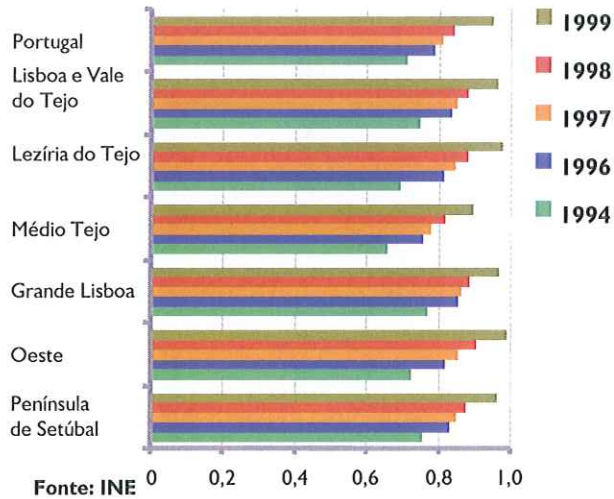
Contudo, o avanço nos últimos 10 anos não foi muito significativo, limitando-se na maior parte das sub-regiões e respectivos concelhos a integrar mais 1 a 2 % dos alojamentos existentes.

Os resultados relativamente menos positivos de alguns municípios não devem constituir um obstáculo a que a taxa de cobertura neste domínio atinja a curto prazo a desejável universalidade.



**Gráfico 37**

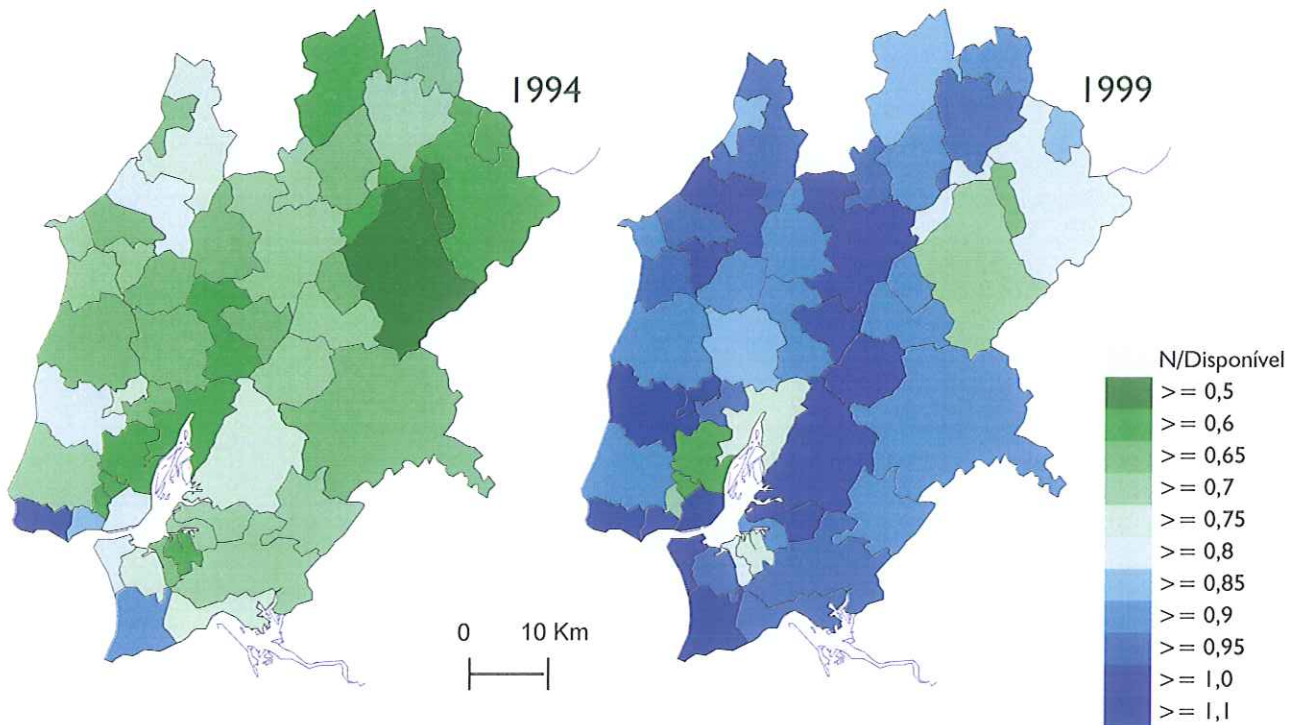
Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante servido)



O consumo doméstico de energia eléctrica per capita tem aumentado de forma sustentada nos últimos anos, acompanhando globalmente a tendência nacional.

Em 1999, a maior parte dos municípios têm consumos médios anuais iguais ou superiores a 90 KW/h per capita.

Alguns dos valores médios mais baixos ocorrem em concelhos da AML, indiciando o peso relativo de bolsas suburbanas de baixo nível sócio-económico.





Índice de gráficos

**B**



Gráfico nº	Designação	Pág
1	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante)	20
2	Incêndios florestais: área ardida/superfície florestal (%)	21
3	% Superfície urbana	25
4	Densidade média (habitantes por Km2)	26
5, 6 e 7	% População residente em APU, AMU e APR	27
8	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante)	30
9	Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros por habitante)	31
10	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes	34
11	Número médio de dormidas por hóspede nacional	35
12	Caixas multibanco: Levantamentos internacionais (euros por mil habitantes)	6
13	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes	37
14	Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro	38
15, 16 e 17	Televisão por cabo: Alojamentos cablados e assinantes	40
18	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes	41
19	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário ( euros por habitante)	42
20	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água	44
21	Cobertura: % alojamento com acesso domiciliário a água	45
22	Consumo: consumo doméstico total por população servida (m3 por habitante servido)	46
23	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante servido)	47
24	Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%)	48
25	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais	49
26	Cobertura: % alojamentos servidos com sistemas de drenagem de águas residuais	50
27	Produção: água residual produzida/população servida (m3 por habitante servido)	51
28	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais	52
29	Tratamento: % água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada	53
30	Cobertura: % população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos	54
31	Recolha: RSU recolhidos por população servida (Kg por habitante servido)	55
32	Recolha: % RSU com recolha selectiva	56
33	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos - recolha e tratamento (euros por habitante servido)	57
34	Reciclagem: % materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos	58
35	Reciclagem: materiais reciclados vendidos/população servida (toneladas por habitante servido)	59
36	Cobertura: % alojamentos com acesso a electricidade	60
37	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante servido)	61



DOMÍNIO PESSOAS

C



#### ▪ **Introdução**

Submetidas ao mercado, as lógicas de produção de uma cidade estão em constante mudança que advém, de variáveis internas e de variáveis externas cujo controle público é diminuto. Encontrar condições de análise da qualidade de vida e da coesão social capazes de monitorizar o Plano Estratégico da Região e os investimentos ligados ao III Quadro comunitário é uma tarefa difícil e, com certeza insuficiente, para dar conta das imensas transformações que atravessarão a metrópole nos próximos anos.

As dimensões de análise, tal como os critérios, dependem não apenas dos referenciais de avaliação (sendo estes um resultado da relação entre o diagnóstico e os objectivos na tentativa de “interpretar” as dinâmicas sociais sobre as quais se pretende intervir), mas também de opções estratégicas ditadas pelo pragmatismo e recursos disponíveis.

Os questionamentos de base que estruturam a avaliação na dimensão Pessoas - Coesão social e o Emprego, são os seguintes:

- As políticas e acções definidas **estão a promover maior igualdade social**, isto é, aproximando os recursos e as oportunidades dos mais desfavorecidos dos que têm melhores níveis de vida?
- As políticas e acções definidas **estão a aumentar a qualidade de vida**, em termos médios?
- As políticas e acções definidas **estão a promover a qualificação dos recursos humanos e a aumentar o emprego?**

No âmbito das dimensões de coesão social e emprego, as dimensões e sub-dimensões retidas para análise encontram-se estruturadas da seguinte forma:

- **Participação democrática**

- . Participação eleitoral

- **Recursos humanos**

- . Educação e formação
- . Emprego

- **Ordenamento do território**
  - . Espaço construído e espaço público
  - . Cultura
  
- **Qualidade de vida**
  - . Bem-estar físico
  - . Acesso a equipamentos básicos
  
- **Coesão social**
  - . Polarização de rendimentos
  - . Pobreza

Os indicadores que se seguem encontram-se organizados de acordo com estas dimensões e sub-dimensões de análise.

## Monitorização por Dimensões de Análise

C



▪ **Síntese**

Acabada a euforia do crescimento urbano acelerado, a RLVT vem acompanhando a tendência registada, quer no que respeita a um crescimento moderado da sua população, quer no que respeita ao envelhecimento da sua população.

É na Grande Lisboa que se congrega a grande parte da população da RLVT (mais de metade), se bem que com ligeira perda do peso relativo face à Região e com um crescimento mais moderado que as restantes sub-regiões. Esta constatação pode ser resultado de uma maior tendência de atracção de toda a Região, o que, a longo prazo, pode colocar problemas relacionados com um ordenamento do território equilibrado, mas igualmente salienta a capacidade regional em criar condições para a inserção profissional e urbana desta população.

Estas mudanças urbanas vêm acompanhadas de mudanças nos modos de vida – com fortes impactes nas formas urbanas e arquitectónicas – a que não é alheia a profunda transformação demográfica das sociedades ocidentais: envelhecimento, decréscimo do número de nascimentos e consequente diminuição da dimensão da família, aumento da esperança de vida, etc.

Na Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, a população com mais de 65 anos tem vindo a aumentar gradualmente representando 15,7% (1998) da população total, facto que acompanha, igualmente, os valores europeus<sup>1</sup>. Pelos resultados preliminares dos Censos 2001, essa população representava um peso de 16,4%, igualmente para Portugal e RLVT. Estas tendências acompanham as mudanças nos contextos familiares, em que a inserção cada vez mais acentuada da mulher no mercado de trabalho tem repercussões ao nível da diminuição das taxas de fecundidade e do número médio de filhos por casal. Estas tendências têm sido mais fortes nos países do sul da Europa, em larga medida influenciadas pelos salários mais baixos.

Por outro lado, a tendência acentuada assente num maior distanciamento entre gerações, que se traduz no peso cada vez mais reduzido das famílias alargadas, e consequente envelhecimento crescente, colocam novas questões em termos de protecção social, mas também em termos da vivência urbana, no que respeita à inclusão da população idosa e no desenvolvimento de estratégias que visem a melhoria da sua qualidade de vida, nomeadamente no contexto do aumento gradual da esperança de vida da população portuguesa.

---

<sup>1</sup> Dados do EUROSTAT, 2001.

**a) Variação da população**

Há um desigual crescimento populacional na última década, destacando-se o Oeste e a Península de Setúbal com um crescimento muito acima das médias do país e da Região. A Grande Lisboa tem um crescimento inferior às médias do país e Região. O Vale do Tejo tem um crescimento que é inferior ao da Região.

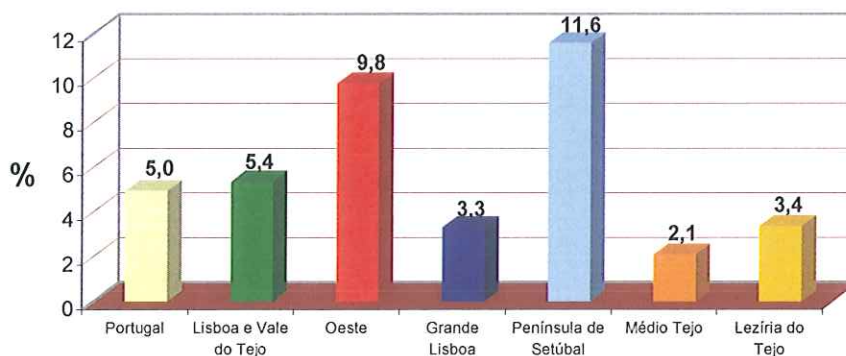
**Quadro I**

REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE	
	2001	1991
<i>Portugal</i>	10.355.824	9.867.147
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>3.468.869</b>	<b>3.292.108</b>
<b>Oeste</b>	394.487	359.430
<b>Grande Lisboa</b>	1.892.891	1.831.877
<b>Península de Setúbal</b>	714.589	640.493
<b>Médio Tejo</b>	226.070	221.419
<b>Lezíria do Tejo</b>	240.832	232.969

Fonte: INE- Censos 1991/2001 (dados provisórios)

**Gráfico I**

Variação da população 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01

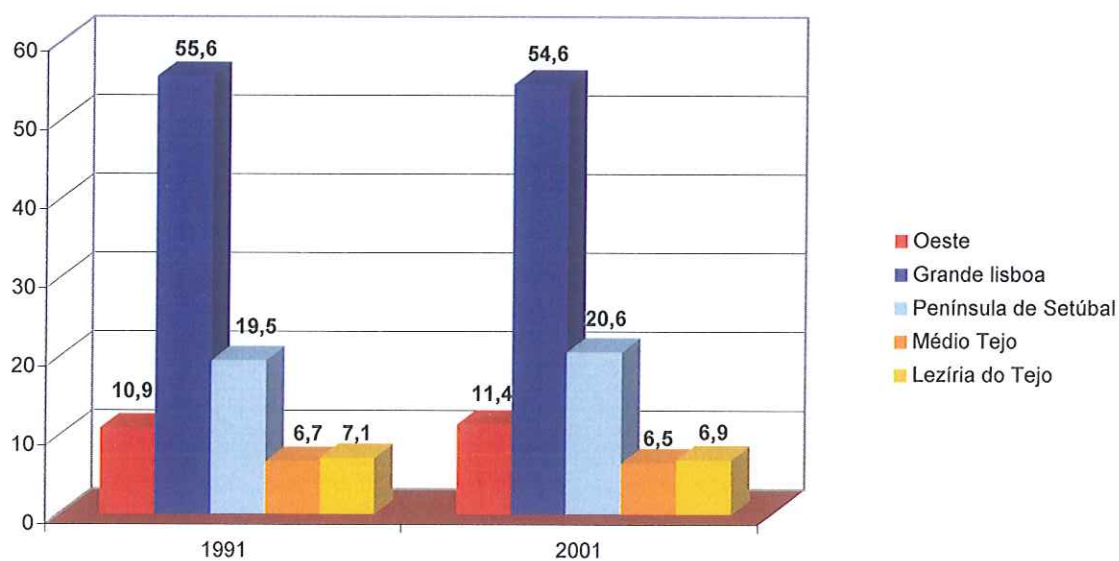
### b) Distribuição da População

A Grande Lisboa detém mais de metade (54,6%) da população da Região. Se considerarmos o conjunto da área metropolitana de Lisboa, essa Região detém 2/3 da população da Região.

No entanto, em comparação com os Censos anteriores a sub-região de Lisboa, perde ligeiramente o seu peso, fundamentalmente para as sub-regiões de Oeste e Península de Setúbal.

Gráfico 2

Distribuição da população, por sub-região (%)



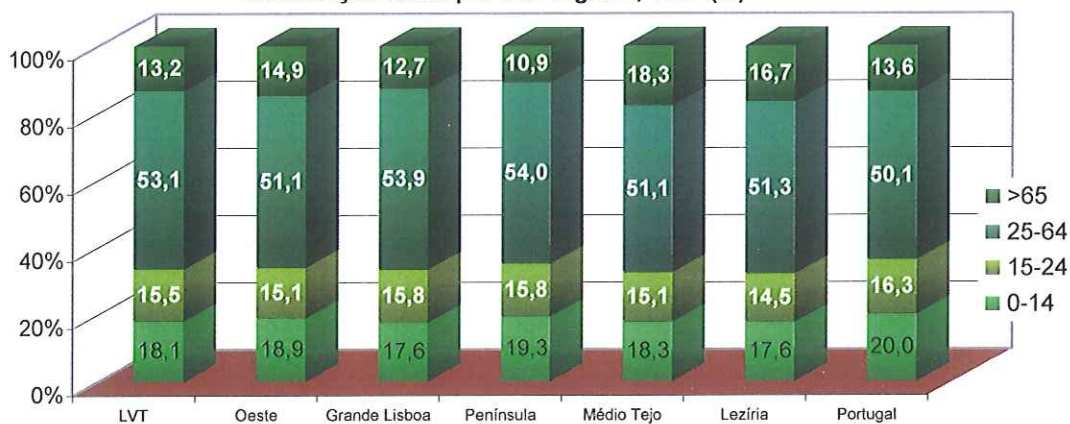
Fonte: INE- Censos 91/01

**c) Estrutura Etária**

A estrutura etária da Região de Lisboa e Vale do Tejo acompanha a distribuição nacional com um ligeiro envelhecimento no princípio da pirâmide (menores de 15 anos). No entanto, no interior da Região, as duas sub-regiões do Vale do Tejo apresentam uma estrutura etária bem mais envelhecida.

**Gráfico 3**

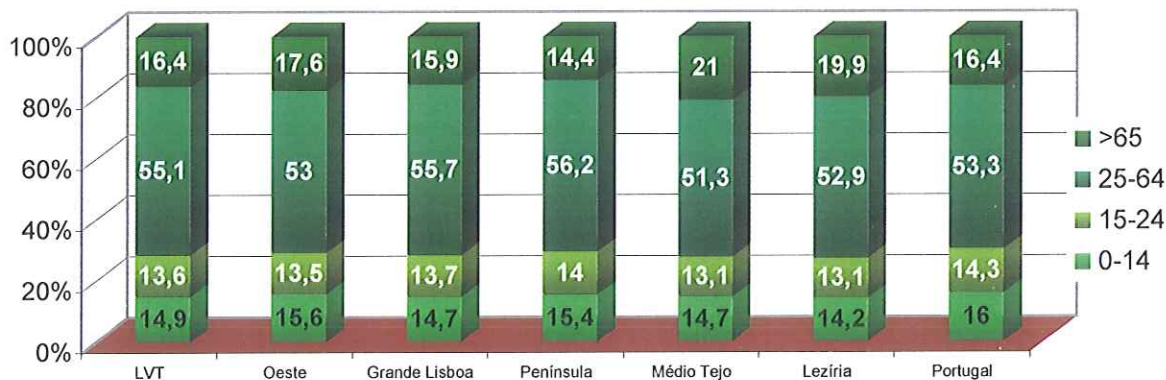
**Distribuição etária por sub-regiões, 1991 (%)**



Fonte: INE- Censos 1991

**Gráfico 4**

**Distribuição etária por sub-regiões, 2001 (%)**



Fonte: INE- Censos 2001

▪ **Síntese**

Se a cidade muda, também as exigências dos cidadão face a ela. A cidade como forma de construção da acção colectiva, deverá exigir cidadãos responsáveis e cooperantes. Assim, as dimensões de participação cívica e associativa<sup>2</sup> permitem aferir das formas modernas de apropriação da cidade.

Esta dimensão permite perceber a dinâmica regional ao nível da participação da população na construção dos seus próprios processos de desenvolvimento. Pela lacuna em termos de informação estatística disponível, o indicador passível de ser recolhido - participação eleitoral - fica muito aquém no que respeita à avaliação da dimensão. Sem dúvida que se manifesta como um indicador fiável, que traduz o grau de adesão da população à vida política do país, mas isso não terá correspondência directa com uma maior participação, ou uma participação activa na vida da comunidade. É, em muito, dependente da conjuntura económica vivida, da percepção dos indivíduos relativamente à sua qualidade de vida, ao seu sentimento de segurança no quotidiano, etc., ou seja, manifesta ou não vontade de mudança por parte da população mas não está exclusivamente relacionado com a participação democrática de apoio às formas de gestão regional.

A análise da participação eleitoral revela haver uma menor participação da população da Região face à média nacional, tornando difícil interpretar este sinal. Parece-nos existir dois tipos de considerações a levar em consideração: i) a proximidade face ao poder legislativo pode ter, em si, influência sobre a percepção que a população tem sobre os seus governantes, na medida em que é possível que potencie um maior distanciamento crítico face à vida política; ii) a participação pode efectivar-se em contextos de intervenção de âmbito mais reduzido (ex. no bairro, na freguesia) ou específico (ex. na defesa dos direitos de minorias, etc.) cuja medida se torna difícil de encontrar no nosso sistema estatístico.

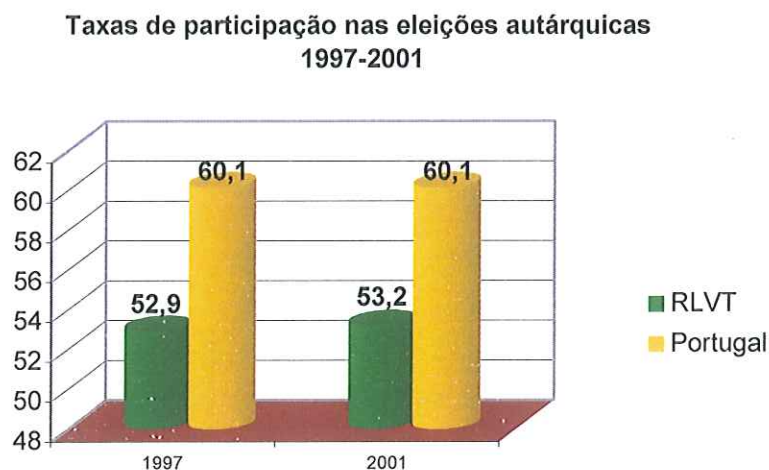
---

<sup>2</sup> Para este relatório não foi possível incluir elementos de informação sobre este indicador.

a) Participação Eleitoral

Apesar de uma pequena subida nas taxas de votantes nas últimas eleições autárquicas, a RLVT apresenta taxas de participação inferiores às registadas no país. Apenas a sub-região do Médio Tejo apresenta taxas de participação superiores à média de Portugal, sendo as sub-regiões de Grande Lisboa e Península de Setúbal aquelas que mais contribuem para a diminuição da participação eleitoral na Região.

Gráfico 5



Fonte: STAPE

#### ▪ Síntese

A esfera económica parece cada vez mais exigente face à cidade e é crescente a qualidade dos “recursos humanos” como factor de localização de actividades de ponta. Mas também a qualidade do emprego que a Região oferece é um factor de análise da coesão social dada a actual precariedade dos laços de trabalho.

Assim, a análise da qualificação das “PESSOAS” é um dos factores pertinentes para a análise da qualidade de um território. Esta dimensão congrega duas vertentes de análise que se devem articular de forma a promover a inserção sócio-profissional dos indivíduos. Assim, por um lado, engloba a vertente qualificacional (incluída nas sub-dimensões de educação e formação<sup>3</sup>) e, por outro, as condições de inserção reveladas pela especificidade do mercado de emprego regional.

Se ao nível das condições de acesso no sistema de ensino a RLVT parece demonstrar, na generalidade, uma posição mais positiva do que o Continente, manifestado por taxas de cobertura de pré-escolar e peso de estudantes na população superiores ao país, o mesmo não se revela nas condições de sucesso. Nas sub-regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal manifestam-se taxas de insucesso e de abandono escolar superiores. É igualmente, nestas sub-regiões, que o peso de alunos “não lusos”<sup>4</sup> se vai manifestando superior, perfil mais problemático ao nível do insucesso e abandono escolar, o que, de alguma forma, pode ser indicativo de alguma dificuldade em articular o sistema de ensino com a especificidade destes grupos culturais, e, por outro lado, destes grupos não estarem verdadeiramente incluídos na sociedade, facto que se traduz por dificuldades de permanência no sistema formal de ensino.

Também as habilitações da população regional apresentam um perfil mais qualificado do que o registado para o Continente, o que, em muito, estará relacionado com o peso relevante de actividades económicas (essencialmente de serviços) que exigem níveis superiores de habilitações, mas igualmente pela proximidade do sistema de ensino universitário. Aqui, sem dúvida, que se poderá deduzir que as condições de acessibilidade serão condicionantes das condições de sucesso no sistema.

<sup>3</sup> À data da elaboração deste relatório não foi possível obter informação relativa ao contexto formativo, pelo que não se inclui na análise)

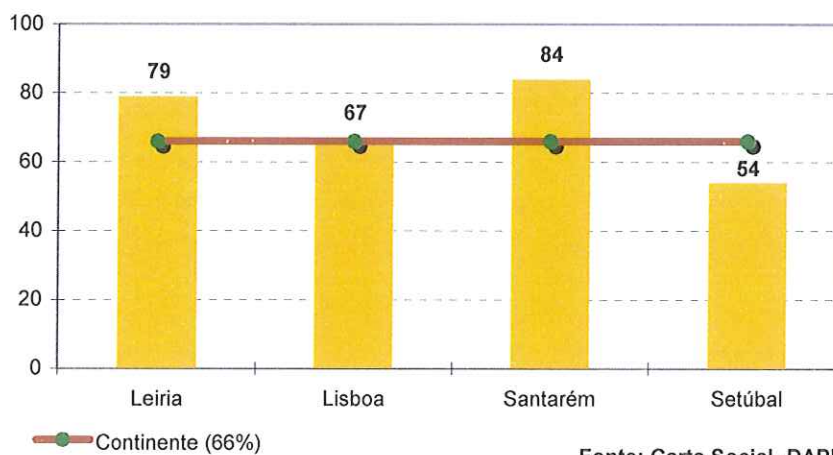
<sup>4</sup> Terminologia utilizada pelo Ministério da Educação referindo-se às crianças de origem em Portugal face a crianças de origem étnica ou migratória diferente.

#### a) Cobertura em Educação Pré-escolar<sup>5</sup>

Para os diferentes distritos que são abrangidos na área da RLVT, denota-se uma tendência para uma melhor taxa de cobertura do ensino pré-escolar em comparação com o Continente, em função de informação relativa a 1998. Apenas Setúbal manifesta valores abaixo da média nacional. O distrito de Santarém é aquele que manifesta taxas de cobertura mais elevadas.

Gráfico 6

Taxas de cobertura em educação pré-escolar, 1998 (%)



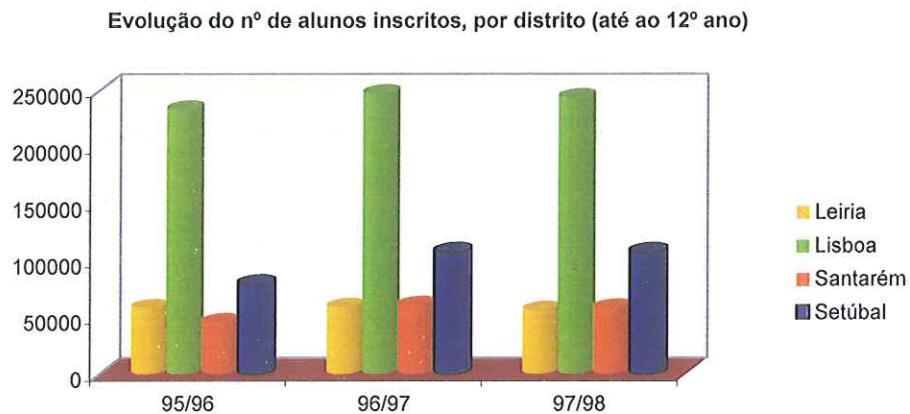
Fonte: Carta Social- DAPP.ME

<sup>5</sup> Só foi possível obter a informação por distritos.

#### b) Evolução dos Alunos

Acompanhando a tendência do país, em todos os distritos há uma diminuição do número de alunos inscritos no ano lectivo de 97/98. O distrito de Lisboa detém o grande número de alunos inscritos na RLVT, seguindo-se o distrito de Setúbal<sup>6</sup>.

**Gráfico 7**



Fonte: Base de dados ENTRECULTURAS

<sup>6</sup> Saliente-se que relativamente ao ano de 95/96 não estão contabilizados para o distrito de Santarém e Setúbal os alunos do ensino secundário que se deverá a falha de impressão dos documentos a que se recorreu.

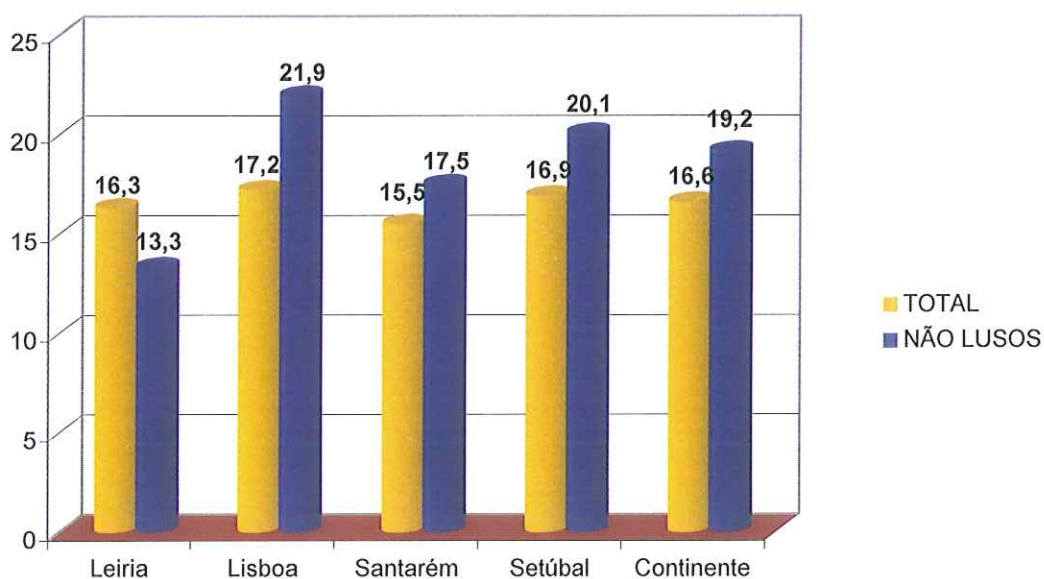
#### c) Insucesso Escolar

Embora estejamos a considerar a Região onde se insere a capital do país os dados referidos ao insucesso e abandono são geralmente superiores às médias nacionais. No ano lectivo de 97/98, o distrito de Lisboa e de Setúbal ultrapassavam os níveis de insucesso registado para o Continente.

O insucesso por grupos culturais manifesta-se superior, com excepção do distrito de Leiria.

Gráfico 8

Insucesso escolar, por distrito, 97/98 (%)



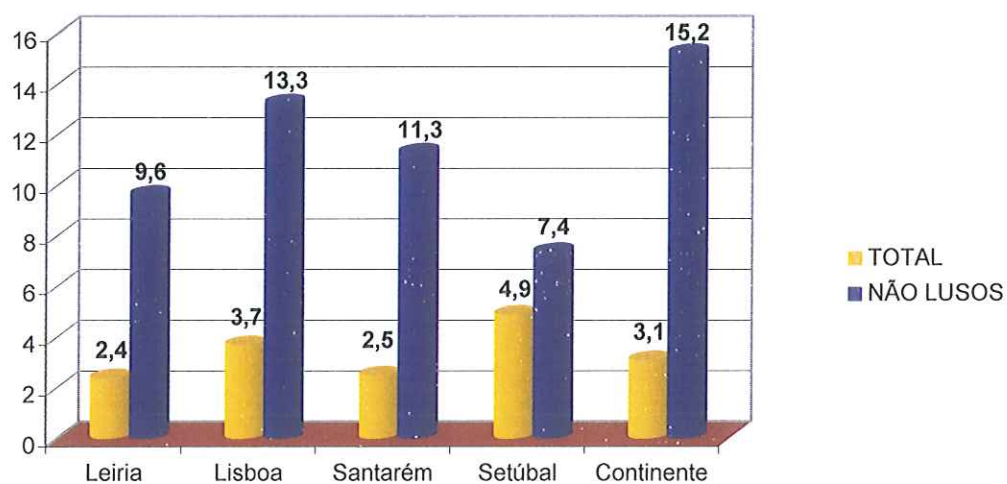
Fonte: Base de Dados ENTRECULTURAS

#### d) Abandono Escolar

Também no que concerne ao abandono escolar, o distrito de Lisboa e Setúbal tinham taxas superiores ao Continente, no ano lectivo de 97/98. Os não lusos manifestam taxas de abandono superiores, se bem que face ao Continente, os distritos que estão abrangidos na RLVT detêm valores mais baixos. Destaca-se Lisboa e Santarém com níveis de abandono mais elevados.

Gráfico 9

Abandono escolar, por distritos, 97/98 (%)

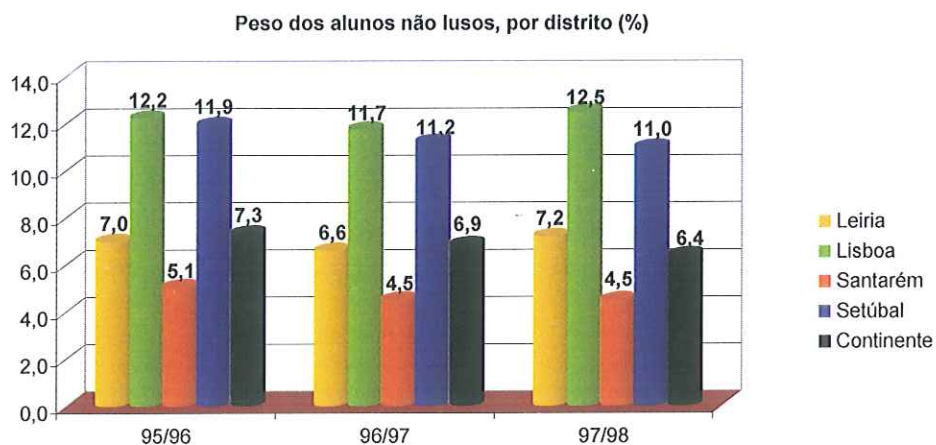


Base de dados ENTRECULTURAS

#### e) Inserção de Minorias

Como é do conhecimento geral alguns dos grupos étnicos oriundos dos fenómenos migratórios concentram-se nas áreas metropolitanas e muito especialmente em Lisboa. Não será pois de estranhar que a inserção dos grupos de minorias culturais no contexto escolar, seja superior nos distritos de Lisboa e Setúbal, ultrapassando, em todos os anos lectivos em análise, 10% da população escolar. Apenas o distrito de Santarém detém um peso inferior, de inserção destes grupos, ao registado no Continente.

Gráfico 10



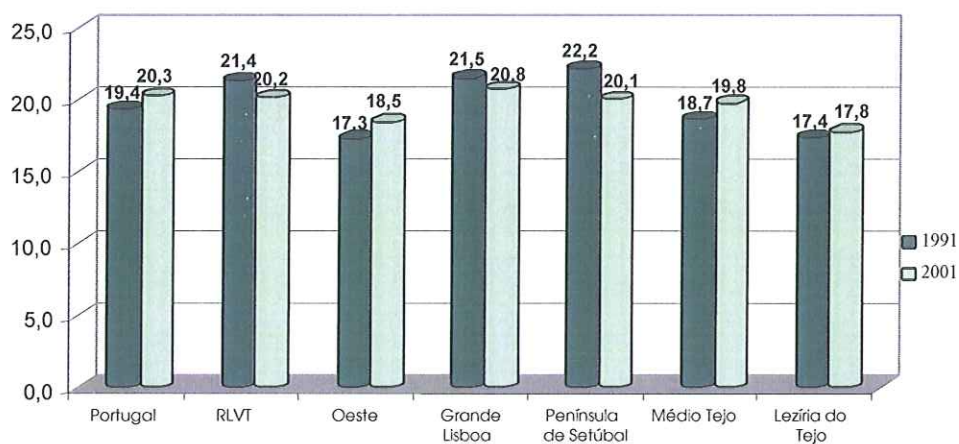
Fonte: Base de dados ENTRECULTURAS

f) Habilitações da População

A concentração na Região de parte significativa de escolas e universidades poderá ser responsável pelo facto de que, em 2001, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal apresentem percentagens acima da média nacional de pessoas a estudar. No entanto, esse esforço de qualificação não se constata nas outras sub-regiões, pois todas elas apresentam percentagens inferiores de estudantes na população geral, com especial destaque para a Lezíria do Tejo e Oeste, o que continua ser um sintoma de pouca valorização do investimento em recursos humanos em zonas menos privilegiadas da Região. Comparando o peso dos estudantes por sub-região, em 1991 e 2001, apenas Grande Lisboa e Península de Setúbal diminuíram ligeiramente esse valor, se bem que estas sub-regiões mantinham, em 1991, um peso superior à média nacional.

Gráfico II

Peso dos estudantes na população total, 1991/2001 (%)



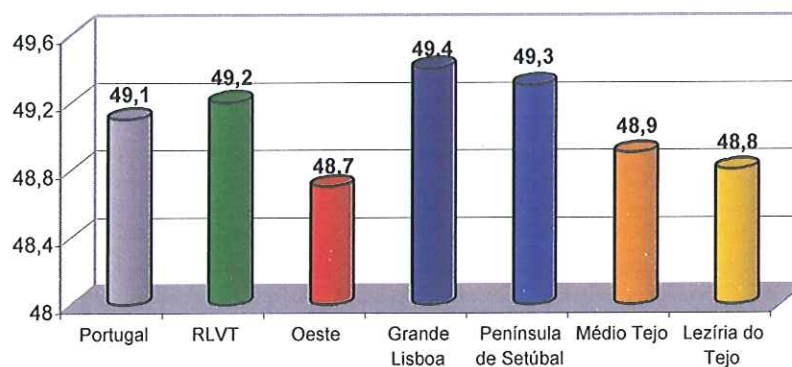
Fonte: INE- Censos 91/01

## C.2. RECURSOS HUMANOS

### C.2.1. - Educação e Formação

O peso da população masculina estudante é ligeiramente inferior ao da população feminina, sendo que essa disparidade é superior no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

**Gráfico 12**  
Taxa de masculinização da população que estuda, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

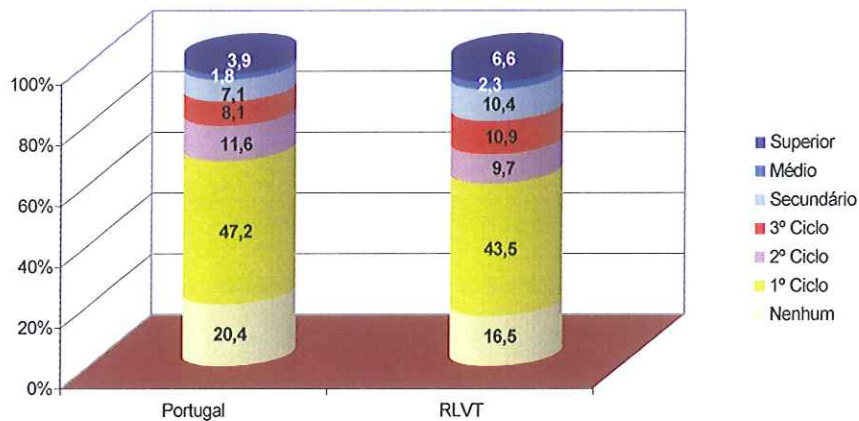
O peso da população com maiores níveis de habilitação é superior na RLVT comparativamente com o país. A crer nas estatísticas oficiais, de 1991 a 2001, o peso da população na RLVT com níveis de ensino atingidos a partir do secundário passa de 6,6 % para 14,2%, ou seja uma duplicação do número de licenciados.

## C.2. RECURSOS HUMANOS

### C.2.1. - Educação e Formação

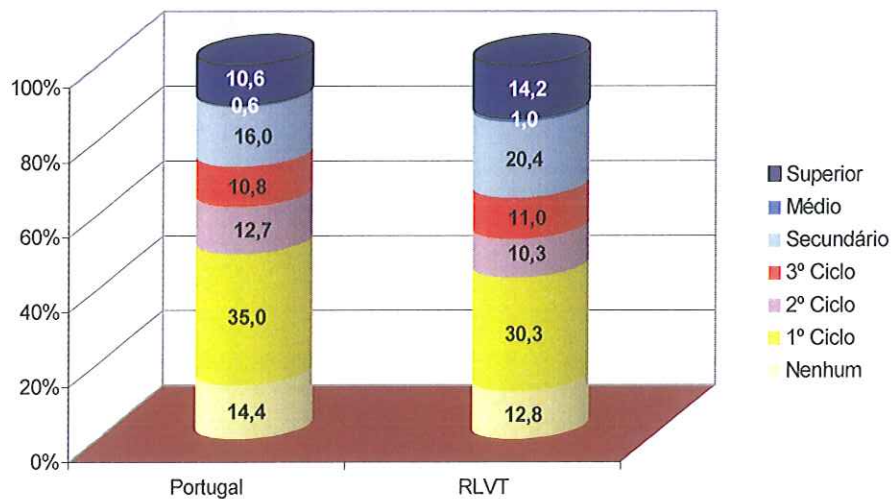
Gráficos 13 e 14

Níveis de ensino atingidos, 1991



Fonte: INE- Censos 1991

Níveis de ensino atingidos, 2001



Fonte: INE- Censos 2001

## C.2. RECURSOS HUMANOS

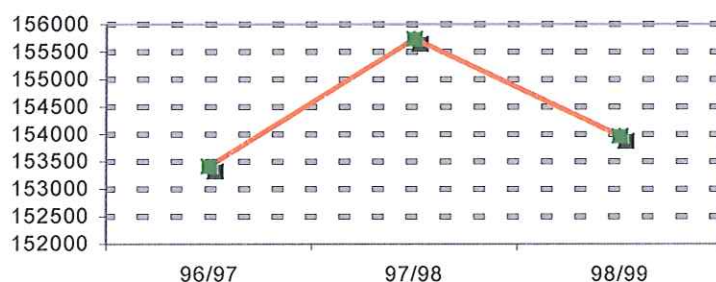
### C.2.1. - Educação e Formação

#### g) Ensino Universitário

À semelhança dos outros graus de ensino, e devido a uma quebra demográfica, a população que frequenta o ensino superior sofre uma baixa acentuada a partir de 1997/98 mantendo-se no entanto acima dos 154000 estudantes. Este decréscimo, acompanhado do aumento da oferta do ensino público está talvez na origem de um decréscimo da frequência dos estabelecimentos privados<sup>7</sup>.

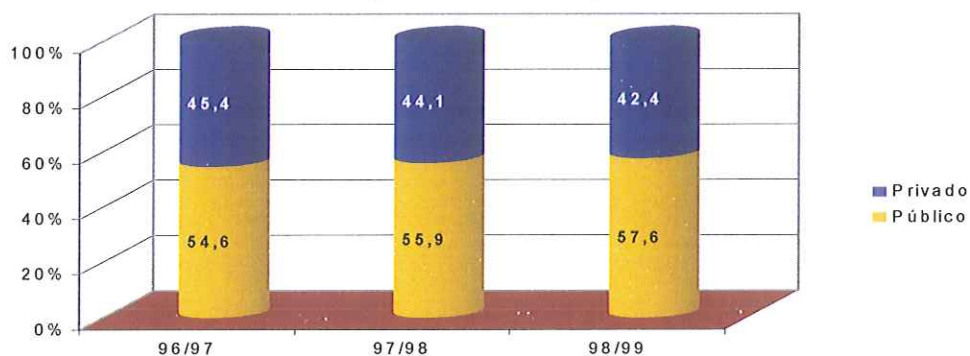
Gráficos 15 e 16

Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na região de Lisboa e Vale do Tejo, 96/97 a 98/99



Fonte: Ministério da Educação

Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo



Fonte: Ministério da Educação

<sup>7</sup> A série de que dispomos não nos permite retirar conclusões importantes relativamente à tendência registada nas matrículas no ensino superior para a RLVT.

#### ▪ Síntese

O sistema de emprego apresenta as mesmas características do conjunto nacional. Assiste-se a uma tendência progressiva na entrada da mulher no contexto laboral; a um ligeiro decréscimo do peso da população activa face à população total, o que pode ser reflexo do envelhecimento da população acompanhado por um crescimento muito reduzido dessa mesma população. Também ao nível do pessoal ao serviço das empresas se verifica esse peso crescente da população feminina, se bem que nas sub-regiões com níveis mais baixos de desenvolvimento, a saber no Vale do Tejo, a inserção da mulher no mercado de trabalho se venha manifestando, mas com valores abaixo dos registados para a Região, o que aliás é característico da sub-declaração de actividade das mulheres com actividades no mundo rural.

A capacidade empregadora regional é constante mas deve salientar-se uma perda de peso relativo das sub-regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal para as restantes sub-regiões, que manifestam uma tendência positiva ao nível da capacidade de criação de emprego. De um modo geral, conclui-se por um envelhecimento da mão-de-obra ao serviço das empresas o que pode ser indicativo da não renovação da estrutura de pessoal ao serviço das empresas. No entanto, este facto também pode estar relacionado com as tendências demográficas já assinaladas. Mas há uma outra dimensão que parece ser positiva e que se reporta à estrutura de habilitações da mão-de-obra e que vem revelando uma tendência de maior peso do pessoal com habilitações superiores.

A RLVT manifesta igualmente valores superiores à média ao nível dos salários nacionais, o que pode manifestar disparidades face às restantes regiões do país, que, em muito, traduzem a especificidade do perfil de actividades económicas prevaletentes na Região, assim como o carácter de centralidade e de atracção no contexto nacional. Não parece tratar-se somente de uma disparidade em termos dos níveis de vida, mas fundamentalmente relacionado com exigências mais elevadas em termos de especialização associada a níveis mais elevados de habilitações literárias.

Se é certo que a RLVT detém uma capacidade empregadora importante no contexto nacional, as taxas de desemprego vão igualmente mantendo valores mais elevados o que pode ser revelador de existência de disparidades ao nível do sistema de acesso ao mercado de trabalho, que terão de ser aprofundadas com um contacto mais aprofundado com as instituições que operam neste domínio. O perfil do desemprego na Região, não desfasa muito, no entanto, do que é a realidade nacional: i) permanência da importância do desemprego feminino; ii) tendência de aumento do desemprego de longa duração; iii) desemprego superior nos grupos etários mais jovens. Se esta é uma realidade problemática, não deixa de ser positivo o facto de Portugal, manter taxas de desemprego feminino e taxas de desemprego da população com

menos de 25 anos das mais baixas ao nível europeu, mantendo uma tendência de diminuição desde 1995/1996, sendo que o contexto de crise económica por que o país atravessa possa vir a alterar este sentido positivo. Portugal detinha em 1999, uma taxa de desemprego feminino de 5,2% por contraposição à média europeia de 10,9%. Por outro lado, o país apresentava uma taxa de desemprego da população com menos de 25 anos, nesse mesmo ano, de 9%, sendo que o mesmo indicador ao nível europeu se situava em 17,9%<sup>1</sup>.

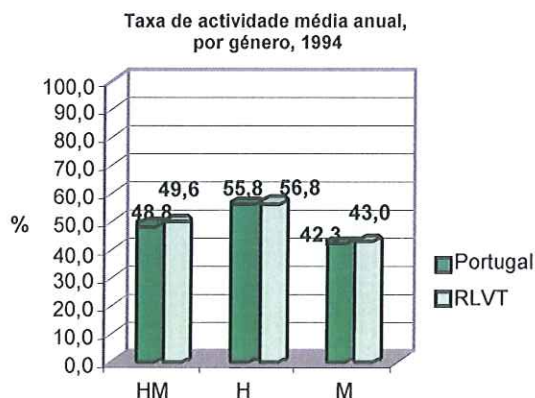
---

<sup>1</sup> Dados do EUROSTAT, 2001.

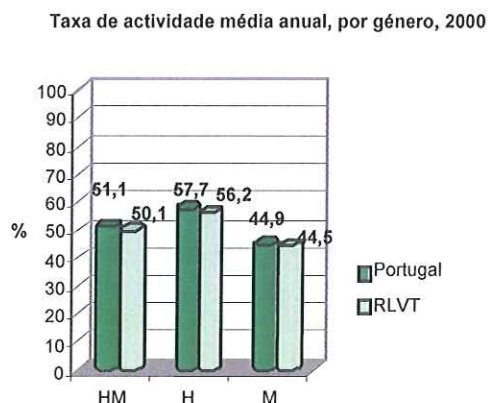
#### a) Taxa de Actividade Média Anual

Em 1994, a população activa da RLVT face à população total era ligeiramente superior à média nacional situando-se em 50%. Em 2000, a Região tinha cerca de 1,670 milhão de população activa, que representava 50,1% da população total, taxa ligeiramente inferior às médias nacionais. Nesse mesmo ano, a taxa de actividade feminina era cerca de 5% inferior à dos homens, enquanto que em 1994, essa diferença era superior a 14%. Estes dados são claramente exemplificativos da progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, que de resto acompanha a tendência ao nível nacional.

Gráficos 17 e 18



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994



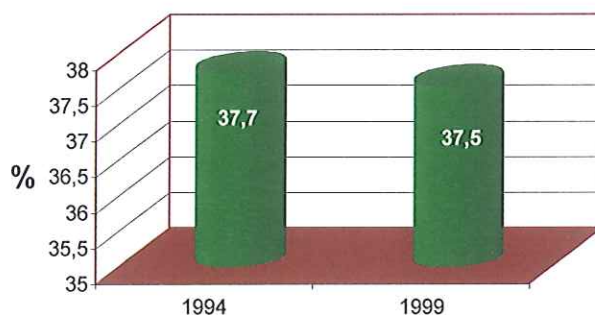
Fonte: INE- Anuário Estatístico 2000

#### b) Capacidade Empregadora Regional

A RLVT emprega mais de 1/3 da população activa do país, pese embora uma ligeira diminuição no período de 1994 a 1999. Essa perda de peso pode estar relacionada com a variação em termos do pessoal ao serviço das empresas que, se bem que positiva, se revelou, para esse período, abaixo dos valores registados para Portugal.

**Gráfico 19**

Varição do pessoal ao serviço das empresas na RLVT face a Portugal

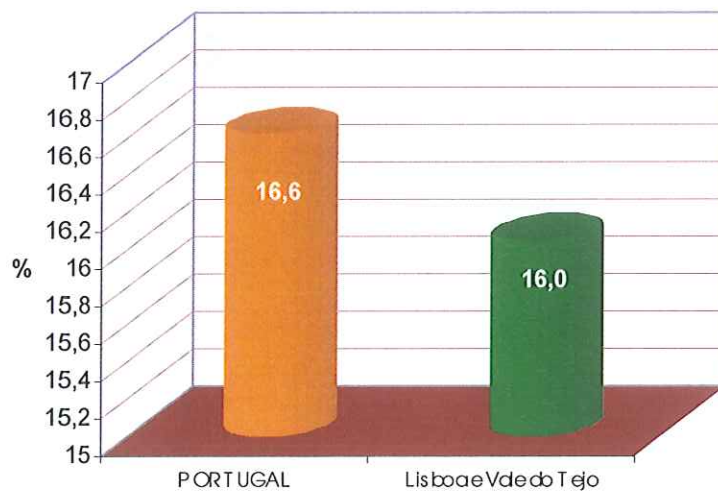


Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Ao nível intra-regional, destaca-se a Grande Lisboa como a sub-região que emprega a maior percentagem do pessoal ao serviço das empresas, se bem que o seu peso na Região tenha diminuído. Esta diminuição é acompanhada por uma tendência muito ligeira de aumento do peso da capacidade empregadora das restantes sub-regiões. A Península de Setúbal mantém o seu peso para o período em análise.

Gráfico 20

Varição do pessoal ao serviço das empresas,  
RLVT e Portugal, 1994-1999

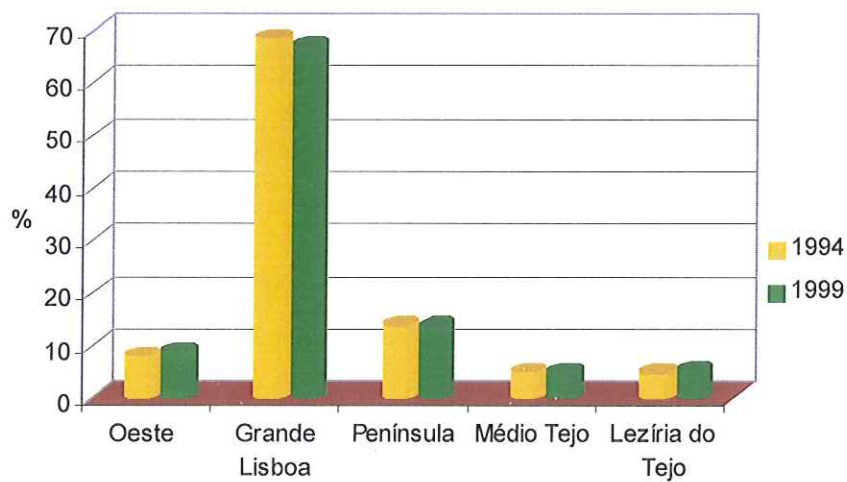


Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Esta tendência de estabilização na Península de Setúbal e Grande Lisboa é acompanhada por uma variação abaixo dos valores registados para a RLVT. O Oeste e a Lezíria do Tejo, revelam-se, a este nível, as sub-regiões mais dinâmicas com variações de pessoal ao serviço das suas empresas, de 1994 a 1999, superiores a 27%.

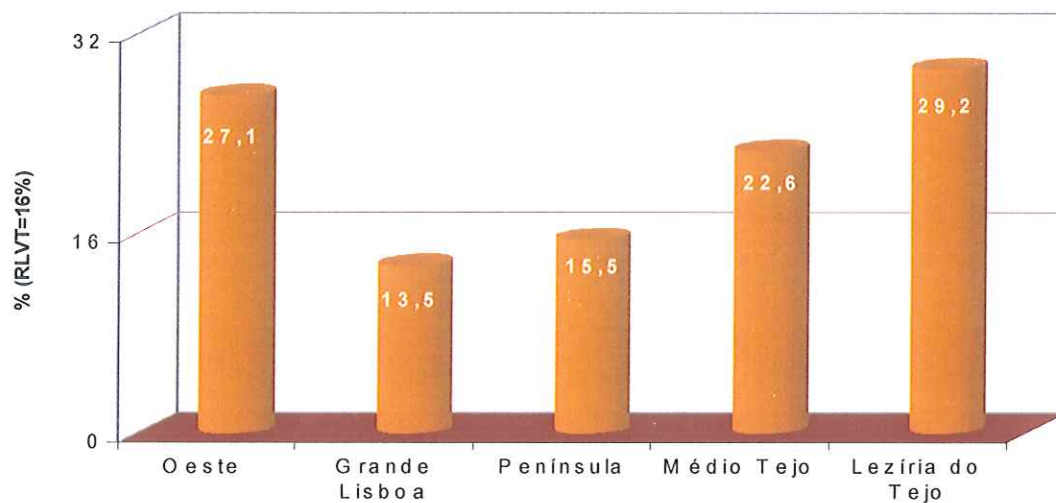
Gráficos 21 e 22

Pessoal ao serviço das empresas por sub-região, face à RLVT (%)



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Variação do pessoal ao serviço das empresas, por sub-região, 1994-1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

#### c) Pessoal Segundo a Actividade Económica

Distinguem-se estruturas diferenciadas, quer da RLVT para Portugal, quer das próprias sub-regiões que compõem a Região.

Assim:

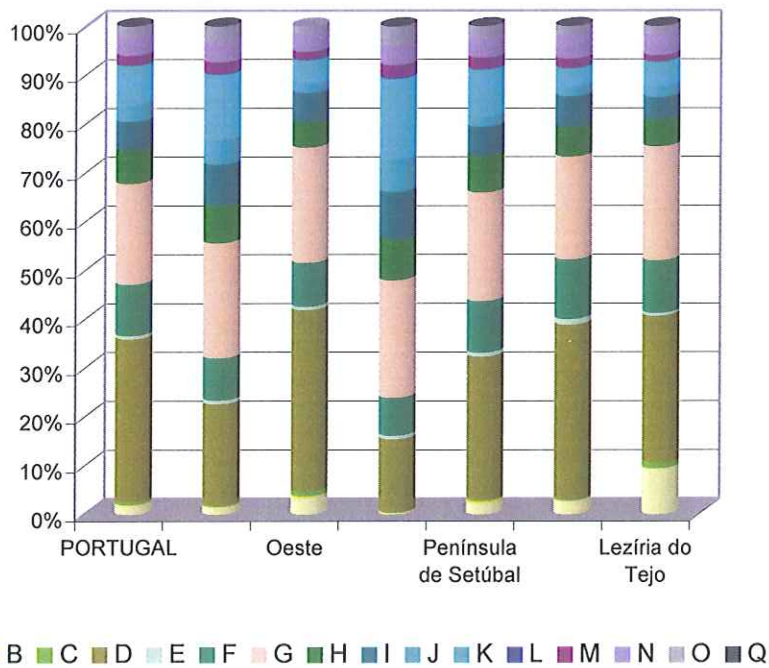
- Na RLVT, mais de 50% do pessoal ao serviço das empresas desenvolve actividade nas Indústrias Transformadoras (D), Comércio por Grosso e a Retalho (G) e Actividades Imobiliárias (K). As duas primeiras actividades ocupam, igualmente, um peso relevante para o país, se bem que outras actividades se podem distinguir à parte das actividades imobiliárias, como por exemplo o sector da Construção.
- Em todas as sub-regiões se destaca a capacidade de emprego das Indústrias Transformadoras, da Construção e do Comércio por grosso e a retalho;
- Na Grande Lisboa, outro sector emerge com uma importância assinalável, a saber, as Actividades Imobiliárias. É na Região Oeste e, com mais importância, na Região da Lezíria do Tejo, que adquire alguma relevância as actividades relacionadas com a agricultura<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Saliente-se que os Quadros de Pessoal não contabilizam nem trabalhadores independentes que, no caso particular da agricultura deverão ter uma incidência importante, assim como não contabiliza, igualmente, os trabalhadores da Administração Pública que detém, com certeza uma importância assinalável na Região - não só pelo facto dos serviços centrais e muitos serviços regionais estarem sedeados na Grande Lisboa, mas também pelo facto de em muitos territórios com reduzida capacidade empregadora são, em geral, os serviços públicos que albergam mais pessoal. Significa dizer que esta fonte subestima a realidade empregadora, mas também é aquela que vai mantendo a informação actualizada.

Gráfico 23

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas, por CAE e região, 1999



**Legenda:**

**A:** AGRIC.,PROD.ANIMAL,CACA,SILV.; **B:** PESCA; **C:** INDUSTRIAS EXTRACTIVAS; **D:** INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS; **E:** PROD.,DISTRIB.,ELECT,GAS,AGUA; **F:** CONSTRUCAO; **G:** COMERCIO GROSSO E RETALHO; **H:** ALOJ.,RESTAURACAO(REST.SIMIL); **I:** TRANSP., ARMAZ., COMUNICACOES; **J:** ACTIVIDADES FINANCEIRAS; **K:** ACT.IMOB.,ALUG.SERV.PREST.EMP; **L:** ADM.PUB.,DEF.SEG.SOCIAL OBRIG; **M:** EDUCACAO; **N:** SAUDE E ACCAO SOCIAL; **O:** OUT.ACT.SERV.COLECT.SOC.PESS.; **P:** FAMILIAS C/ EMP. DOMESTICOS; **Q:** ORG.INTERN.OUT.INST.EX.TERRIT

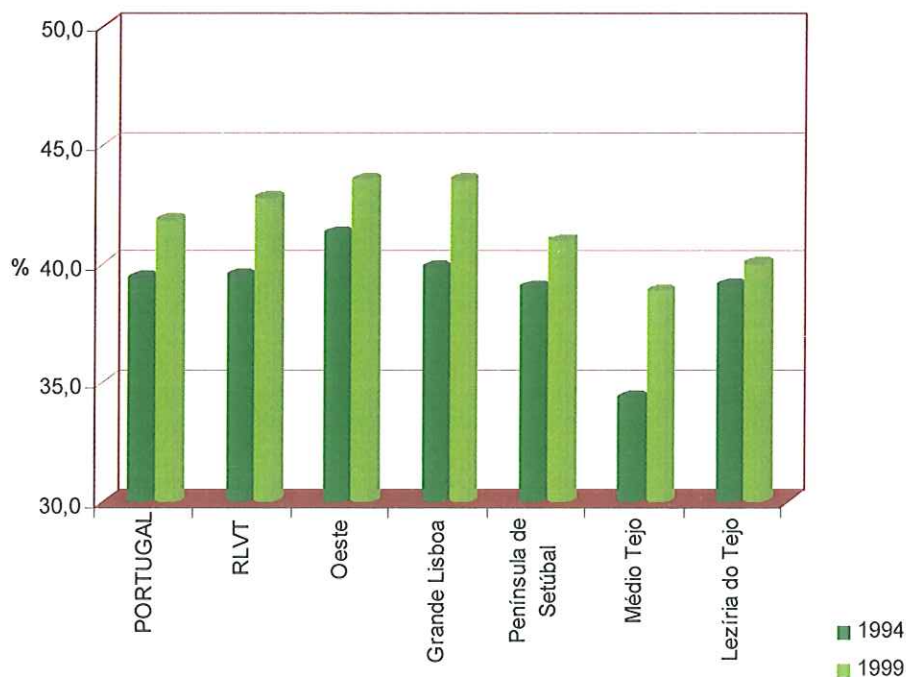
#### d) Taxas de Feminização do Emprego

Para o período em análise, e que se reporta a dados de 1994 e 1999, houve uma mudança positiva no que respeita à entrada na mulher no mercado de trabalho. A RLVT mantém valores dessas taxas relativamente superiores à média nacional, que em muito se deve ao contributo do Oeste e Grande Lisboa.

O Vale do Tejo ainda mantém uma posição frágil neste domínio, com taxas inferiores a 40%, se bem que seja assinalável, a mudança na estrutura de pessoal ao serviço das empresas segundo o género para o Médio Tejo que, em 1994, tinha uma taxa de feminização a rondar os 34% e em 1999 registava nesse mesmo indicador um valor próximo dos 39%.

Gráfico 24

Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas,  
por regiões, 1994/1999



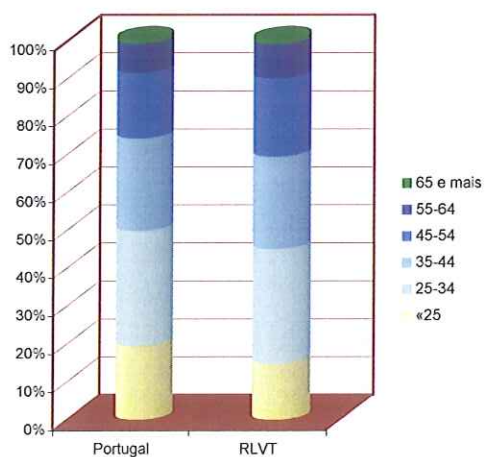
Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

e) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas

Um certo envelhecimento da força de trabalho caracteriza, na Região mas também no país, a estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas.

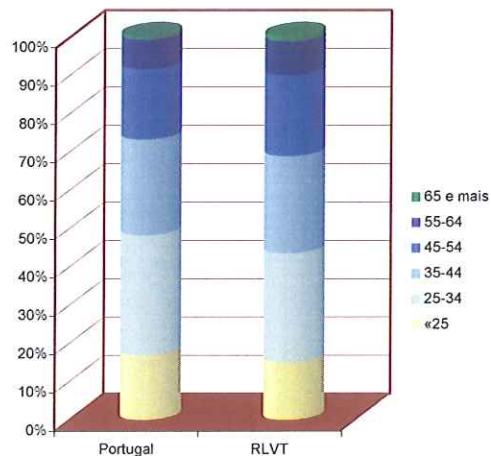
Gráficos 25 e 26

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, Portugal e RLVT, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, Portugal e RLVT, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

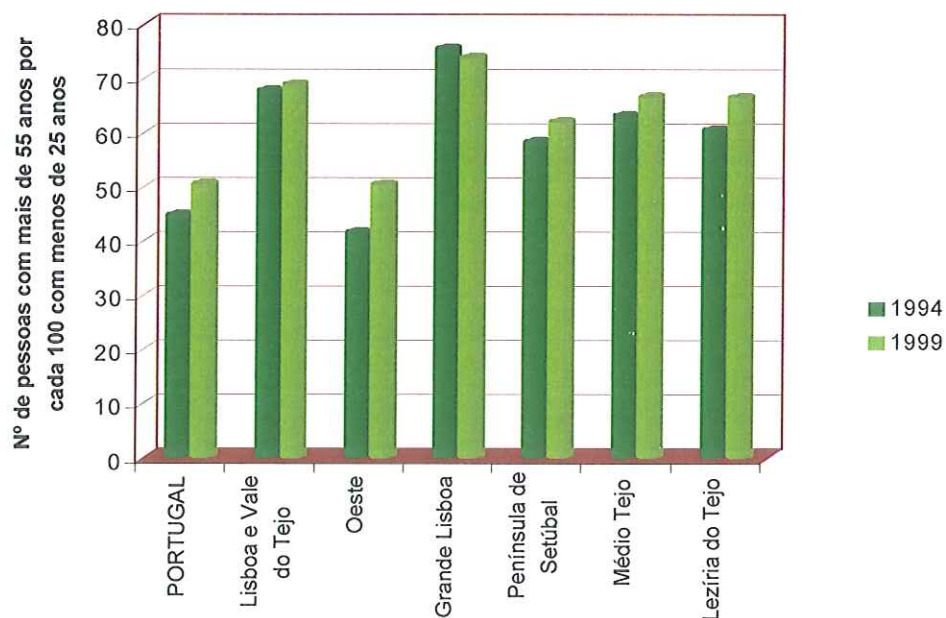
### f) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

Com o intuito de aprofundar essa tendência de envelhecimento da mão-de-obra, construiu-se um indicador que pondera o peso do pessoal ao serviço das empresas com mais de 55 anos com o daquele que detém menos de 25 anos. Confirma-se a tendência de envelhecimento assinalada para a RLVT comparativamente com o país, apresentando, em 1999, uma média de 69 indivíduos com mais de 55 anos, para 100 com idade inferior a 25 anos.

Ao nível sub-regional, é a Grande Lisboa que parece estar a contribuir para este envelhecimento, se bem que, ao contrário da Região, tenha revelado uma ligeira diminuição, neste índice, em 1999. Todas as restantes regiões manifestam um aumento nos valores do índice, destacando-se a Região Oeste que, sendo aquela que ainda mantém uma relação entre pessoal com mais de 55 anos e aquele com menos de 25 anos inferior, manifesta uma tendência mais acentuada em termos deste indicador.

Gráfico 27

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por região, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

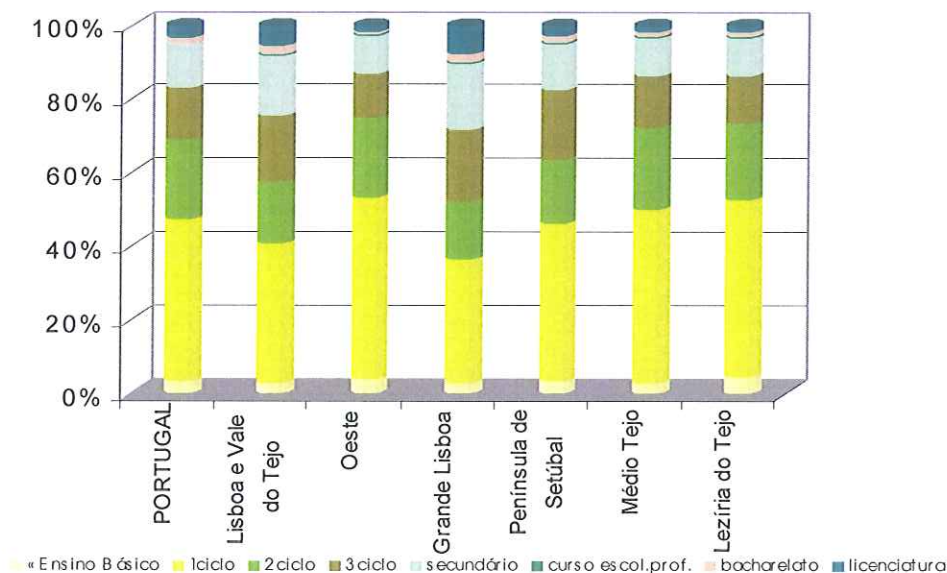
**g) Escolarização da Mão-de-obra**

Tal como se notava no aumento de escolaridade, é notável a alteração da estrutura de habilitações do pessoal ao serviço nas empresas, de 1994 a 1999. Essa mudança relaciona-se com um progressivo aumento das habilitações, sendo que a RLVT mantém uma estrutura mais qualificada do que o país. Sem dúvida que é a Grande Lisboa que mais contribui para essa tendência positiva ao nível das qualificações da mão-de-obra.

O Oeste e Vale do Tejo manifestam-se como as sub-regiões mais problemáticas a este nível, representando o pessoal com escolaridade inferior à EMO valores próximos de 80% face ao total do seu pessoal ao serviço das empresas.

**Gráfico 28**

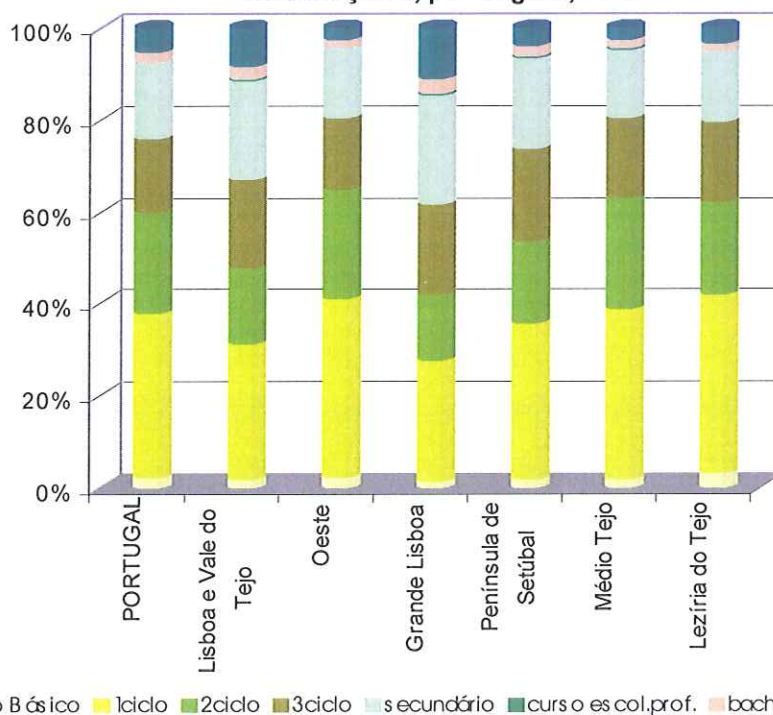
**Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por região, 1994**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Gráfico 29

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por região, 1999



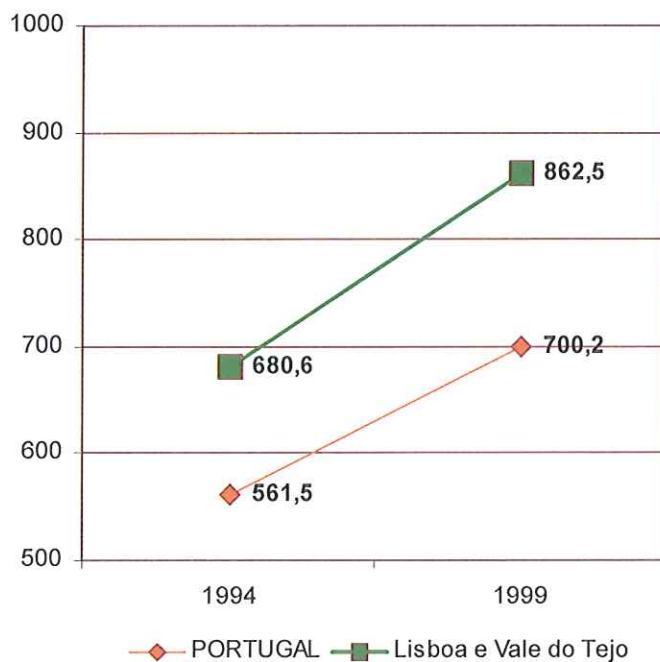
Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

### h) Remunerações

As disparidades regionais com o resto do País fazem-se sobressair na estrutura de rendimentos, pelo menos no que se reporta à economia formal. As médias mensais de remunerações ganhas pelo pessoal ao serviço das empresas manifestam-se claramente superiores àquelas registadas a nível nacional. A variação dessas mesmas remunerações permite-nos ainda acrescentar que a tendência de valorização do factor trabalho é superior na RLVT face ao país (para o período de 1994 a 1999, as remunerações médias mensais para a RLVT sofreram uma variação de 26,7%, ao passo que em Portugal, essa variação foi de 24,7%).

Gráfico 30

Remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas (valores em €)

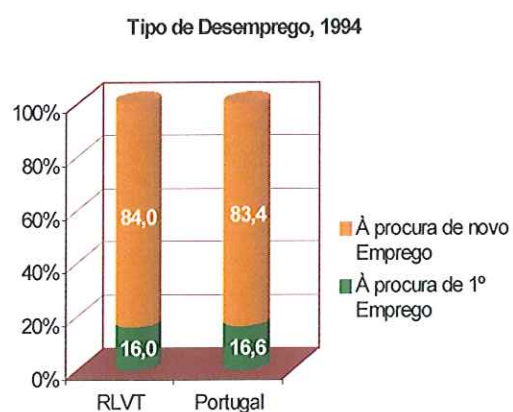


Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

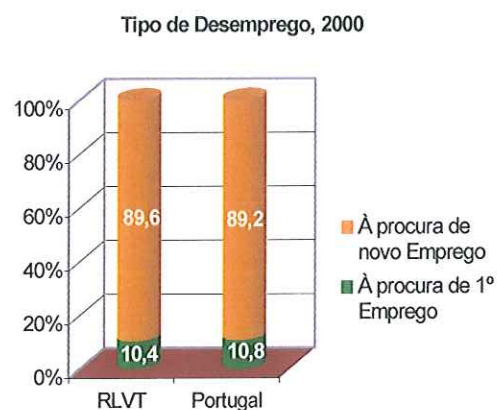
#### i) Desemprego

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, tal como nas médias nacionais o desemprego atinge, sobretudo, a população à procura de novo emprego, os mais jovens e as mulheres, sem se registarem, igualmente, diferenças significativas no período de 1994 a 2000.

Gráficos 31 e 32



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994



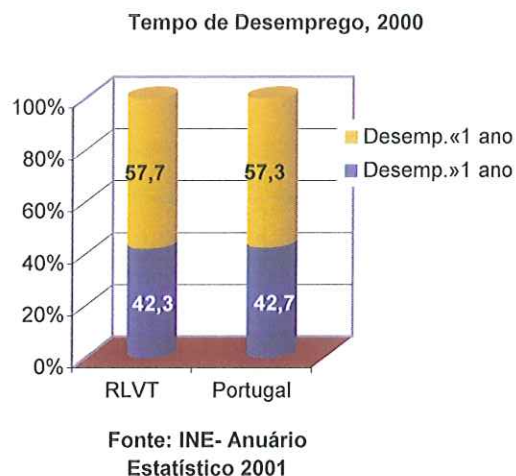
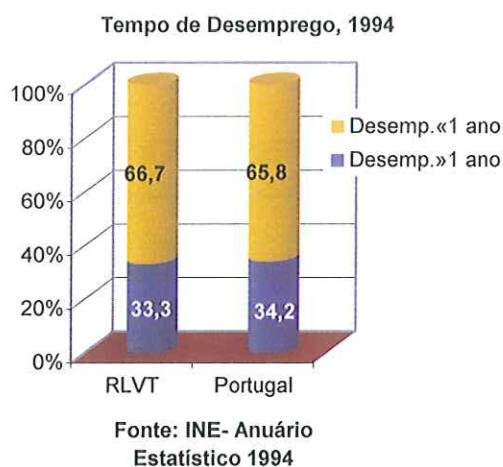
Fonte: INE- Anuário Estatístico 2001

No que respeita ao tempo de desemprego, parece registar-se uma tendência para distribuição equitativa entre aqueles que estão desempregados há mais de um ano e aqueles que estão há menos de um ano. Se bem que aqueles que estão há menos de um ano continuem a representar o grande peso ao nível da estrutura de desemprego, é certo que esta aproximação pode ser indicativa de maiores dificuldades no acesso ao emprego.

## C.2 – RECURSOS HUMANOS

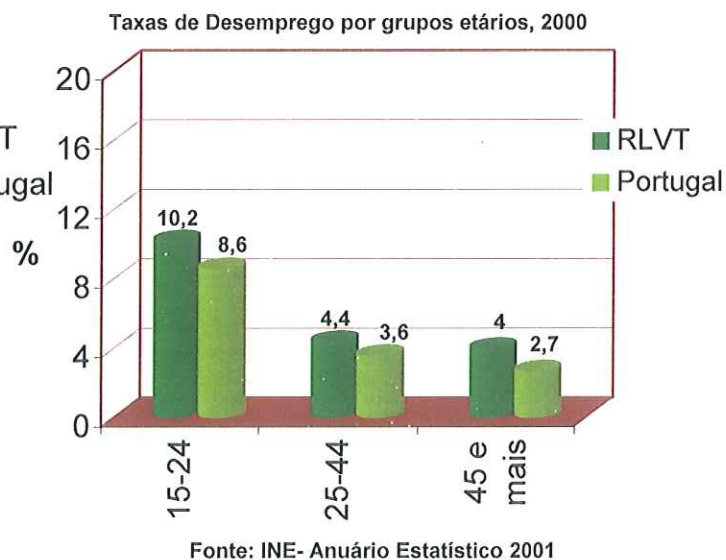
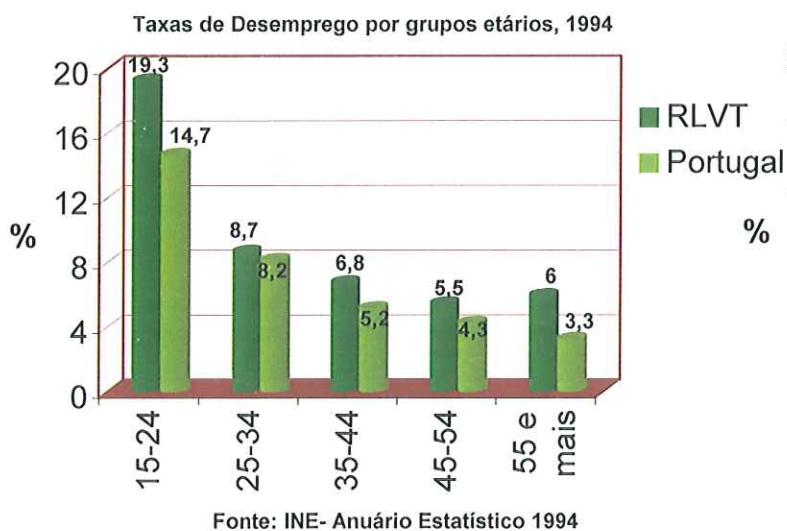
### C.2.2 Emprego

Gráficos 33 e 34



As taxas de emprego por grupos etários manifestam-se, para os dois anos em análise, sempre superiores para a RLVT. Se bem que o desemprego jovem seja assinalável, é de salientar a sua diminuição. De um modo geral, pode dizer-se que o desemprego tende a diminuir com o aumento da idade, para o período em análise.

Gráficos 35 e 36



NOTA: utilizaram-se diferentes grupos por ser esta a desagregação disponível para cada um dos anos em questão.

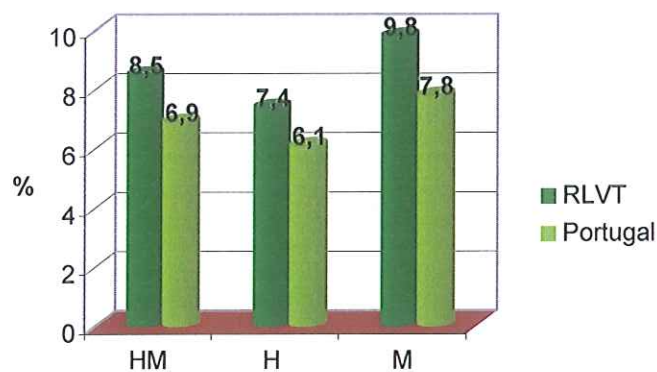
## C.2 – RECURSOS HUMANOS

### C.2.2 Emprego

Se bem que se assinala a diminuição da taxa de desemprego feminina, que de resto se revela como uma tendência a nível nacional, esta diminuição não é tão acentuada como aquela registada na taxa de desemprego masculina, que de 1994 a 2000 desce mais de três pontos percentuais para a RLVT. Destaca-se ainda a importância superior do desemprego na RLVT face à média nacional.

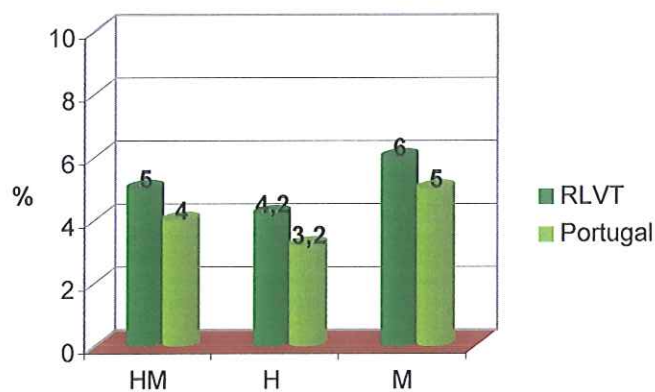
#### Gráficos 37 e 38

Taxas de Desemprego por género, 1994



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994

Taxas de Desemprego por género, 2000



Fonte: INE- Anuário Estatístico 2001



#### ▪ Síntese

As metrópoles concentram – e ampliam – os factores de polarização social que advêm do seu poder de atracção, por um lado, de actividades produtivas e do emprego que elas geram, e por outro, de fluxos de populações rurais ou imigrantes que procuram novas condições de vida.

A cidade tem dificuldades em acompanhar este contínuo movimento socio-urbanístico e geram-se condições de vida deficitárias para alguns dos grupos sociais, nomeadamente os recém-localizados na cidade.

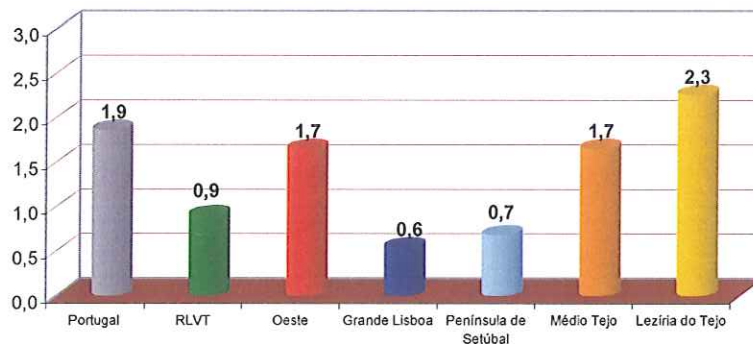
Assim, na RLVT, as infraestruturas de saneamento básico a RLVT vão detendo valores positivos face à realidade do país, mas o mesmo não se pode dizer quanto às condições de habitação de públicos (potencialmente) excluídos, quando é na Região que se concentra a grande maioria das barracas existentes no país, para além de deter rácios de barracas sobre o total de alojamentos igualmente superiores aos registados para o país.

a) Alojamentos sem Água e Esgotos

Como é natural, a capital do país apresenta os melhores índices de conforto dos fogos face aos indicadores nacionais. Mas no contexto da Região é a sub-região da Grande Lisboa que detém um maior peso de alojamentos sem água e sem esgotos, seguindo-se o Oeste, face ao total de alojamentos sem deter estas condições. O Vale do Tejo é aquele que detém valores mais elevados nos dois indicadores, sendo que, como traduzido no gráfico anterior, também manifestam um peso importante dos alojamentos sem água e esgotos face ao total regional.

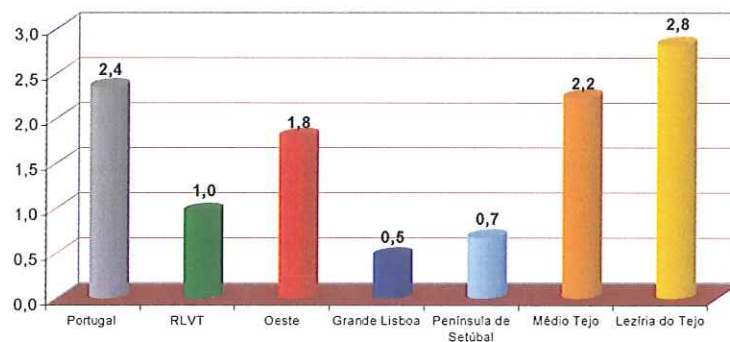
Gráficos 39 e 40

Alojamentos sem água (%)



Fonte: INE- Censos 2001

Alojamentos sem esgotos, 2001 (%)



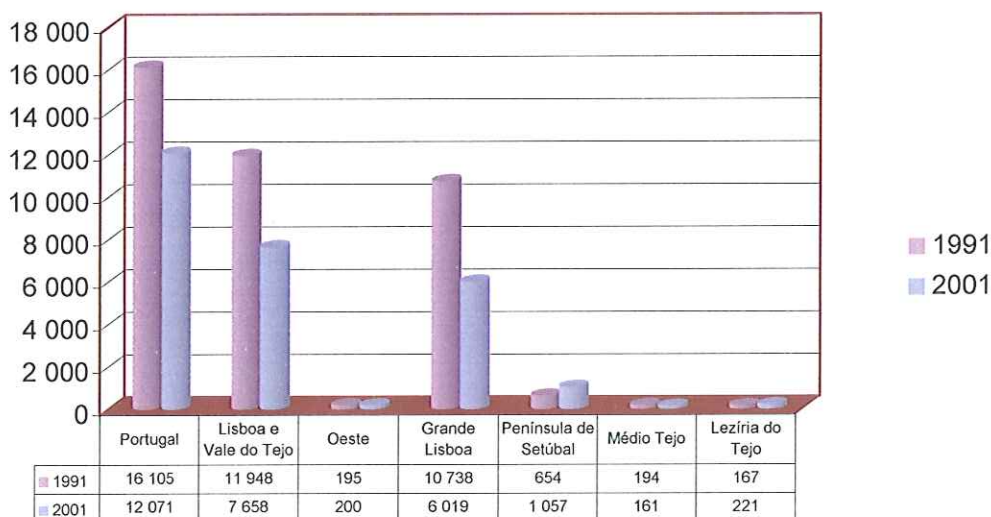
Fonte: INE- Censos 2001

#### b) Número de Barracas

Apesar de, no período de 1991 a 2001, diminuir a percentagem de barracas da RLVT face a Portugal, estas ainda representavam, no último ano, 63,4% do total das existentes no país. De resto, saliente-se que, em 1991, a RLVT tinha 11948 barracas e, em 2001, contava com 7658 uma diminuição pouco significativa numa década.

Gráfico 41

Barracas em 1991 e 2001, por sub-regiões



A maior parte das barracas está concentrada na Grande Lisboa, se bem que o seu peso face às restantes sub-regiões manifeste uma ligeira diminuição, nomeadamente devido ao PER. Entre os últimos dois Censos manifesta-se um aumento do peso relativo das barracas nas restantes sub-regiões, destacando-se a subida da Península de Setúbal. Saliente-se que o Médio Tejo aumenta ligeiramente o valor neste indicador, se bem que tenha havido uma ligeira diminuição do número absoluto de barracas na sub-região.

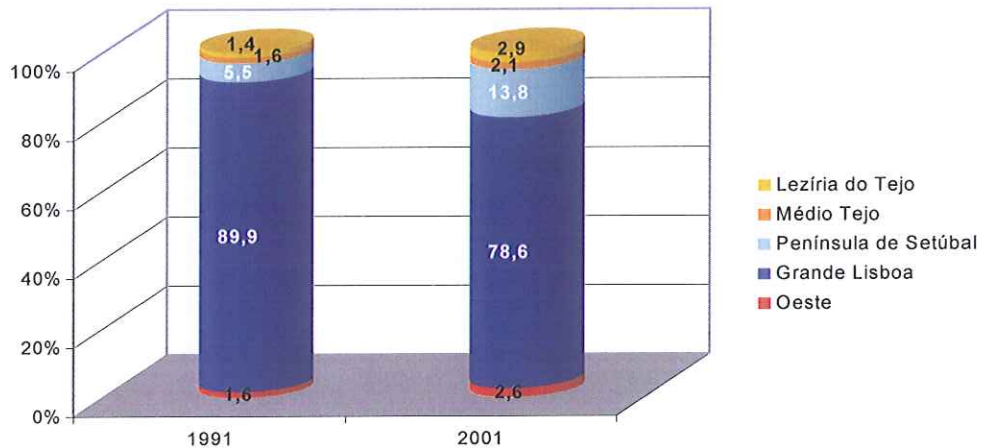
## C.3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### C.3.1 Espaço Construído e Espaço Público

A RLVT manifesta face ao país, uma percentagem superior das barracas no total de alojamentos, se bem que, acompanhando a tendência nacional, tenha diminuído, no período de 1991 a 2001 devido fundamentalmente ao Programa PER. A sub-região que mais contribui para essa proporção elevada é a Grande Lisboa. A Península de Setúbal e a Lezíria do Tejo aumentam ligeiramente, na última década a relação entre barracas e alojamentos.

**Gráfico 42**

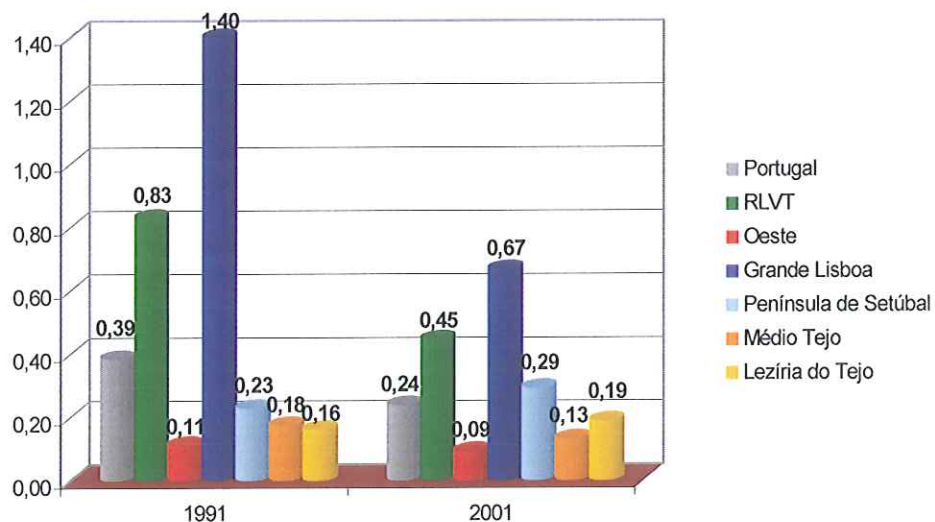
Peso das barracas face à RLVT (%)



Fonte: INE- Censos 91/01

**Gráfico 43**

Barracas no total de alojamentos (%)



Fonte: INE- Censos 91/01

#### ▪ Síntese

As formas de expressão cultural na Região apresentam indicadores positivos na medida em que os municípios apresentam um investimento importante nas despesas em actividades culturais, assim como se verifica um peso de espectadores, que quase triplica o volume de população residente. Obviamente que, neste domínio, a centralização dos equipamentos culturais na Grande Lisboa pode deter uma influência importante na atracção de pessoas dada a diversidade e quantidade da oferta, sendo que o peso das despesas autárquicas em actividades culturais é inferior à média regional, o faz crer por uma maior dinâmica ao nível da iniciativa privada.

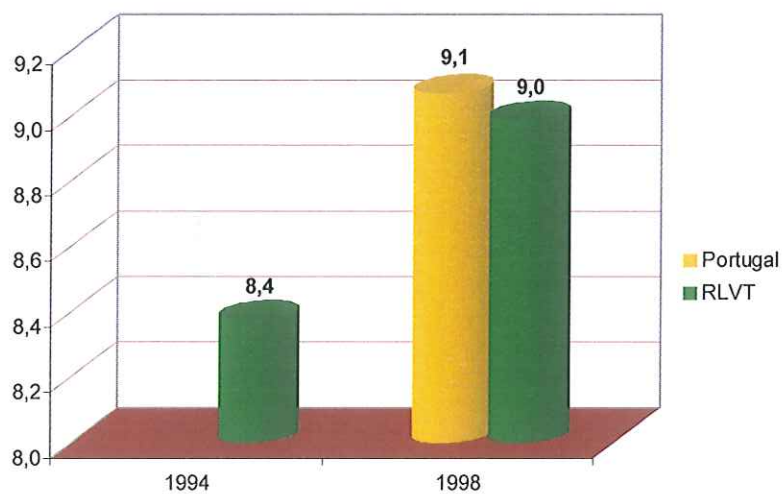
**a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais**

Em termos gerais os indicadores de actividades culturais – investimento autárquico e frequência de cinema – deixam a Região bem posicionada.

Em 1998, a RLVT manifestava uma percentagem da despesa em actividades culturais face à despesa total das autarquias ligeiramente inferior à média nacional. Essa percentagem sofreu um ligeiro aumento no período de 1994 a 1998<sup>1</sup>.

**Gráfico 44**

Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994, 2001

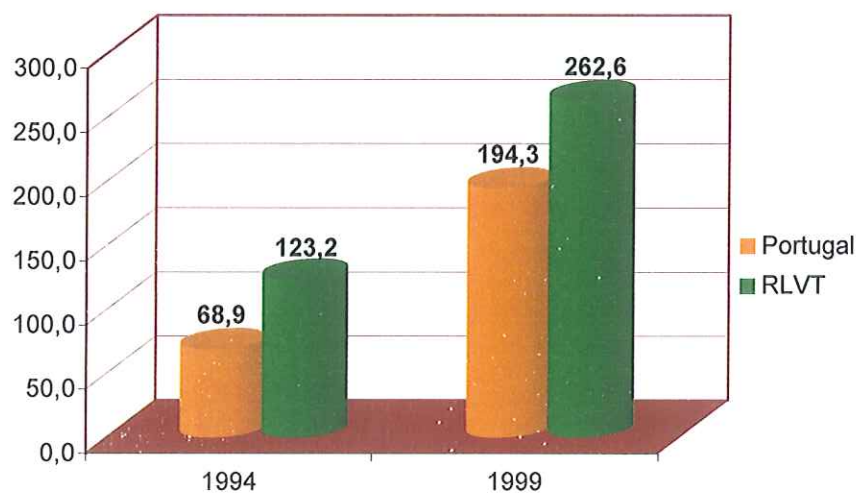
<sup>1</sup> Não são apresentados relativamente a Portugal para o ano de 1994, por não dispormos da referida informação.

b) Espectadores de Cinema<sup>2</sup>

O número de espectadores de cinema tem vindo a aumentar, sendo que a RLVT vem mantendo um peso dos espectadores face à população total superior à média nacional, em muito devido ao contributo da Grande Lisboa.

Gráfico 45

Espectadores de cinema face à população total (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>2</sup> Valor calculado tendo por base a população em 2001.



#### ▪ Síntese

É difícil medir a “qualidade de vida” de uma Região não apenas pela subjectividade que acompanha este conceito mas também porque, nestes casos, as médias acabam por escamotear a diversidade interna. Seleccionámos como indicadores quatro conjuntos relacionados com os objectivos do plano estratégico e os investimentos dos PO, e que foram:<sup>1</sup>

- de bem-estar físico
- de acesso a equipamentos básicos
- de acesso a serviços de saúde
- indicadores subjectivos de auto-apreciação e satisfação face às condições de vida.

A qualidade de vida de uma dada população dependerá de um conjunto de variáveis, nem sempre passíveis de medida e, outras vezes, em que a recolha de indicadores não é feita e que impedem uma avaliação concreta desta dimensão. O que é certo é que os indicadores utilizados demonstram uma posição favorável da RLVT face ao país, se bem que se vão evidenciando algumas disparidades intra-regionais, nomeadamente entre o Oeste e Vale do Tejo com maiores debilidades face às restantes sub-regiões.

Ao nível dos indicadores de bem-estar físico a RLVT, detém, na sua generalidade, uma posição favorável face ao país. Destaca-se, no entanto, a situação mais débil na sub-região Oeste e no Vale do Tejo, em que se regista um peso de médicos por 1000 habitantes bem inferior à média nacional. É de referir que as estatísticas a que se recorreu não coincidem com os dados nacionais apresentados no EUROSTAT, se bem que se possa concluir que Portugal vai mantendo a relação de médicos por habitantes mais baixa ao nível da Europa, e que a RLVT se equivale a países como Itália, que detinha, em 1998, uma média de 6 médicos por 1000 habitantes.

Também ao nível da criminalidade se regista uma tendência positiva, que se confirma pela sua diminuição.

---

<sup>1</sup> Neste relatório 0, não foi possível recolher e analisar todo o conjunto de indicadores previstos.

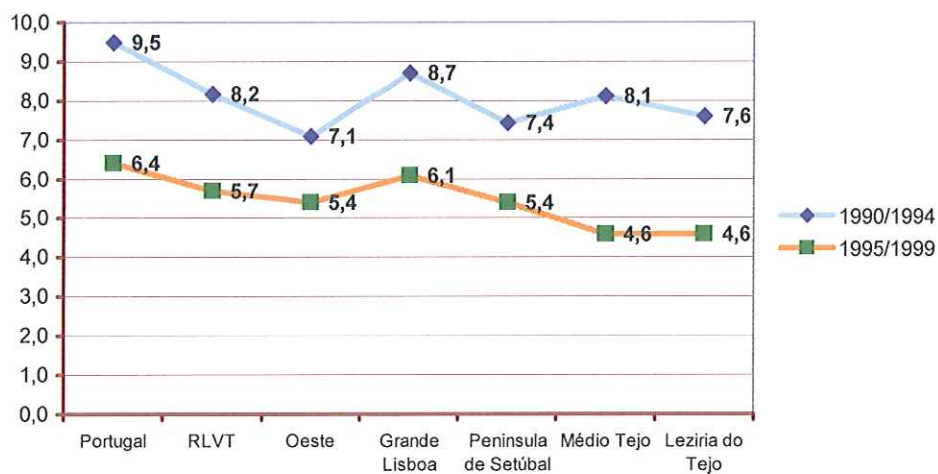
a) Taxa de Mortalidade Infantil

Em todo o país, as taxas de mortalidade infantil têm manifestado uma tendência para diminuir. Comparando com o país, a RLVT revela uma tendência positiva, situando-se abaixo dos valores médios nacionais.

No entanto, a Grande Lisboa detém as taxas mais elevadas da Região, situação relacionada com o registo da mortalidade através dos hospitais e com a concentração deste tipo de equipamentos na sub-região. Salienta-se uma evolução positiva para o Vale do Tejo que no período de 1995 a 1999 apresenta as taxas de mortalidade infantil mais baixas da RLVT.

Gráfico 46

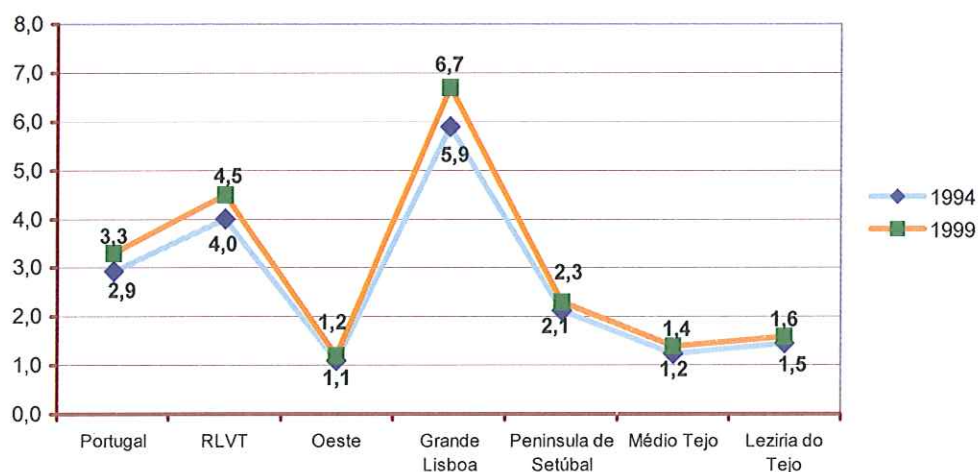
Evolução da taxa de mortalidade infantil (‰)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

**b) Médicos por 1000 Habitantes**

A RLVT mantém um peso de médicos por 1000 habitantes acima dos valores médios nacionais, contribuindo para essa situação a Grande Lisboa que, como é conhecido, concentra muitos serviços centrais de saúde, pelo que os resultados não serão de surpreender. O Vale do Tejo, se bem que com aumentos ligeiros na proporção indicada, ainda mantém os valores mais baixos na RLVT.

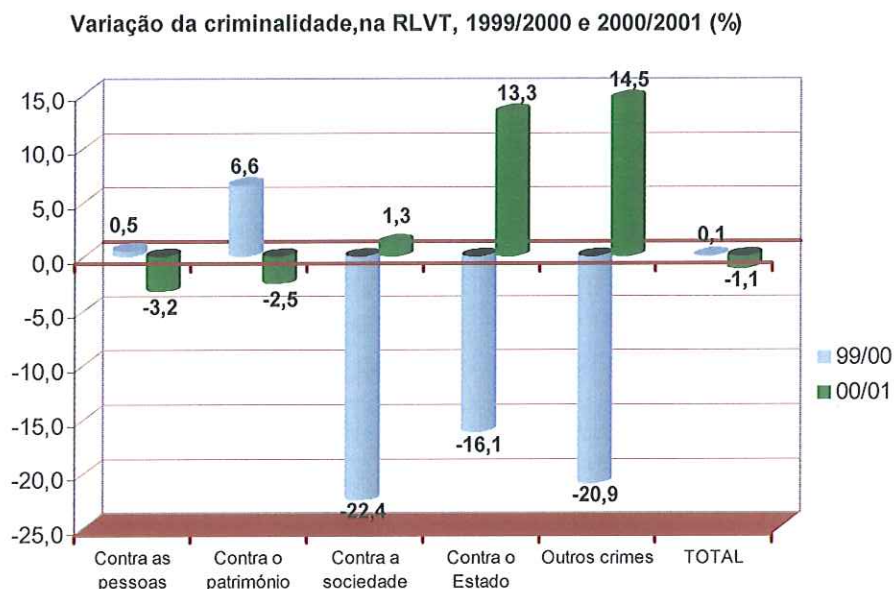
**Gráfico 47****Número de médicos por 1000 habitantes, 1994 e 1999**

Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

c) Criminalidade<sup>2</sup>

A criminalidade na RLVT tem manifestado uma tendência para uma ligeira diminuição, que é confirmada quer pela variação do número de crimes, quer pela taxa de criminalidade. Aumentam significativamente os crimes contra o Estado e Outros crimes, diminuindo os crimes contra as pessoas e o património. No entanto, são estes dois últimos tipos de crimes que detêm um peso superior face ao total de crimes.

Gráfico 48



Fonte: Ministério da Justiça- Gabinete de Política legislativa e Planeamento

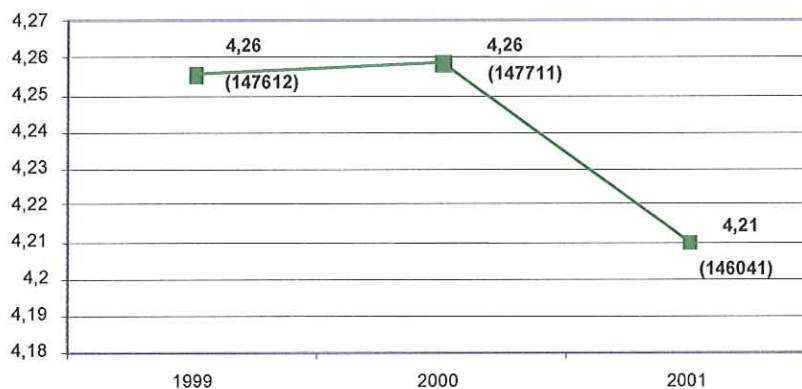
<sup>2</sup> É preciso considerar que os dados de 2001 são provisórios pelo que poderão estar sub-estimados. As taxas de criminalidade foram calculadas tendo por base a população em 2001.

## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.1 Bem-estar Físico

Gráfico 49

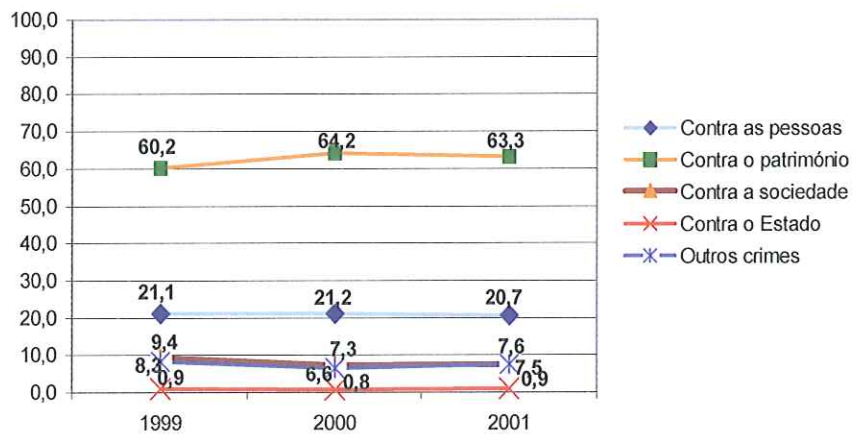
Evolução da taxa de criminalidade, 1999-2001(%)



Fonte: Ministério da Justiça- Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Gráfico 50

Evolução dos crimes por categorias, n na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999-2001 (%)



Fonte: Ministério da Justiça- Gabinete de Política Legislativa e Planeamento



▪ **Síntese**

Ao nível da cobertura de equipamentos sociais a RLVT manifesta valores mais positivos do que o país, com debilidades internas registadas na sub-região Oeste.

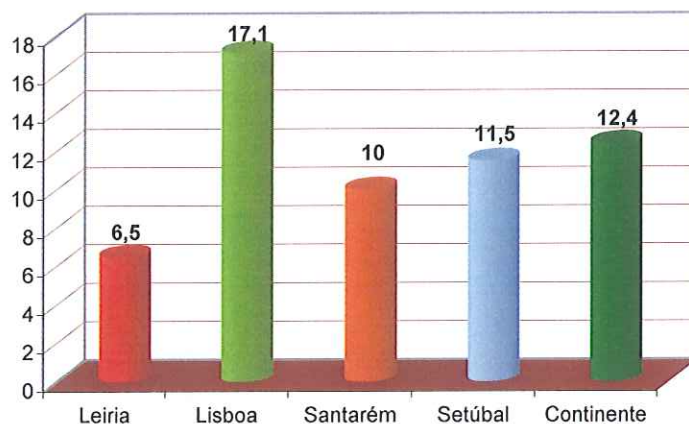
O Distrito de Lisboa apresenta as mais altas taxas de cobertura – superiores às médias nacionais – enquanto que os distritos de Setúbal, Santarém e Leiria apresentam taxas de cobertura inferiores às médias.

a) Cobertura de Equipamentos de Actividades de Tempos Livres

O distrito de Lisboa detinha, em 1998, a mais elevada taxa de cobertura em ATL. Com valores abaixo da média nacional encontram-se os distritos de Leiria e Santarém (que concentra os concelhos da Lezíria e Médio Tejo).

Gráfico 51

Cobertura em ATL, 1998 (% da população abrangida)



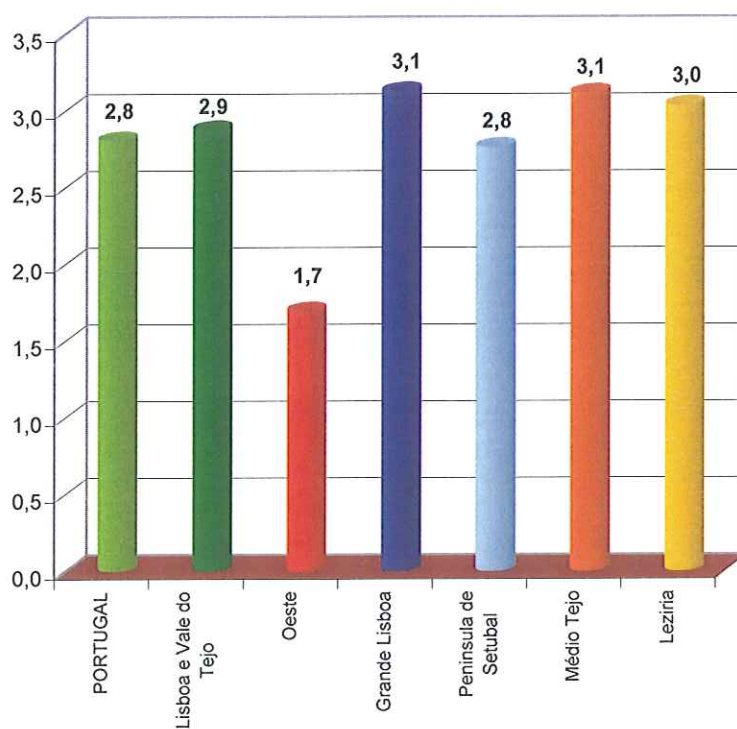
Fonte: Carta Social- DAPP.ME

**b) Cobertura em Centros de Dia**

No mesmo ano de 1998, a Grande Lisboa também detém a mais elevada taxa de cobertura em centros de dia, a par com o Médio Tejo e seguida da Lezíria. O Oeste manifesta-se como a sub-região com maior debilidade a este nível.

**Gráfico 52**

**Grau de cobertura da população com mais de 65 anos em lugares de Centros de Dia, 1998 (%)**





## ▪ Síntese

As transformações da “relação salarial”, as condições de crescimento urbano, a complexidade crescente das formas de organização e de gestão das metrópoles faz delas, também, espaços de polarização social. A acção sobre os territórios metropolitanos, combinada com as políticas sociais pode melhorar os factores de coesão social na cidade se forem accionados princípios de equidade na distribuição de equipamentos e investimentos.

Assim, utilizaram-se duas vertentes de monitorização da coesão social na Região<sup>1</sup>: distribuição de rendimentos e descrição da pobreza. Pelo carácter estruturante dos indicadores utilizados, parece que a RLVT mantém níveis de coesão muito favoráveis face ao país, no entanto, é importante desenvolver um trabalho mais próximo do terreno no sentido de apurar as verdadeiras condições de vida da população da Região, nem sempre passíveis de serem medidas por indicadores quantitativos médios e mais perceptíveis pela própria aceção da população sobre essa mesma dimensão.

Ao nível dos indicadores de rendimento pode dizer-se que a RLVT revela valores mais positivos do que o Continente, quer ao nível das remunerações, quer ao nível do poder de compra. Mas a nível interno as disparidades são por demais evidentes, destacando-se o Oeste e o Vale do Tejo como os territórios com menor capacidade de providenciar melhores rendimentos aos seus habitantes sendo os seus indicadores de rendimento inferiores a metade dos da Grande Lisboa.

---

<sup>1</sup> Estavam previstos mais dois conjuntos de indicadores de Coesão Social e Territorial e de Inserção de grupos vulneráveis mas não foi possível recolher informação para este relatório.

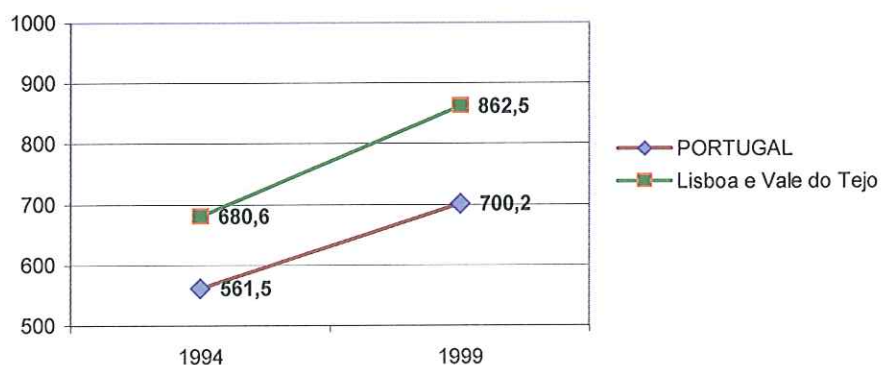
a) Distribuição de Rendimentos

Não havendo estatísticas disponíveis sobre os níveis de rendimento das famílias, repete-se o Gráfico 30 já apresentado que referência os salários médios mensais.

A Região, tendo um nível de qualificação mais elevado apresenta também um nível médio de salários mais elevado do que o país. No entanto, e apesar da nítida subida, em termos absolutos do salário médio ele não ultrapassa, em 1999 os 900 euros.

Gráfico 30

Remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas  
(valores em €)

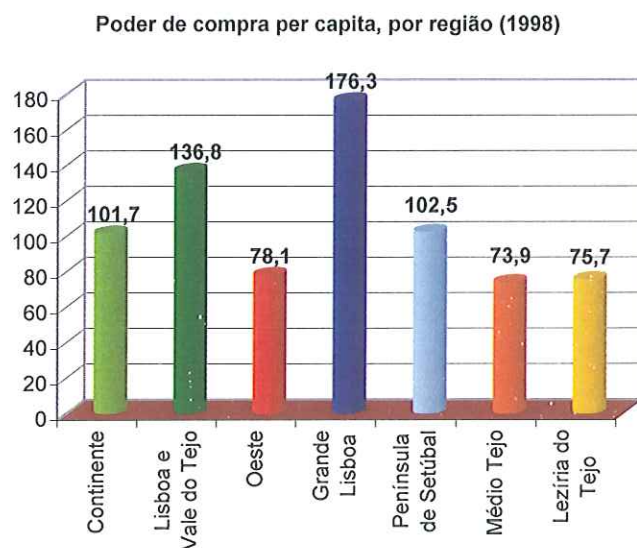


Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

**b) Poder de compra**

A diversidade interna à Região continua muito presente nos dados sobre os rendimentos e poder de compra. Há uma clara hierarquia dos níveis de rendimentos e de consumo que situa as sub-regiões do Vale do Tejo com quase metade do poder de compra da Grande Lisboa, a península de Setúbal aproxima-se das médias nacionais e as restantes sub-regiões vão tendo menor poder de compra.

**Gráfico 53**



Fonte: INE- O Poder de Compra Concelhio, 2000



▪ **Síntese**

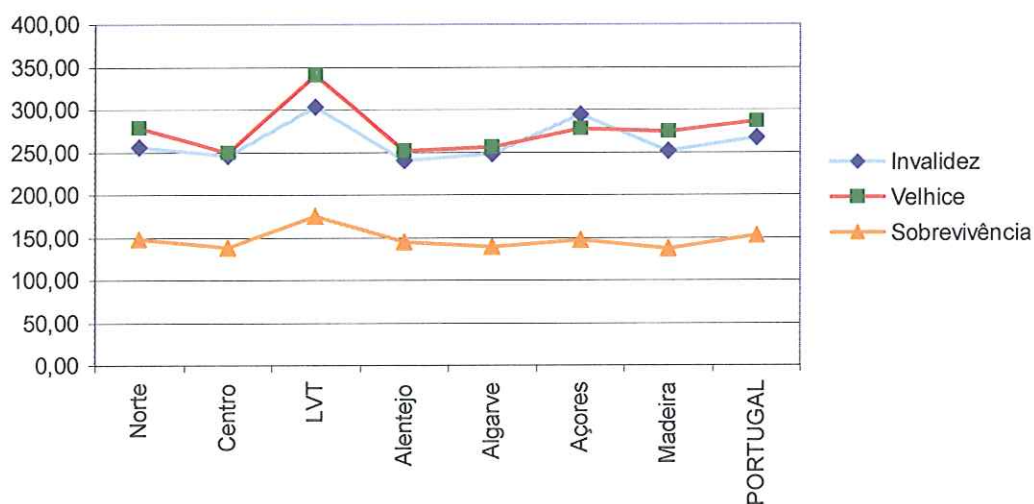
Ao nível das pensões, quer sejam de invalidez, velhice e sobrevivência, a RLVT mantém médias dos seus valores mais elevadas do que as diferentes regiões de Portugal. Em contrapartida, o peso dos beneficiários de RMG (actualmente Rendimento Social de Inserção) manifesta-se inferior face à média do país.

a) Pensionistas

A análise das prestações médias mensais dos pensionistas é um indicador de aproximação aos níveis de pobreza. De facto ao nível do País, a pensão média mensal não chega aos 300 euros. Na Região, as pensões dos serviços sociais mantêm sempre o seu valor médio mais elevado para a RLVT.

Gráfico 54

Pensões Activas- prestação média mensal, valores em €  
(Janeiro a Julho de 2000)



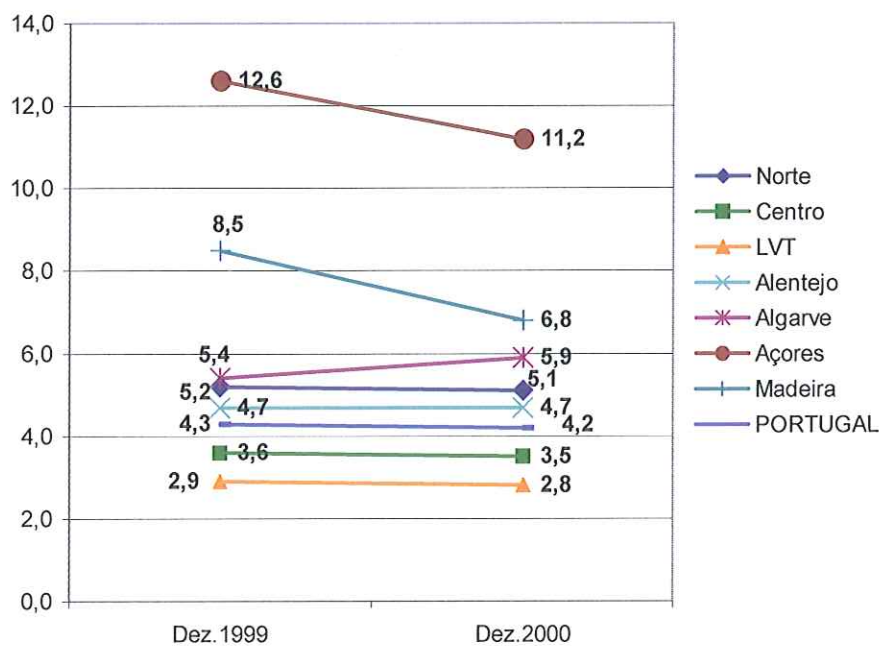
Fonte: IIES- MTS

**b) Beneficiários do RMG**

O Rendimento Mínimo Garantido é um indicador da população com níveis de recursos abaixo dos limiares de pobreza. Embora a RLVT mantenha os mais baixos valores na relação entre beneficiários e população total, quase 3% da população é beneficiária desta medida de protecção social. Há um ligeiro decréscimo entre 1999 e 2000.

**Gráfico 55**

**Beneficiários de RMG face à população total, 1999-2000 (%)**



Fonte: IDS-MTS



## Monitorização por Sub-Região

C





## C.6 – GRANDE LISBOA

### ▪ Síntese

A Grande Lisboa é, de facto, a sub-região polarizadora do conjunto da Região. Integrando 55% da população da Região (2001), concentrando as actividades terciárias de ponta e com uma cintura industrial importante, detém, sem dúvida, uma posição charneira.

Assim, comparativamente com as restantes sub-regiões, na maioria das situações, os indicadores mais favoráveis apresentam-se na Grande Lisboa, superiores às médias da própria Região. Ao nível interno na sub-região, destacam-se os concelhos de Lisboa e Oeiras, com maior dinâmica ao nível do sistema de emprego: seja pela capacidade crescente de inserção de mão-de-obra feminina, quer pela prática de salários médios mais elevados, quer pela existência de uma estrutura de mão-de-obra mais jovem e mais qualificada.

Num período mais recente, nota-se alguma transferência de população para a “periferia”, com especial enfoque para o concelho de Sintra. O envelhecimento na sub-região não é acentuado. Ao nível da estrutura de habilitações da população denota-se um aumento da população com níveis de habilitações de grau superior, sendo que comparativamente com as restantes sub-regiões é a Grande Lisboa que manifesta uma estrutura mais qualificada.

A participação política manifesta-se como o *handicap* mais assinalável que em muito se deverá pelo contexto urbano característico da Grande Lisboa e que pode ser conducente a um maior distanciamento da população face às instâncias políticas. Essa menor participação nos actos eleitorais não corresponderá, necessariamente, a uma menor participação na vida comunitária, indicador não passível de ser recolhido à luz das estatísticas disponíveis.

Destaca-se ao nível dos equipamentos, uma cobertura de infra-estruturas de saneamento básico próxima de 100%, assim como um maior peso de médicos por 1000 habitantes em muito inflacionado pela presença de hospitais nacionais no concelho de Lisboa.

No entanto, alguns indicadores que são reveladores de situações de pobreza se revelam problemáticos para a sub-região, nomeadamente o peso dos beneficiários de RMG e o peso das barracas, que manifestam valores superiores à média regional.

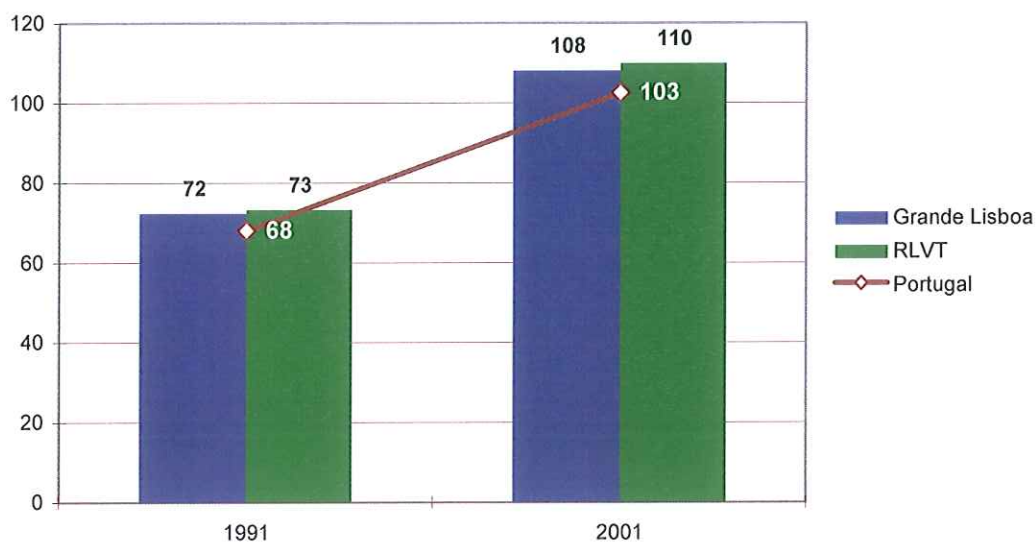


a) Índice de Envelhecimento

A sub-região de Grande Lisboa manifesta, a par com a sub-região da Península de Setúbal, os valores mais baixos no índice de envelhecimento, se bem que não deixa de manifestar alguma tendência de envelhecimento da sua população.

Gráfico I

Índice de Envelhecimento, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 1991/2001



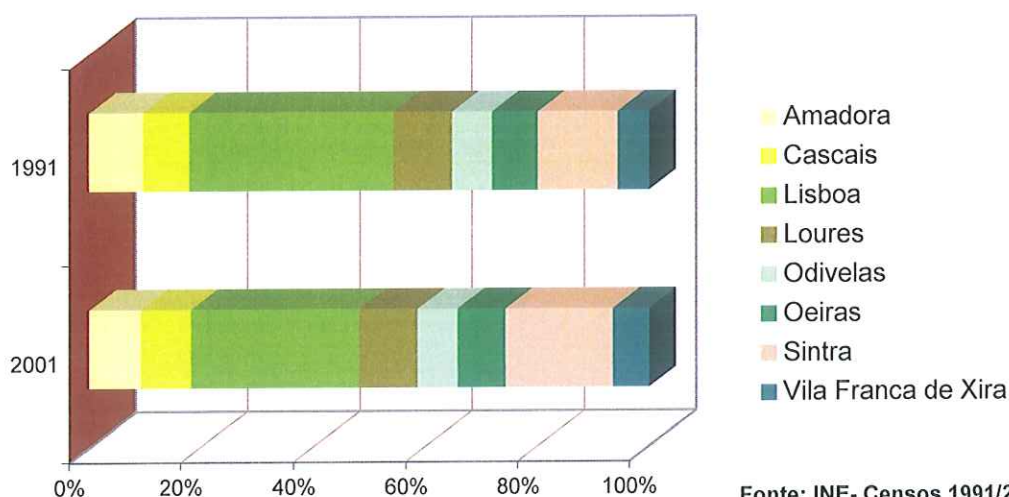
### b) Distribuição da População

As mudanças mais assinaláveis para a Grande Lisboa, concernem, precisamente, ao concelho de Lisboa que vê o seu peso populacional diminuir claramente face ao total da população da sub-região. Esta diminuição é acompanhada por uma variação muito negativa, na última década, registada para o concelho, e que se aproxima dos 15%.

O concelho de Sintra aumenta significativamente o peso da sua população face ao total sub-região, para o período em análise, que é acompanhado pela maior variação positiva da população na sub-região e que ultrapassa os 32%. São, em simultâneo, os concelhos de Lisboa e de Sintra que detêm maior importância na sub-região, no que refere ao peso da sua população, se bem que esta seja, de uma maneira geral, uma sub-região relativamente homogénea no que respeita à distribuição da população pelos vários concelhos.

Gráfico 2

Distribuição da população 1991-2001



Fonte: INE- Censos 1991/2001





## I. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DE APOIO ÀS FORMAS DE GESTÃO REGIONAL

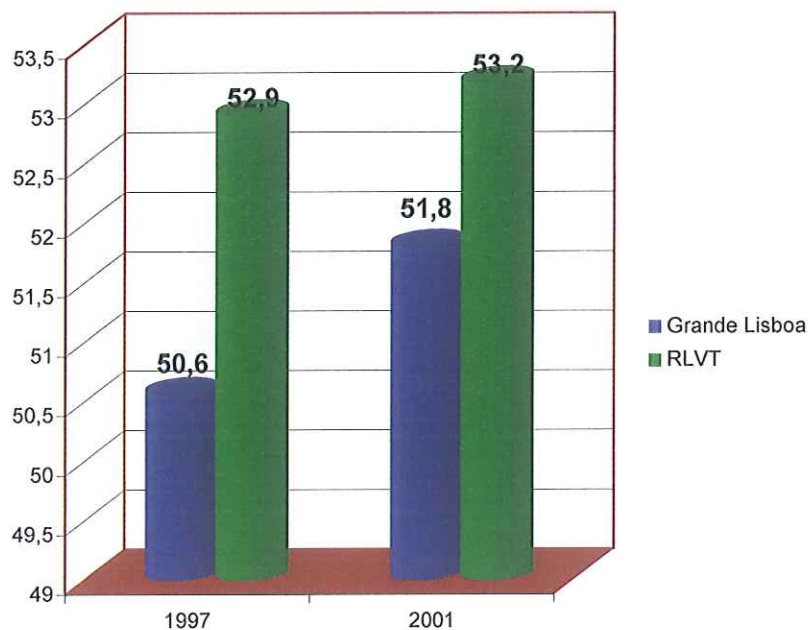
### I.1 Participação eleitoral

#### a) Participação Eleitoral

Comparativamente com a RLVT, a sub-região de Grande Lisboa tem mantido taxas de participação eleitoral muito abaixo dos valores da região. A par com a Península de Setúbal, são as duas sub-regiões com taxas de participação eleitoral mais baixas da RLVT. Variando no mesmo sentido da Região, a Grande Lisboa registou um aumento ligeiro da participação nas últimas eleições autárquicas.

Gráfico 3

Taxa de participação nas eleições autárquicas 1997-2001



Fonte: STAPE





## 2. QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

### 2.1 Educação

#### a) Habilitações da População

Verificaram-se melhorias na estrutura de habilitações da população da Grande Lisboa e esta sub-região detém os rácios mais favoráveis entre a população com escolaridade inferior ou igual à escolaridade mínima obrigatória. No entanto, este salto qualitativo não é tão significativo como aquele registado para as restantes sub-regiões. Se ocorresse a mesma alteração que foi registada para outras sub-regiões, como por exemplo o Oeste, seria de esperar que, actualmente, a Grande Lisboa contasse com mais população com escolaridade superior à mínima obrigatória do que a que detém menos do que esse nível de ensino.

Gráfico 4

Níveis de escolaridade na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1991-2001

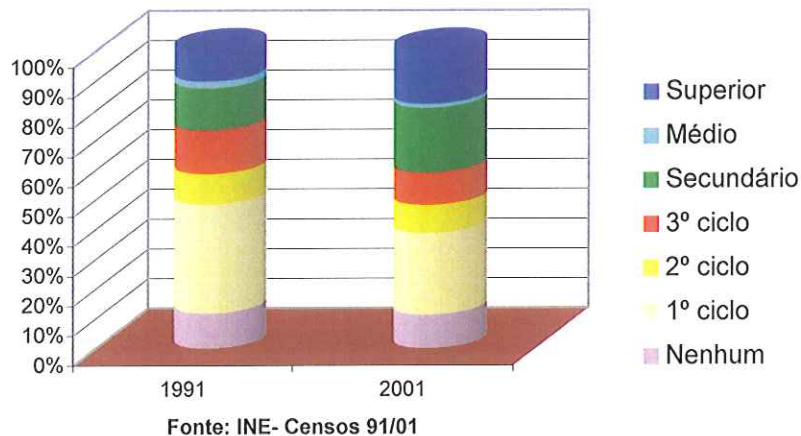
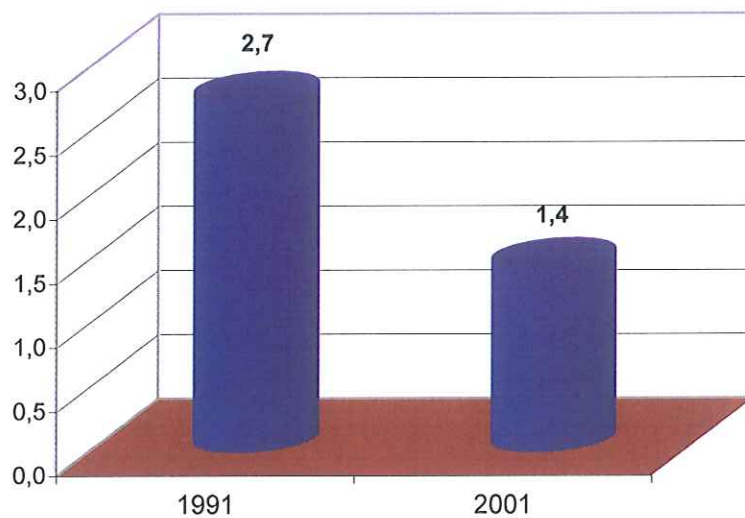




Gráfico 5

Rácio entre população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade superior



Fonte: INE- Censos 91/01

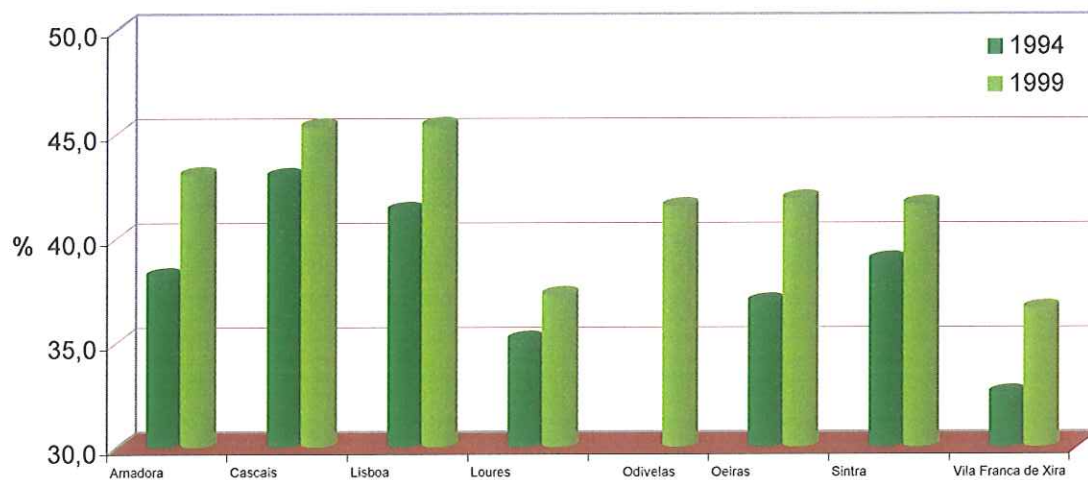


#### a) Taxas de Feminização do Emprego

Para o período de 1994 a 1999, é significativa a inserção das mulheres no mercado de trabalho na Grande Lisboa. Os concelhos de Lisboa e Oeiras são os que manifestam as taxas de feminização na estrutura do pessoal ao serviço das empresas mais elevadas.

Gráfico 6

Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Grande Lisboa, 1994/1999



Fonte: Quadros de pessoal- DETEFP

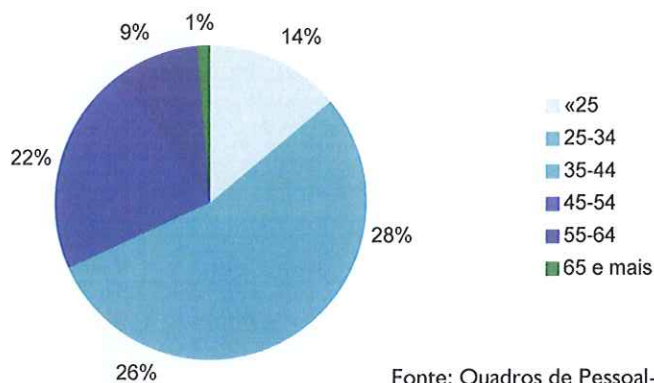


**b) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas**

A Grande Lisboa manifesta uma ligeira tendência de rejuvenescimento da mão-de-obra em muito devida ao aumento do peso do pessoal com idades compreendidas entre 25 e 24 anos.

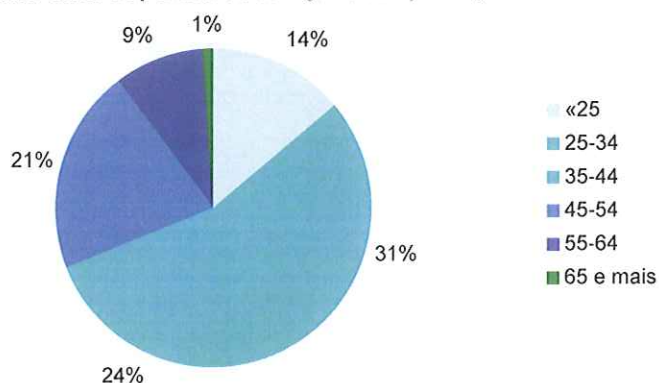
**Gráficos 7 e 8**

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

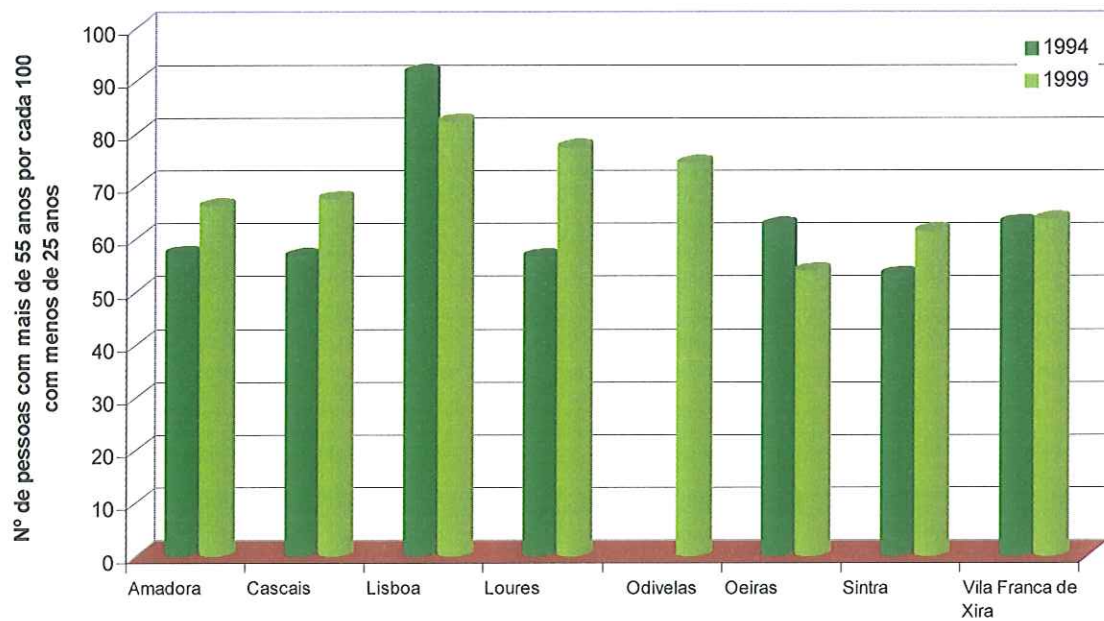


c) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

A tendência de rejuvenescimento da mão-de-obra, ao nível da sub-região, apenas se identifica nos concelhos de Lisboa e Oeiras. Nos restantes concelhos da Grande Lisboa, e para o período de 1994-1999, aumenta a relação entre o pessoal com mais de 55 anos e aqueles com menos de 25.

Gráfico 9

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos de Grande Lisboa, 1994/1999



Fonte: Quadros de pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.2 Emprego

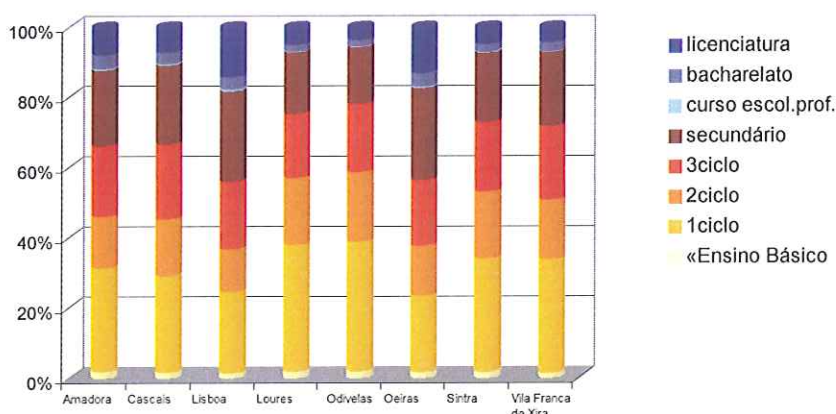
#### d) Habilitações da Mão-de-obra

Mais uma vez, os concelhos de Lisboa e Oeiras são aqueles onde o pessoal ao serviço das empresas com ensino superior adquire maior peso.

Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira são os concelhos com uma estrutura menos qualificada no contexto da sub-região.

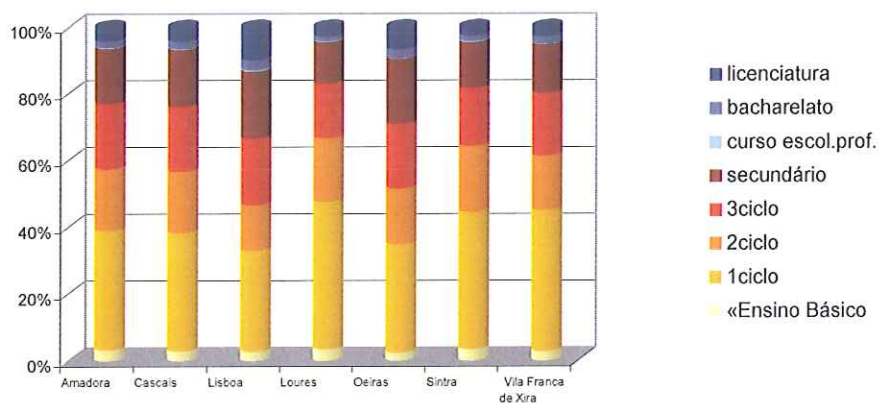
Gráficos 10 e 11

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Grande Lisboa, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Grande Lisboa, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



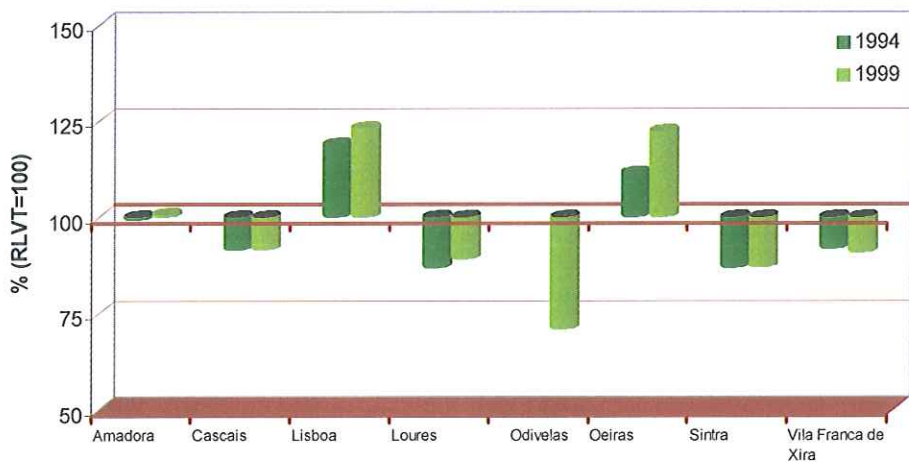
#### e) Remunerações

Em toda a RLVT, apenas os concelhos de Amadora, Lisboa e Oeiras ultrapassam a média de remunerações regionais. Significa dizer que essa média regional está apenas dependente de três concelhos e da sua dinâmica interna. É também pelo seu contributo que a RLVT mantém níveis de remunerações bem mais elevados do que o país.

No contexto da sub-região, Odivelas é o concelho que manifesta uma maior diferença face à média regional de rendimentos, representando os rendimentos médios apenas 70% da média regional.

**Gráfico 12**

Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP





### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

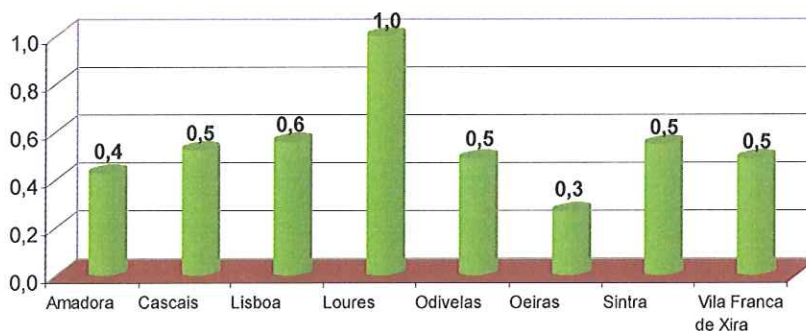
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### a) Alojamentos sem Água e Esgotos

A grande maioria dos alojamentos da Grande Lisboa dispõe de água e de esgotos sendo inferior a 1% em todos os concelhos o peso dos alojamentos sem estas infra-estruturas. Apenas Loures se destaca por ter um maior peso dos alojamentos sem água e esgotos, se bem que muito residual. Oeiras é o concelho que se destaca pela positiva em ambos os indicadores.

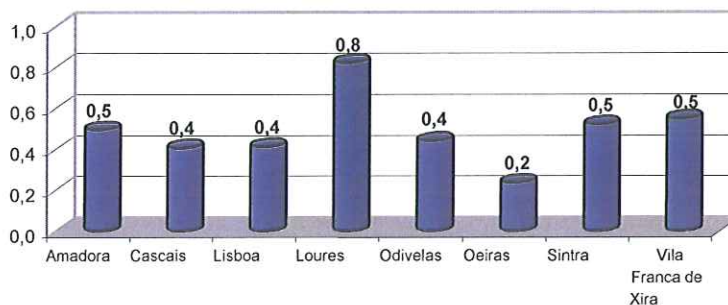
Gráficos 13 e 14

Alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

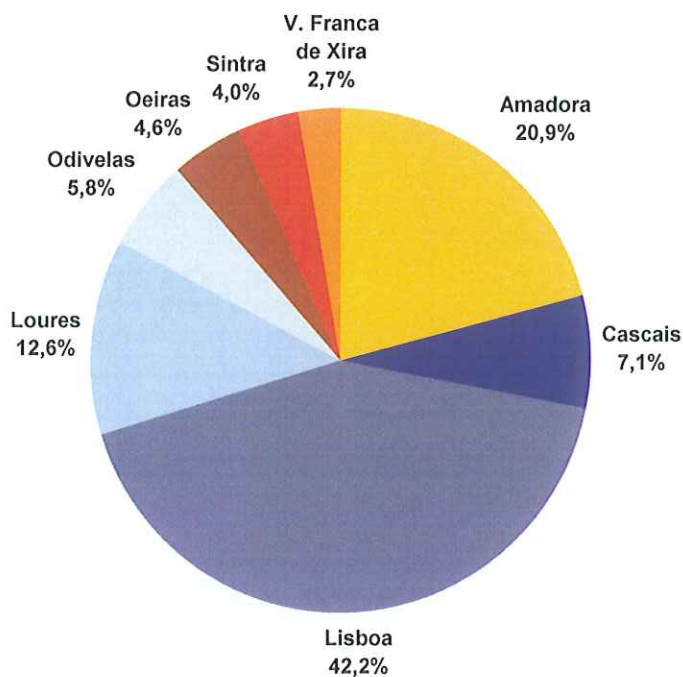
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### b) Peso das Barracas

A Grande Lisboa detém 78% das barracas da região (6019 barracas em 7658) embora estas tendam a decrescer. A distribuição das barracas acompanha a distribuição da população e estão essencialmente distribuídas por Lisboa, Amadora e Loures que, no seu conjunto, detêm mais de 70% do total das barracas existentes na sub-região Estes concelhos têm, em paralelo, valores mais elevados na relação entre barracas e alojamentos.

Gráfico 15

Distribuição das barracas, por concelhos da Grande Lisboa, 2001



Fonte: INE – Censos 2001.

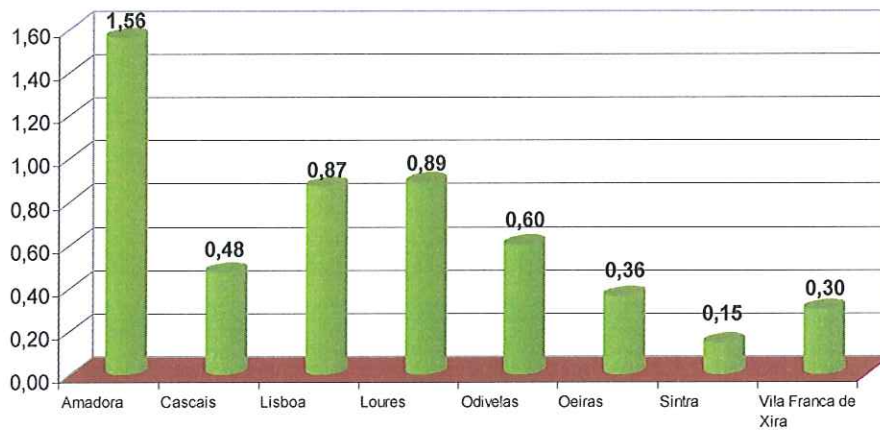


### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

Gráfico 16

Peso das barracas face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

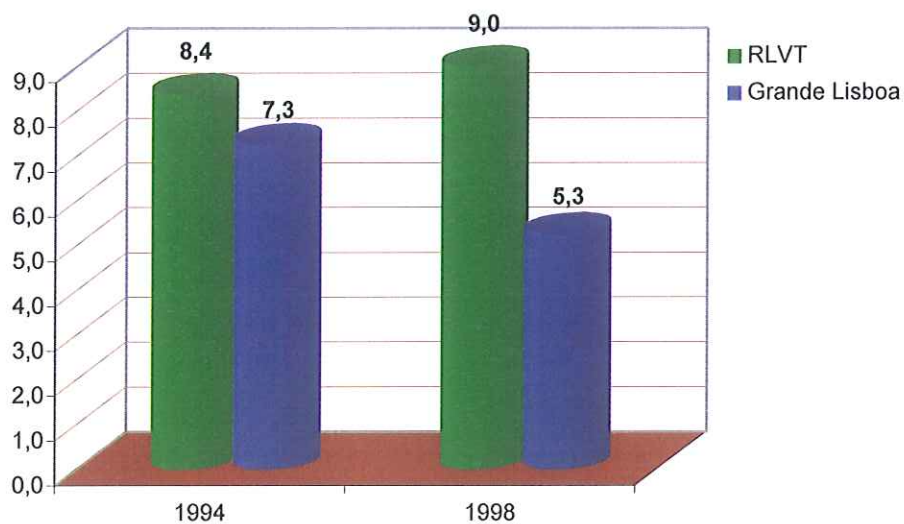
#### 3.2 Cultura

##### a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais

Entre 1994 e 1998, a Grande Lisboa manifesta uma diminuição da despesa autárquica em actividades culturais, acompanhada com valores sempre mais reduzidos do que as médias regionais. Esta sub-região bem como a sub-região do Oeste, são aquelas em que o investimento neste domínio é inferior.

Gráfico 17

Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)



Fonte: Anuário Estatístico 1994, 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

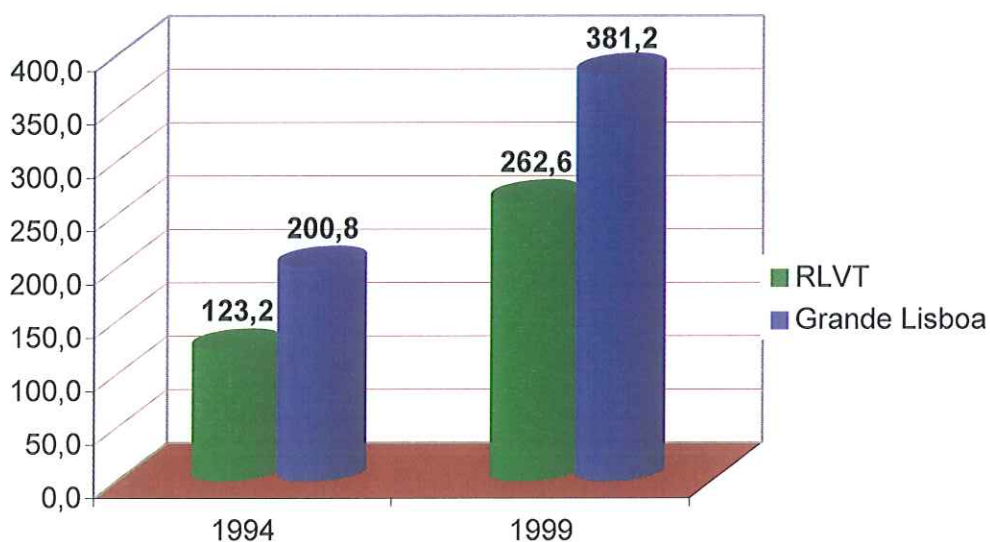
#### 3.2 Cultura

##### b) Espectadores de Cinema<sup>1</sup>

É a Grande Lisboa a sub-região responsável por uma relação entre espectadores e população mais elevada face ao país. Em 1994, o volume de espectadores duplicava a população total e em 1999 quase que quadruplica.

Gráfico 18

Espectadores de cinema face à população total (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>1</sup> Valor calculado tendo por base a população em 2001.





## 4. QUALIDADE DE VIDA

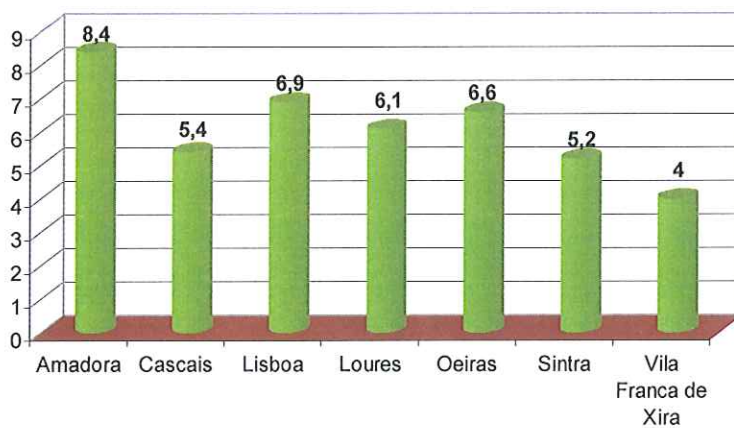
### 4.1 Bem-estar Físico

#### a) Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil da Região, para o período 1995/99, é diversa nos vários concelhos sendo, curiosamente, elevada nos concelhos mais urbanos.

Gráfico 19

Taxa média de mortalidade infantil, 1995/1999



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 4. QUALIDADE DE VIDA

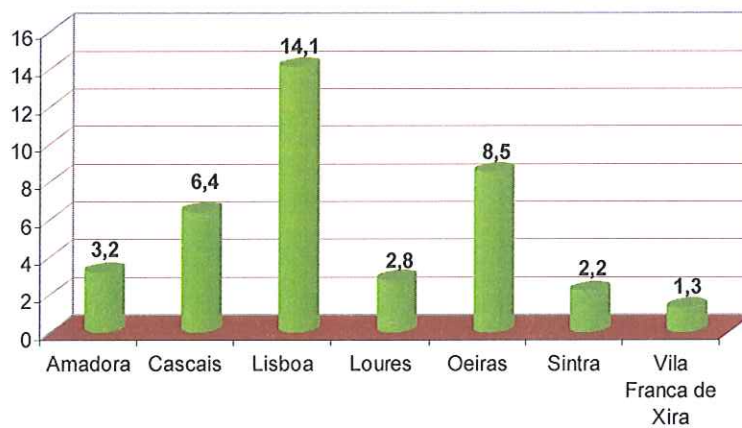
### 4.1 Bem-estar Físico

#### b) Médicos por 1000 Habitantes

O número de médicos por mil habitantes surge desvirtuado pela grande presença, no município de Lisboa, dos hospitais nacionais.

Gráfico 20

Médicos por 1000 habitantes, 1998



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 5. COESÃO SOCIAL

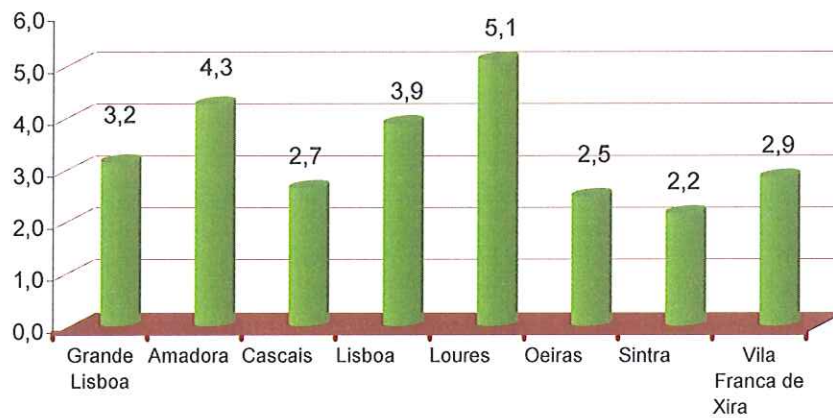
### 5.1 Pobreza

#### a) Beneficiários do RMG

No Contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a Região da Grande Lisboa é a única que apresenta percentagens de cobertura do Rendimento Mínimo Garantido superiores às médias da região – 3,2% contra 2,7% do conjunto da Região. Assiste-se ainda a uma disparidade concelhia que faz ressaltar o concelho de Loures com 5,1%.

Gráfico 21

Beneficiários do Rendimento Mínimo face à população total, 2000 (%)



Fonte: Instituto para o Desenvolvimento Social - MTS





### ▪ Síntese

A Península de Setúbal, emerge – em termos dos indicadores médios – como a segunda sub-região do conjunto metropolitano. Mas estes valores médios não conseguem escamotear a grande diferença que a separa da Grande Lisboa, seja qual for a problemática tratada, pese embora a dificuldade em encontrar as suas especificidades na análise dos diferentes indicadores. Mas pode dizer-se que, ao contrário do que acontece na sub-região da Grande Lisboa, existe uma grande heterogeneidade nas conclusões para a análise dos diferentes indicadores, pelo que não se podem destacar concelhos que revelem, na sua generalidade, uma posição mais dinâmica por contraposição aos restantes.

Salienta-se nesta região, o seu rejuvenescimento, a capacidade industrial ainda presente, valores altos de desemprego e uma boa taxa de infra-estruturação do território que acaba por penalizar os concelhos mais recentemente chegados à urbanização (fortemente influenciados agora pela nova travessia do Tejo).

Ao nível demográfico, a sub-região manifesta uma capacidade de rejuvenescimento. A grande parte da população concentra-se nos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal.

À semelhança da Grande Lisboa, também na Península de Setúbal o nível de participação nas eleições autárquicas é mais baixo do que a média regional. Pode dever-se igualmente às características urbanas, mas igualmente a outros factores de ordem interna que caberia apurar.

A sua população vem aumentando os níveis de habilitações, o que se reflecte na própria estrutura de mão-de-obra ao serviço das empresas. Na estrutura de emprego destaca-se um ligeiro envelhecimento da mão-de-obra, e grandes disparidades concelhias na capacidade de absorção de mão-de-obra feminina, sendo que em alguns concelhos essa capacidade diminui significativamente. A evolução positiva em termos de qualificações não parece repercutir-se ao nível dos salários, sendo que as remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem se situam muito abaixo das médias regionais.

A situação das infraestruturas de saneamento básico apresenta uma posição positiva, se bem que as maiores disparidades no que se reporta ao peso das habitações sem água e sem esgotos se revelem nos concelhos mais “ruralizados” de Alcochete, Montijo e Palmela.



À sub-região da Península de Setúbal, segue-se a grande Lisboa no número de barracas, destacando-se o concelho de Almada que congrega a maioria das barracas da sub-região e o maior peso de barracas face ao total de alojamentos.

Se ao nível cultural se destaca um maior investimento em actividades culturais do que a média regional, já a sua capacidade de atracção de espectadores já parece não ser tão relevante.

As disparidades na relação de médicos por 1000 habitantes estão relacionadas com a presença dos hospitais distritais, onde se dá um aumento do valor deste indicador, com valores bem mais reduzidos para os restantes concelhos.

A sub-região manifesta uma relação de beneficiários de RMG face ao total de residentes inferior à média regional, destacando-se com valores mais elevados neste indicador os concelhos de Moita e Setúbal.



## C.7 PENÍNSULA DE SETÚBAL

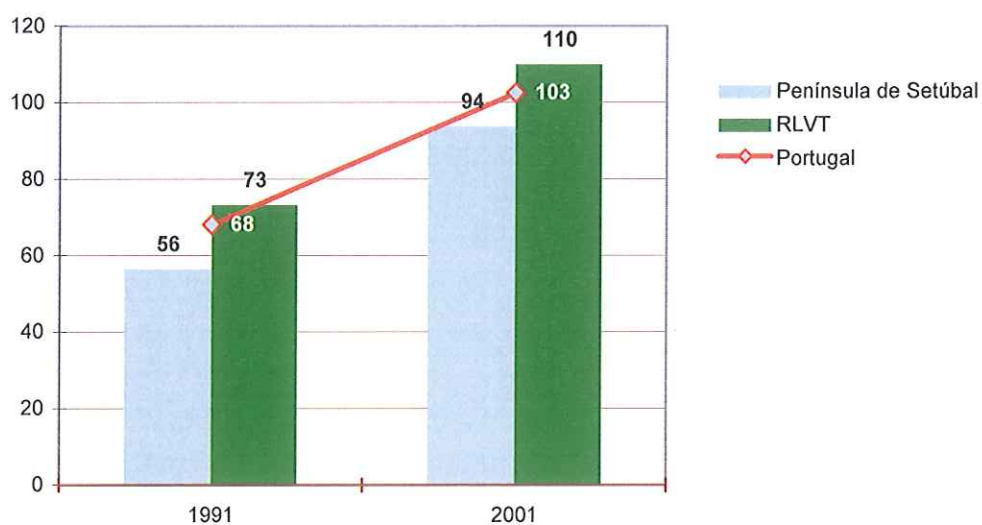
### Contexto Demográfico

#### a) Índices de Envelhecimento

No contexto da RLVT, é a Península de Setúbal, a sub-região que revela maior capacidade de rejuvenescimento da sua população. Sendo a sub-região cuja variação da população, na última década se revelou superior, permite concluir que esta é a sub-região com maior dinâmica actual no contexto demográfico.

Gráfico 22

Índices de Envelhecimento, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01



## C.7 PENÍNSULA DE SETÚBAL

### Contexto Demográfico

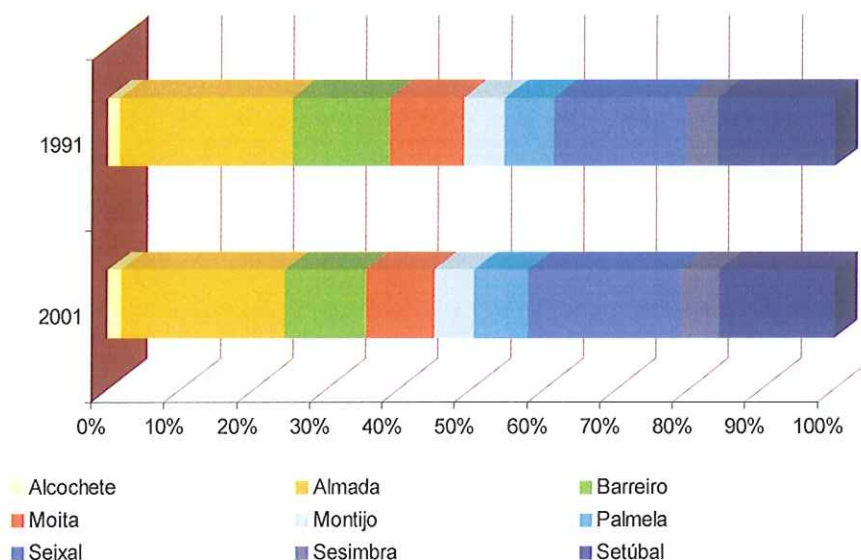
#### b) Distribuição da População

Pode dizer-se que a Península de Setúbal não sofreu variações substanciais no que respeita ao peso da população dos seus vários concelhos. No entanto, o Seixal é aquele que revela um aumento mais importante do peso da sua população na sub-região, que, de resto, é acompanhado por uma variação francamente positiva da sua população na última década (28,5%).

Apesar de no total da população não exercer uma grande influência, é o concelho de Sesimbra que regista, de 1991 a 2001, uma variação mais assinalável da sua população, muito próxima dos 38%. Assinale-se ainda a variação negativa, registada na última década, para o concelho do Barreiro, que face à sua importância sub-regional, vem diminuir ligeiramente o peso da sua população no total da Península de Setúbal. Almada, Seixal e Setúbal, são os concelhos que, actualmente, detêm maior peso em termos de população na população, representando mais de 50% da população total da Península de Setúbal.

Gráfico 23

Distribuição da População 1991-2001



Fonte: INE- Censos 1991/2001



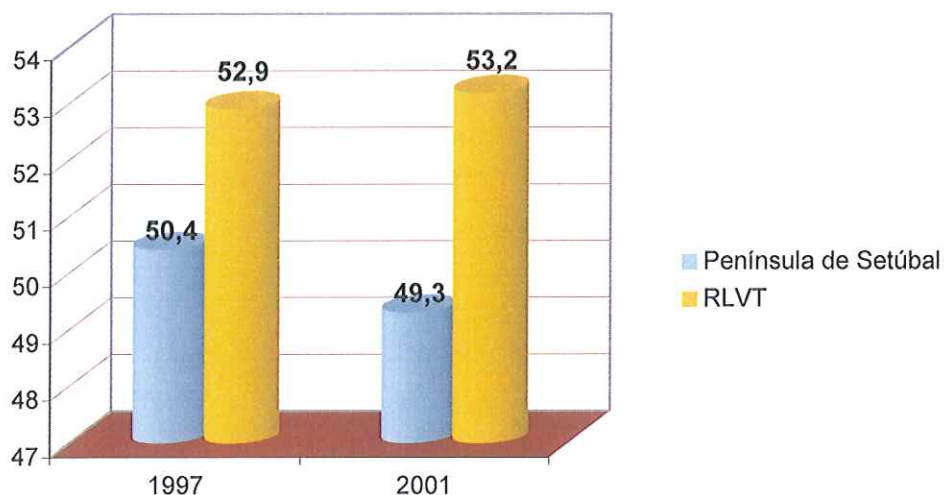
## I. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DE APOIO ÀS FORMAS DE GESTÃO REGIONAL

### I.1 Participação Eleitoral

A Península de Setúbal é a sub-região com taxas de participação nas eleições autárquicas mais baixas. Sofreu uma diminuição da participação nas últimas eleições autárquicas.

Gráfico 24

Taxas de participação nas eleições autárquicas 1997- 2001



Fonte: STAPE



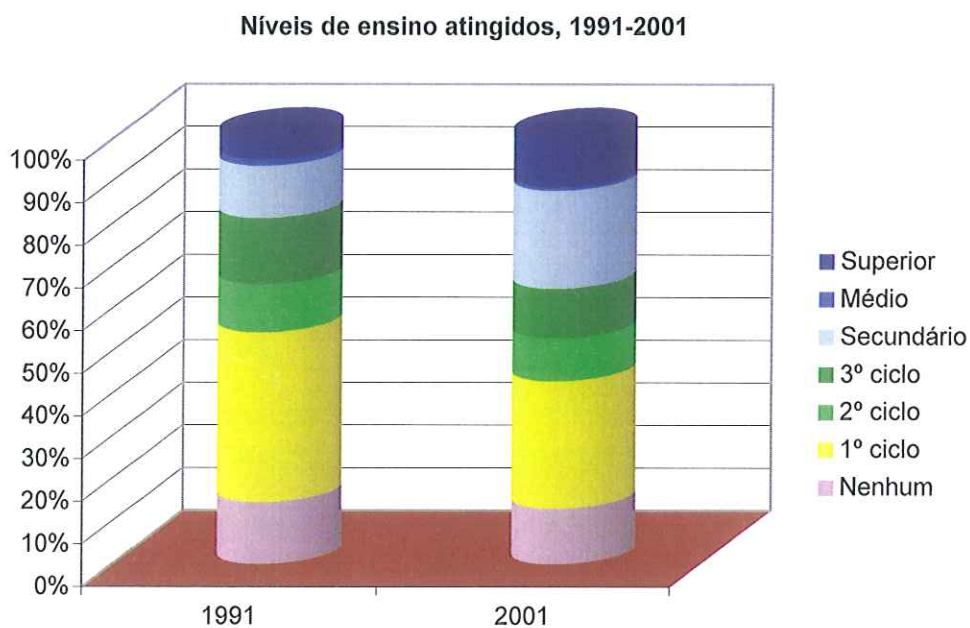
## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.1 Educação

#### a) Habilitações da População

Na Península de Setúbal regista-se, na última década, um claro aumento dos níveis de formação, nomeadamente ao nível da população que atingiu até ao ensino secundário. A percentagem da população com ensino superior duplica. Esta mudança é perceptível na análise dos rácios entre a população com escolaridade inferior à escolaridade mínima obrigatória à que detém escolaridade acima deste nível de ensino. Está actualmente a par com a Grande Lisboa, com os valores mais baixos neste indicador.

Gráfico 25



Fonte: INE- Censos 1991-2001

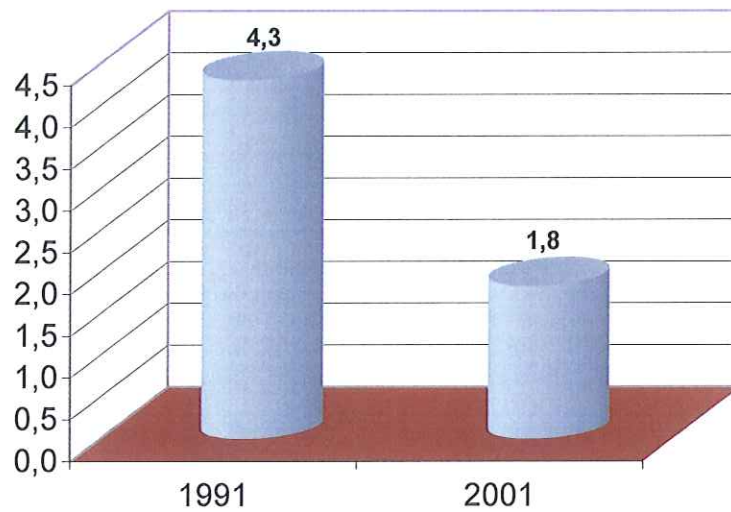


## 2. RECURSOS HUMANOS

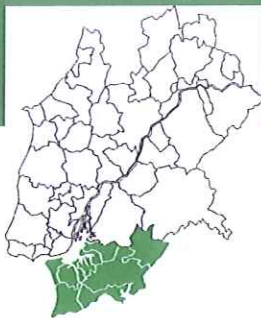
### 2.1 Educação

Gráfico 26

Rácio entre população com escolaridade até à EMO face à população com escolaridade superior



Fonte: INE- Censos 91-01



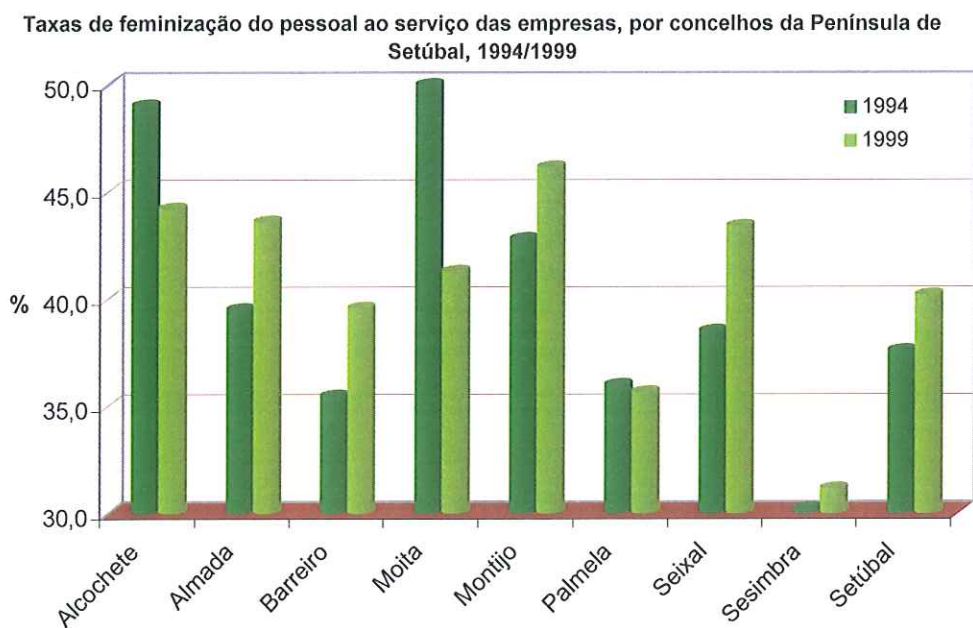
## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.2 Emprego

#### a) Taxas de Feminização do Emprego

A taxa global de feminização da mão-de-obra não é muito distante da Grande Lisboa. No entanto, dois concelhos da Península de Setúbal diminuem de forma assinalável as taxas de feminização da mão-de-obra, a saber, Alcochete e Moita. Palmela também reduz o peso das mulheres ao serviço, se bem que de forma ligeira. Os aumentos mais importantes em termos do peso das mulheres na estrutura de pessoal ao serviço das empresas dão-se em Almada, Montijo e Seixal, que, de resto, são os concelhos com taxas de feminização superiores na sub-região. Sesimbra manifesta um ligeiro aumento se bem que se mantenha como o concelho com um peso, de mulheres ao serviço das empresas, mais baixo.

Gráfico 27



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

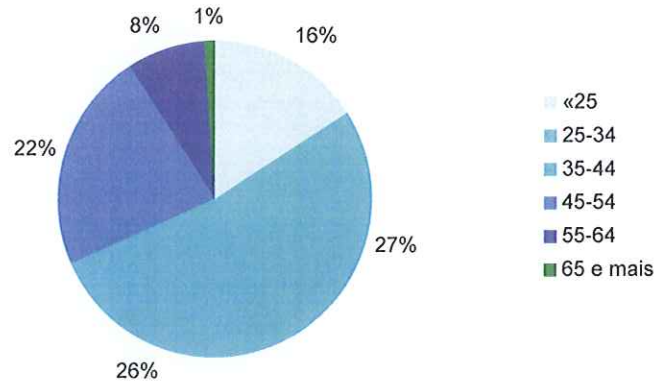
### 2.2 Emprego

#### b) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas

No que respeita à estrutura etária da mão-de-obra, conclui-se por uma dada estabilização para o período de 1994 a 1999. Aumenta ligeiramente o peso do pessoal com idades compreendidas entre 35 e 44 anos.

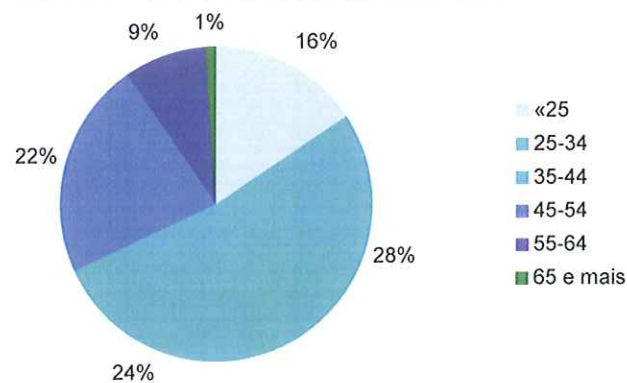
Gráficos 28 e 29

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994

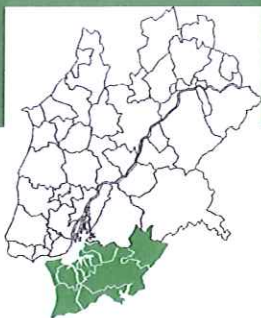


Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

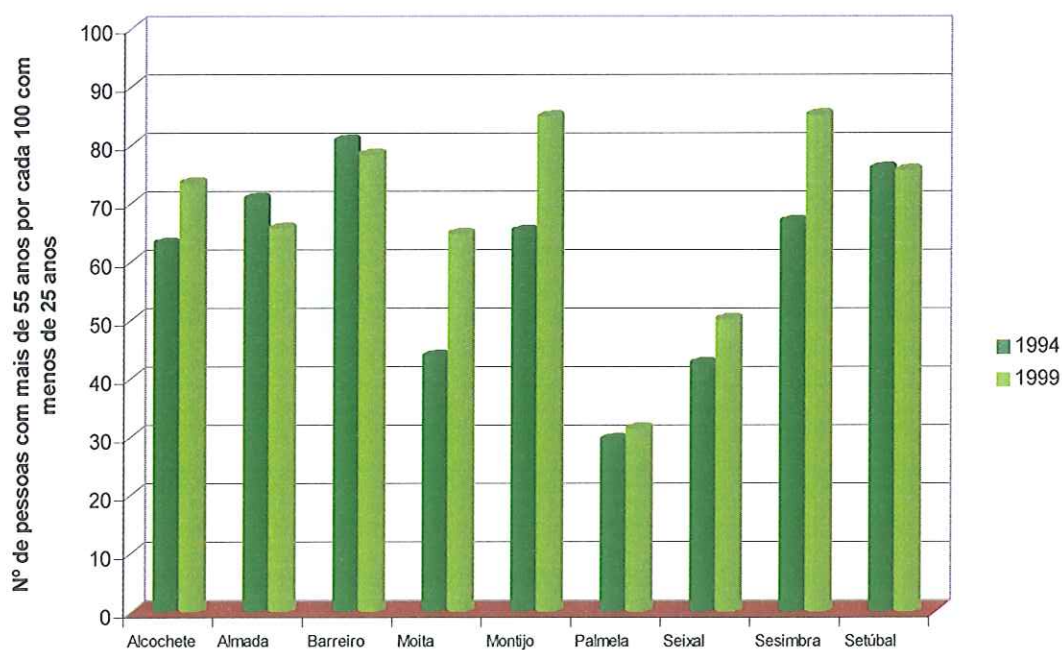
### 2.2 Emprego

#### c) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

De uma maneira geral pode sustentar-se um envelhecimento ligeiro da estrutura de pessoal ao serviço das empresas. Os aumentos mais assinaláveis dão-se na Moita e em Sesimbra. Alguns sinais de rejuvenescimento são identificáveis em Almada, Barreiro e Setúbal.

Gráfico 30

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Península de Setúbal, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

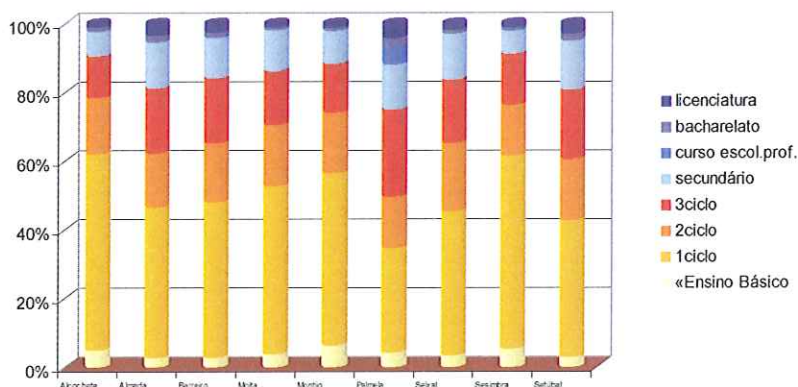
### 2.2 Emprego

#### d) Escolarização da Mão-de-obra

A acompanhar as restantes sub-regiões, a Península de Setúbal regista uma reestruturação nos níveis de escolaridade, com especial destaque para Almada, Barreiro, Palmela, Seixal e Setúbal que detêm um maior peso do pessoal com escolaridade superior à escolaridade mínima obrigatória.

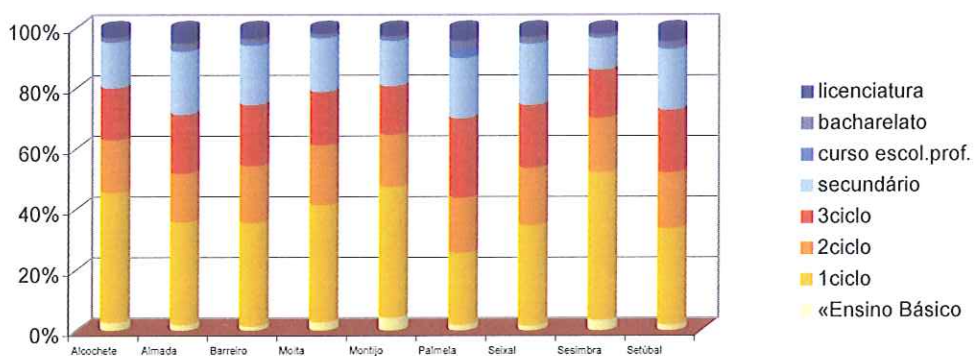
#### Gráficos 31 e 32

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Península de Setúbal, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Península de Setúbal, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

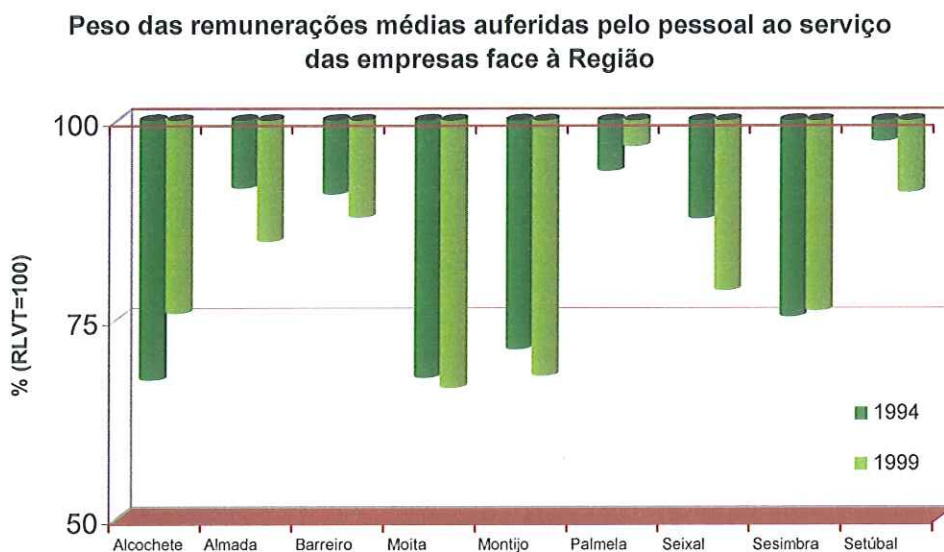
### 2.2 Emprego

#### e) Remunerações

As disparidades das remunerações médias por concelho da Península de Setúbal são visíveis, se bem que a sua evolução seja distinta. Almada, Barreiro e Setúbal que sendo dos concelhos com diferenças das remunerações face à média regional mais baixas, aumentam essa distância no período de 1994 a 1999.

O concelho de Palmela, com fortes pressões industriais, revela tendências mais positivas, aproximando-se a média de remunerações concelhias da média regional.

Gráfico 33



Fonte: Quadros de Pessoal: DETEFP



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

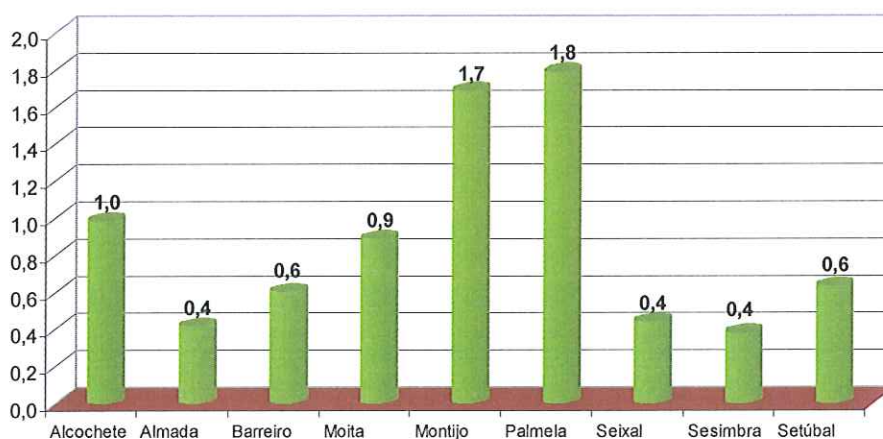
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### a) Alojamentos sem Água e Esgotos

Se bem que com valores baixos comparativamente com outras sub-regiões, Palmela e Montijo são os dois concelhos que apresentam valores mais elevados de alojamentos sem água e esgotos. Almada e Seixal são os concelhos que nos dois indicadores manifestam uma situação mais positiva.

**Gráfico 34**

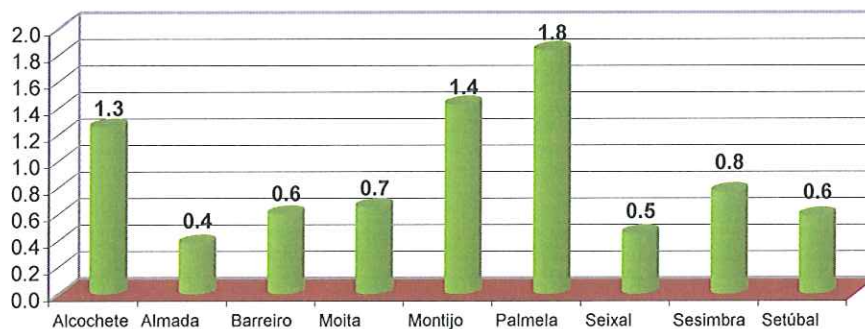
Peso dos alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos da Península de setúbal, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

**Gráfico 35**

Peso dos alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Península de Setúbal, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

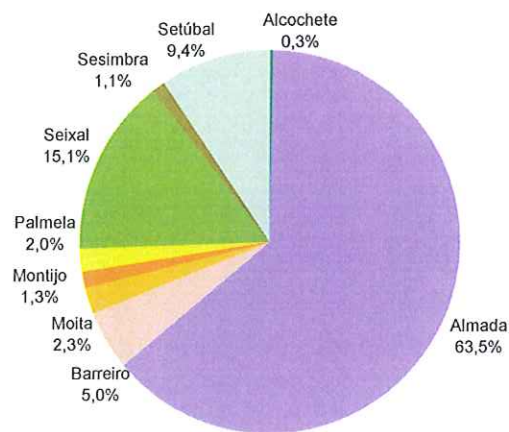
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### b) Peso das barracas

A Península de Setúbal regista (20001) 1057 barracas sendo a sub-região com maior número depois da Grande Lisboa. O concelho de Almada manifesta um peso maioritário relativamente às barracas existentes em toda a sub-região, a acrescentar a uma relação das barracas face aos alojamentos de 0,73% em 2001, em muito superior à média sub-regional, ultrapassando mesmo as médias de Grande Lisboa, a sub-região com valores mais elevados nesta relação.

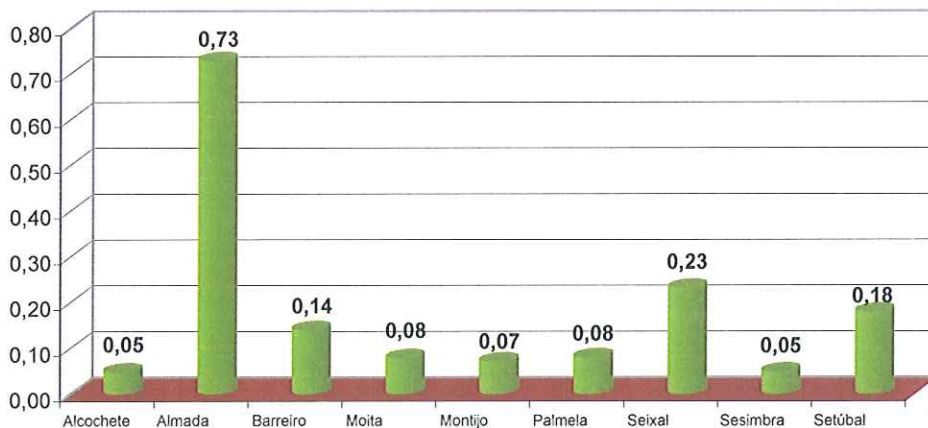
Gráficos 36 e 37

Distribuição das barracas, por concelhos da Península de Setúbal, 2001

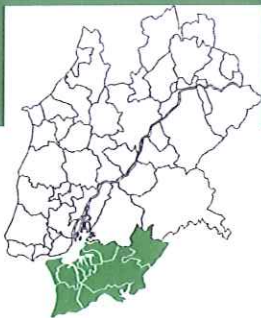


Fonte: INE- Censos 2001

Barracas face ao total de alojamentos, por concelhos da Península de Setúbal, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

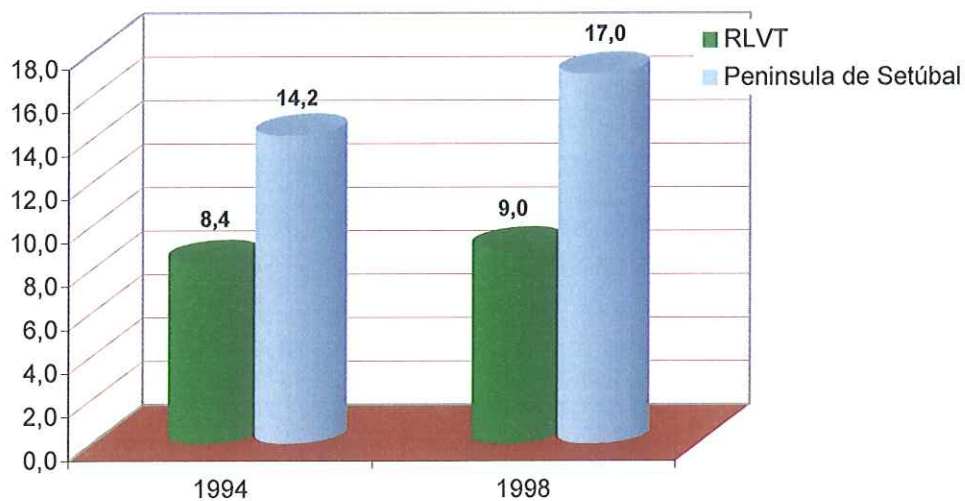
#### 3.2 Cultura

##### a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais

A Península de Setúbal acompanha a tendência regional de aumento do peso da despesa autárquica em actividades culturais, destacando-se os seus valores bem mais elevados do que as médias da RLVT. É no conjunto das sub-regiões aquela que detém um peso superior de investimento neste domínio.

Gráfico 38

Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE-Anuário Estatístico 1994, 2001

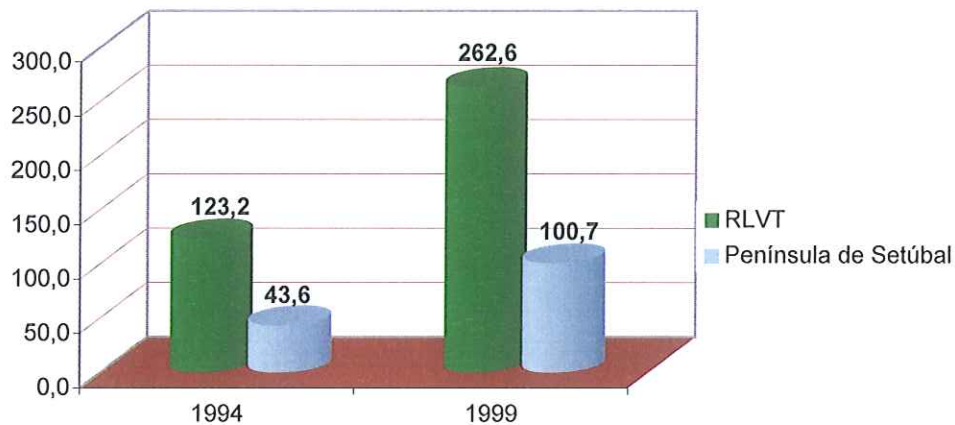


### b) Espectadores de Cinema<sup>1</sup>

Se bem que com proporções muito inferiores às registadas para a RLVT, a Península de Setúbal tem vindo a aumentar o seu volume de espectadores, sobrepondo-se, em 1999, ao volume da sua população.

Gráfico 39

Espectadores de cinema face à população total (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>1</sup> Valor calculado tendo por base a população de 2001.



## 4. QUALIDADE DE VIDA

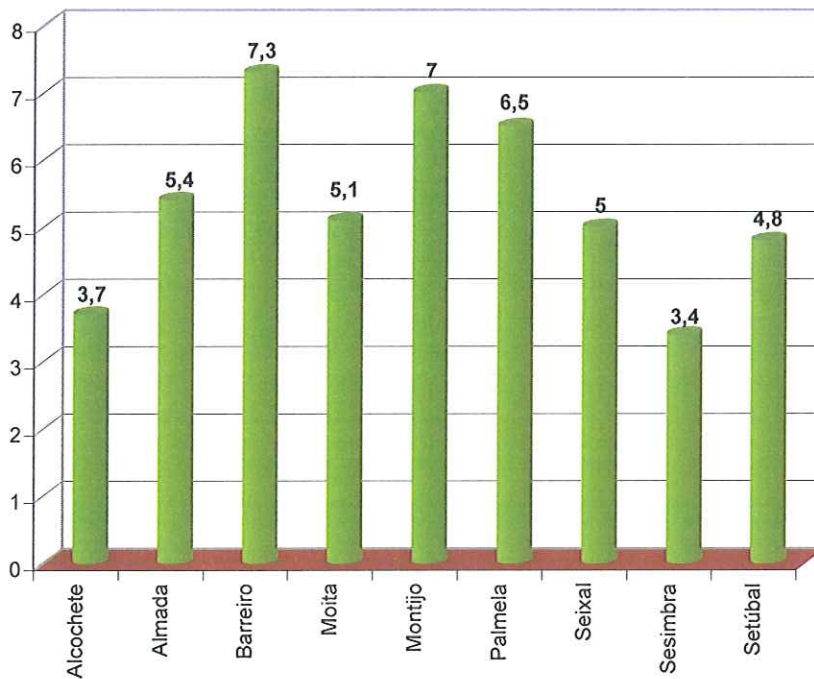
### 4.1 Bem-estar Físico

#### a) Taxa de Mortalidade Infantil

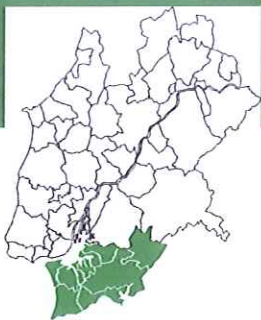
A taxa de mortalidade infantil na Península de Setúbal é, em média inferior à da Grande Lisboa mas, ao contrário da sub-região citada, aqui os concelhos “mais ruralizados” apresentam taxas superiores de mortalidade.

Gráfico 40

Taxa média de mortalidade infantil, 1995/1999



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 4. QUALIDADE DE VIDA

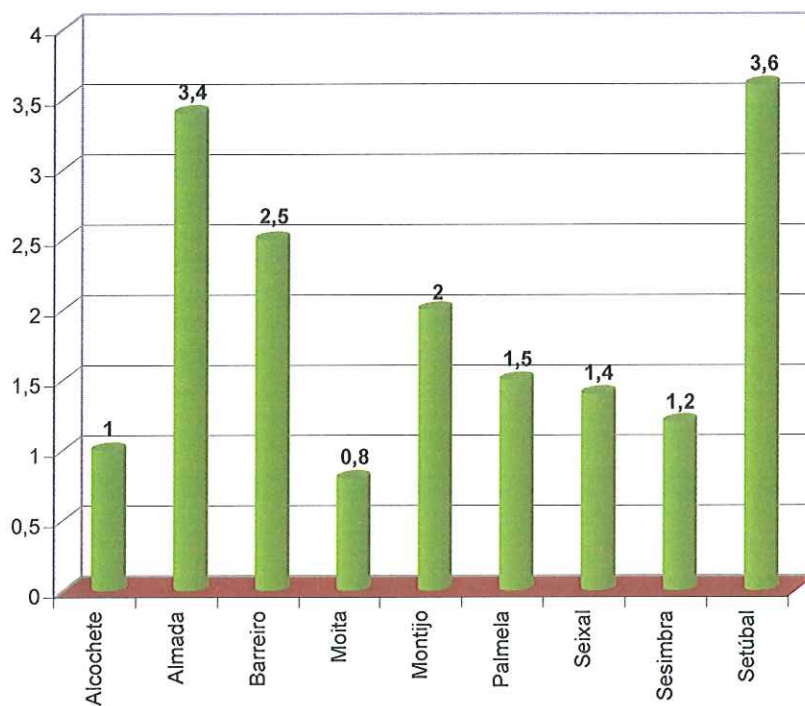
### 4.1 Bem-estar Físico

#### b) Médicos por 1000 Habitantes

A média de médicos por habitante está estreitamente associada à presença dos três hospitais distritais de Almada, Setúbal e Barreiro.

Gráfico 41

Médicos por 1000 habitantes, 1998



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001

## 5. COESÃO SOCIAL

### 5.1 Pobreza

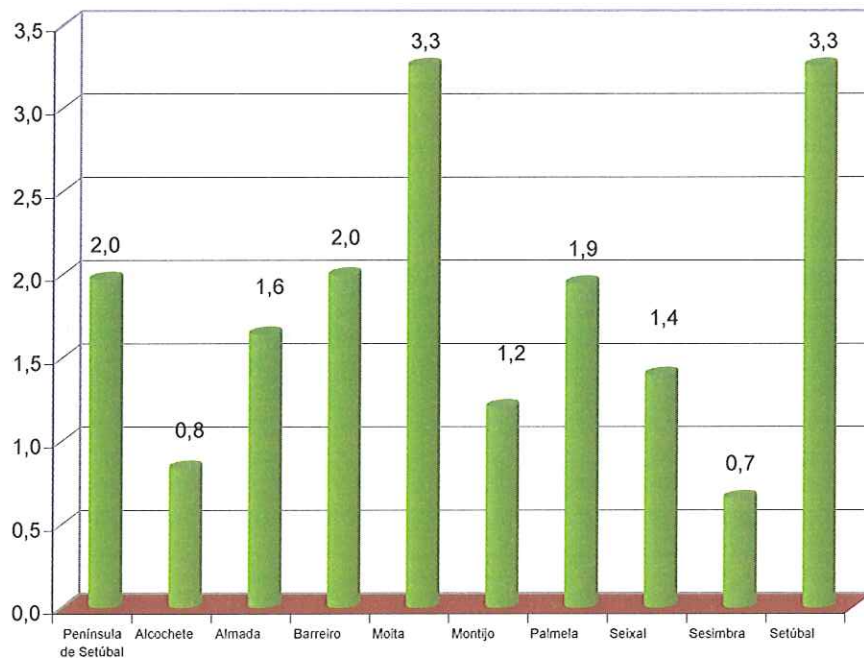


#### a) Beneficiários do RMG

Os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido na Península de Setúbal, em 2000, eram de 2,0% do total de região, sendo inferior à Média da Região cuja percentagem era de 2,7%. A disparidade concelhia faz ressaltar os concelhos da Moita e de Setúbal com percentagens superiores às médias regionais.

Gráfico 42

Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido face à população total, 2000 (%)



Fonte: Instituto para o Desenvolvimento Social - MTS





### ▪ Síntese

Ao nível dos indicadores estudados, a região do Oeste encontra-se numa posição intermédia entre a grande Lisboa e Península de Setúbal e as sub-regiões do Vale do Tejo. Região em transição, apresenta ainda grandes carências em infra-estruturas e grandes disparidades intra-regionais.

A par com o Médio Tejo, a sub-região do Oeste vai manifestando, em algumas dimensões, uma posição mais débil comparativamente às restantes sub-regiões. Salienta-se o envelhecimento acentuado da sua população na última década. Ressalta-se igualmente alguma disparidade na distribuição da população pelos diferentes concelhos, com maior peso nos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra e Torres Vedras.

A taxa de participação nas eleições autárquicas tem-se manifestado superior à média regional, provavelmente relacionado com o cariz mais rural de alguns dos concelhos, por oposição às conclusões retiradas para a Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Também se assinala uma evolução positiva da estrutura de habilitações, se bem que ainda aquém dos níveis atingidos para as outras duas sub-regiões.

Ao nível do mercado de emprego retiram-se as seguintes conclusões: i) uma progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, ii) envelhecimento da estrutura de mão-de-obra ao serviço das empresas, iii) se bem que com ligeiras mudanças na estrutura qualificacional, não se regista um peso importante dos licenciados no conjunto das pessoas ao serviço das empresas na sub-região, iv) as remunerações médias são bem mais baixas do que a média regional destacando-se, em alguns casos, a tendência de agravamento dessa disparidade.

Ao nível do saneamento básico, apenas Nazaré e Peniche apresentam valores mais positivos do que a média regional, sendo que a sub-região ainda manifesta debilidades ao nível da cobertura de alojamentos com água e esgotos. Em contrapartida, o peso das barracas face ao total de alojamentos é bem inferior à média regional. De destacar, igualmente, um peso reduzido dos beneficiários de RMG face à população total, se bem que se registem disparidades regionais, com um peso superior nesta relação nos concelhos de Nazaré, Peniche e Lourinhã.



## C.8 – OESTE

Na dimensão cultural regista-se um investimento reduzido assim como uma capacidade de atracção de espectadores de cinema inferior à média regional.

A média de médicos por 1000 habitantes é bem reduzida ao nível sub-regional, destacando-se pela positiva apenas o concelho de Caldas da Rainha.

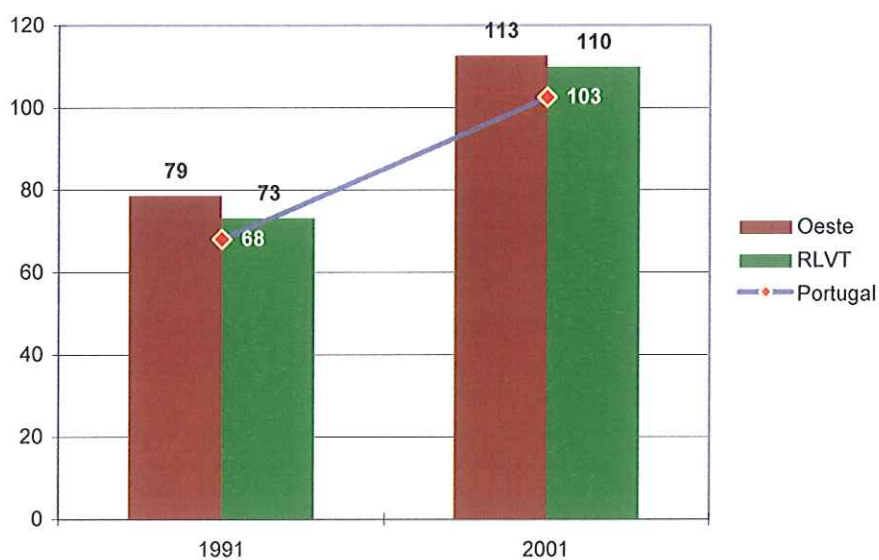


a) Índices de Envelhecimento

Se bem que o Oeste venha mantendo a tendência de envelhecimento registada para a RLVT, é certo que manifesta índices ligeiramente superiores aos da Região.

Gráfico 43

Índices de Envelhecimento, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01



## C.8 OESTE

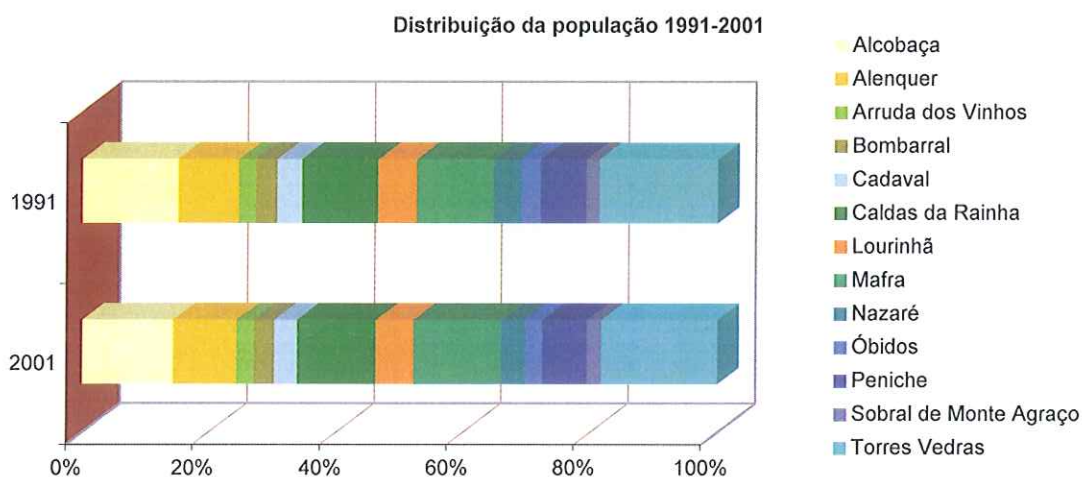
### Contexto Demográfico

#### b) Distribuição da População

No que respeita à importância de cada um dos concelhos na sub-região, destaca-se, na última década, o concelho de Torres Vedras, como sendo aquele que detém mais peso na população total do Oeste. No entanto, assinala-se o aumento importante do peso da população do concelho de Maфра que pode estar relacionado com a sua proximidade à AML, associada às melhorias de acessibilidades registadas nos últimos tempos. Aliás, este concelho registou, em paralelo uma variação da população, desde 1991, muito superior aos valores da sub-região, sendo superior a 24%. Em contrapartida dois dos concelhos do Oeste perdem população no período em análise- Nazaré e Óbidos, que vão mantendo um peso reduzido da sua população face ao total sub-regional.

Se bem que em termos da população total não seja notável o seu crescimento, assinala-se a variação de população igualmente positiva para os concelhos de Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Caldas da Rainha. A Grande Lisboa detém mais de metade (54,6%) da população da região. Se considerarmos o conjunto da área metropolitana de Lisboa, essa região detém 2/3 da população da região.

Gráfico 44



Fonte: INE- Censos 1991/2001



# I. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DE APOIO ÀS FORMAS DE GESTÃO REGIONAL

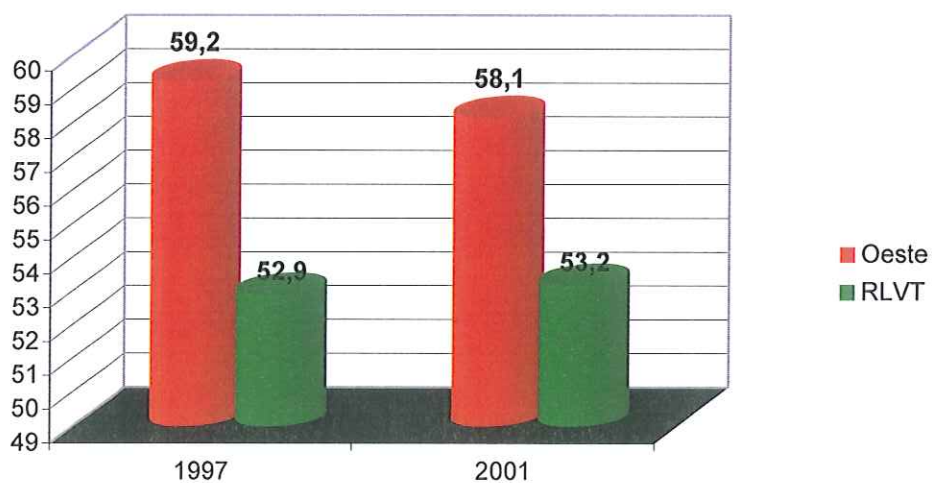
## I.1 Participação Eleitoral

### a) Participação Eleitoral

As taxas de participação autárquica na Região Oeste têm-se mantido acima dos valores registados para a RLVT. Nas últimas eleições a taxa de participação para a votação para Presidência da Câmara diminuiu.

Gráfico 45

Taxas de participação nas eleições autárquicas 1997-2001



Fonte: STAPE





## 2. RECURSOS HUMANOS

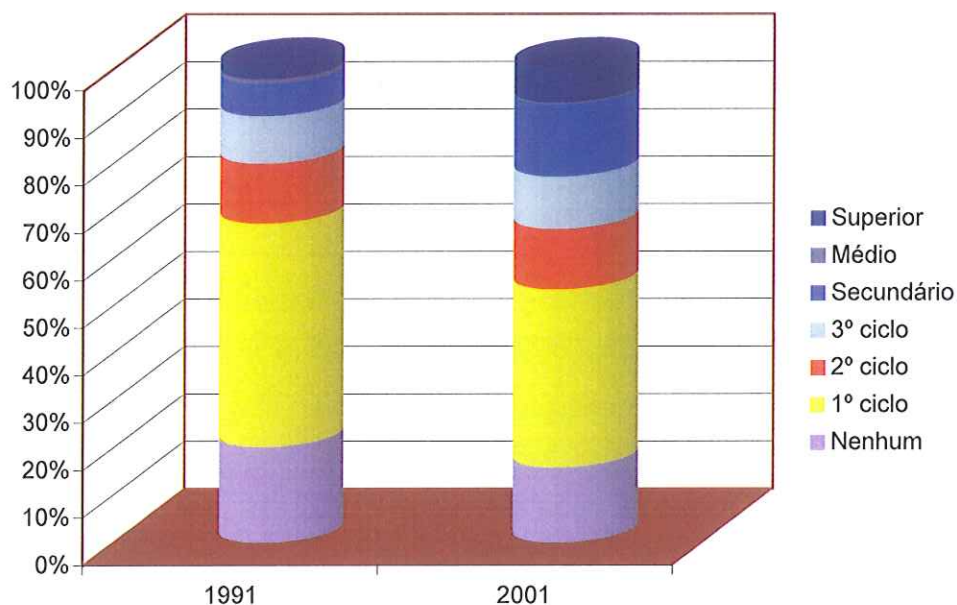
### 2.1 Educação

#### a) Habilitações da População

É assinalável a mudança na estrutura de habilitações da população do Oeste na última década. Aumenta claramente o peso dos que detêm uma escolaridade superior à escolaridade mínima obrigatória. Esta conclusão é sublinhada pela análise da evolução dos rácios entre população com escolaridade até à escolaridade mínima obrigatória aquela com escolaridade superior. Em 1991, havia em média próximo de 9 pessoas que tinham atingido até à escolaridade obrigatória para cada com escolaridade superior. Esse valor desce consideravelmente nos últimos Censos.

Gráfico 46

Níveis de ensino atingidos, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01

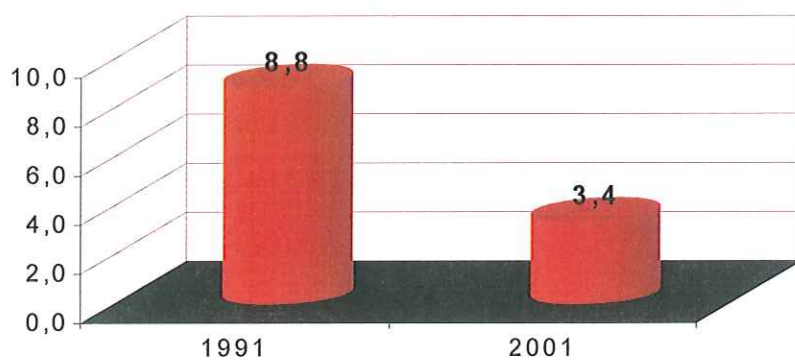


## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.1 Educação

Gráfico 47

Rácio entre população com escolaridade até à escolaridade mínima obrigatória face à população com escolaridade superior



Fonte: INE - Censos 91/01



## 2. RECURSOS HUMANOS

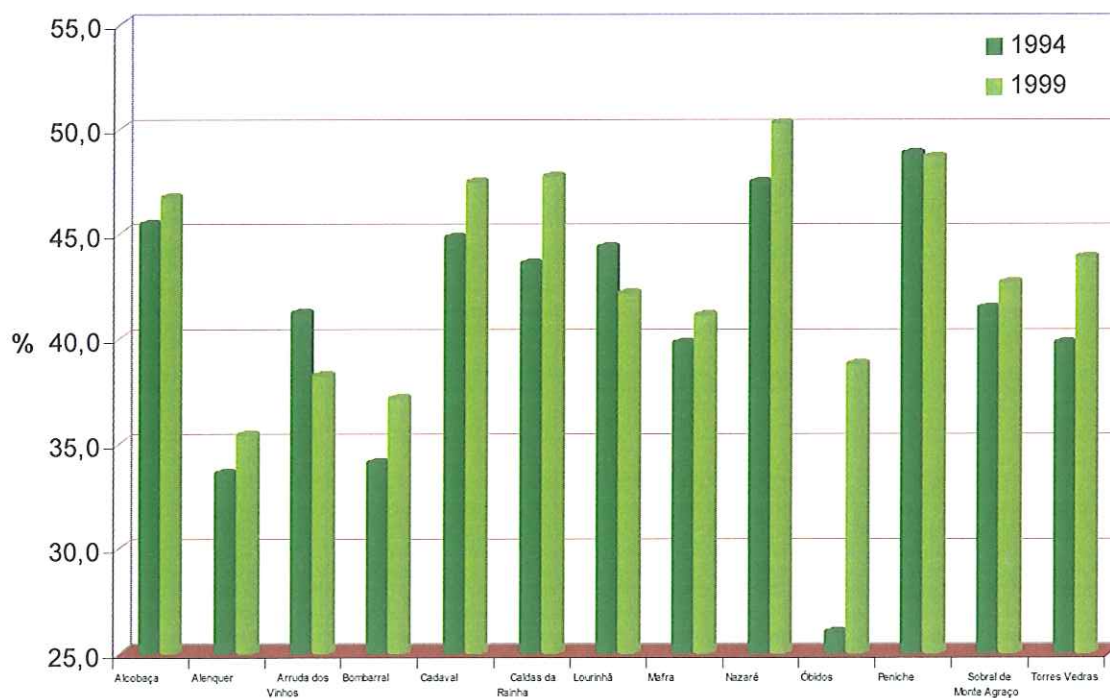
### 2.2 Emprego

#### a) Taxas de Feminização do Emprego

No conjunto dos concelhos da sub-região, apenas Arruda dos Vinhos diminui as suas taxas de feminização, se bem que a tendência generalizada seja a de aumento do peso das mulheres ao serviço das empresas. Os concelhos em que as taxas de feminização do emprego são mais baixas são os de Alenquer e Bombarral. Se bem que com valores ainda reduzidos, foi o concelho de Óbidos que manifestou, no período de 1994 a 1999, uma evolução mais positiva no que respeita à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Nazaré é o concelho com taxas de feminização da mão-de-obra mais elevadas da sub-região, ultrapassando, em 1999, os 50%.

Gráfico 48

Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por concelhos do Oeste, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

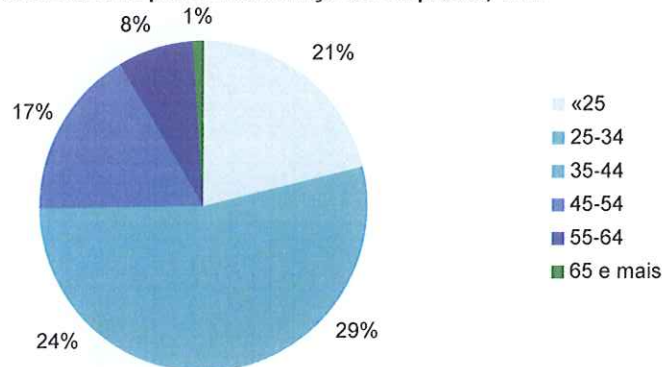
### 2.2 Emprego

#### b) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas

A sub-região manifesta claras evidências de envelhecimento da sua estrutura de mão-de-obra, se bem que pareça ser uma mudança lenta, que poderá vir a ser confirmada num período futuro. Destaca-se a perda do peso da população com menos de 25 anos e aumento do peso do pessoal ao nível dos restantes grupos etários.

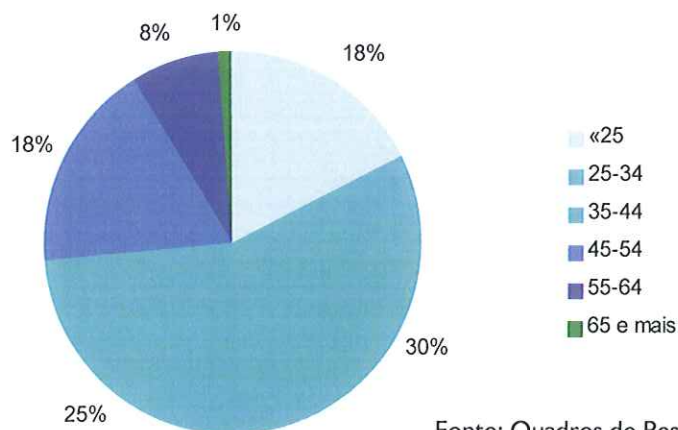
Gráficos 49 e 50

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.2 Emprego

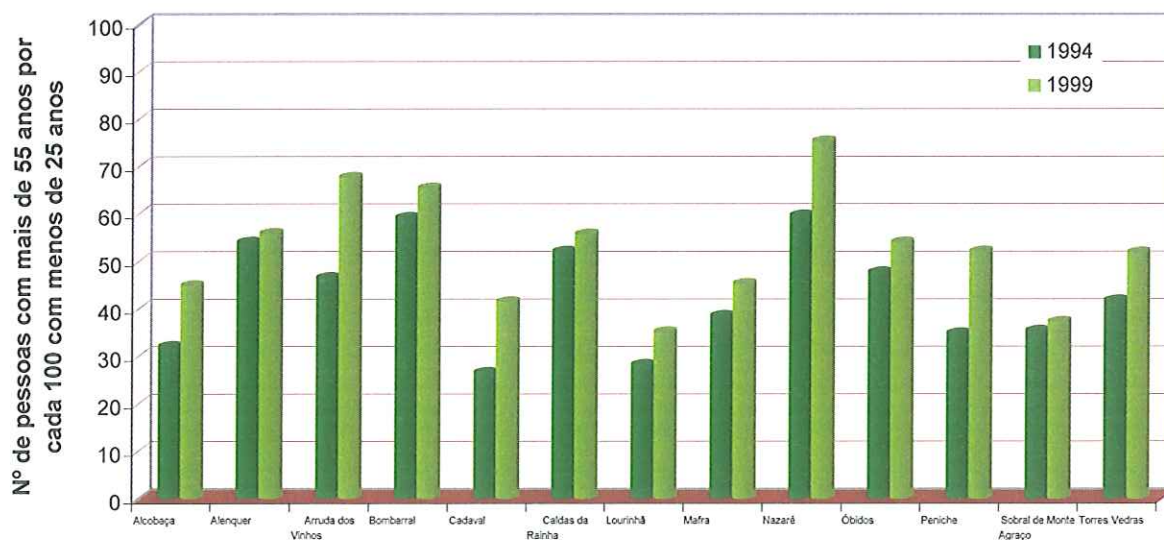


#### c) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

Em todos os concelhos da sub-região se constata pelo aumento do peso do pessoal ao serviço das empresas com mais de 55 anos relativamente àqueles que detêm menos de 25. Os índices de envelhecimento da mão-de-obra revelam-se superiores na Nazaré e Arruda dos Vinhos.

Gráfico 51

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos do Oeste, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

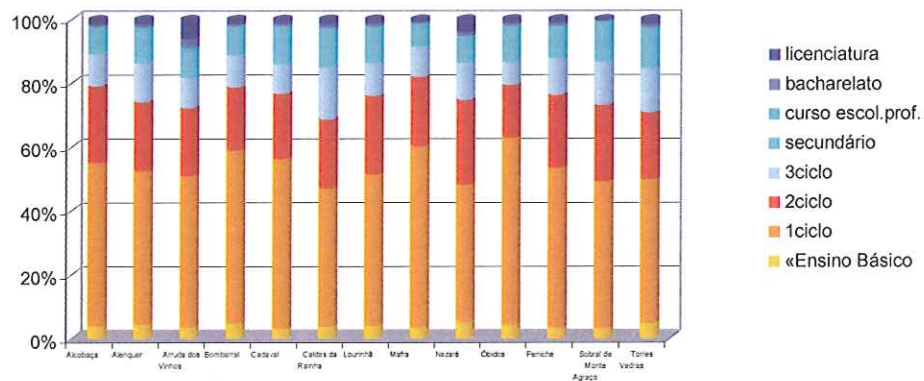
### 2.2 Emprego

#### d) Escolarização da Mão-de-obra

Alcobaça, Bombarral, Mafra e Sobral de Monte Agraço são os concelhos que detêm um peso superior de pessoal com habilitações inferiores à escolaridade mínima obrigatória. Se bem que se denote um aumento das habilitações, não é significativo o peso dos licenciados ao serviço da sub-região.

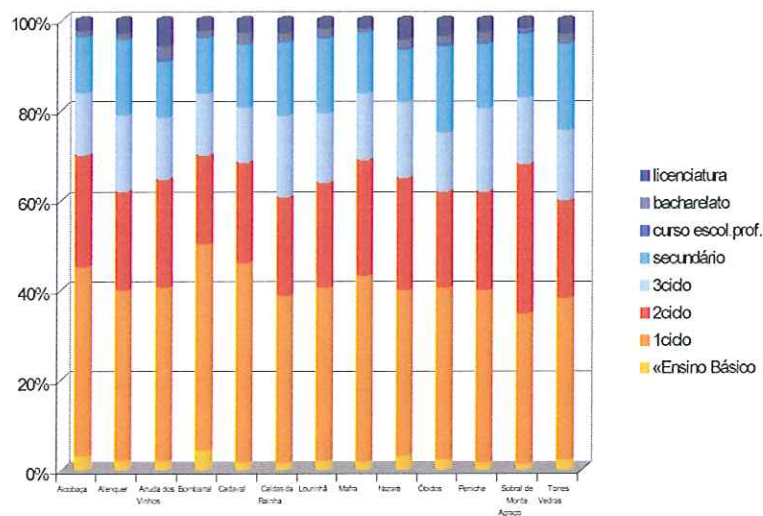
Gráficos 52 e 53

Estrutura de pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da região Oeste, 1994



Fonte: Quadro sde Pessoal- DETEFP

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da região Oeste, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



## 2. RECURSOS HUMANOS

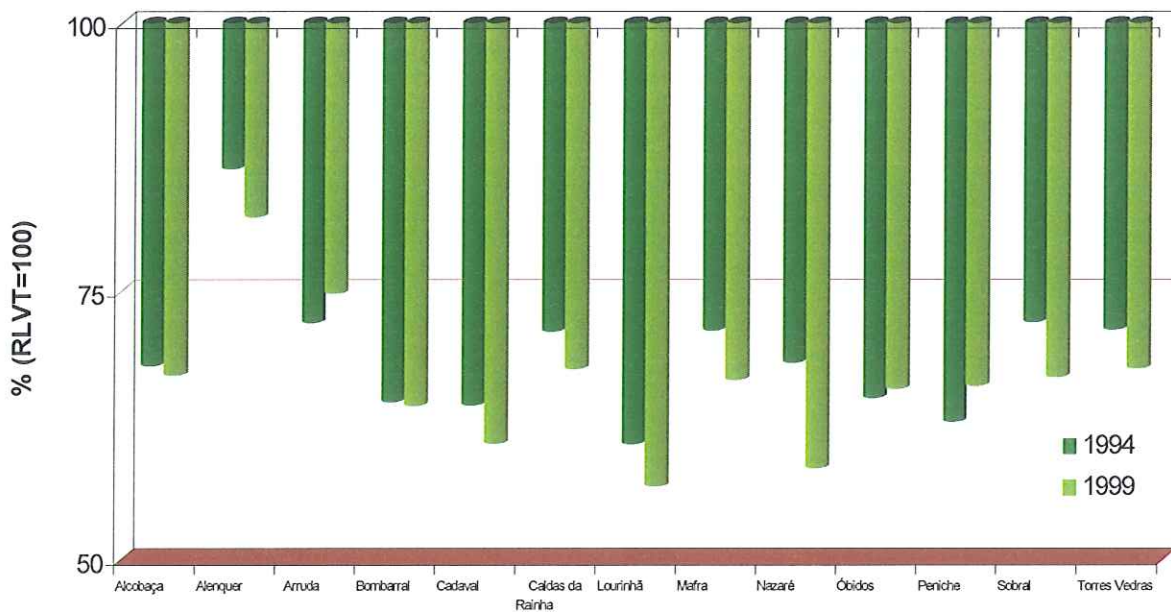
### 2.2 Emprego

#### e) Remunerações

Todos os concelhos da sub-região detêm remunerações médias inferiores à média regional. Apenas Arruda dos Vinhos e Óbidos diminuem ligeiramente essa diferença de 1994 a 1999, sendo que todos os restantes concelhos tendem a agravar a disparidade de remunerações face à RLVT.

Gráfico 54

Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP





### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

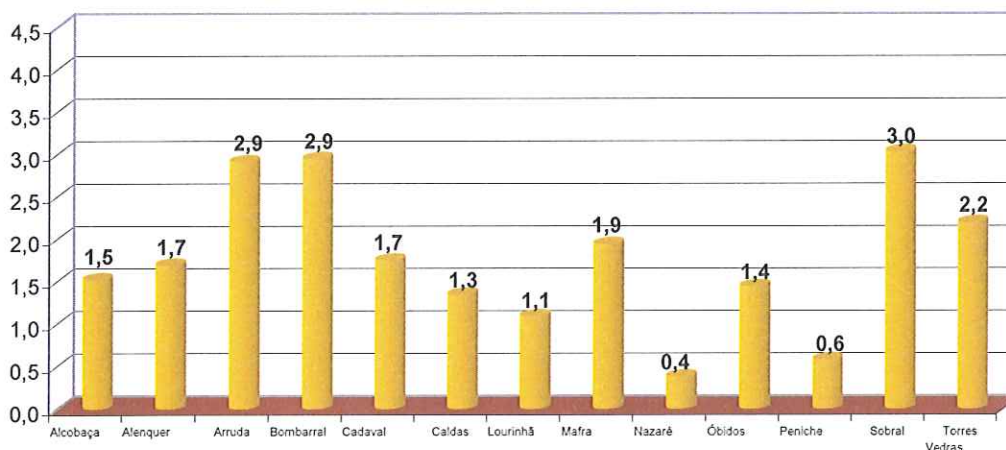
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### a) Alojamentos sem Água e Esgotos

No que se refere aos alojamentos sem água, são os concelhos de Arruda dos Vinhos, Bombarral e Sobral de Monte Agraço que revelam um peso superior destes alojamentos face ao total de alojamentos. Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço também são aqueles que manifestam valores mais elevados na relação dos alojamentos sem esgotos face ao total.

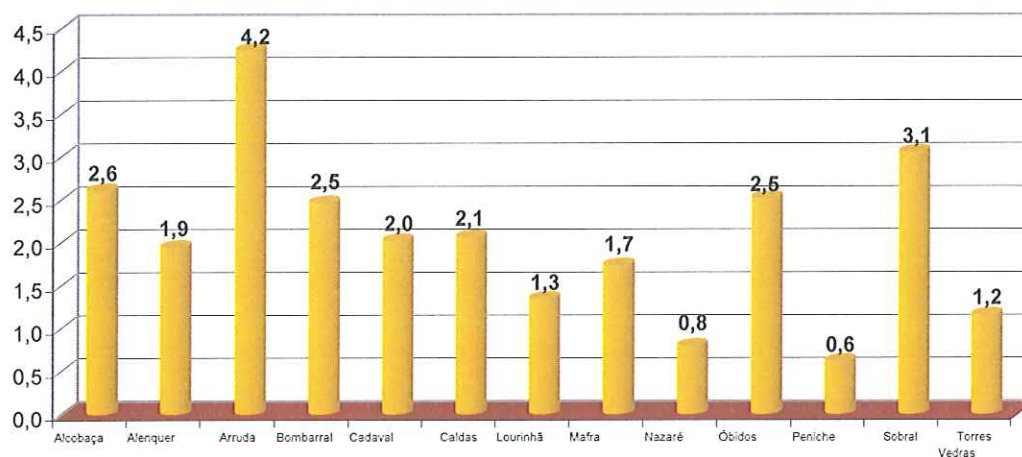
#### Gráficos 55 e 56

Alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos do Oeste, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos do Oeste, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001



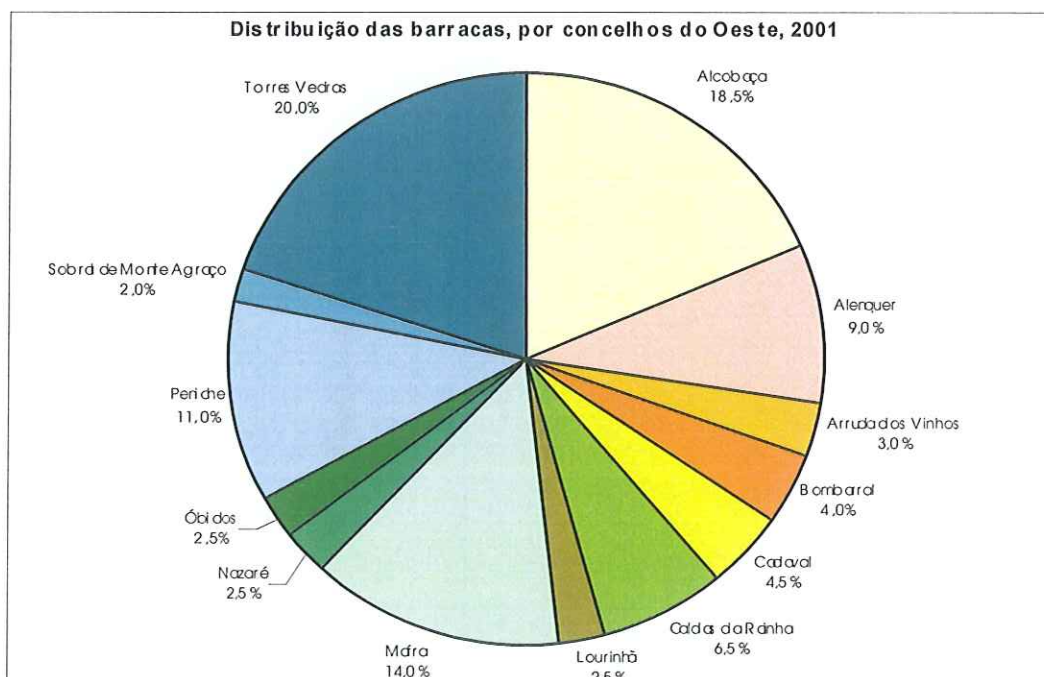
### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### b) Peso das Barracas

O Oeste detém (em 2001) 200 alojamentos abarracados. Os concelhos que detêm um maior peso de barracas face ao total existente na sub-região são Torres Vedras, Alcobaça, Mafra e Peniche. Saliente-se que não existe uma tão grande disparidade da distribuição das barracas ao nível intra-regional como, de resto, pode ser assinalado para outras sub-regiões da RLVT.

Gráfico 57



Alcobaça e Peniche são, igualmente os concelhos que detêm um maior peso de barracas face ao total de alojamentos. Arruda dos Vinhos, Bombarral e Cadaval que, tendo um peso de barracas face ao total existente na sub-região muito reduzido, seguem-se aos outros dois concelhos com valores mais elevados na relação barracas/ alojamentos.



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

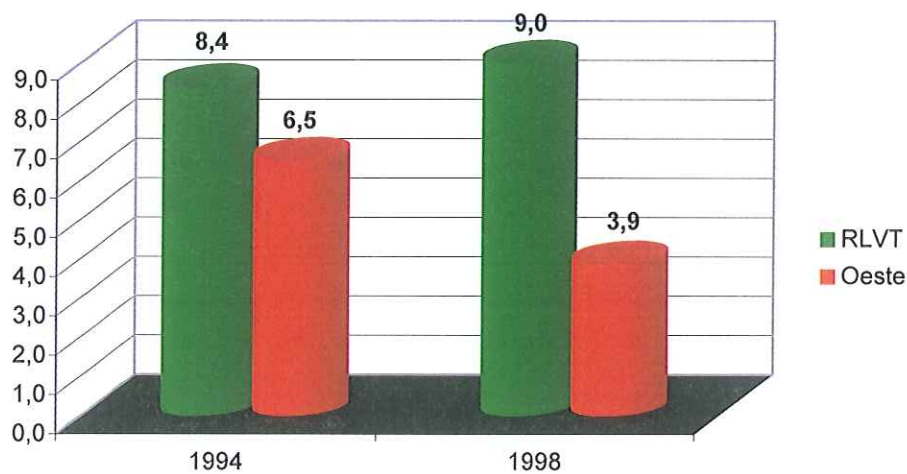
#### 3.2 Cultura

##### a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais

O Oeste manifesta uma tendência oposta à RLVT, tendo diminuído o peso da despesa autárquica em actividades culturais para o período de 1994 a 1998. O peso dessa despesa na sub-região tem-se manifestado muito reduzida face ao total regional, com alguma tendência de aumento dessa diferença. É a sub-região com valores mais baixos neste indicador.

Gráfico 58

Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994, 2001



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

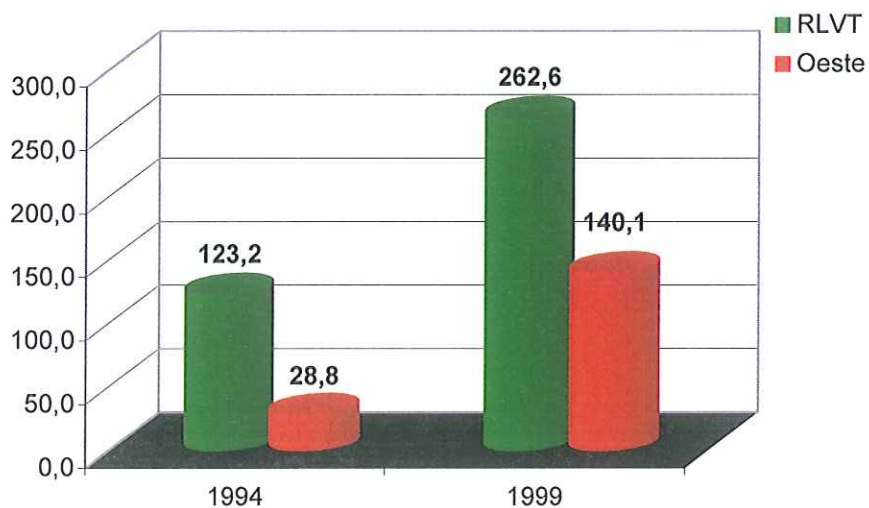
#### 3.2 Cultura

##### b) Espectadores de Cinema<sup>1</sup>

O Oeste, à semelhança das restantes sub-regiões manifesta uma clara evolução do volume dos seus espectadores de cinema. Detendo valores inferiores à RLVT, a sub-região tinha em 1999 um volume de espectadores que ultrapassava significativamente a sua população.

Gráfico 59

Espectadores de cinema face à população total (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>1</sup> Valor calculado tendo por base a população em 2001.



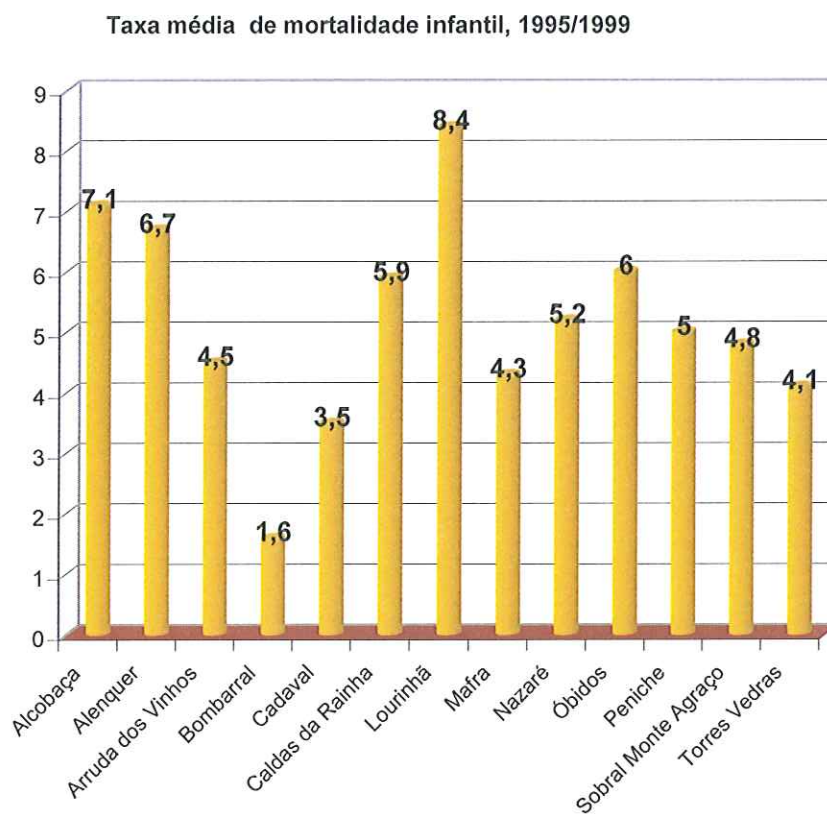
## 4. QUALIDADE DE VIDA

### 4.1 Bem-estar Físico

#### a) Taxa de Mortalidade Infantil

No interior desta sub-região assiste-se a uma grande disparidade nas taxas de mortalidade infantil que variam entre 1,6/oo a 8,4/oo

Gráfico 60



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 4. QUALIDADE DE VIDA

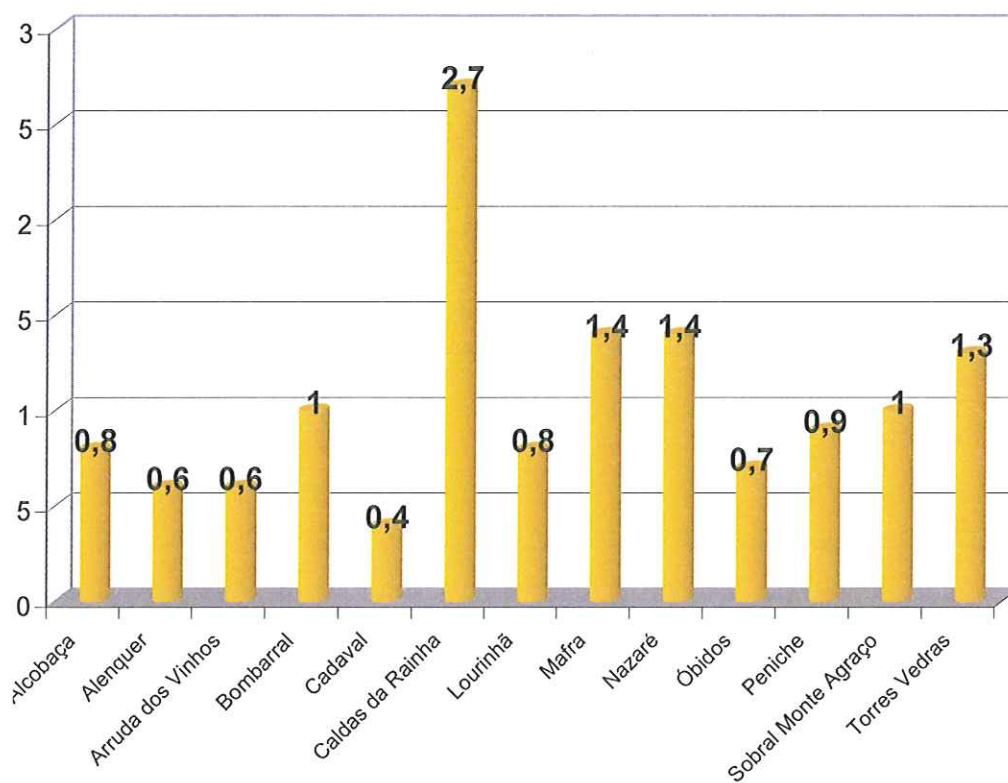
### 4.1 Bem-estar Físico

#### b) Médicos por 1000 habitantes

A distribuição do número de médicos por habitante está claramente influenciada pela presença do Hospital regional das Caldas da Rainha.,

Gráfico 61

#### Médicos por 1000 habitantes, 1998



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 5. COESÃO SOCIAL

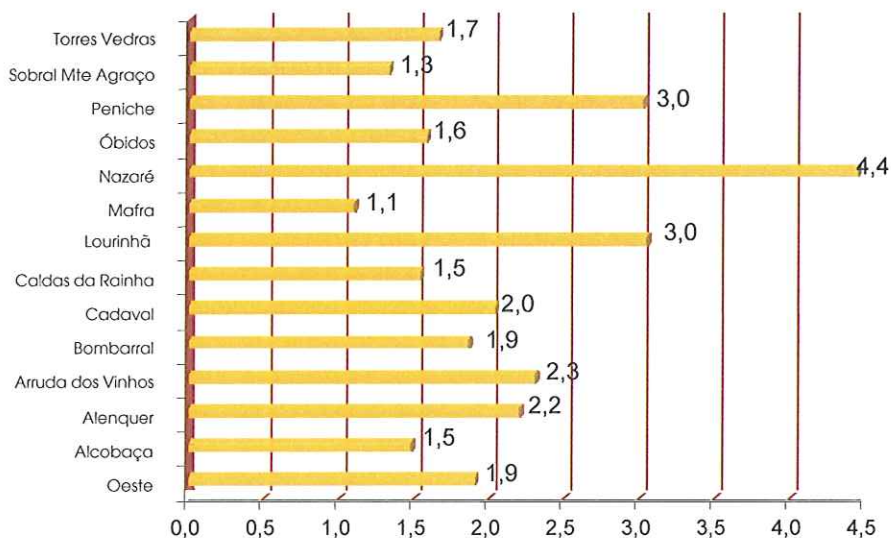
### 5.1 Pobreza

#### a) Beneficiários do RMG

Os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido no Oeste, em 2000, eram 1,99% do total da região sendo a sub-região com menor percentagem (a média da Região LVT é 2,7%), mas o Oeste é a sub-região com maiores disparidades nesta cobertura. Ressaltam, particularmente, os concelhos da Nazaré (4,4% de beneficiários) e de Lourinhã e Peniche (3%).

Gráfico 62

#### Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido face à população total, 2000 (%)







### ▪ Síntese

Não parecem existir características muito distintivas ao nível dos diferentes parâmetros de monitorização entre o Médio Tejo e Lezíria do Tejo, facto que se deverá à proximidade geográfica, mas igualmente às formas de apropriação do espaço e da sua utilização que tendem a tornar este território como relativamente homogéneo. Todo o Vale do Tejo manifesta indicadores problemáticos ao nível da coesão social, se bem que no que respeita à evidência de situações de pobreza esta não pareça ser tão visível. A título exemplificativo, o Médio Tejo detém o peso de barracas face ao total de alojamentos mais baixo na região, a par com um peso de beneficiários de RMG face ao total da população mais baixo do que a região.

No entanto, relativamente a outros indicadores, o Médio Tejo apresenta claras disparidades, principalmente se compararmos com a Grande Lisboa, a saber: i) um índice de envelhecimento acentuado da sua população; ii) o peso da população que atingiu até à escolaridade obrigatória ainda é quase três vezes superior ao total da população com níveis de habilitações mais elevados; iii) cobertura dos alojamentos com água e esgotos inferior à média regional, se bem que com valores mais positivos do que a Lezíria do Tejo.

Denota-se uma distribuição díspar da população pelos diferentes concelhos, concentrando-se a população nos concelhos de Abrantes, Ourém, Tomar e Torres Novas.

Ao nível do sistema de emprego também se destacam conclusões que evidenciam essa mesma disparidade, nomeadamente: i) uma tendência ainda reduzida ao nível da inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo que em nenhum concelho o peso das mulheres se aproxima dos 50% (valor ideal para uma distribuição equitativa); ii) uma tendência acentuada de envelhecimento da mão-de-obra ao serviço das empresas; iii) tendência de estabilização da estrutura de habilitações, com especial resistência ao nível da inserção de quadros superiores; iv) remunerações médias mensais muito abaixo das médias regionais.

Destaca-se o investimento autárquico em actividades culturais, com um peso superior à média regional, mas um valor no peso de espectadores de cinema face à população total muito inferior à média da RLVLT.



Ao nível dos indicadores de bem-estar físico são grandes as disparidades internas à sub-região. Destacam-se pela negativa os concelhos de Constância e Ferreira do Zêzere, com valores elevados na taxa média de mortalidade infantil e com os rácios de médicos por 1000 habitantes mais baixos ao nível do Médio Tejo.

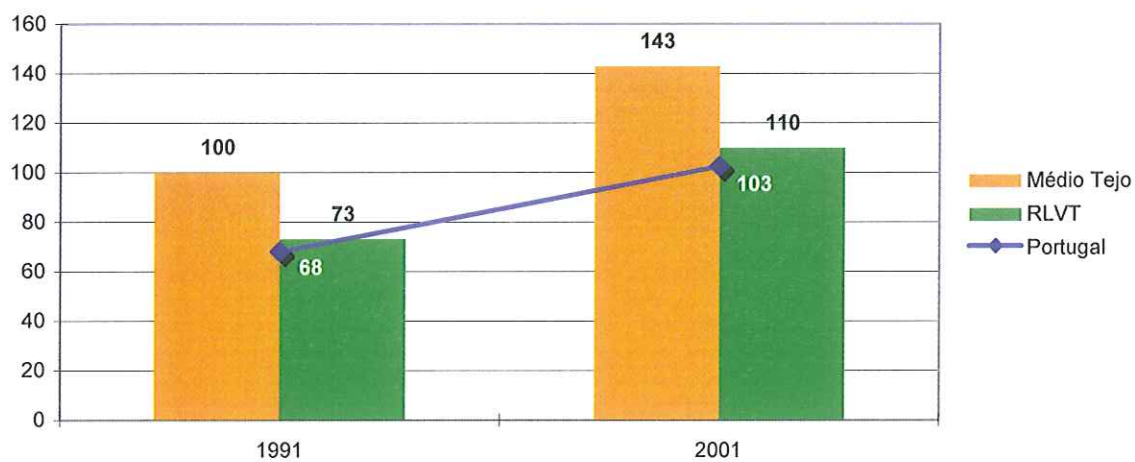


### a) Índices de Envelhecimento

O Médio Tejo apresenta uma tendência acentuada para o envelhecimento da sua população o que, acompanhado com a sua reduzida variação da população, registada nos últimos Censos, permite concluir pela sua fraca dinâmica demográfica.

Gráfico 63

Índices de Envelhecimento, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01



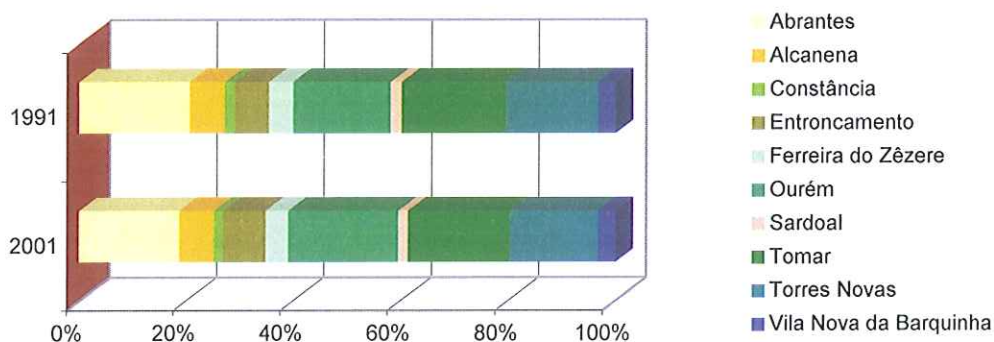
### b) Distribuição da População

Abrantes, Ourém, Tomar e Torres Novas são os concelhos do Médio Tejo que detêm uma maior importância em termos da sua população, representando mais de 50% do total sub-regional.

Não se registam alterações significativas na distribuição da população pelos vários concelhos da sub-região, na última década. Destaca-se apenas a perda de população na estrutura demográfica do Médio Tejo para Abrantes, compensado por ganhos ligeiros dos concelhos de Entroncamento e Ourém, que são, de resto, aqueles em que regista uma variação da população, para o período em análise, mais significativa. Relembre-se que esta é uma região que vem manifestando debilidades do ponto de vista demográfico, que também é explicado pela variação negativa da população para a maioria dos seus concelhos.

Gráfico 64

Distribuição da população 1991-2001



Fonte: INE- Censos 1991/2001

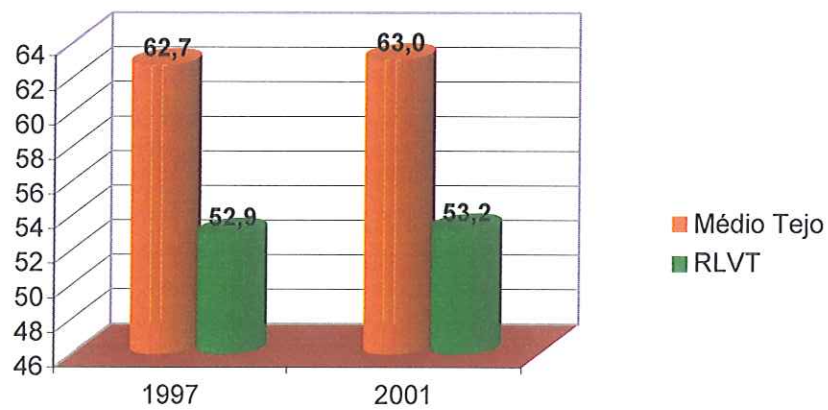


### a) Participação Eleitoral

O oeste é a sub-região com taxas de participação nas eleições autárquicas mais elevadas. Os valores da participação têm-se mantido estáveis nas últimas eleições.

Gráfico 65

Taxas de participação nas eleições autárquicas 1997-2001



Fonte: STAPE

## 2. RECURSOS HUMANOS

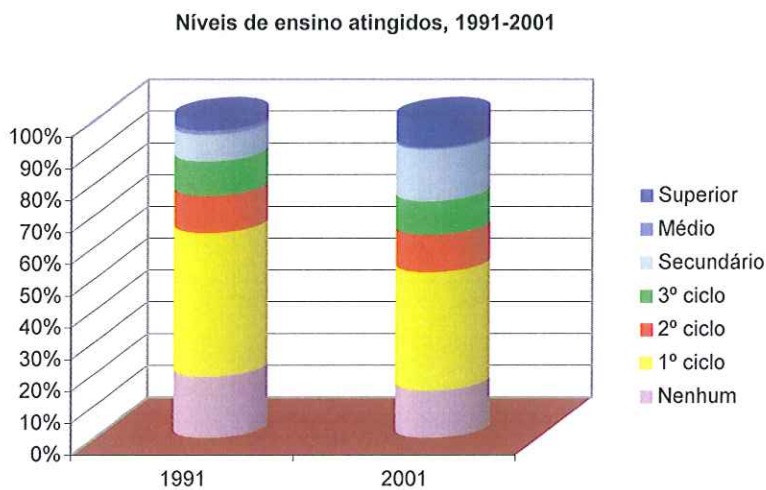
### 2.1 Educação



#### a) Habilitações da População

Acompanhando a tendência regional, também o Médio Tejo eleva as habilitações da sua população. É assinalável a mudança registada na relação entre a população que atingiu até ao 9º ano e aquela que detém mais do que essa escolaridade. Em 1991, essa relação era de cerca de 7 passando para próximo de 3 pessoas com escolaridade inferior à EMO para cada uma com escolaridade superior a este nível de ensino.

Gráfico 66

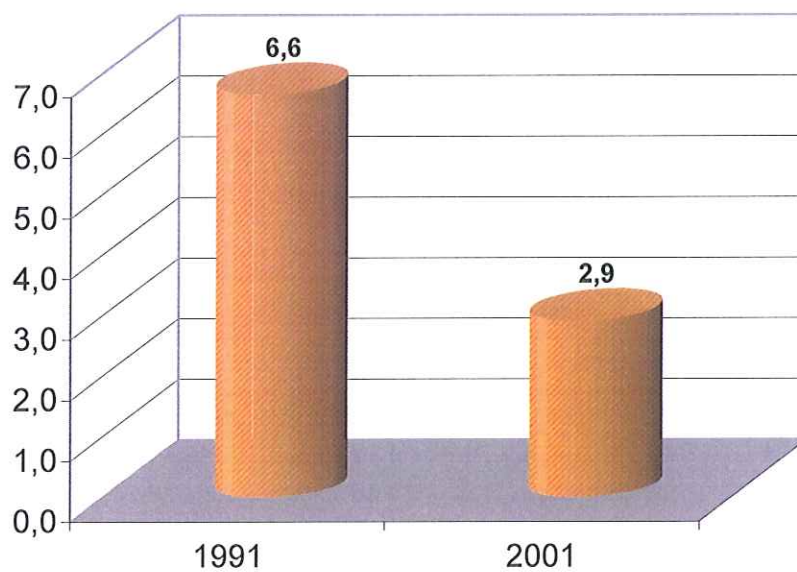


Fonte: INE- Censos 91-01



Gráfico 67

Rácio entre população com escolaridade até à EMO face à população com escolaridade superior



Fonte: INE- Censos 91/01

## 2. RECURSOS HUMANOS

### 2.2 Emprego

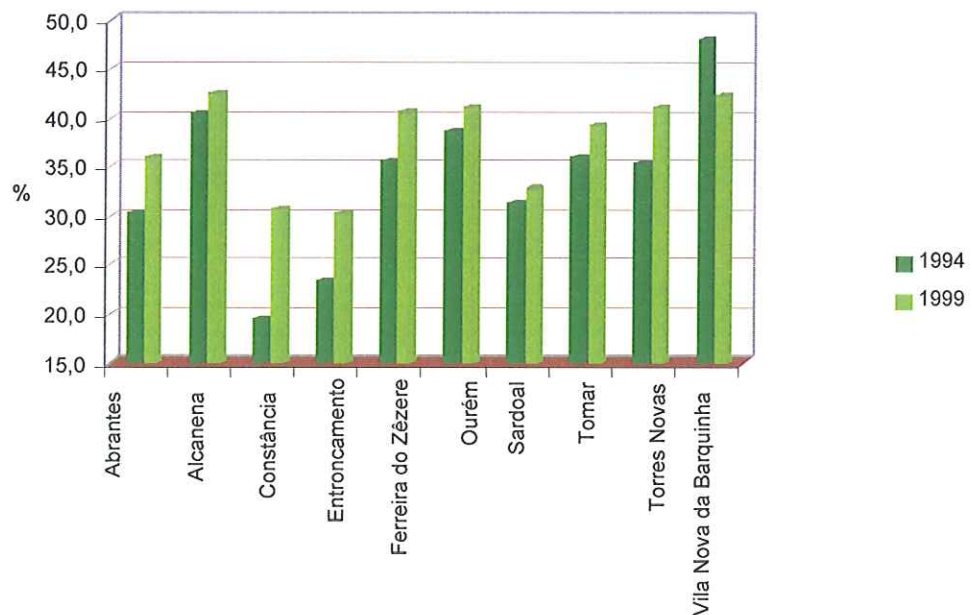


#### a) Taxas de Feminização do Emprego

As taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas na sub-região ainda são relativamente baixas. Apenas Vila Nova da Barquinha diminuiu, no período de 1994 a 1999, os valores neste indicador. Constância e Entroncamento mantêm as taxas mais baixas, se bem que revelem um aumento importante para o período assinalado.

Gráfico 68

Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por concelhos do Médio Tejo, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

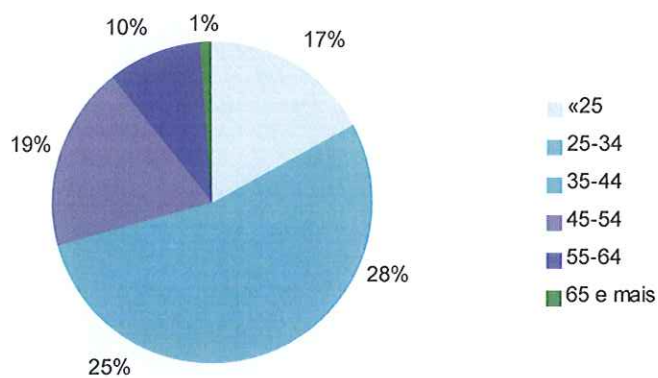


**b) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas**

A estrutura do pessoal ao serviço das empresas na sub-região vem revelando uma tendência de envelhecimento se bem que ligeira e notada no grupo dos 25 aos 34 anos e no dos 55 aos 64.

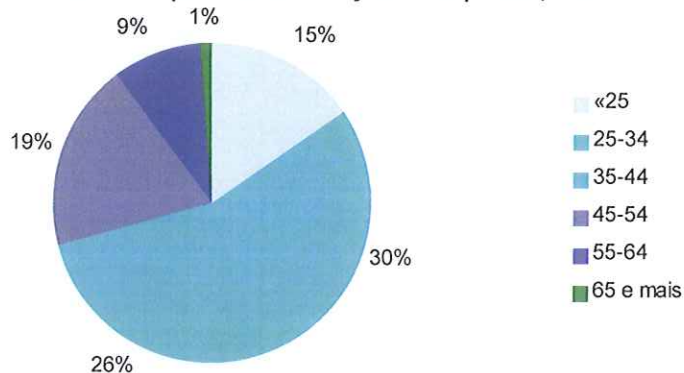
**Gráficos 69 e 70**

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

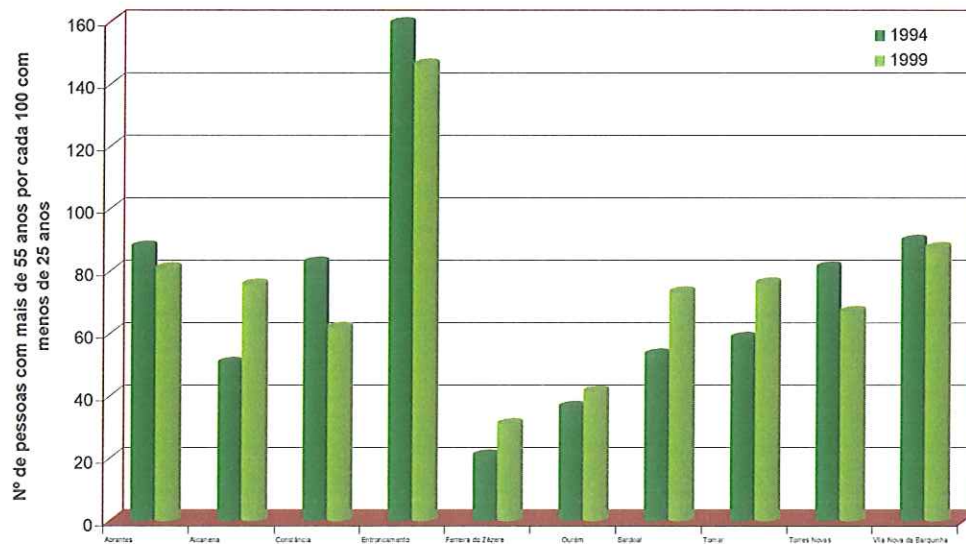


### c) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

A análise dos valores do índice de envelhecimento da estrutura de mão-de-obra denota claramente essa tendência, destacando-se o concelho de Entroncamento que em 1999 tinha em média 146 pessoas com mais de 55 anos por cada 100 com menos de 25. O envelhecimento denota-se igualmente nos concelhos de Alcanena, Sardoal e Tomar, que, não detendo em 1999 os valores mais elevados no índice, mostram uma tendência de aumento do peso do pessoal com mais de 55 anos.

Gráfico 71

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos do Médio Tejo, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DEFEPP

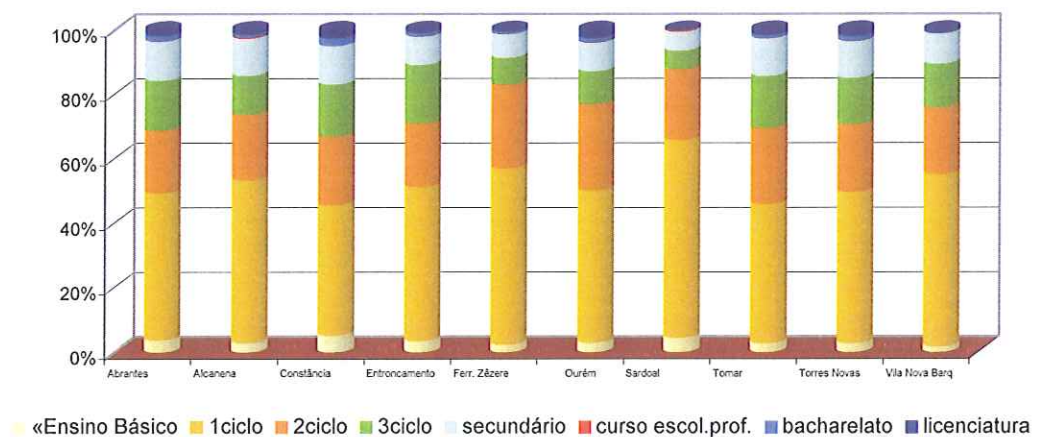


#### d) Escolarização da Mão-de-obra

A sub-região vai manifestando alguma resistência ao aumento das habilitações da estrutura de pessoal ao serviço das empresas. Em 1999, Ferreira do Zêzere, Sardoal e Vila Nova da Barquinha mantinham mais de 80% do seu pessoal com escolaridade máxima de 2º ciclo.

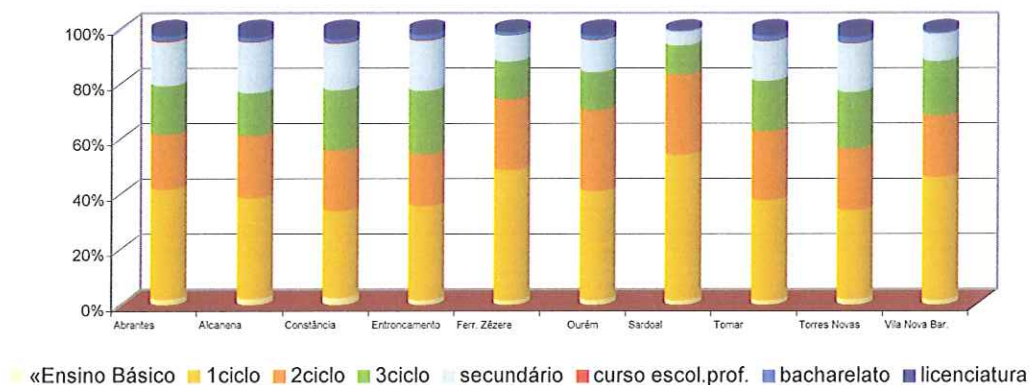
#### Gráficos 72 e 73

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos do Médio Tejo, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos do Médio Tejo, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

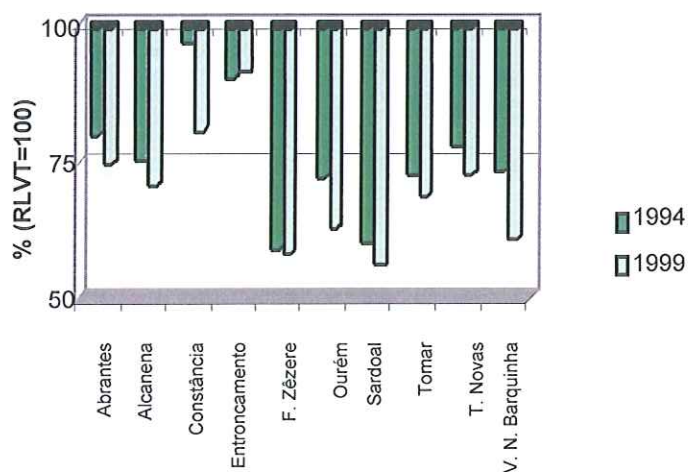


e) Remunerações

Todos os concelhos mantêm remunerações médias abaixo da média regional. Apenas no Entroncamento se revela alguma tendência de aproximação à média regional, sendo que para os restantes concelhos tende a aumentar a disparidade de remuneração do factor trabalho.

Gráfico 74

Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

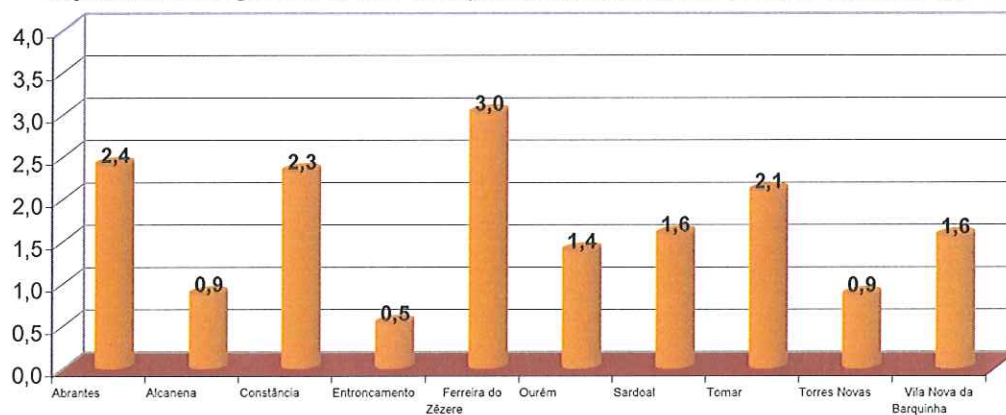


#### a) Alojamentos sem Água e Esgotos

Abrantes, Constância e Ferreira do Zêzere detêm o peso superior de alojamentos sem água e esgotos face ao total de alojamentos. O Entroncamento é o concelho que manifesta valores mais positivos, situando-se até numa situação relativamente marginal à realidade sub-regional.

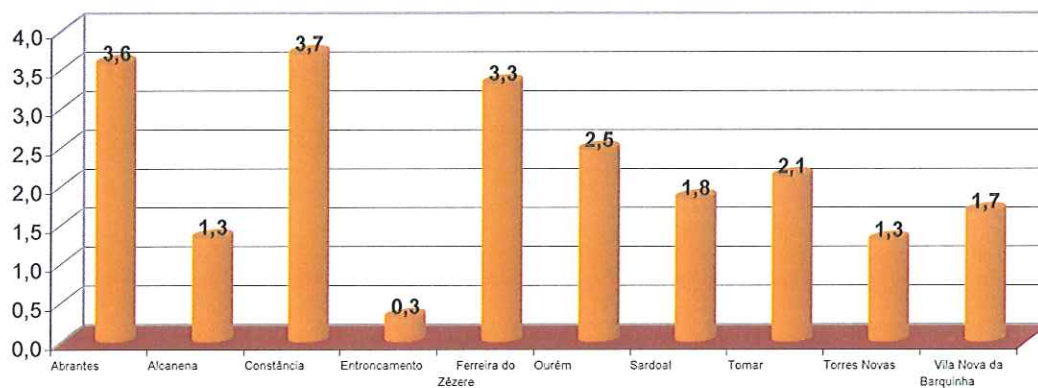
Gráficos 75 e 76

Alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos do Médio Tejo, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos do Médio Tejo, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

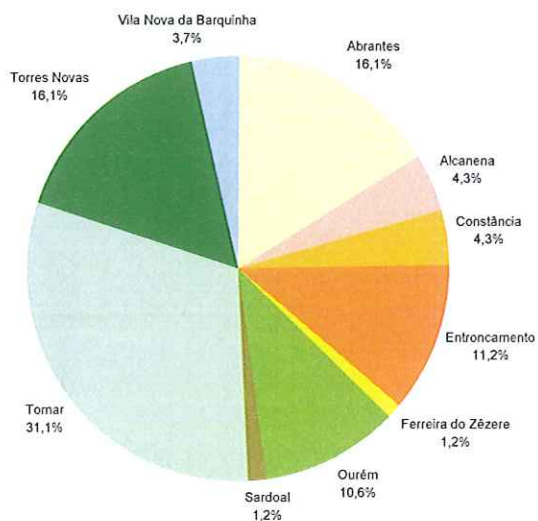


#### b) Peso das Barracas

O Médio Tejo apresentava 161 barracas em 1991. Destacam-se os concelhos de Tomar, Abrantes e Torres Novas como aqueles em que existe um maior peso de barracas face ao total regional. Constância, se bem que detenha um peso de barracas reduzido face à sub-região tem, em contrapartida os valores mais elevados na relação barracas face a alojamentos.

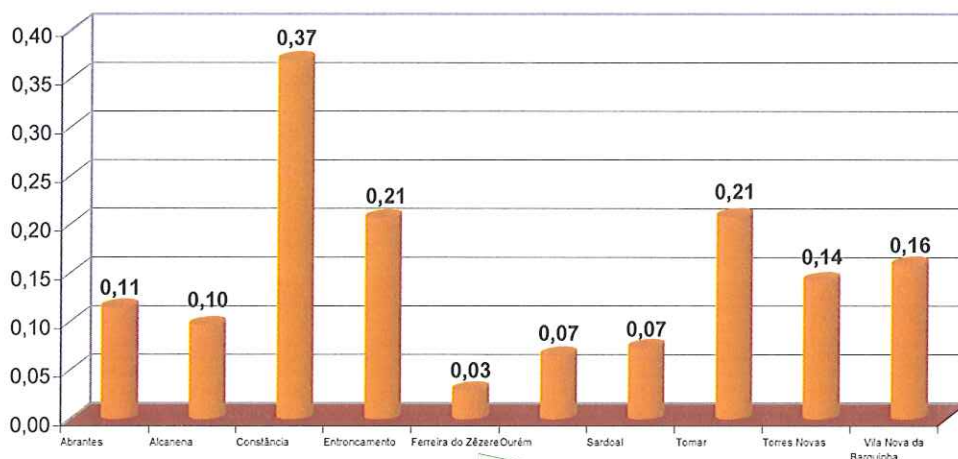
#### Gráficos 77 e 78

Distribuição das barracas, por concelhos do Médio Tejo, 2001



Fonte: INE- Censos 2001.

Barracas face ao total de alojamentos, por concelhos do Médio Tejo, 2001 (%)



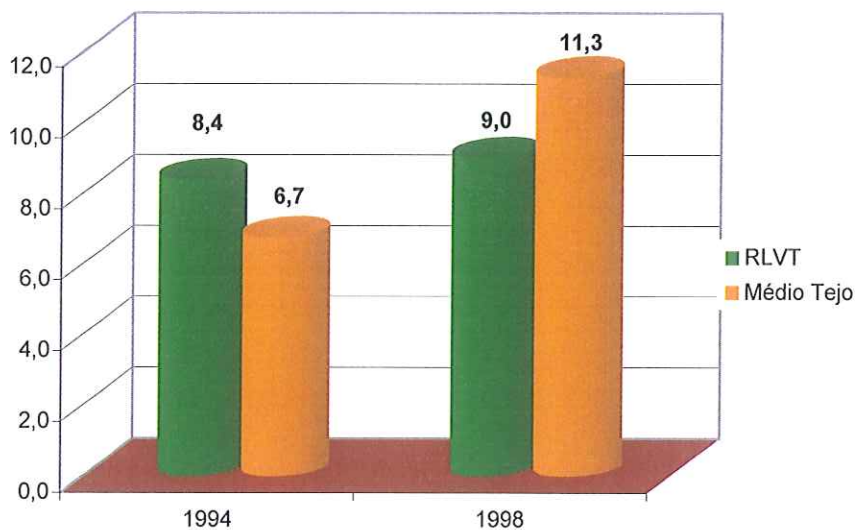


**a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais**

Pode dizer-se que o Vale do Tejo manifesta tendências positivas a este nível, dado ambas as sub-regiões aumentarem a sua despesa com actividades culturais e manterem um peso da despesa autárquica com actividades regionais superiores aos valores registados para a RLVT.

**Gráfico 79**

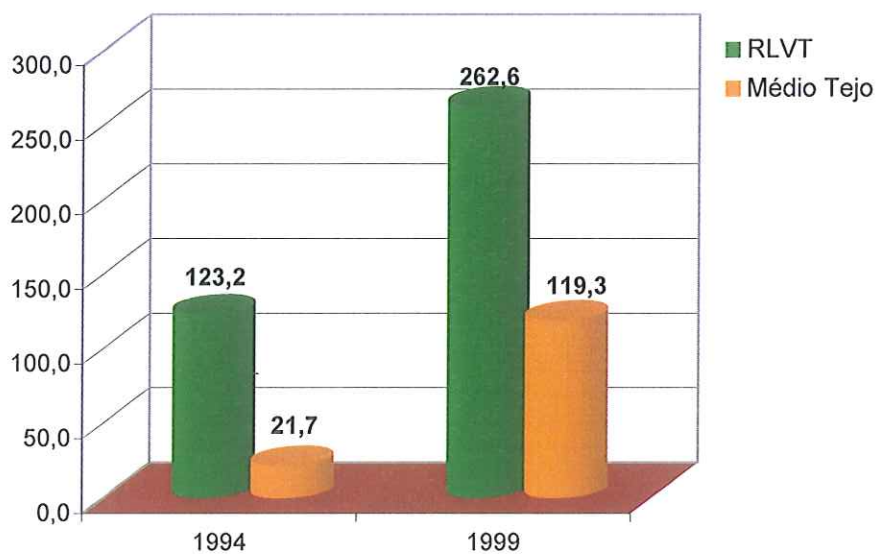
**Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)**



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994, 2001

**b) Espectadores de Cinema<sup>1</sup>**

Em 1994, a percentagem de espectadores de cinema face à população total no Médio Tejo era bastante reduzido, ultrapassando o volume da sua população em 1999. Este indicador associado ao anterior vem revelar uma dinâmica importante que se está a desenvolver na sub-região e que pode mesmo estender-se a todo o Vale do Tejo.

**Gráfico 80****Espectadores de cinema face à população total (%)**

Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>1</sup> Valor calculado tendo por base a população em 2001.

## 4. QUALIDADE DE VIDA

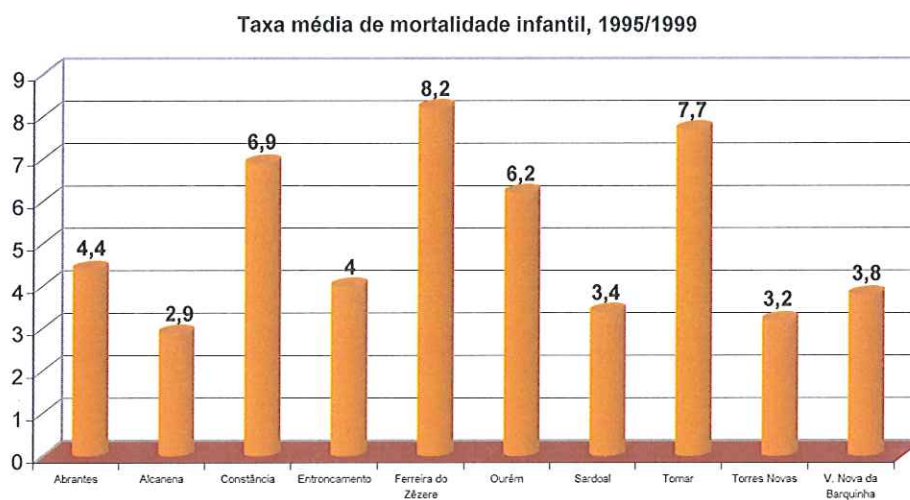
### 4.1 Bem-estar Físico



#### a) Taxa de Mortalidade Infantil

Também no Médio Tejo as taxas de mortalidade infantil são diferentes nos diversos municípios variando entre 2,9/oo em Alcanena e 8,2/oo em Ferreira do Zêzere.

Gráfico 81



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001

## 4. QUALIDADE DE VIDA

### 4.1 Bem-estar Físico

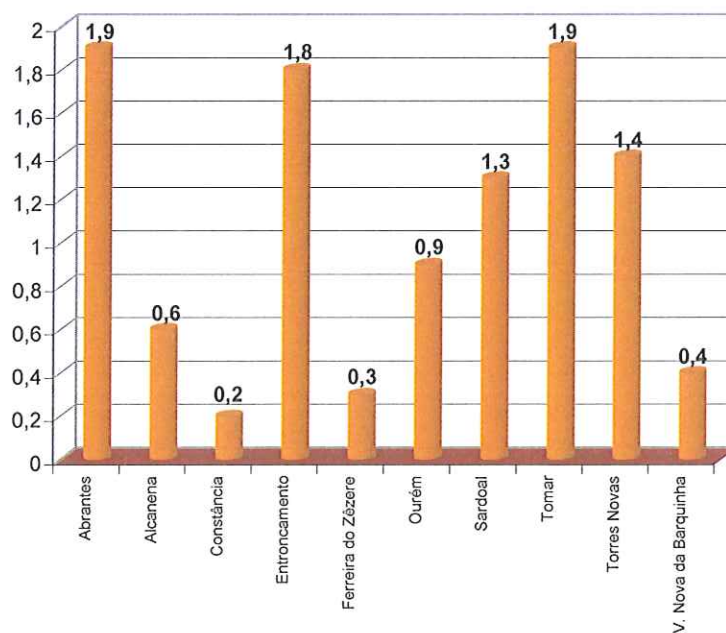


#### b) Médicos por 1000 habitantes

A distribuição do número de médicos por habitante é influenciada pela presença de equipamentos hospitalares regionais no Entroncamento, Abrantes e Tomar.

Gráfico 82

Médicos por 1000 habitantes, 1998



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001

## 5. COESÃO SOCIAL

### 5.1 Pobreza

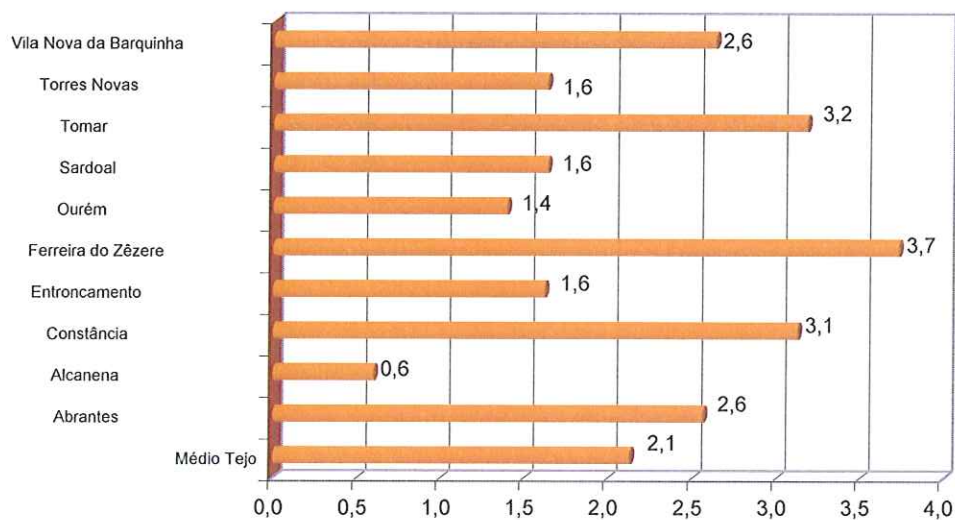


#### a) Beneficiários do RMG

Os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido eram, na sub-região do Médio Tejo em 2000, 2,1% do total de região, sendo ligeiramente inferior à Média da Região cuja percentagem era de 2,7%. A disparidade concelhia faz ressaltar os concelhos de Constância, Ferreira do Zêzere e Tomar, com percentagens superiores às médias da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 83

Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido face à população total, 2000 (%)



Fonte: Instituto para o Desenvolvimento Social - MTS





### ▪ Síntese

A par com o Médio Tejo são várias as debilidades da Lezíria do Tejo, nomeadamente: i) tendência de envelhecimento acentuado da população; ii) um aumento importante da população com ensino superior mas com uma relação ainda elevada entre a população que possui até ao 9º de escolaridade e aqueles que superaram esse nível de ensino; iii) níveis muito baixos de inserção das mulheres no mercado de trabalho; iv) estrutura de pessoal ao serviço das empresas com carácter envelhecido e pouco qualificado; v) remunerações médias dos trabalhadores muito abaixo das médias regionais; vi) peso importante dos alojamentos sem água e sem esgotos, quando comparado com as médias regionais; vii) uma relação de médicos por 1000 habitantes muito reduzida, apenas sendo excepção o concelho de Santarém, sede de distrito.

Destaca-se pela positiva o facto de apresentar, tal como o Médio Tejo, taxas de participação nas eleições autárquicas muito superiores às médias regionais.

Ao nível das condições de pobreza, também se destaca pela positiva o peso não muito relevante das barracas face ao total de alojamentos e o peso dos beneficiários do RMG face à população total abaixo dos valores registados para a RLVT.

Também ao nível da distribuição da população se registam disparidades, adquirindo supremacia, em termos de peso de população, o concelho de Santarém.

Acompanha a realidade de investimento cultural identificada para o Médio Tejo, a saber: i) uma tendência de investimento autárquico em actividades culturais muito positiva ultrapassando a média regional e, ii) uma capacidade de atracção de espectadores de cinema muito abaixo dos valores registados para a Região.

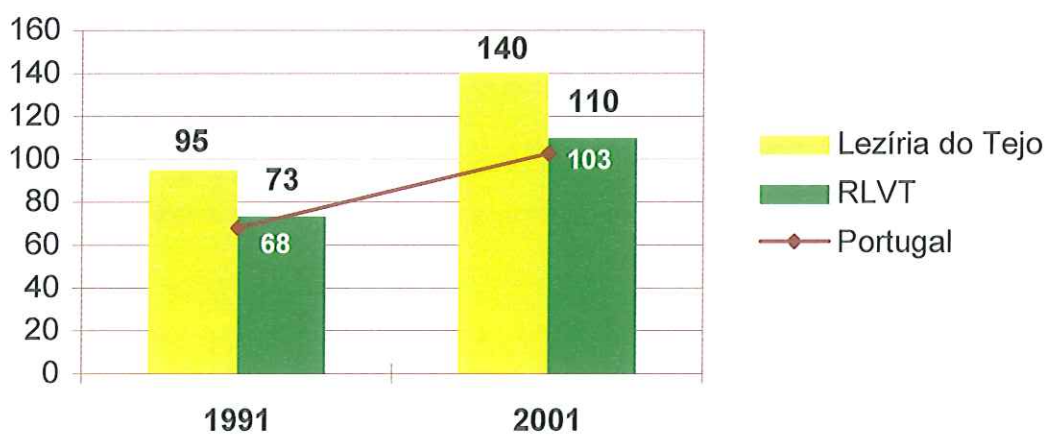


**a) Índices de Envelhecimento**

A Lezíria do Tejo acompanha as tendências negativas registadas para o Médio Tejo, concluindo-se por uma certa homogeneidade ao nível da dinâmica demográfica no Vale do Tejo. Tem manifestado índices de envelhecimento superiores à RLVT, sendo que, nos Censos de 2001, se vê reforçada a tendência de envelhecimento da sub-região.

**Gráfico 84**

**Índices de Envelhecimento, 1991-2001**



Fonte: INE- Censos 91/01



## C.10 LEZÍRIA DO TEJO

### Contexto Demográfico

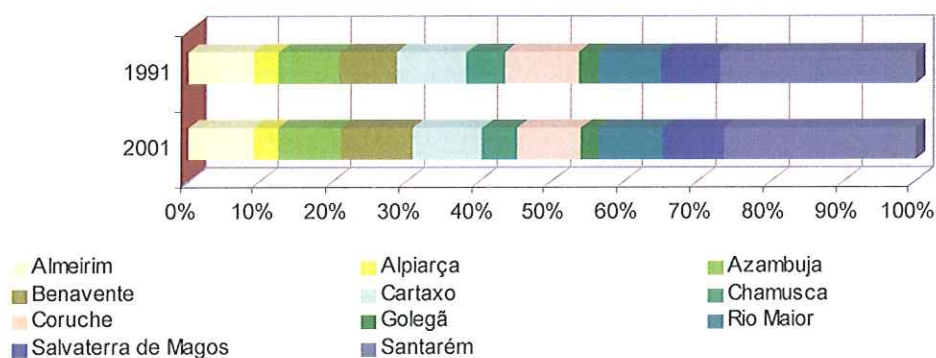
#### b) Distribuição da População

Também ao nível da distribuição da população pelos vários concelhos a sub-região não revelou alterações significativas. Apenas Benavente vê aumentar ligeiramente o peso da sua população na sub-região que, de resto, é acompanhado por uma variação da população na sub-região mais positiva (perto de 27%). O concelho de Santarém, mantém a sua posição estruturante no domínio demográfico, face à sub-região.

Alguns concelhos, nos quais também se inclui o de Santarém, registaram, na última década, uma variação negativa da sua população nomeadamente, Coruche, Chamusca e Golegã.

Gráfico 85

Distribuição da população 1991-2001



Fonte: Ine- Censos 1991/2001





# I. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DE APOIO ÀS FORMAS DE GESTÃO REGIONAL

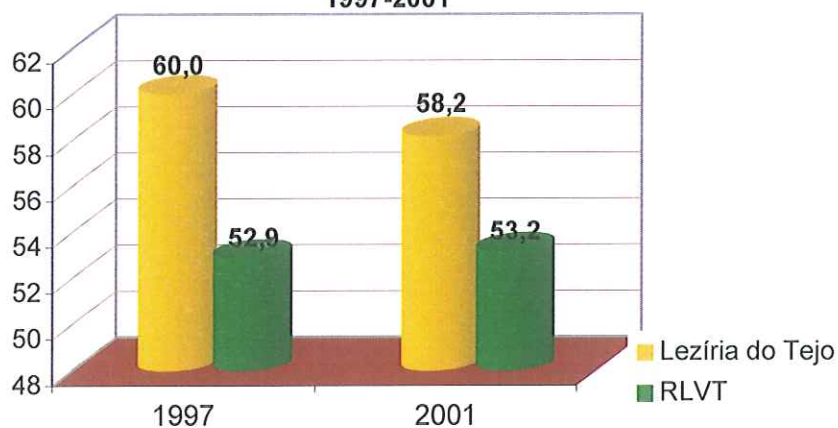
## I.1 Participação Eleitoral

### a) Participação Eleitoral

A sub-região de Lezíria do Tejo também manifesta, a par com a sub-região do Médio Tejo os valores mais elevados das taxas de participação nas eleições autárquicas. Nas últimas eleições autárquicas registou-se uma ligeira diminuição da participação.

Gráfico 86

Taxas de participação nas eleições autárquicas  
1997-2001



Fonte: STAPE





## 2. RECURSOS HUMANOS

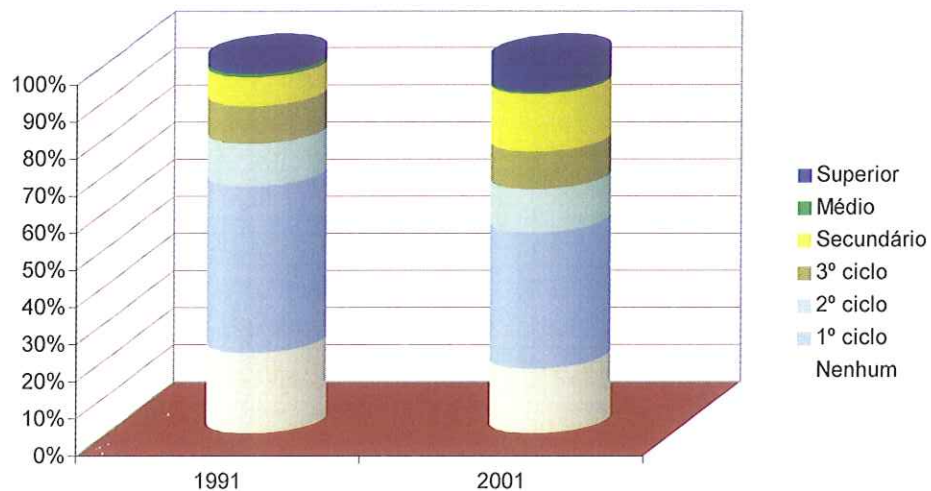
### 2.1 Educação

#### a) Habilitações da População

A percentagem de população com escolaridade superior ao 9º ano quase que duplica na última década, o que é identificado pela rácio calculado e que relaciona a população com escolaridade inferior ao 9º ano com aquela que detém escolaridade superior. A par com o Oeste e o Médio Tejo, a sub-região manifesta das mais assinaláveis descidas nesse indicador.

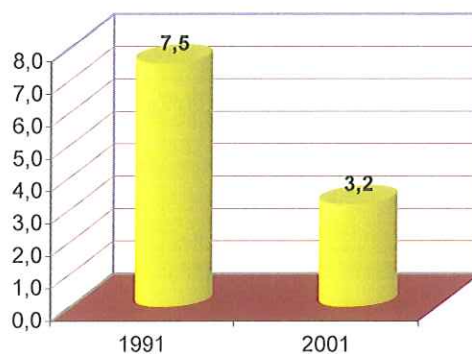
Gráficos 87 e 88

Níveis de ensino atingidos, 1991-2001



Fonte: INE- Censos 91/01

Rácio entre população com escolaridade até à EMO face à população com escolaridade superior



Fonte: INE- Censos 91/01

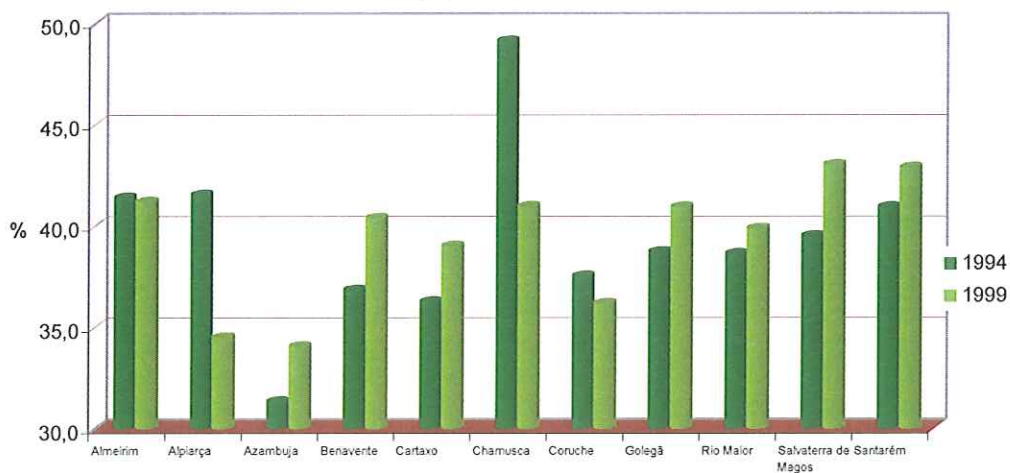


**a) Taxas de Feminização do Emprego**

Não pode dizer-se que exista uma tendência que seja homogénea ao nível intra-regional para uma maior feminização da mão-de-obra. Regista-se uma diminuição acentuada das taxas para o concelho de Alpiarça e Chamusca. Os concelhos que registavam, em 1999, valores mais elevados neste indicador eram Salvaterra de Magos e Santarém.

**Gráfico 89**

**Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Lezíria do Tejo, 1994/1999**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

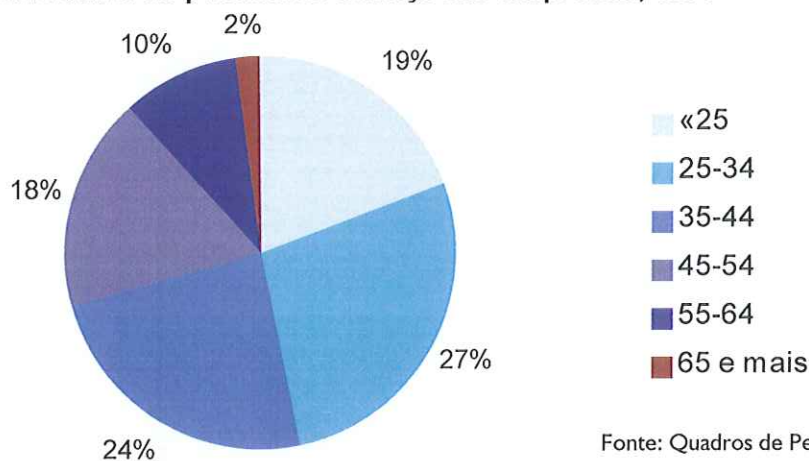


**b) Estrutura Etária do Pessoal ao Serviço das Empresas**

Na estrutura etária denota-se algum envelhecimento da mão-de-obra. Aumenta ligeiramente o peso do pessoal ao serviço das empresas com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, os 55 e mais anos.

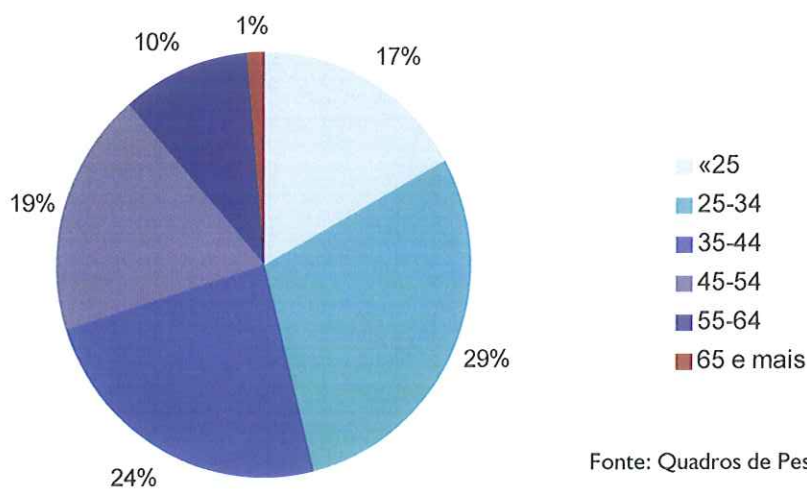
**Gráficos 90 e 91**

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

**Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999**



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

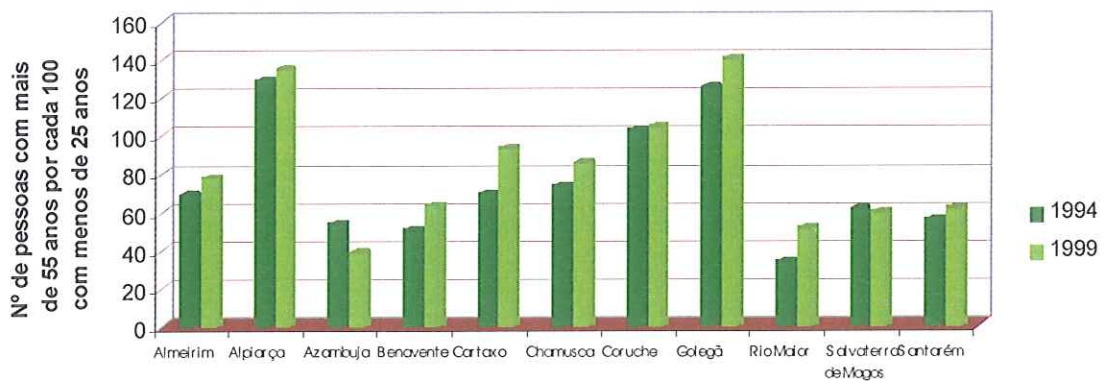


c) Índice de Envelhecimento da Mão-de-obra

A tendência anteriormente verificada é confirmada pela análise dos índices de envelhecimento da mão-de-obra. Alpiarça e Golegã mantêm uma relação maior entre pessoal mais velho e mais jovem, com tendência para aumentar.

Gráfico 92

Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Lezíria do Tejo, 1994/1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEP



## 2. RECURSOS HUMANOS

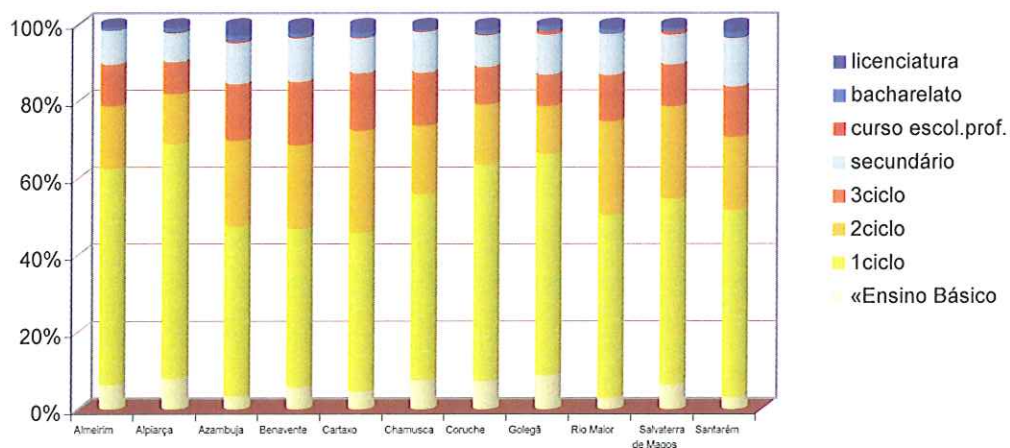
### 2.2 Emprego

#### d) Escolarização da Mão-de-Obra

São assinaláveis as debilidades em termos da escolarização do pessoal ao serviço das empresas ao nível intra-regional. Alpiarça, Chamusca, Coruche e Golegã são os concelhos que manifestam um peso superior daqueles que detêm escolaridade inferior ao 2º ciclo.

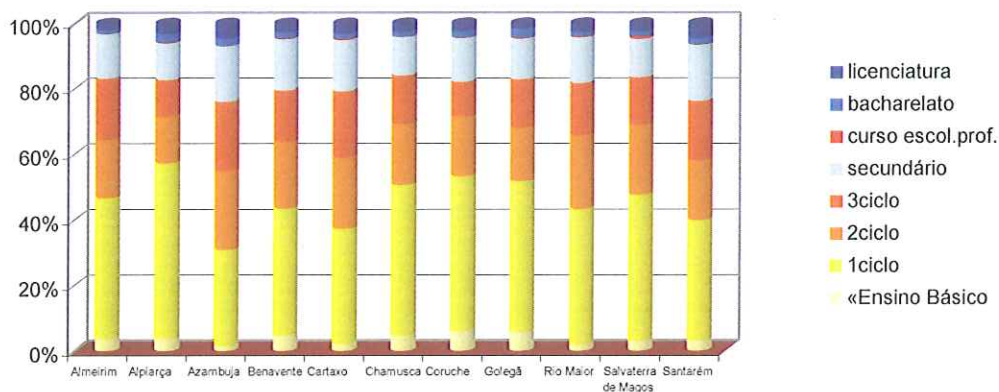
#### Gráficos 93 e 94

Estrutura de pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelho da Lezíria do Tejo, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

Estrutura do pessoal segundo as habilitações, por concelhos da Lezíria do Tejo, 1999



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP

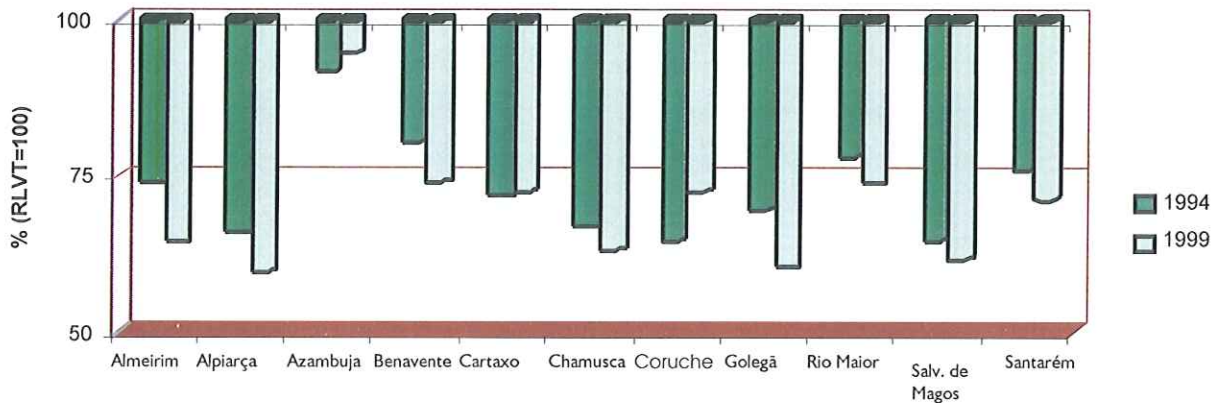


e) Remunerações

São acentuadas as discrepâncias existentes entre as remunerações médias mensais dos vários concelhos da sub-região face à média regional. A maior aproximação aos valores regionais é revelada no concelho da Azambuja. Com maior diferença e com tendência de agravamento sobressaem os concelhos de Alpiarça, Golegã e Salvaterra de Magos.

Gráfico 95

Peso das remunerações médias do pessoal ao serviço das empresas face à Região



Fonte: Quadros de Pessoal- DETEFP



### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

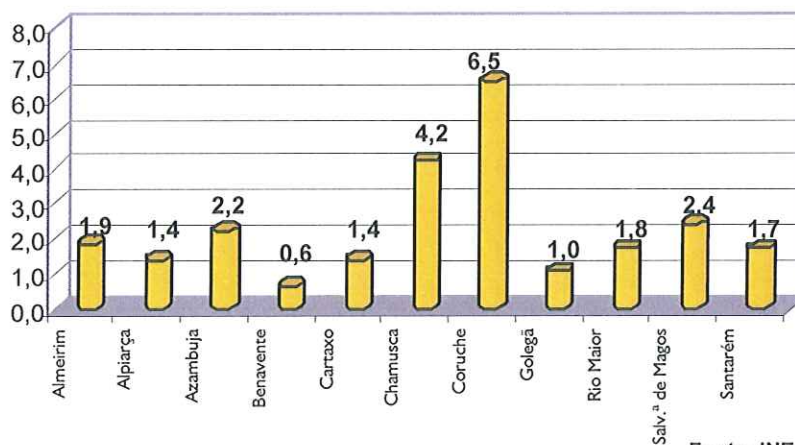
#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

##### a) Alojamentos sem Água e Esgotos

Há dois concelhos que se distanciam dos restantes pelos elevados pesos de alojamentos sem água e esgotos, a saber, Chamusca e Coruche. Benavente e Golegã, em contrapartida são os concelhos com valores mais reduzidos nestes indicadores.

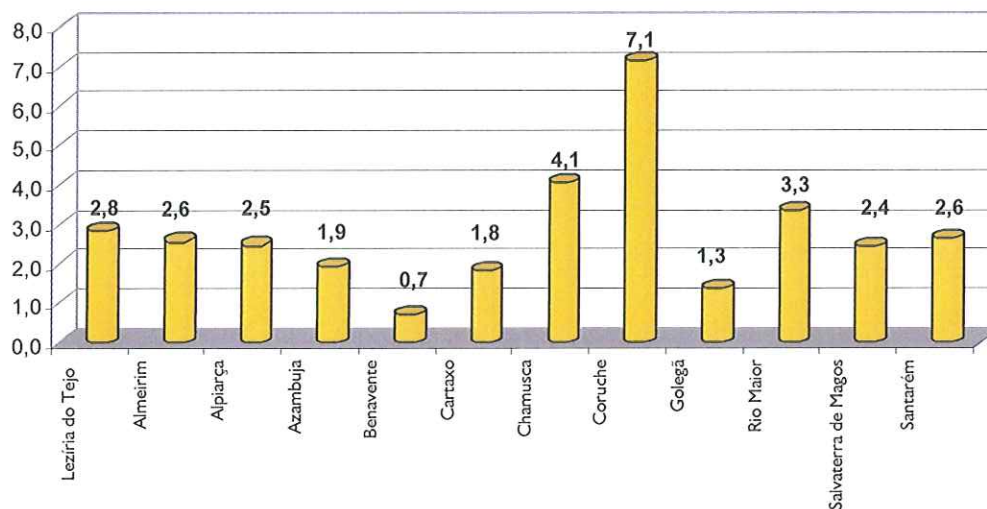
Gráficos 96 e 97

Peso dos alojamentos sem água, face ao total dos alojamentos, por concelho da Lezíria do Tejo, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Lezíria do Tejo. 2001



Fonte: INE- Censos 2001

### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

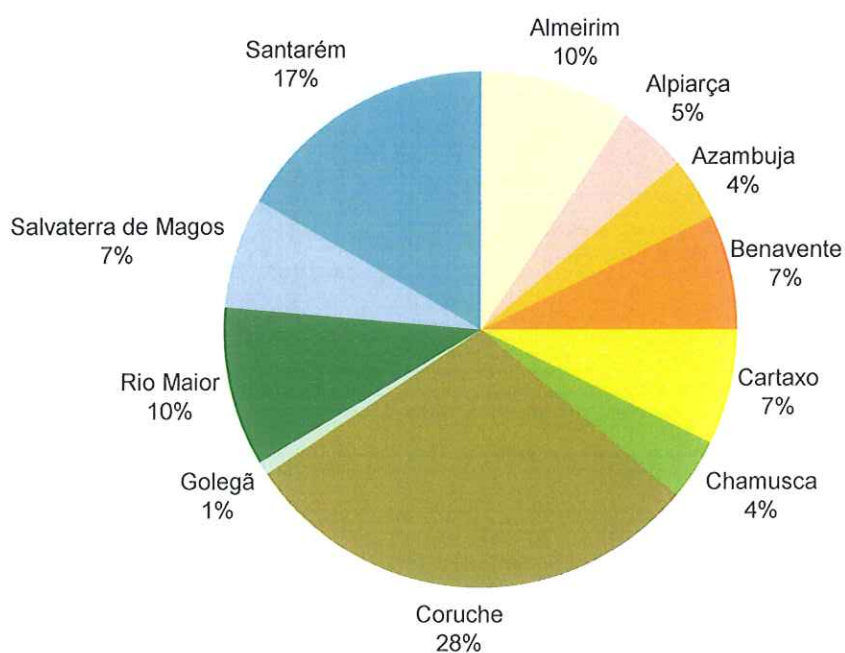


#### b) Peso das Barracas

A sub-região da Lezíria apresenta, em 2001, 221 barracas. Regista-se alguma homogeneidade na distribuição das barracas ao nível intra-regional se bem que se destaque, por deterem um maior peso face ao total de alojamentos, os concelhos de Coruche e Santarém. No entanto, se bem que Coruche detenha um valor mais elevado na relação entre barracas e total de alojamentos, já Santarém mantém das percentagens mais baixas neste último indicador.

Gráfico 98

Distribuição das barracas, por concelhos da Lezíria do Tejo, 2001



Fonte: INE- Censos 2001.

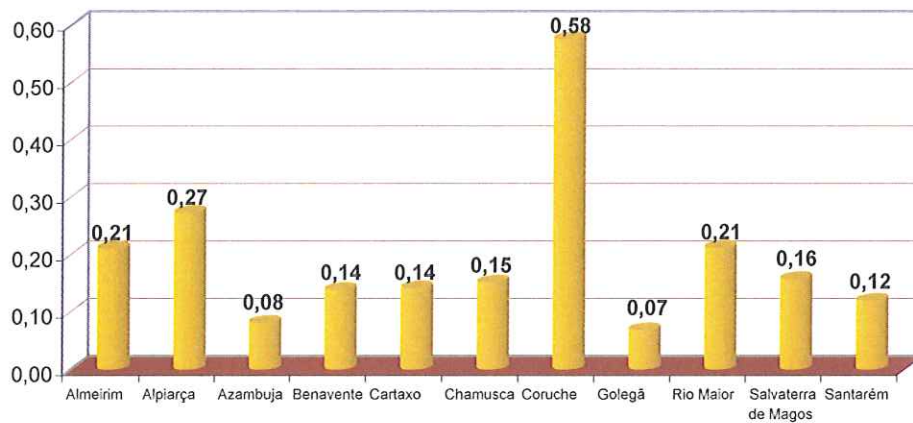


### 3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Espaço Construído e Espaço Público

Gráfico 99

Peso das barracas face ao total de alojamentos, por concelhos da Lezíria do Tejo, 2001 (%)



Fonte: INE- Censos 2001

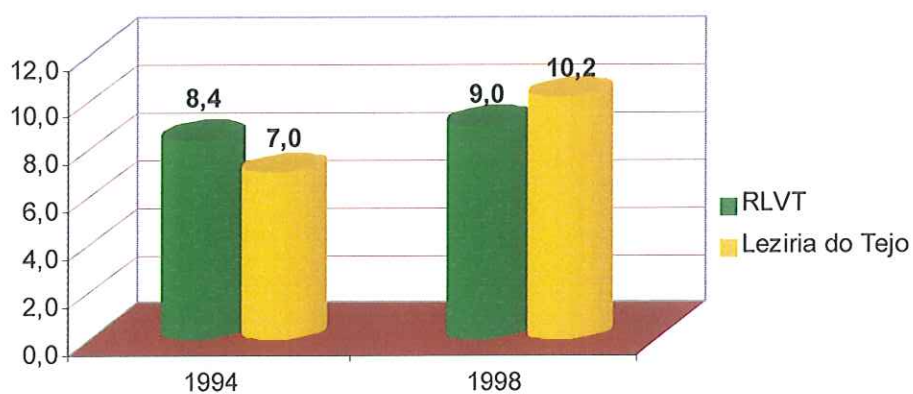


#### a) Despesa Autárquica em Actividades Culturais

Se bem que em 1994 a Lezíria do Tejo detivesse um peso da despesa em actividades culturais inferior à RLVT, em 1998 esse valor é superado, manifestando claros indícios de investimento sub-regional neste domínio.

Gráfico 100

Despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994, 1998

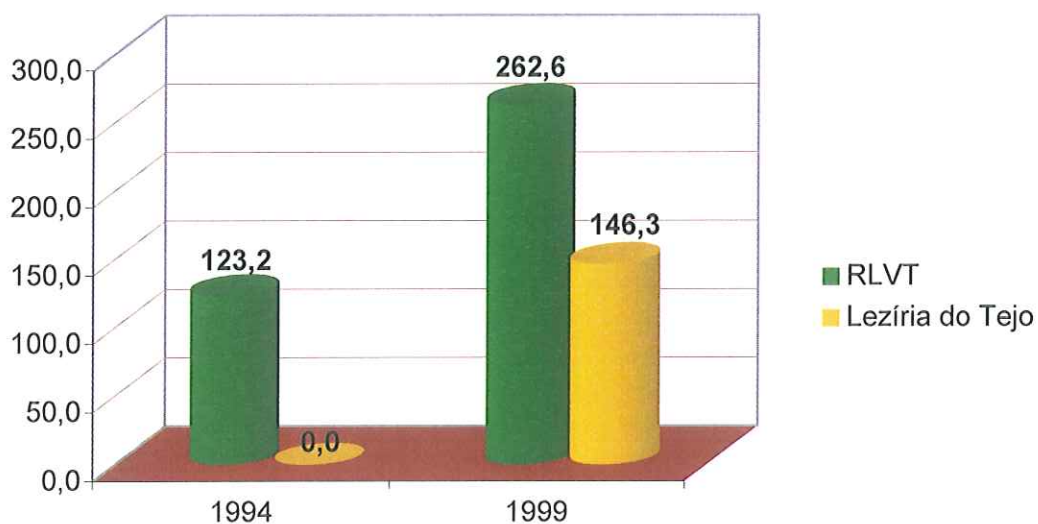


### b) Espectadores de Cinema<sup>1</sup>

Em 1994, a Lezíria do Tejo não dispunha de sessões de cinema. No ano de 1999, o volume dos seus espectadores é quase uma vez e meia superior à sua população. Todo o Vale do Tejo manifesta, na dimensão cultural uma dinâmica que não é de somenos importância.

Gráfico 101

Espectadores de cinema face à população total (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1995, 2001

<sup>1</sup> Valor calculado tendo por base a população em 2001.





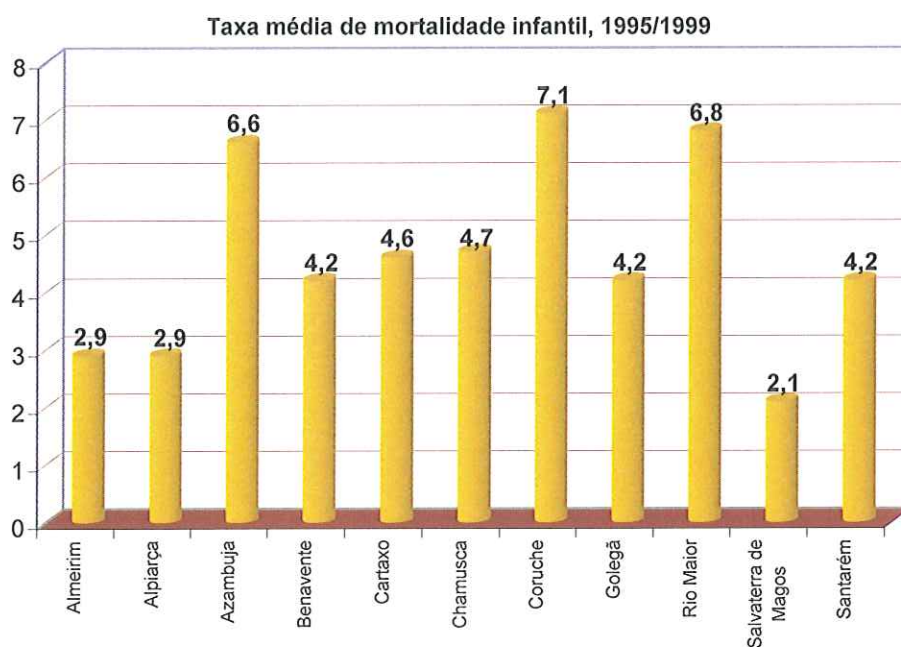
## 4. QUALIDADE DE VIDA

### 4.1 Bem-estar Físico

#### a) Taxa de Mortalidade Infantil

Os vários concelhos apresentam também uma diferença nas taxas de mortalidade infantil que vão de 2,4/oo a 7,4/oo.

Gráfico 102



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 4. QUALIDADE DE VIDA

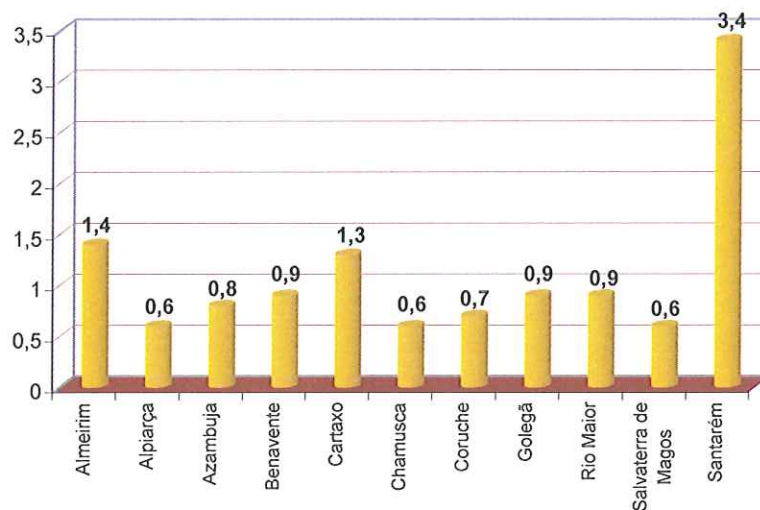
### 4.1 Bem-estar Físico

#### b) Médicos por 1000 Habitantes

A relação do número de médicos por habitante distribui-se de forma aproximada com a excepção do concelho de Santarém onde se localiza o Hospital distrital.

Gráfico 103

Médicos por 1000 habitantes, 1998



Fonte: INE- Anuário Estatístico, 2001



## 5. COESÃO SOCIAL

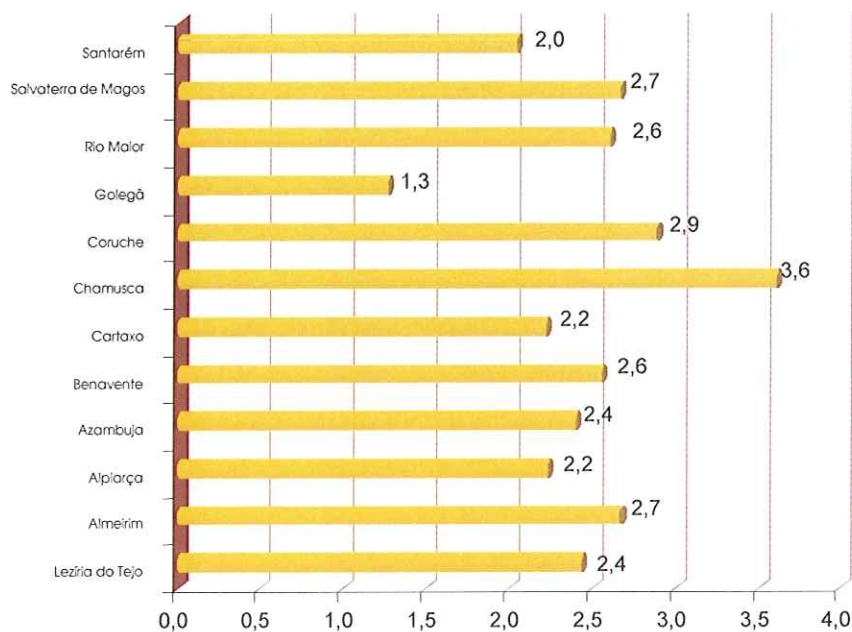
### 5.1 Pobreza

#### a) Beneficiários do RMG

Os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido eram, na sub-região da Lezíria em 2000, 2,4% do total de Região, sendo ligeiramente inferior à Média da Região cuja percentagem era de 2,7%. A disparidade concelhia faz ressaltar os concelhos de Coruche e Chamusca.

Gráfico 104

#### Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido face à população total, 2000 (%)





Índice de gráficos

C



Gráfico nº	Designação	Pág
Monitorização por Dimensões de Análise		
1	Variação da População (1991-2001)	74
2	Distribuição da População, por sub-região (%)	75
3	Distribuição etária por sub-regiões, 1991 (%)	76
4	Distribuição etária por sub-regiões, 2001 (%)	76
5	Taxas de participação nas eleições autárquicas, 1997-2001	78
6	Taxas de cobertura em educação pré-escolar, 1998 (%)	80
7	Evolução do n.º de alunos inscritos, por distrito (até ao 12º ano)	81
8	Insucesso escolar, por distrito, 97/98 (%)	82
9	Abandono escolar, por distritos, 97/98 (%)	83
10	Peso dos alunos não lusos, por distrito (%)	84
11	Peso dos estudantes na população total, 1991/2001 (%)	85
12	Taxa de masculinização da população que estuda, 2001 (%)	86
13	Níveis de ensino atingidos, 1991	87
14	Níveis de ensino atingidos, 2001	87
15	Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na RLVT, 96/97 a 98/99	88
16	Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na RLVT, 96/97 a 98/99	88
17	Taxa de actividade média anual, por género, 1994	91
18	Taxa de actividade média anual, por género, 2000	91
19	Variação do pessoal ao serviço das empresas na RLVT face a Portugal	92
20	Variação do pessoal ao serviço das empresas na RLVT e Portugal, 1994 - 1999	93
21	Pessoal ao serviço das empresas por sub-região, face à RLVT (%)	94
22	Variação do pessoal ao serviço das empresas por sub-região, 1994 - 1999	94
23	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas por CAE e Região, 1999	96
24	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por regiões, 1994 - 1999	97
25	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, Portugal e RLVT, 1994	98
26	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, Portugal e RLVT, 1999	98
27	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por região, 1994 - 1999	99
28	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por região, 1994	100
29	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por região, 1999	101
30	Remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas (valores em Euros)	102
31	Tipo de desemprego, 1994	103
32	Tipo de desemprego, 2000	103
33	Tempo de desemprego, 1994	104
34	Tempo de desemprego, 2000	104
35	Taxas de desemprego por grupos etários, 1994	104

<b>36</b>	Taxas de desemprego por grupos etários, 2000	104
<b>37</b>	Taxas de desemprego por género, 1994	105
<b>38</b>	Taxas de desemprego por género, 2000	105
<b>39</b>	Alojamentos sem água, 2001 (%)	108
<b>40</b>	Alojamentos sem esgotos, 2001 (%)	108
<b>41</b>	Barracas em 1991 e 2001, por sub-regiões	109
<b>42</b>	Peso das barracas face à RLVT (%)	110
<b>43</b>	Barracas no total de alojamentos (%)	110
<b>44</b>	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)	112
<b>45</b>	Espectadores de cinema face à população total (%)	113
<b>46</b>	Evolução da taxa de mortalidade infantil (%)	116
<b>47</b>	Número de médicos por 1000 habitantes, 1994 e 1999	117
<b>48</b>	Variação da criminalidade na RLVT, 1999/2000 e 2000/2001 (%)	118
<b>49</b>	Evolução da taxa de criminalidade, 1999 – 2001 (%)	119
<b>50</b>	Evolução dos crimes por categorias na RLVT 1999 – 2001 (%)	119
<b>51</b>	Cobertura em ATL, 1998 (% da população abrangida)	122
<b>52</b>	Grau de cobertura da população com mais de 65 anos em lugares de Centros de Dia, 1998 (%)	123
<b>53</b>	Poder de compra per capita, por sub-região, 1998	127
<b>54</b>	Pensões activas – prestação média mensal, valores em euros (Janeiro a Julho de 2000)	130
<b>55</b>	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 – 2000 (%)	131

### Monitorização por Sub-região

<b>1</b>	Índice de envelhecimento, 1991 - 2001	136
<b>2</b>	Distribuição da população, 1991 - 2002	137
<b>3</b>	Taxa de participação nas eleições autárquicas, 1997-2001	139
<b>4</b>	Níveis de escolaridade na RLVT, 1991 - 2001	141
<b>5</b>	Rácio entre a população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade superior	142
<b>6</b>	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por concelhos da Grande Lisboa, 1994 - 1999	143
<b>7</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994	144
<b>8</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999	144
<b>9</b>	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Grande Lisboa, 1994 - 1999	145
<b>10</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Grande Lisboa, 1994	146
<b>11</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Grande Lisboa 1999	146
<b>12</b>	Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região	147
<b>13</b>	Alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)	149
<b>14</b>	Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)	149
<b>15</b>	Distribuição das barracas, por concelhos da Grande Lisboa, 2001	150

16	Peso das barracas face ao total de alojamentos, por concelhos da Grande Lisboa, 2001 (%)	151
17	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)	152
18	Espectadores de cinema face à população total (%)	153
19	Taxa média de mortalidade infantil, 1995 - 1999	155
20	Médicos por 1000 habitantes, 1998	156
21	Beneficiários do RMG face à população total, 2000 (%)	157
22	Índice de envelhecimento, na sub-região Península de Setúbal, 1991 - 2001	161
23	Distribuição da população por concelhos da Península de Setúbal, 1991 - 2002	162
24	Taxa de participação nas eleições autárquicas, sub-região da Península de Setúbal, 1997-2001	163
25	Níveis de ensino atingidos, na Península de Setúbal 1991 - 2001	164
26	Rácio entre a população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade superior	165
27	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por concelhos da Península de Setúbal, 1994 - 1999	166
28	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na Península de Setúbal 1994	167
29	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na Península de Setúbal 1999	167
30	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da Península de Setúbal, 1994 - 1999	168
31	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Península de Setúbal, 1994	169
32	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Península de Setúbal, 1999	169
33	Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região	170
34	Peso dos alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos da Península de Setúbal, 2001 (%)	171
35	Peso dos alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Península de Setúbal, 2001 (%)	171
36	Distribuição das barracas, por concelhos da Península de Setúbal, 2001	172
37	Barracas face ao total de alojamentos, por concelho da Península de Setúbal, 2001 (%)	172
38	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, na Península de Setúbal (%)	173
39	Espectadores de cinema face à população total, na Península de Setúbal (%)	174
40	Taxa média de mortalidade infantil, na Península de Setúbal, 1995 - 1999	175
41	Médicos por 1000 habitantes, na Península de Setúbal, 1998	176
42	Beneficiários do RMG face à população total, na Península de Setúbal, 2000 (%)	177
43	Índice de envelhecimento, sub-região Oeste 1991 - 2001	181
44	Distribuição da população por concelhos na sub-região Oeste, 1991 - 2002	182
45	Taxa de participação nas eleições autárquicas, na sub-região Oeste, 1997-2001	183
46	Níveis de ensino atingidos, na sub-região Oeste 1991 - 2001	185
47	Rácio entre a população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade superior, na sub-região Oeste	186
48	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por concelhos da sub-região Oeste, 1994 - 1999	187
49	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região Oeste, 1994	188
50	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região Oeste, 1999	188
51	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos da sub-região Oeste	189

<b>52</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da sub-região Oeste , 1994	190
<b>53</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da sub-região Oeste , 1999	190
<b>54</b>	Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região	191
<b>55</b>	Peso dos alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos na sub-região Oeste , 2001 (%)	193
<b>56</b>	Peso dos alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos na sub-região Oeste , 2001 (%)	193
<b>57</b>	Distribuição das barracas, por concelhos na sub-região Oeste , 2001	194
<b>58</b>	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, na sub-região Oeste (%)	195
<b>59</b>	Espectadores de cinema face à população total, na sub-região Oeste (%)	196
<b>60</b>	Taxa média de mortalidade infantil, na sub-região Oeste 1995 - 1999	197
<b>61</b>	Médicos por 1000 habitantes, na sub-região Oeste 1998	198
<b>62</b>	Beneficiários do RMG face à população total, na sub-região Oeste 2000 (%)	199
<b>63</b>	Índice de envelhecimento, na sub-região do Médio Tejo , 1991 - 2001	203
<b>64</b>	Distribuição da população por concelhos na sub-região do Médio Tejo, 1991 - 2002	204
<b>65</b>	Taxa de participação nas eleições autárquicas, na sub-região do Médio Tejo, 1997-2001	205
<b>66</b>	Níveis de ensino atingidos, na sub-região do Médio Tejo, 1991 - 2001	206
<b>67</b>	Rácio entre a população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade superior, na sub-região do Médio Tejo	207
<b>68</b>	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por concelhos na sub-região do Médio Tejo , 1994 - 1999	208
<b>69</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região do Médio Tejo, 1994	209
<b>70</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região do Médio Tejo, 1999	209
<b>71</b>	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, por concelhos no Médio Tejo 1994 - 1999	210
<b>72</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos no Médio Tejo , 1994	211
<b>73</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos do Médio Tejo , 1999	211
<b>74</b>	Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região	212
<b>75</b>	Peso dos alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos na sub-região do Médio Tejo, 2001 (%)	213
<b>76</b>	Peso dos alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos no Médio Tejo , 2001 (%)	213
<b>77</b>	Distribuição das barracas, por concelhos na sub-região do Médio Tejo, 2001	214
<b>78</b>	Barracas face ao total de alojamentos, por concelho na sub-região do Médio Tejo, 2001 (%)	214
<b>79</b>	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, na sub-região do Médio Tejo (%)	215
<b>80</b>	Espectadores de cinema face à população total , na sub-região do Médio Tejo (%)	216
<b>81</b>	Taxa média de mortalidade infantil, na sub-região do Médio Tejo 1995 - 1999	217
<b>82</b>	Médicos por 1000 habitantes, na sub-região do Médio Tejo 1998	218
<b>83</b>	Beneficiários do RMG face à população total, na sub-região do Médio Tejo 2000 (%)	219
<b>84</b>	Índice de envelhecimento, na sub-região da Lezíria do Tejo, 1991 - 2001	222
<b>85</b>	Distribuição da população por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo, 1991 - 2002	223
<b>86</b>	Taxa de participação nas eleições autárquicas, na sub-região da Lezíria do Tejo, 1997-2001	225
<b>87</b>	Níveis de ensino atingidos, na sub-região da Lezíria do Tejo, 1991 - 2001	227
<b>88</b>	Rácio entre a população com habilitações até à escolaridade mínima obrigatória e a população com escolaridade	

	superior, na sub-região da Lezíria do Tejo	227
<b>89</b>	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo , 1994-1999	228
<b>90</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região da Lezíria do Tejo, 1994	229
<b>91</b>	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, na sub-região da Lezíria do Tejo, 1999	229
<b>92</b>	Índice de envelhecimento da estrutura de pessoal ao serviço das empresas, p/ concelhos da Lezíria do Tejo 1994-999	230
<b>93</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Lezíria do Tejo , 1994	231
<b>94</b>	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por concelhos da Lezíria do Tejo , 1999	231
<b>95</b>	Peso das remunerações médias auferidas pelo pessoal ao serviço das empresas face à Região	232
<b>96</b>	Peso dos alojamentos sem água face ao total de alojamentos, por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo 2001(%)	233
<b>97</b>	Alojamentos sem esgotos face ao total de alojamentos, por concelhos da Lezíria do Tejo, 2001 (%)	233
<b>98</b>	Distribuição das barracas, por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo, 2001	234
<b>99</b>	Peso das barracas face ao total de alojamentos, por concelho na sub-região da Lezíria do Tejo, 2001 (%)	235
<b>100</b>	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, na Lezíria do Tejo (%)	236
<b>101</b>	Espectadores de cinema face à população total , na sub-região da Lezíria do Tejo (%)	237
<b>102</b>	Taxa média de mortalidade infantil, na sub-região da Lezíria do Tejo 1995 - 1999	239
<b>103</b>	Médicos por 1000 habitantes, na sub-região da Lezíria do Tejo 1998	240
<b>104</b>	Beneficiários do RMG face à população total, na sub-região da Lezíria do Tejo 2000 (%)	241



DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

D



## SUB-DOMÍNIO

Competitividade da Base Económica,  
Dinâmica Empresarial,  
Especialização das Actividades  
e Internacionalização

DI



### ▪ **Introdução**

A monitorização do plano estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (2000-2010), no domínio Organizações encontra-se estruturada em torno de dois eixos:

- Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização de Actividades e Internacionalização;
- Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

No que diz respeito à monitorização do eixo **Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização de Actividades e Internacionalização**, a mesma é feita tendo em conta as seguintes dimensões de análise: Dinâmica Económica, Competitividade Internacional e Factores de Crescimento.

Estas dimensões de análise foram definidas com o objectivo de permitirem verificar a pertinência e eficácia da estratégia regional face à evolução da Região e aos objectivos do Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. Deste modo, as dimensões de análise definidas, enquadram o acompanhamento da concretização dos objectivos da estratégia relativa ao eixo Competitividade da base económica, dinâmica empresarial, especialização de actividades e internacionalização contida no Plano Estratégico, devendo permitir verificar se as acções e iniciativas lançadas constituem opções eficazes em termos da contribuição para os objectivos.

Tendo em conta as especificidades do presente relatório – relatório relativo ao momento inicial do Plano Estratégico – as dimensões de análise definidas deverão permitir elaborar um diagnóstico da evolução recente da Região, procurando, portanto, detectar as tendências evolutivas da Região até ao ponto de partida do Plano, nomeadamente no que diz respeito à determinação da sua competitividade, tendo em conta a sua especialização produtiva e capacidade de internacionalização.

No que diz respeito à dimensão de análise referente à Dinâmica Económica, a Região de Lisboa e Vale do Tejo tem expressado uma trajectória positiva em termos da sua dimensão económica no contexto nacional, tanto em termos da importância do VAB desta Região no total do VAB continental, como ao nível da evolução do PIB per capita da Região. A explicação para os níveis mais elevados do PIB per capita da Região de Lisboa e Vale do Tejo face ao continente pode, no essencial, ser fundamentada nos níveis de produtividade da Região, que se têm mantido consideravelmente superiores aos do continente,

já que em termos de utilização dos recursos humanos as diferenças entre a Região e a média continental não são muito expressivas.

Em termos do comportamento evolutivo da Região de Lisboa e Vale do Tejo quanto ao dinamismo do emprego, verificamos que a taxa de desemprego na Região de LVT tem seguido a tendência de evolução nacional (sendo, no entanto, o peso do desemprego de longa duração no total do desemprego mais expressivo na Região) e que existe uma certa homogeneidade entre o contributo das remunerações da Região de LVT para a criação de valor da Região e o contributo das remunerações do continente para a criação global de valor do continente.

Em termos de dinamismo empresarial, o aumento do número de empresas na Região de LVT tem-se efectuado a uma taxa mais baixa do que no continente. Por outro lado, observamos que a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma maior intensidade, tanto ao nível da criação como ao nível do encerramento, de empresas de maior dimensão, do que o continente.

A dimensão de análise focalizada na Competitividade Internacional permite verificar, no que diz respeito à especialização produtiva, que o perfil de especialização da Região é muito diversificado, salientando-se, as actividades de serviços, como as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, serviços financeiros e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; e actividades de comércio, transportes e armazenagem.

Quanto ao seu grau de abertura, a Região revela taxas de cobertura das importações pelas exportações e das chegadas pelas expedições, muito pouco favoráveis, sendo inclusive inferiores aos valores nacionais, tanto no comércio intracomunitário, como no comércio extracomunitário. Por outro lado, o grau de abertura regional supera o referente ao espaço nacional, em termos de taxa de abertura e não quanto ao peso das exportações no PIB, isto é, apenas é mais significativo quando se valoriza o peso, não apenas dos fluxos de saída, mas também dos fluxos de entrada, no PIB. O elevado peso dos fluxos de entrada na Região LVT é, também, apreendido com o facto do peso da Região LVT no país, em termos de comércio internacional, ser consideravelmente mais acentuado a nível dos fluxos de entrada do que dos fluxos de saída. Assim se compreende a elevada taxa de Penetração das Importações e das Chegadas na Região, o que traduz um maior grau de dependência global da Região, face ao espaço nacional.

Em termos de orientação para o mercado externo, os valores obtidos para a Região são menos significativos do que os valores nacionais, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais. No entanto, tanto no que se refere aos fluxos de entrada, como no que diz respeito aos fluxos de saídas, observa-se que o peso da Região LVT no país é mais expressivo ao nível do comércio extracomunitário.

Quanto à sub-dimensão de análise referente à Posição Competitiva, a Região assinalou uma trajectória de competitividade favorável, tanto no que diz respeito à evolução da produtividade, como à evolução do nível de utilização dos recursos humanos, apesar desta última ser bastante mais significativa.

Em termos de especialização por factores – chave de competitividade, apreendem-se também alguns traços favoráveis para a Região, resultantes do facto do seu perfil assentar em indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de I&D, da diferenciação do produto e dos recursos naturais como factores de competitividade, e de evidenciar uma “sub-especialização” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho.

No que se refere à dimensão de análise referente aos Factores de Crescimento, podem-se salientar em termos de dinâmica de investimento, as elevadas taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo da Região LVT, assim como o elevado esforço de investimento na Região de LVT (peso da FBCF no VAB) o qual tem superado o do continente.

Em termos de formação dos recursos humanos, a Região LVT apresenta uma situação mas favorável que a do continente, no que se refere à estrutura de qualificações, e à estrutura de habilitações, dado o maior peso relativo dos quadros superiores, quadros médios, encarregados e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações e o maior peso dos recursos humanos com níveis habilitacionais superiores na estrutura de habilitações.



Monitorização por Dimensões de Análise

DI



▪ **Síntese**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem expressado uma evolução positiva em termos da sua dimensão económica no contexto nacional, dado que se tem vindo a registar um ligeiro crescimento da importância do VAB desta Região no total do VAB continental.

Esta trajectória positiva é, também, visível com a análise da evolução do PIB *per capita* da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que em 1999, era cerca de 30% superior à média nacional, e registava valores semelhantes ao PIB *per capita* médio da União Europeia. A decomposição da análise do PIB *per capita* em níveis de produtividade e de utilização de recursos humanos revela que: i) em termos de produtividade, a Região de Lisboa e Vale do Tejo tem apresentado algumas oscilações ao longo do período 1988/1998, mantendo-se contudo, os seus níveis, consideravelmente superiores aos do continente; ii) em termos de utilização dos recursos humanos as diferenças entre a Região e a média continental são bastante mais ténues.

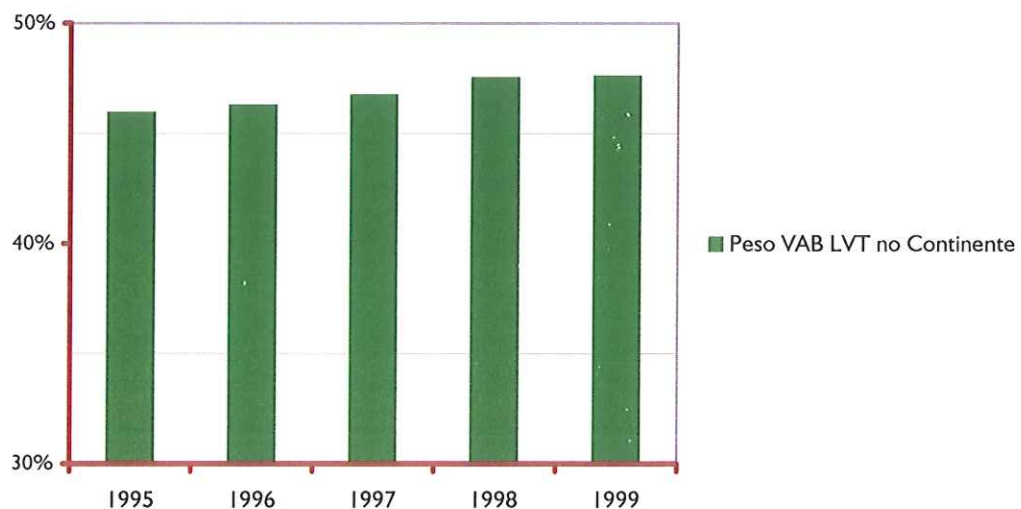
**a) Dimensão Económica**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem seguido uma trajectória de reforço da sua dimensão económica no contexto nacional:

- Em 1999 a Região de Lisboa e Vale do Tejo representava 47,6% do VAB gerado no Continente.
- Entre 1995 e 1999 a Região de Lisboa e Vale do Tejo registou um ligeiro reforço no peso que representa o seu VAB no total do VAB do Continente.

**Gráfico I**

Dimensão Económica da Região (% do VAB nacional)



Fonte: INE, Contas Regionais

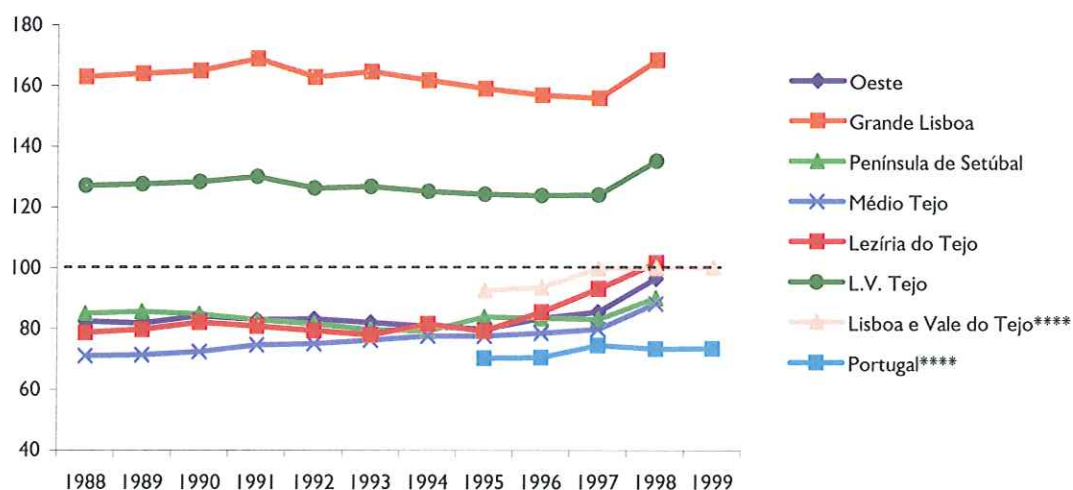
**B) PIB PER CAPITA**

O PIB *per capita* da Região de Lisboa e Vale do Tejo é cerca de 30% superior à média nacional e, em 1999, regista valores semelhantes ao PIB *per capita* médio da União Europeia.

- A sub-Região da Grande Lisboa revela um valor claramente superior às restantes NUTS III, motivado pela concentração empresarial e pelos movimentos pendulares verificados no interior da AML
- Ao longo dos últimos anos o PIB *per capita* das restantes sub-regiões de Lisboa e Vale do Tejo revelam ritmos de crescimento muito semelhantes
- É possível encontrar dinâmicas diferentes de crescimento, quando se decompõe o PIB *per capita* nas suas componentes (vejam-se os indicadores seguintes)

**Gráfico 2**

Evolução do PIB *per capita* na Região de Lisboa e Vale do Tejo  
 (Continente = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais e UE, 2º Relatório da Coesão

Nota: (1) o PIBpc, ao ser encarado como um indicador do nível de vida, pode decompor-se da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Nível de vida} &= \text{Utilização de recursos humanos} \times \text{produtividade} \\ \text{PIB/População} &= \text{Emprego / População} \times \text{PIB / Emprego} \end{aligned}$$

(2) As séries com \*\*\* representam a evolução comparada com União Europeia (UE15=100)

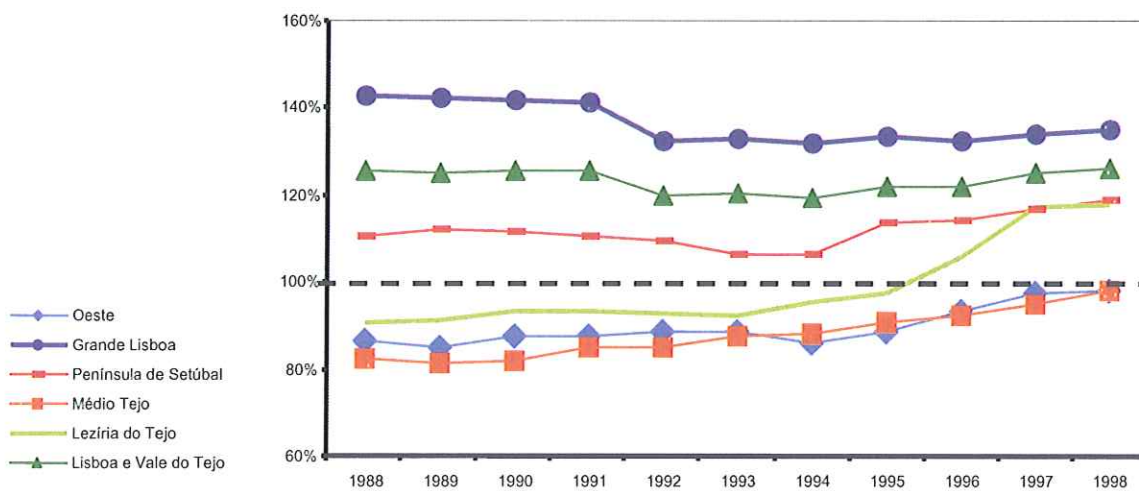
### c) Produtividade

A produtividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem revelado algumas oscilações ao longo do período 1988/1998:

- Entre 1988 e 1991 a produtividade de Lisboa e Vale do Tejo era cerca de 20% superior à do Continente
- A acentuada diminuição da diferença da produtividade de LVT em relação ao Continente, em 1991, resulta, em grande parte, da diminuição da produtividade registada na sub-Região da Grande Lisboa
- O Médio Tejo é a NUTS III de Lisboa e Vale do Tejo que, embora com o nível de produtividade mais baixo, quando comparada com o Continente, regista uma evolução com maior tendência ascendente ao longo do período analisado

Gráfico 3

Evolução da Produtividade na Região de LVT (Continente = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais

Nota: o indicador produtividade obtém-se:  
$$\text{Produtividade} = \text{PIB} / \text{Emprego}$$

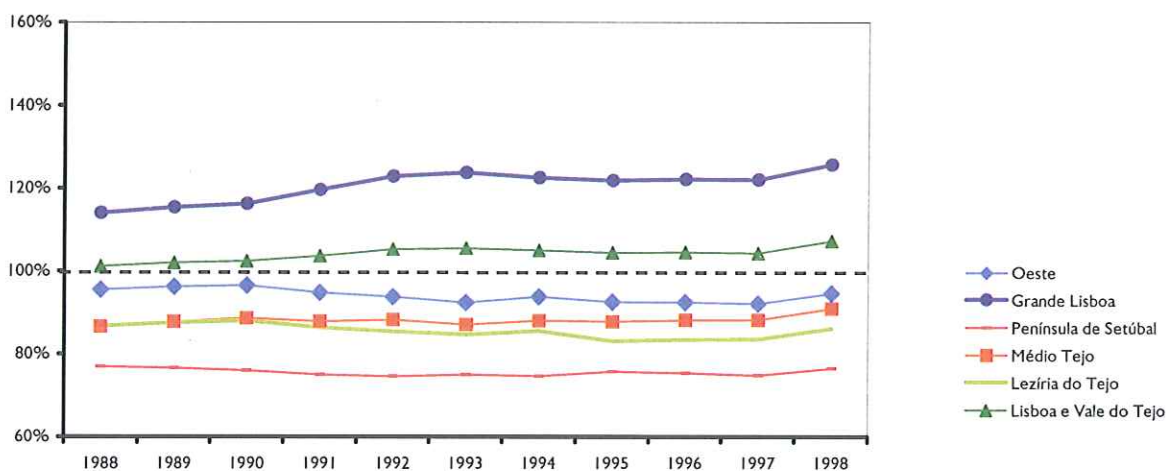
d) Taxa de Utilização de Recursos Humanos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma taxa de utilização dos recursos humanos muito semelhante à média do Continente:

- Regista-se uma grande heterogeneidade no contributo das diferentes NUTS III pertencentes a Lisboa e Vale do Tejo para o grau de utilização dos recursos humanos na Região
- Grande Lisboa é, claramente, a NUTS III com contributo mais favorável para o grau de utilização de recursos humanos da RLVT
- A Península de Setúbal, por seu turno, regista uma taxa de utilização dos recursos humanos inferior à do Continente em cerca de 25%

Gráfico 4

Evolução da taxa de utilização de recursos humanos (Continente = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais

Nota: o indicador taxa de utilização de recursos humanos obtém-se:

$$\text{Taxa de Utilização de Recursos Humanos} = \text{Emprego} / \text{População}$$



▪ **Síntese**

No que diz respeito ao comportamento evolutivo da Região de Lisboa e Vale do Tejo na sub-dimensão de análise Dinâmica Empresarial e de Emprego, verifica-se que a taxa de actividade da Região é bastante semelhante à do continente e que a taxa de desemprego tem seguido a tendência global do território português, no entanto, no que concerne ao desemprego de longa duração, observa-se que nos anos mais recentes o peso deste no total do desemprego, na Região de LVT, tem sido superior ao registado em Portugal.

No que se refere à evolução das remunerações médias da Região de LVT, observa-se que as mesmas se mantiveram, nos anos mais recentes, como mais elevadas que as do continente, contudo, ao efectuar-se uma análise comparativa entre o contributo das remunerações da Região de LVT para a criação de valor da Região e o contributo das remunerações do continente para a criação global de valor do continente, detecta-se uma grande homogeneidade.

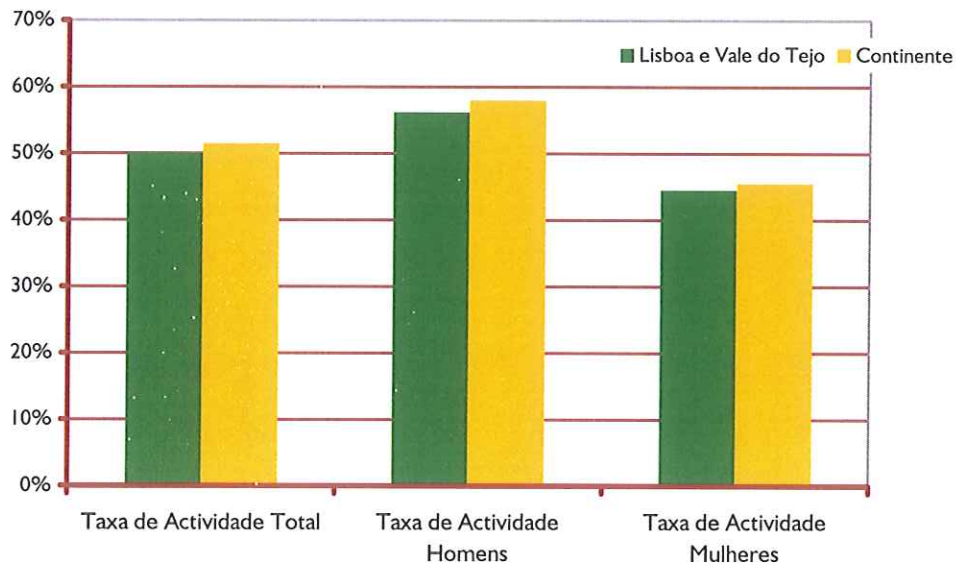
Em termos de taxa de crescimento empresarial, o aumento do número de empresas na Região de LVT tem-se processado a uma taxa mais baixa do que no continente, sendo o grau de dinamismo e de insucesso empresarial da Região muito semelhantes aos do continente. Na Região regista-se uma maior intensidade de criação de empresas de pequena, média e grande dimensão do que no continente e um menor nível de criação de empresas de muito pequena dimensão. No entanto, a Região revela, também, uma maior intensidade de encerramentos do que o continente ao nível das médias e grandes empresas.

a) Taxa de Actividade

- A taxa de actividade de Lisboa e Vale do Tejo é semelhante à taxa de actividade do Continente
- Tal como no Continente, a Região de LVT tem uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (44,5% nas mulheres e 56,2% nos homens)

Gráfico 5

Taxa de actividade em Lisboa e Vale do Tejo (2000)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

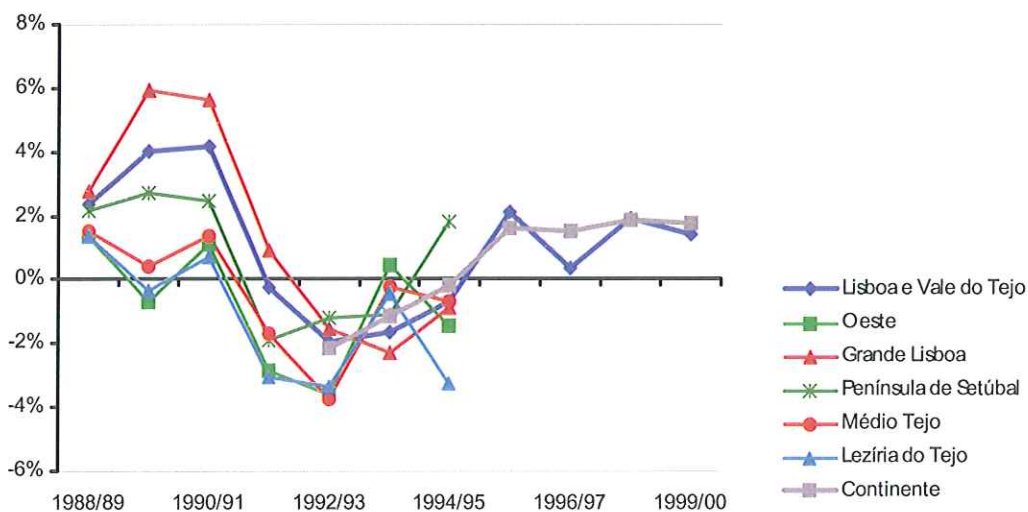
### B) Taxa de Crescimento do Emprego

A taxa de crescimento do emprego na RLVT registou, ao longo da década de 90, algumas diferenças em relação ao Continente:

- Até 1994, a Região de LVT revelou-se incapaz de aumentar os níveis de emprego, aliás, à semelhança do que aconteceu no conjunto do Continente (a partir desta data a evolução do número de postos de trabalho foi bastante mais irregular do que no Continente)
- No período 1994-2000 a Região passa a revelar uma maior capacidade de criação de emprego, apesar de possuir taxas de crescimento inferiores às verificadas para o conjunto do Continente

Gráfico 6

Taxa de crescimento do emprego (em %)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Nota: a disponibilidade de dados para a série da taxa de crescimento do emprego no Continente (compatível com os restantes valores apresentados) apenas permite a sua apresentação a partir do período 1992/93.

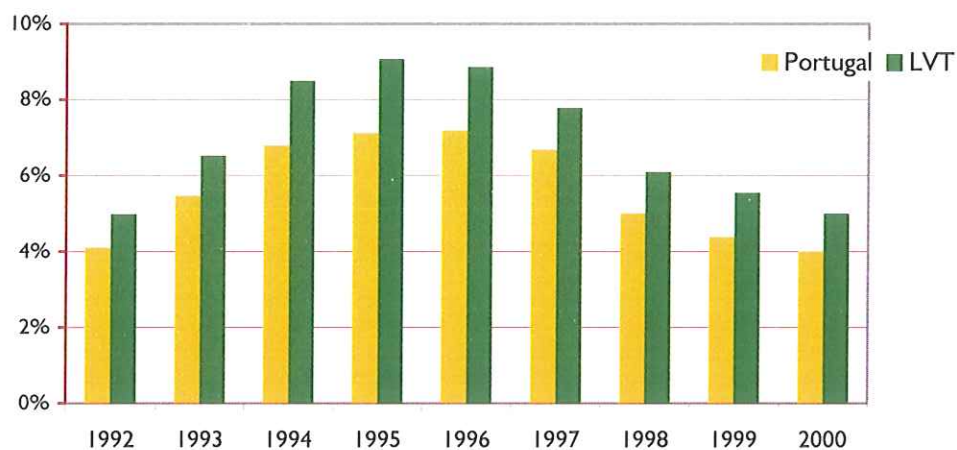
c) Desemprego

O desemprego na Região de LVT tem sido superior ao registado em Portugal:

- A taxa de desemprego registada na Região de LVT tem seguido a tendência global do território português, mantendo-se, no entanto, sempre com valores acima dos valores médios registados em Portugal
- A partir de 1995, altura em que o desemprego em Portugal começa a registar uma tendência de diminuição, o desemprego registado em LVT segue, também, essa tendência, continuando a manter-se com um nível de desemprego cerca de 1,5 pontos percentuais acima da média portuguesa
- O cruzamento da taxa de desemprego com a taxa de actividade, observadas a partir do inquérito ao emprego do INE, evidenciam alguma contradição com os valores apurados para a taxa de recursos humanos calculada a partir dos valores utilizados pelo INE nas Contas Regionais

Gráfico 7

Evolução do Desemprego (em %)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

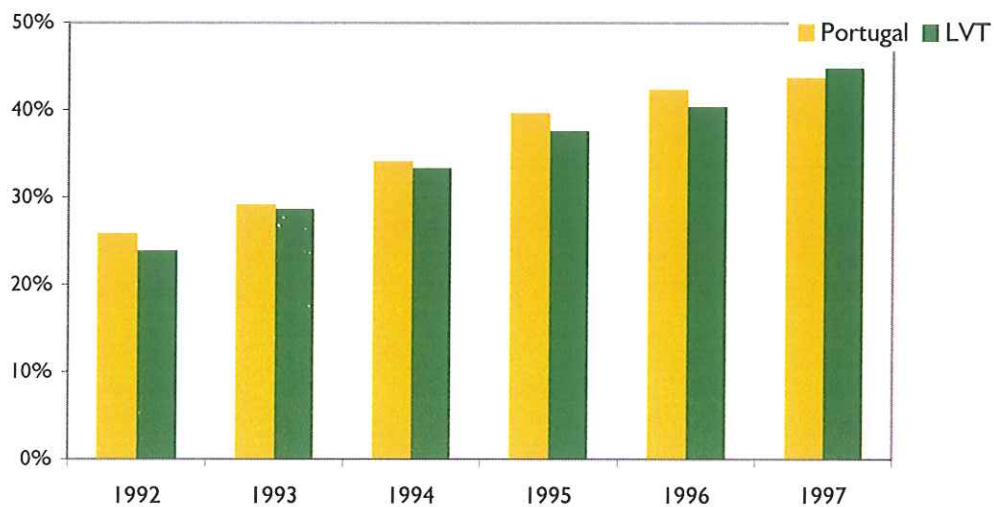
**d) Desemprego de Longa Duração**

O peso do desemprego de longa duração no total do desemprego na Região de LVT tem sido inferior ao registado em Portugal:

- Entre 1992 e 1996, o desemprego de longa duração registado em LVT representou um peso, no total do emprego, ligeiramente inferior à média nacional
- Em 1997 registou-se uma inversão da tendência anterior: o desemprego de longa duração tem um peso mais significativo, no total do desemprego, na Região de LVT do que em Portugal

**Gráfico 8**

Desemprego de Longa duração (LVT e Portugal)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

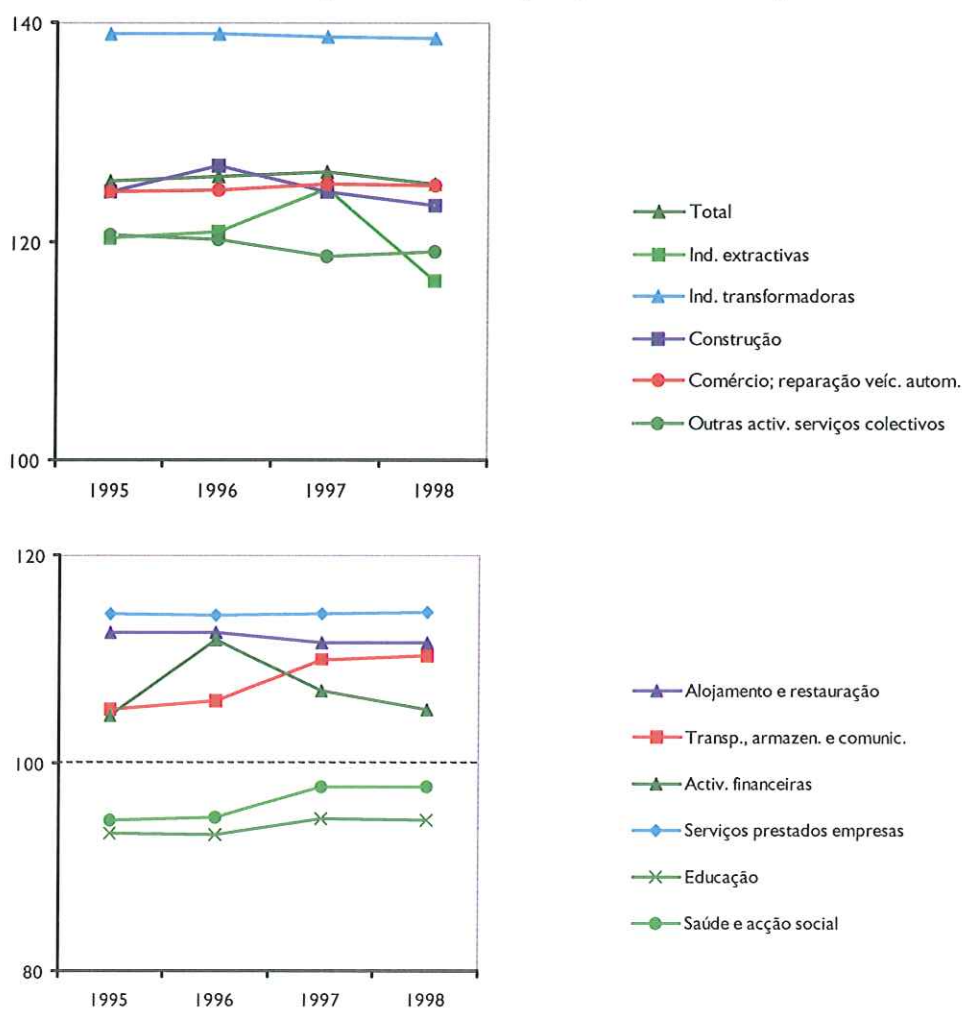
e) Remunerações

As remunerações médias da Região de LVT mantiveram-se, entre 1995 e 1998, cerca de 25% acima do Continente:

- Indústria, construção e comércio e reparação de veículos automóveis são os sectores em que a Região de LVT regista valores de remunerações médias mais elevados, quando comparados com a média do Continente
- Na educação e na saúde e acção social, a Região regista valores de remunerações médias mais baixos que no Continente

Gráficos 9 e 10

Evolução das Remunerações (Continente = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais

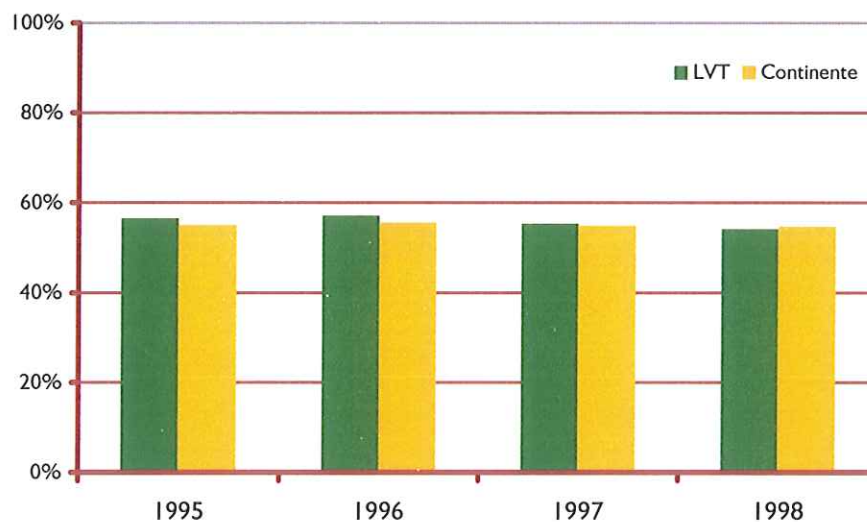
**f) Peso das Remunerações no VAB**

Existe grande homogeneidade entre o contributo das remunerações da Região de LVT para a criação de valor da Região, e o contributo das remunerações do Continente para a criação global de valor do Continente

Apesar de as diferenças serem muito pequenas, em 1995 e 1996, o contributo das remunerações para o VAB era, em Lisboa e Vale do Tejo, mais intenso que no Continente; em 1997 e 1998 atinge-se praticamente uma igualdade entre o peso do contributo das remunerações para a criação de riqueza em LVT e no Continente

**Gráfico II**

Relação entre Remunerações e VAB



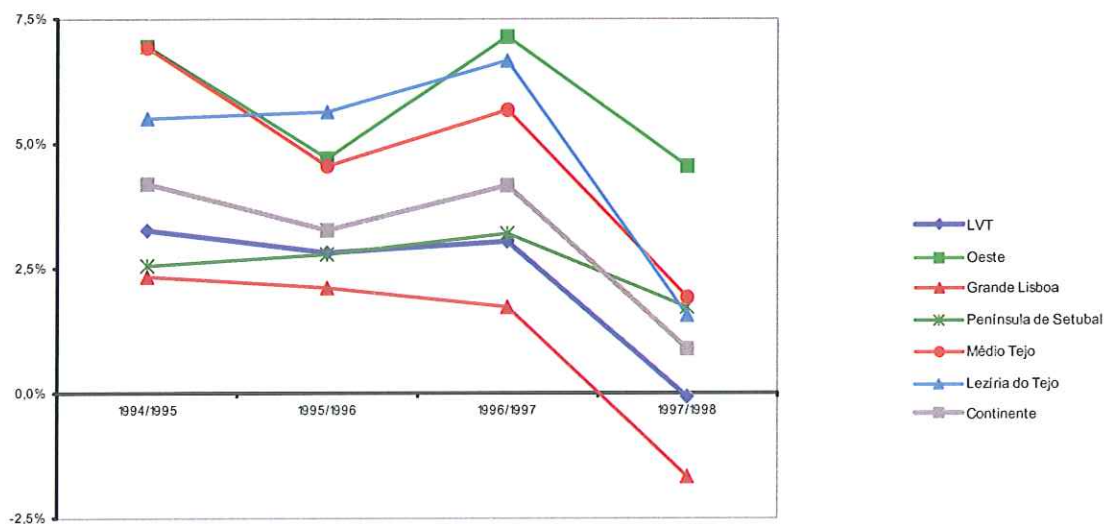
Fonte: INE, Contas Regionais

g) Taxa de Crescimento Empresarial

- O aumento do número de empresas na Região de LVT tem-se processado a uma taxa mais baixa do que no Continente
- Entre 1997 e 1998 verificou-se uma ligeira diminuição líquida do número de empresas situadas na RLVT, salientando-se o decréscimo mais acentuado na sub-região Grande Lisboa

Gráfico 12

Taxa de crescimento empresarial (em %)



Fonte: DETEFP (2000), Demografia dos Estabelecimentos em Portugal (1982-1998)

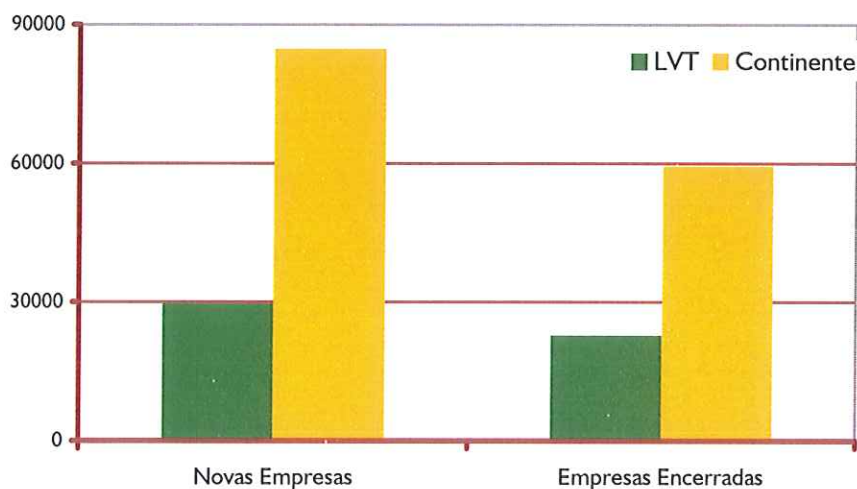
#### h) Criação e Encerramento de Empresas

A Região de LVT é responsável por uma parte significativa da criação e encerramento de empresas no período 1994/1998:

- Situam-se na Região de LVT cerca de 35% das empresas criadas no Continente no período 1994/98
- Situam-se na Região de LVT cerca de 38% das empresas encerradas no Continente no período 1994/98

**Gráfico 13**

Criação e encerramento de empresas no período 1994/1998



Fonte: DETEFP (2000), Demografia dos Estabelecimentos em Portugal (1982-1998)

**Nota:** Novas empresas – empresas existentes em 1998 mas que não existiam em 1994

**Empresas Encerradas** – empresas existentes em 1994 mas que não existem em 1998

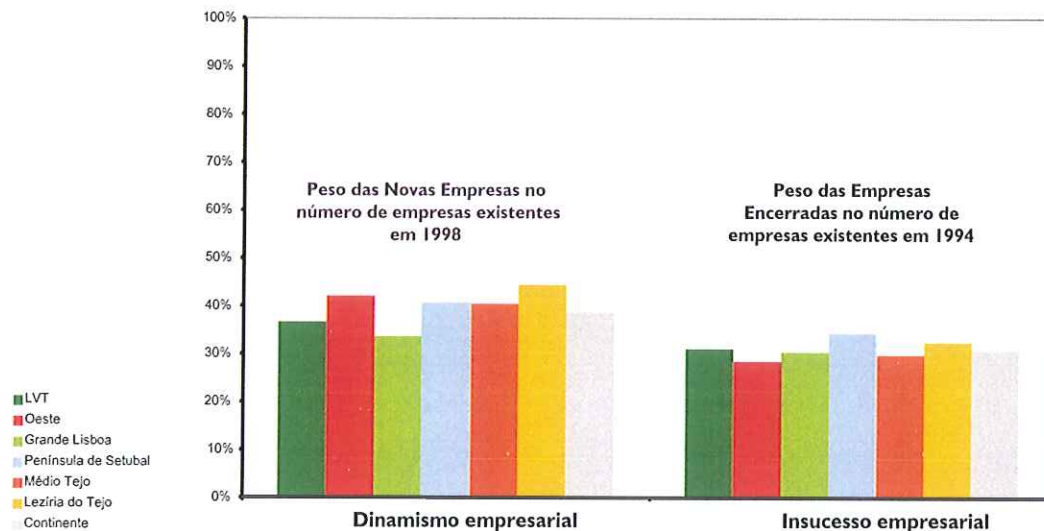
i) **Dinamismo e Sucesso Empresarial**

Do número de empresas existentes em 1998 na Região de LVT, 36,8% não existiam em 1994 (novas empresas). Por outro lado, 30,9% das empresas existentes em 1994 encontram-se encerradas em 1998. Verifica-se também que:

- O grau de dinamismo e de insucesso empresarial da Região de LVT são muito semelhantes aos do Continente
- O dinamismo empresarial da Região de LVT é mais intenso do que o grau de insucesso das empresas criadas na Região

**Gráfico 14**

Dinamismo e sucesso empresarial (1994/1998)



Fonte: DETEFP (2000), Demografia dos Estabelecimentos em Portugal (1982-1998)

**Nota: Dinamismo empresarial** – peso das novas empresas no número de empresas existente em 1998. Utiliza-se a criação de empresas como indicador do dinamismo empresarial de uma Região.

**Insucesso empresarial** – peso das empresas encerradas no número de empresas existente em 1994. Utiliza-se o encerramento de empresas como indicador do grau de insucesso empresarial de uma Região.

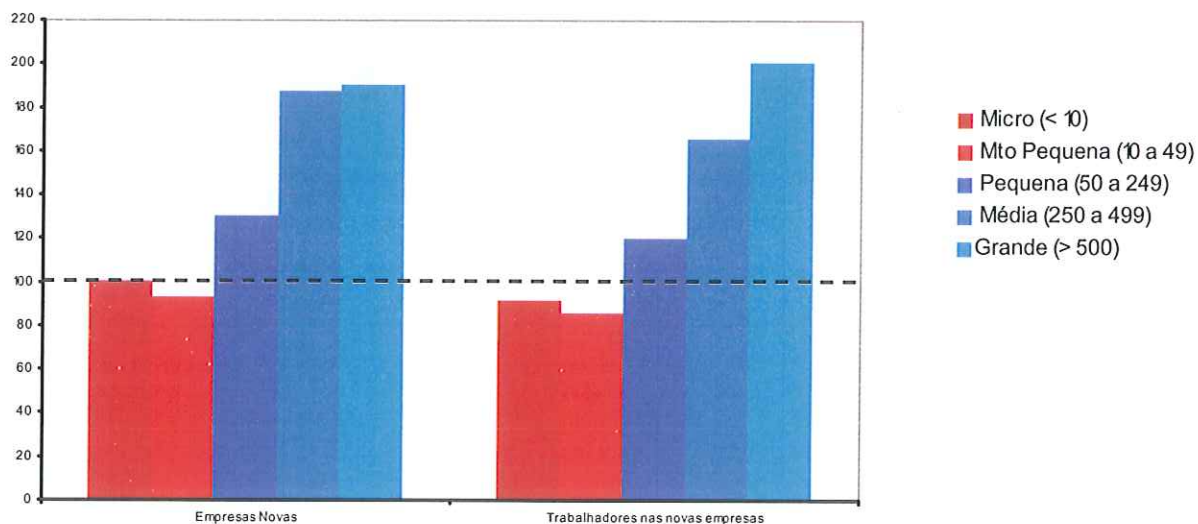
### j) Dimensão das Novas Empresas

Na Região de LVT detecta-se uma maior intensidade de criação de empresas de pequena, média e grande dimensão do que no Continente. Da mesma forma, a dimensão destas novas empresas também se revela mais elevada do que no Continente:

- O nível de criação de microempresas na RLVT apresenta uma grande proximidade face ao Continente. Apesar disso, a sua dimensão é inferior à do Continente
- A criação de grandes empresas em LVT é claramente mais significativa nesta Região do que a sua distribuição pelo Continente. A sua dimensão é mais elevada, pois a concentração de trabalhadores nestas empresas é mais intensa que no Continente (190%, considerando o continente igual a 100%)

**Gráfico 15**

Dimensão das novas empresas  
(n.º de empresas e trabalhadores - Continente = 100)



Fonte: DETEFP (2000), Demografia dos Estabelecimentos em Portugal (1982-1998)

### 1) Dimensão das Empresas Encerradas

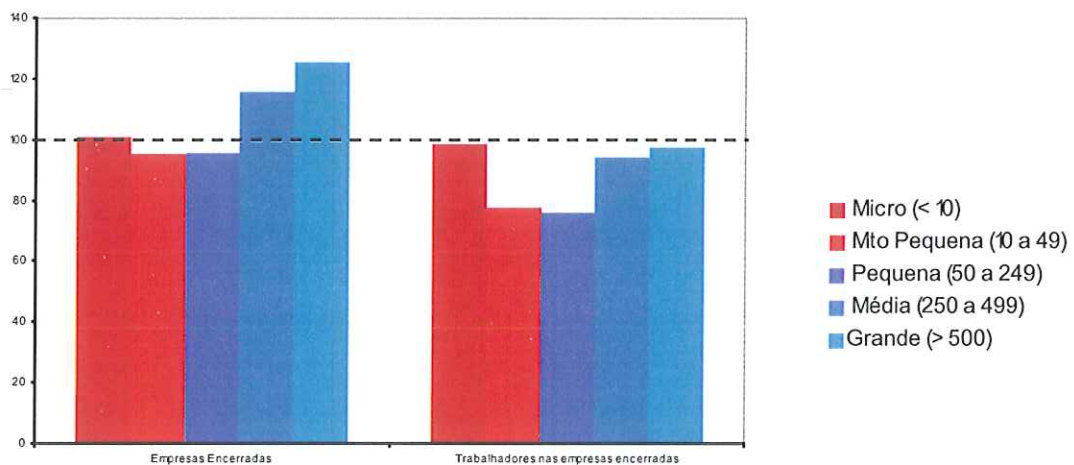
Quando comparado com o Continente, o encerramento de empresas na RLVT revela-se relativamente mais homogéneo do que a criação de empresas (embora apresente uma certa disparidade em relação ao número de postos de trabalho associados a este encerramento de empresas).

O nível de encerramento de empresas com dimensão inferior a 250 trabalhadores em LVT indica uma grande proximidade com o nível médio de encerramento do continente. A Região revela maior intensidade de encerramentos do que o Continente ao nível das médias e grandes empresas.

O encerramento de empresas nesta Região é mais intenso nas empresas de maiores dimensões médias. Particularmente no caso das muito pequenas e das pequenas empresas, a extinção de postos de trabalho associada ao encerramento de empresas revela-se menos intensa que no Continente.

Gráfico 16

Dimensão das empresas encerradas (n.º de empresas e trabalhadores - Continente = 100)



Fonte: quadros de pessoal, 1998

#### ▪ Síntese

A RLVT apresenta um perfil de especialização bastante diversificado onde assumem lugares de destaque: as actividades de serviços, como as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, serviços financeiros e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; e as actividades de comércio, transportes e armazenagem.

Realizando uma análise da dinâmica da estrutura sectorial do VAB no período 1995-1998, verifica-se que os sectores que aumentaram o seu peso a nível do VAB regional foram as actividades financeiras; outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; a construção; as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; o alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicações; famílias com empregados domésticos e indústrias extractivas.

#### a) Indicador de Especialização Produtiva

A RLVT revela, face à estrutura do VAB por actividades a nível nacional, um perfil de especialização diversificado onde se destacam, em 1998:

- actividades de serviços, como as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, serviços financeiros e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais,
- e actividades de comércio, transportes e armazenagem.

De 1995 a 1998, a Região apresentou uma redução do peso das actividades de construção e da administração pública, defesa e segurança social obrigatória, de tal forma que em 1998, as referidas actividades possuem uma ténue expressão no perfil de especialização da Região.

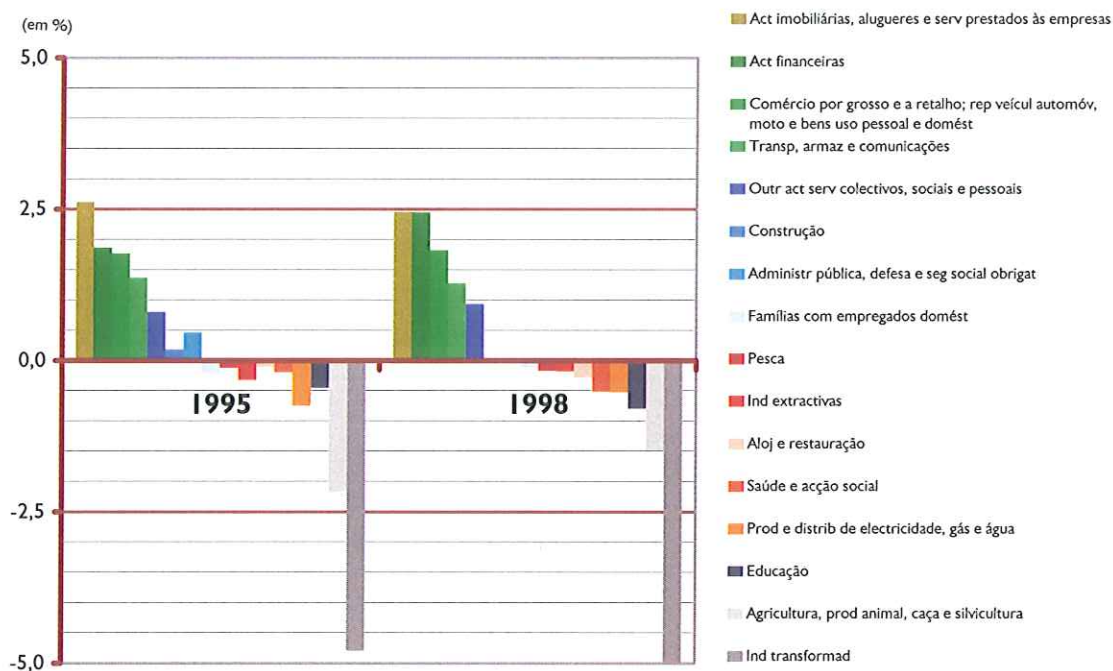
As actividades de “sub-especialização” da Região, não apresentaram alterações significativas ao longo do período em causa, e incluem:

- as indústrias transformadoras e extractivas, a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, educação, produção e distribuição de água e electricidade, gás e água e saúde e acção social, entre outras.

b) Indicador de Localização Produtiva

Gráfico 17

Evolução da Especialização Produtiva da Região, segundo o VAB (1995-98)



Fonte: INE, Contas Regionais, 1995-1998

**Nota:** O gráfico foi construído tendo como base o indicador de Localização Produtiva que permite comparar as diferenças nas estruturas produtivas, uma vez que exprime o grau de concentração de cada actividade na Região em análise tomando como referência o peso que essa mesma actividade tem no conjunto do país.

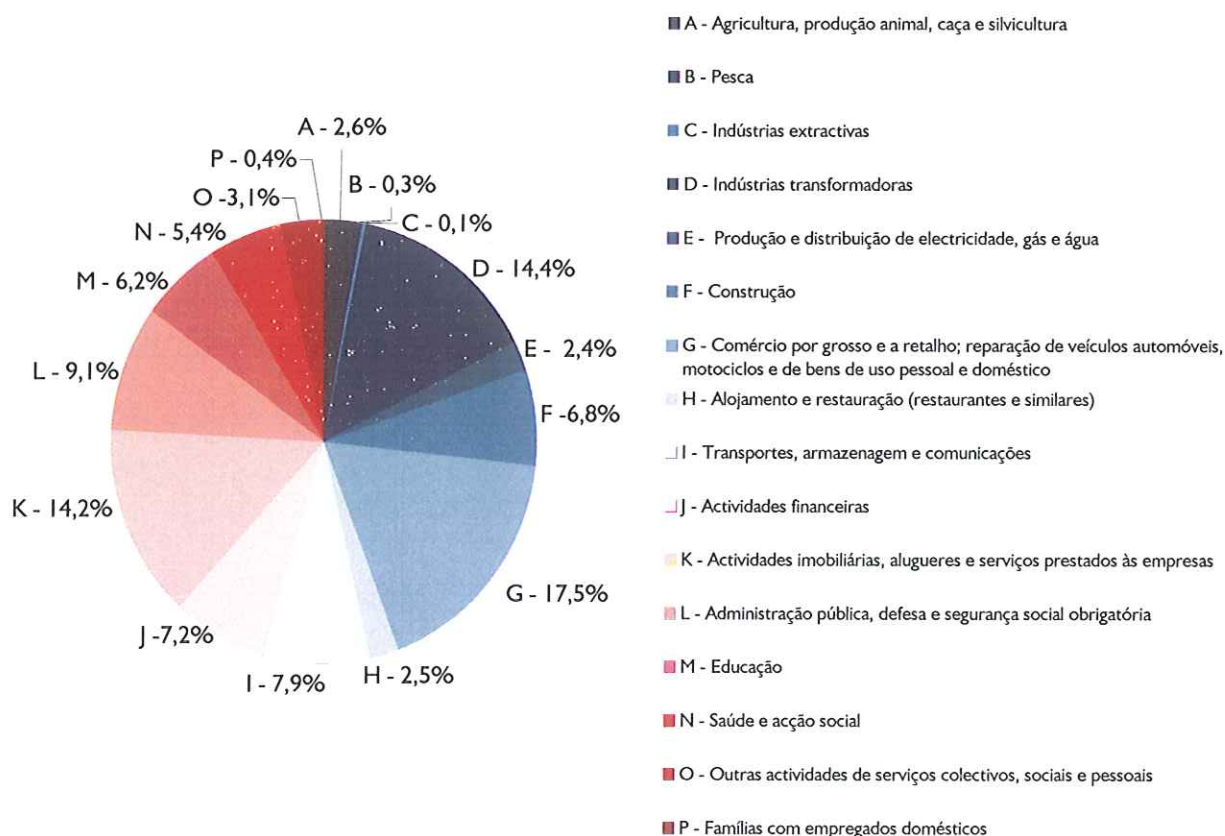
#### c) Estrutura Sectorial do VAB em 1995

Em 1995, a RLVT apresentava como sectores que detinham os pesos mais significativos no VAB regional:

- os sectores de comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis (17,5%), as indústrias transformadoras (14,4%), as actividades imobiliárias e os serviços às empresas (14,2%), a administração pública (9,1%), transportes, armazenagem e comunicações (7,9%) e as actividades financeiras (7,2%).

**Gráfico 18**

Repartição do VAB por Sectores em 1995



Fonte: INE, Contas Regionais, 1998

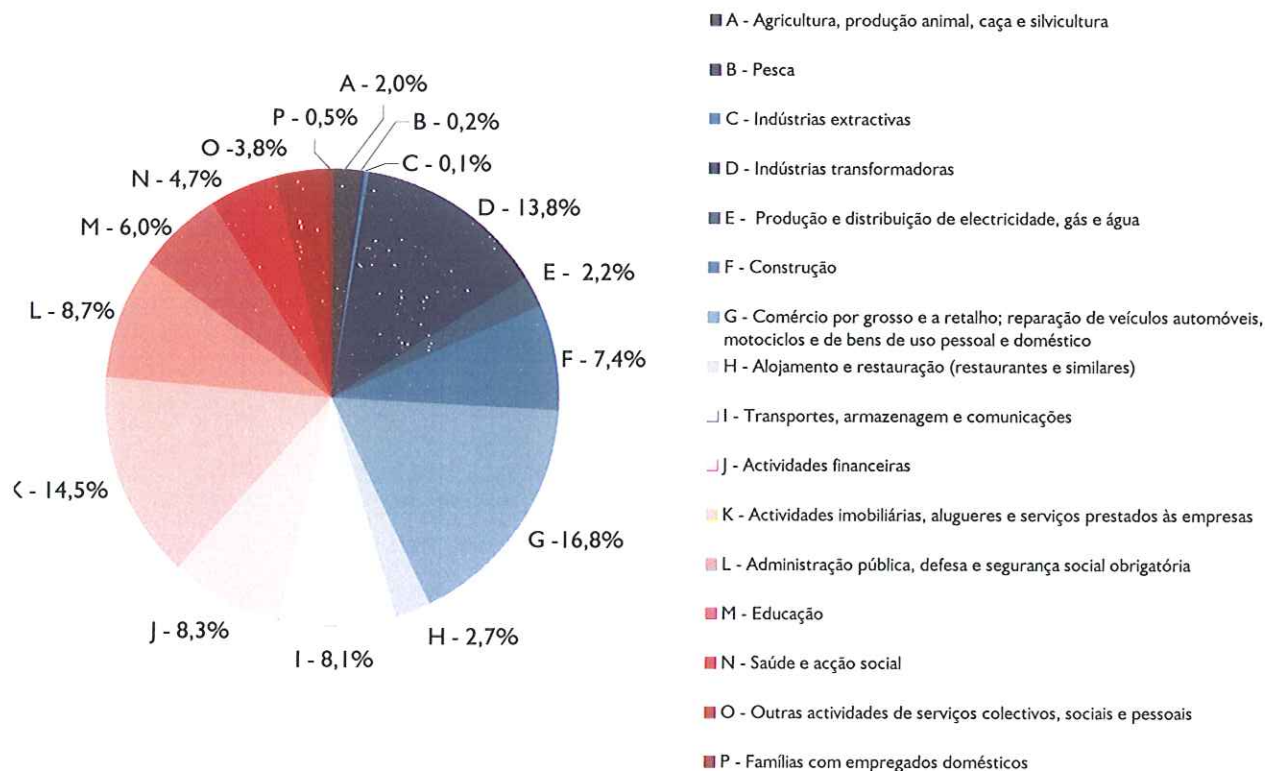
### d) Estrutura Sectorial do VAB em 1998

Os sectores que apresentavam os pesos, a nível do VAB regional, mais significativos em 1998 não revelam alterações significativas face à estrutura apurada para 1995, destacando-se em 1998:

- o sector do comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis (16,8%), as actividades imobiliárias e os serviços às empresas (14,5%), as indústrias transformadoras (13,8%), a administração pública (8,7%), as actividades financeiras (8,3%) e os transportes, armazenagem e comunicações (8,1%).

**Gráfico 19**

Repartição do VAB por Sectores em 1998



Fonte: INE, Contas Regionais, 1998

#### e) Dinâmica da Estrutura Sectorial do VAB

A análise da dinâmica da estrutura sectorial do VAB no período 1995-1998, permite verificar que os sectores que aumentaram o seu peso a nível do VAB regional foram:

- Actividades financeiras –J
- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais - O
- Construção - F
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas - K
- Alojamento e restauração (restaurantes e similares) - H
- Transportes, armazenagem e comunicações - I
- Famílias com empregados domésticos - P
- Indústrias extractivas - C

**Gráfico 20**

Dinâmica da estrutura sectorial do VAB (Ganhos e Perdas de Peso Relativo – 1995 > 1998)



Fonte: INE, Contas Regionais, 1995-1998

#### ▪ Síntese

Relativamente à sub-dimensão de análise referente ao Grau de Abertura da RLVT, as conclusões obtidas denunciam taxas de cobertura das importações pelas exportações e das chegadas pelas expedições, para a Região, que para além de serem muito inferiores a 100%, são inferiores aos valores nacionais, tanto no comércio intracomunitário, como no comércio extracomunitário.

A RLVT revela um menor grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB do que o espaço nacional, contudo, ao considerarmos o peso não apenas dos fluxos de saída, mas também dos fluxos de entrada no PIB, verificamos que a Região possui um grau de abertura que supera ligeiramente a taxa do espaço nacional. Em termos de orientação para o mercado externo, os valores obtidos para a Região ficam um pouco aquém dos valores nacionais, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais.

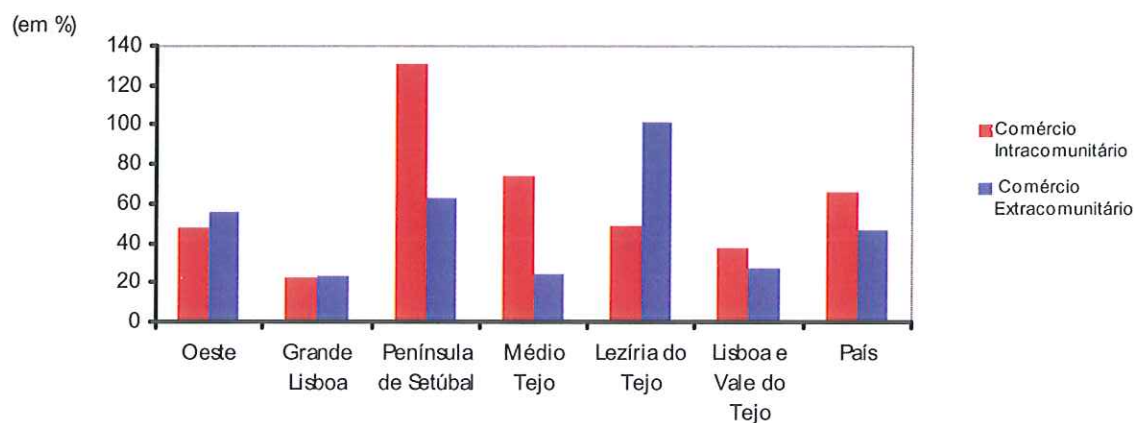
O elevado peso dos fluxos de chegada na RLVT é, também, visível através da elevada taxa de Penetração das Importações e das Chegadas, o que traduz um menor grau de autonomia da Região face ao espaço nacional. Neste sentido, compreende-se o facto do peso da RLVT no país, em termos de comércio internacional, ser consideravelmente mais acentuado a nível dos fluxos de entrada do que dos fluxos de saída. Para ambos os fluxos (entradas e saídas) observa-se que o peso da RLVT no país é mais expressivo ao nível do comércio extracomunitário.

#### a) Taxa de Cobertura

- A RLVT apresenta taxas de cobertura das importações pelas exportações e das chegadas pelas expedições que para além de serem inferiores a 100%, se caracterizam por ser bastante reduzidas e inferiores aos valores nacionais.
- As taxas de cobertura da Região são bastante baixas, quer seja no comércio intracomunitário, quer seja no comércio extracomunitário, sendo a posição evidenciada a nível dos fluxos de comércio intracomunitário ligeiramente mais favorável.
- A nível das NUTS III destacam-se favoravelmente a taxa de cobertura no comércio intracomunitário da Península de Setúbal e a taxa de cobertura no comércio extracomunitário da Lezíria do Tejo.

**Gráfico 21**

Taxas de Cobertura no Comércio Intra e Extracomunitário (em 1999)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2000

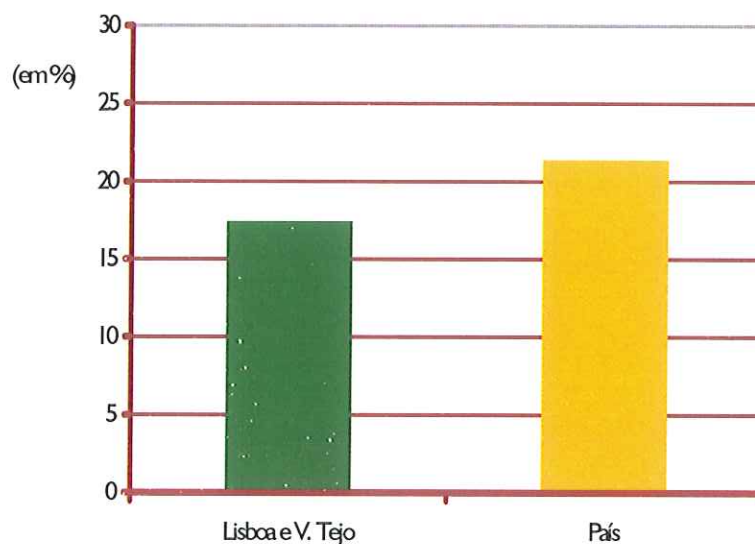
**Nota:** As taxas de cobertura resultam do rácio entre as exportações e as importações (para o comércio extracomunitário) ou entre as expedições e as chegadas (para o comércio intracomunitário).

#### b) Peso das Exportações e Expedições no PIB

A RLVT revela um menor grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB do que o espaço nacional, apesar da divergência apresentada não ser muito significativa.

**Gráfico 22**

Peso das Exportações e Expedições no PIB (em 1999)



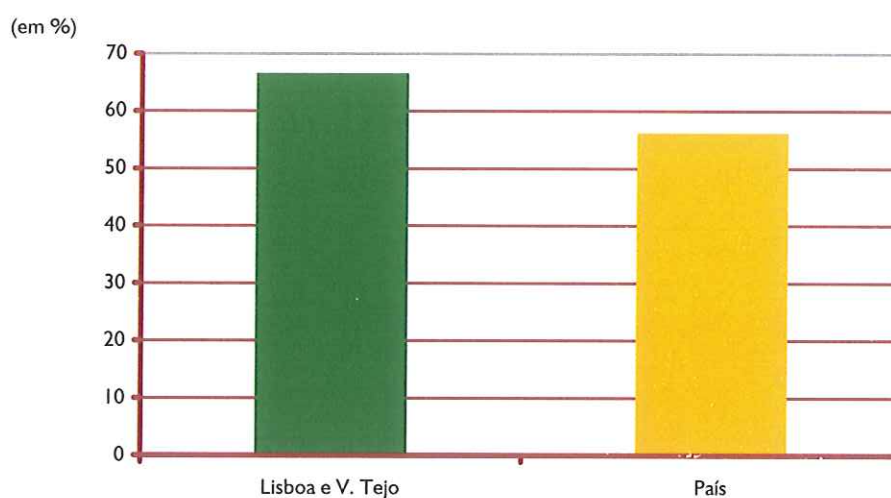
Fonte: Informação para as Exportações e Expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais; Informação para o PIB obtida no INE, Contas Regionais; ambas relativas ao ano de 1999

**c) Taxa de Abertura**

Se considerarmos o peso não apenas dos fluxos de saída (exportações e expedições), mas também dos fluxos de entrada (importações e chegadas) no PIB, verificamos que a RLVT revela um grau de abertura um pouco superior à taxa correspondente ao espaço nacional.

**Gráfico 23**

Taxa de Abertura (em 1999)



Fonte: Informação no INE, Anuários Estatísticos Regionais;  
INE, Contas Regionais; relativa ao ano de 1999

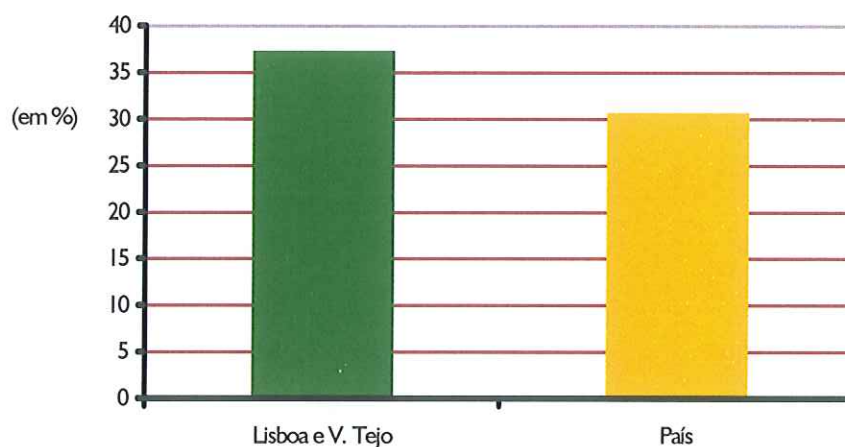
**Nota:** A Taxa de Abertura é obtida através do peso do total das Exportações, Expedições, Importações e Chegadas no PIB

**d) Taxa de Penetração das Importações e das Chegadas**

A RLVT revela um menor grau de autonomia, ou seja, um maior grau de dependência global do que o espaço nacional, uma vez que: a taxa de Penetração das Importações e das Chegadas (relativas respectivamente ao comércio extra e intracomunitário) nesta Região supera o valor apresentado pelo espaço nacional, o que traduz portanto um maior peso das importações e das chegadas no total da procura interna da Região.

**Gráfico 24**

Taxa de Penetração das Importações e das Chegadas (em 1999)



Fonte: Informação para as Exportações, Expedições, Chegadas e Importações obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais; Informação para o PIB obtida no INE, Contas Regionais, ambas relativas ao ano de 1999

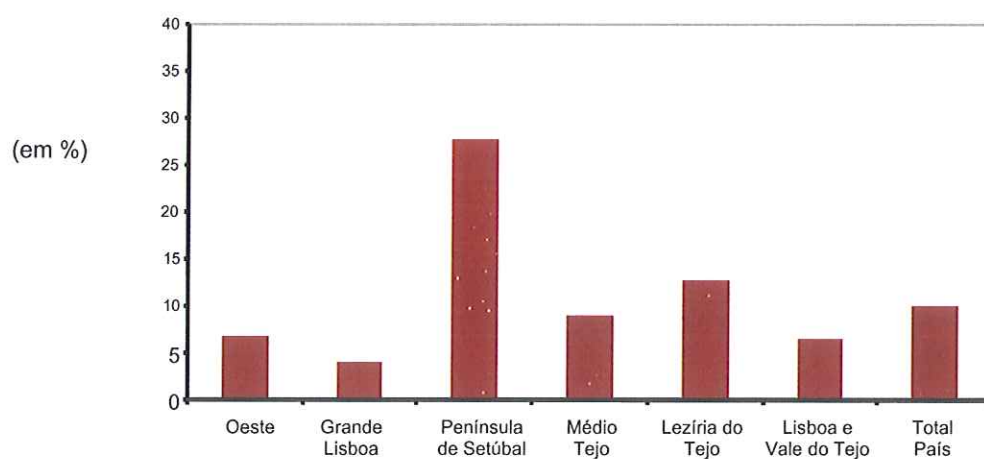
**Nota:** A taxa de Penetração das Importações e das Chegadas é obtida através do peso das mesmas na procura interna ( $PIB + importações e chegadas - exportações e expedições$ )

**e) Orientação para o Mercado Externo**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma menor orientação para o mercado externo do que o espaço nacional, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais. No conjunto das NUTS III destaca-se a elevada orientação para o mercado externo da Península de Setúbal.

**Gráfico 25**

Orientação para o Mercado Externo (em 1999)



Fonte: Informação para as Exportações e Expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais relativa ao ano de 1999; Informação relativa aos volumes de vendas obtida no INE, Contas Regionais, relativa ao ano de 1998

**Nota:** O indicador Orientação para o Mercado Externo é obtido através do peso das exportações e expedições no total de volume de vendas efectuado

#### f) Peso da RLVT no País

- O peso da RLVT no país em termos de comércio internacional é consideravelmente mais acentuado a nível dos fluxos de entrada (64,31%) do que dos fluxos de saída (37,13%)
- Tanto no que se refere aos fluxos de entrada, como no que diz respeito aos fluxos de saídas, observa-se que o peso da RLVT no país é mais significativo ao nível do comércio extracomunitário (ou seja, os pesos regionais em termos de importações e das exportações superam, respectivamente, os das chegadas e das expedições);
- Em termos de comércio intracomunitário a RLVT representa 63,51% das chegadas ao país e 36,73% das expedições; em termos de comércio extracomunitário a Região responde por 67,14% das importações e 39,08% das exportações nacionais.

#### Quadro I

Peso da RLVT no País - Comércio Internacional (1999)

Comércio	Pesos de LVT no país (em %)
Entradas	64,31
Saídas	37,13

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2000



#### ▪ Síntese

A trajectória de competitividade evidenciada pela RLVT, ao longo do período 1988-1998, foi positiva, dado que, em termos relativos, se registou um aumento do índice de produtividade e um aumento, de forma ainda mais substancial, do índice de utilização dos recursos humanos.

A posição competitiva da Região em termos do seu perfil de especialização é, também, bastante favorável, dado que a Região se apresenta como “sobre-especializada” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de I&D, da diferenciação do produto e dos recursos naturais como factores de competitividade, e como “sub-especializada” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho.

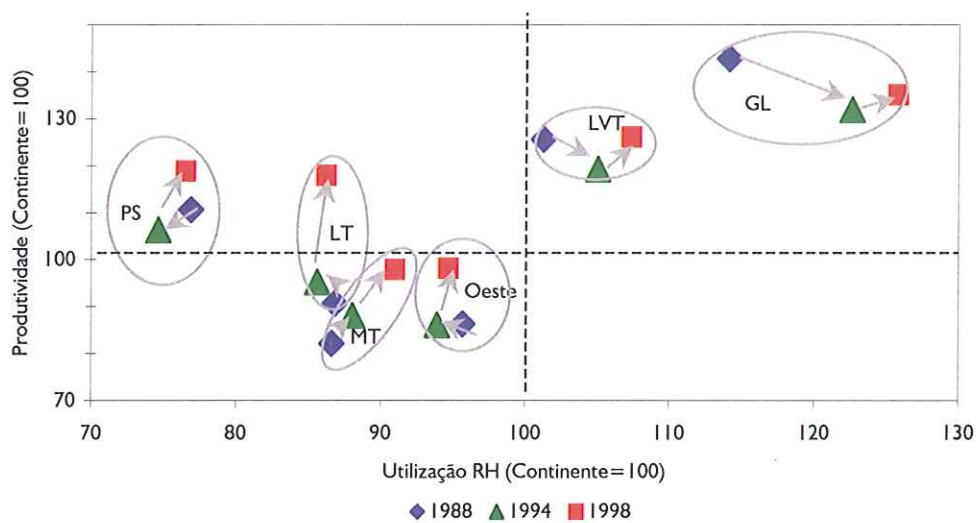
A análise da especialização relativa de comércio internacional da RLVT face ao país, utilizando como variável as exportações, permite detectar uma grande diversidade no perfil de especialização da Região, salientado-se a forte expressividade do sector do material de transporte.

a) Trajectórias de Competitividade

A RLVT, ao longo do período 1988-1998, em termos relativos aumentou muito ligeiramente o índice de produtividade e aumentou de forma mais substancial o índice de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 26

Trajectórias de Competitividade da Região Lisboa e Vale do Tejo (1988-1998)



Fonte: INE, Contas Regionais

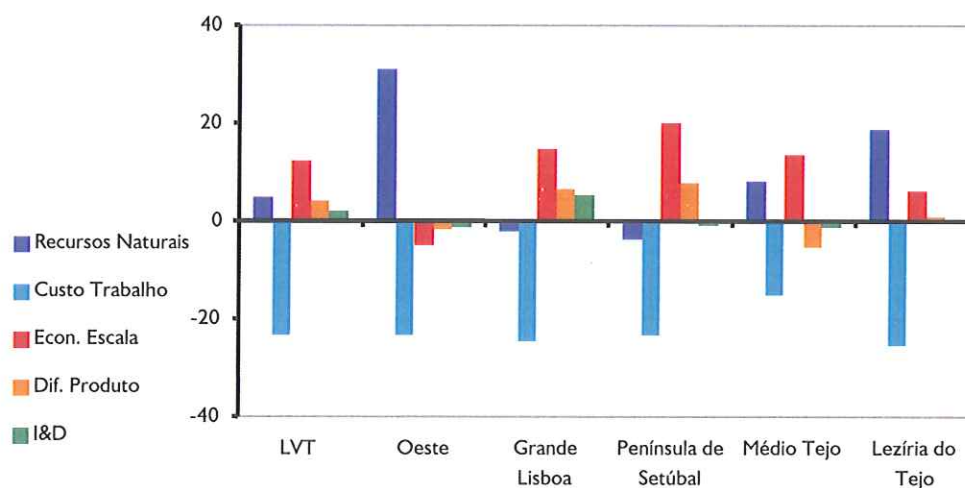
#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A análise da especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo por factor-chave de competitividade permite verificar que a Região se apresenta como estando:

- “sub-especializada” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho
- “sobre-especializada” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de I&D, da diferenciação do produto e dos recursos naturais como factores de competitividade

**Gráfico 27**

Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade



Fonte: Quadros de Pessoal, 1998

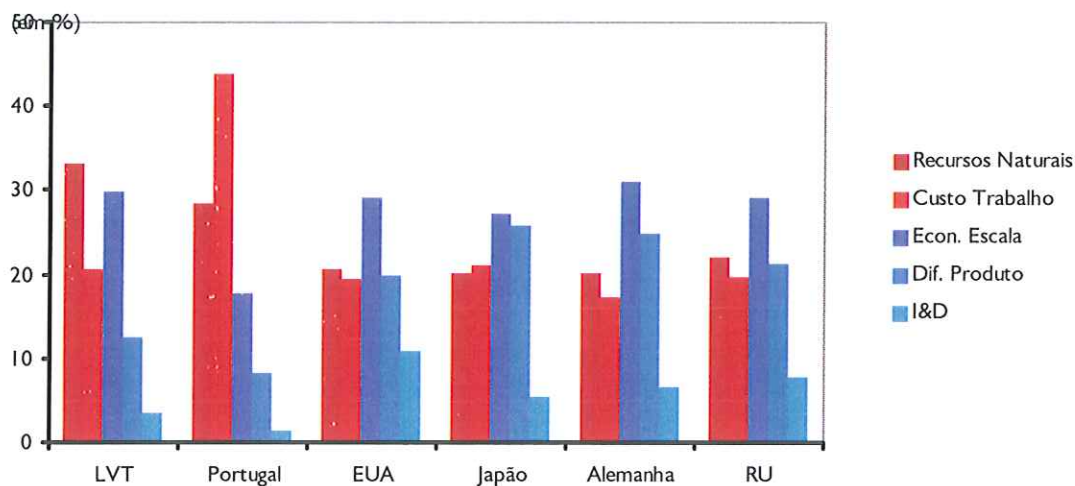
#### c) Estrutura do Emprego por Factores – Chave de Competitividade

A análise da estrutura do emprego por factores-chave de competitividade na RLVT, em Portugal, nos EUA, Japão, Alemanha e RU permite verificar que:

- Portugal se assume como o país com maior peso dos sectores que exploram os baixos custos de trabalho e os recursos naturais
- Portugal apresenta, entre todos os países analisados, os pesos menos significativos nos sectores que valorizam a exploração de economias de escala, a diferenciação de produto e a I&D

**Gráfico 28**

Estrutura do Emprego por Factores-Chave de Competitividade



Fonte: Quadros de pessoal, 1998; OCDE, 1996

#### d) Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região face ao País

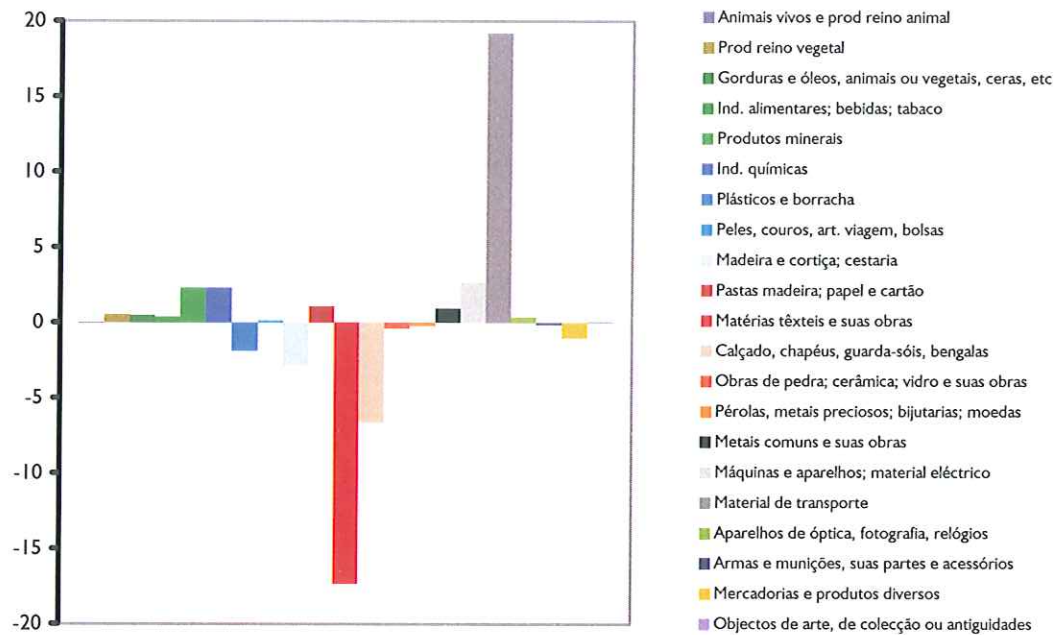
A análise da especialização relativa de comércio internacional da RLVT face ao país, utilizando como variável as exportações, permite verificar que a Região se apresenta como sendo especializada nos sectores:

- Material de transporte (com forte expressividade)
- Máquinas e aparelhos e material eléctrico
- Produtos minerais
- Indústrias químicas
- Pastas de madeira; papel e cartão
- Metais comuns e suas obras
- Produtos do reino vegetal
- Gorduras e óleos, animais ou vegetais, ceras, etc.
- Indústrias alimentares; bebidas; tabaco
- Aparelhos de óptica, fotografia, relógios
- Peles, couros, art. viagem, bolsas
- Objectos de arte, de colecção ou antiguidades,

Uma vez que o peso das exportações destes sectores no total das exportações regionais supera em termos relativos o correspondente peso a nível nacional.

**Gráfico 29**

Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região face ao País (em 1999)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional;  
INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2000.

**Nota:** O indicador de especialização relativa, em termos de comércio internacional, da Região face ao país resulta da comparação das diferenças entre as estruturas de exportação da Região e do país, exprimindo o grau de importância de cada sector exportador na Região tomando como referência o peso que esse mesmo sector tem em termos de exportações no conjunto do país.

#### e) Infra-estruturas com Capacidade de Realização de Eventos Internacionais

Em termos de áreas brutas desportivas, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma dotação média inferior à média nacional, apesar de nos últimos anos (período 1996-2000) ter sido objecto de um conjunto de equipamentos que têm permitido aumentar a possibilidade de realização de eventos com capacidade de projectar a região internacionalmente, nomeadamente:

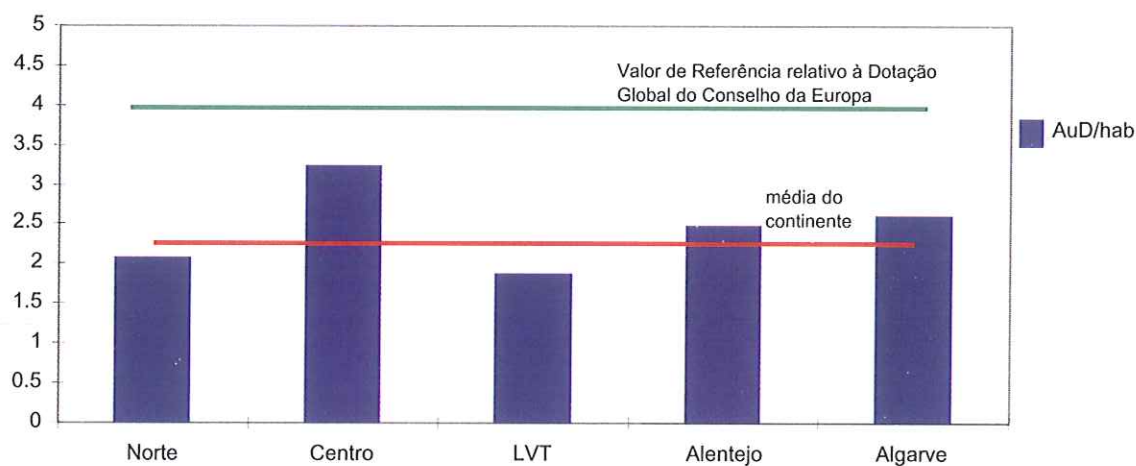
- Piscina do estádio do Jamor,
- Piscina do estádio Universitário;
- Pavilhão Atlântico;
- Complexo de Ténis do Estádio Nacional;
- Autódromo (Normas FIA);
- Estádios da Luz, Alvalade e Restelo;
- Estádio Universitário;
- Centro de Estágio de Rio Maior;
- Hipódromo do Campo Grande;
- Centro Hípico de Braço de Prata ( C. das Lezírias);
- Centro Hípico do Hotel do Golfe (Vimeiro);
- Centro Hípico da Quinta da Marinha, Cascais;
- CNEMA (Centro Hípico), Santarém;
- Clube Quinta do Peru (Golfe);
- Golfe do Estoril;
- Clube de Campo Aroeira;
- Penha Longa Golfe Club;
- Campo de Golfe do Montado;
- Quinta da Beloura Golfe.

A projecção internacional da região de Lisboa e Vale do Tejo pode, também, ser estimulada pela riqueza e diversidade de recursos naturais existentes na região, os quais se revelam propícios à ocorrência de provas internacionais, nomeadamente:

- Praias da Costa de Lisboa de Cascais/Peniche - Provas de WindSurf e Surf;
- Baía da Arrábida - Caça submarina;
- Estuário do Tejo e Baía de Cascais – Vela.

**Gráfico 30**

Média regional da área útil desportiva por habitante (m<sup>2</sup>/ hab)



Fonte: Instituto Nacional do Desporto (IND), 2000

#### ▪ Síntese

Em termos de dinâmica de investimento, a RLVT tem vindo a registar taxas de crescimento mais elevadas que o continente, sendo responsável por uma parcela muito significativa da formação bruta de capital fixo a nível nacional. O esforço de investimento na RLVT, (peso da FBCF no VAB) tem, também, sido ligeiramente mais forte na Região do que no continente.

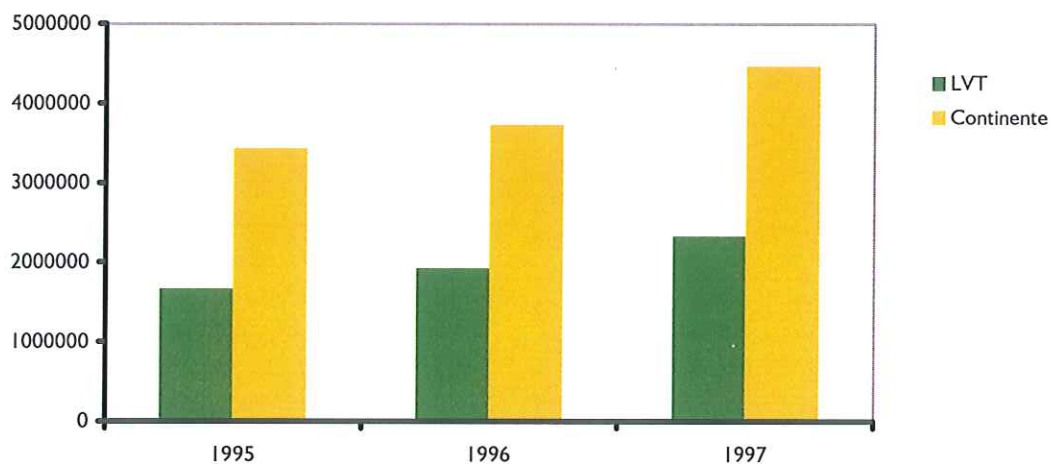
**a) Formação Bruta de Capital Fixo**

A RLVT é responsável por uma parcela muito significativa da formação bruta de capital fixo (FBCF) a nível nacional:

- No período 1995/1997 a formação bruta de capital fixo (FBCF) na RLVT registou taxas de crescimento mais elevadas que o Continente
- Em 1995, LVT representava 48,5% do investimento do Continente; em 1997 esse valor tinha aumentado para 52,2%

**Gráfico 31**

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Unidades: 10<sup>6</sup> escudos

Fonte: INE, Contas Regionais

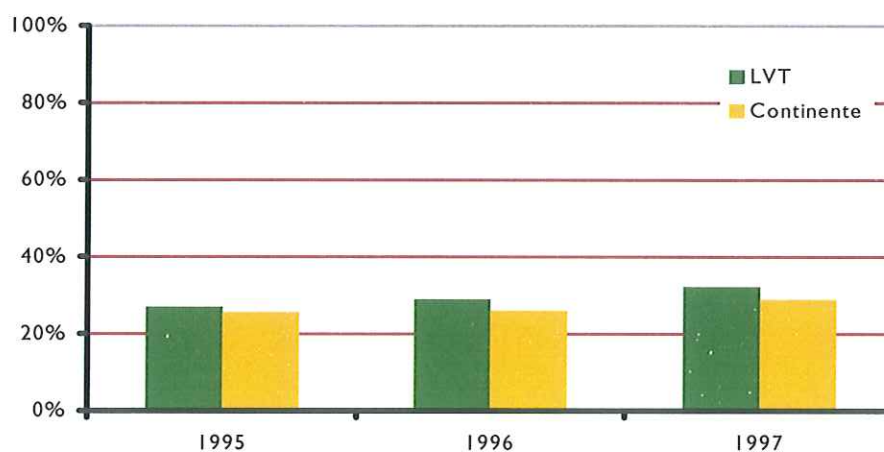
**b) Taxa de Investimento**

O esforço de investimento na RLVT foi ligeiramente mais forte do que no Continente:

- Em 1995, o peso da FBCF no VAB, em LVT, era de 27,1%, em 1996 era de 29% e em 1997 era de 32,3%; no Continente, este indicador apresentava os valores de 25,6% em 1995, de 26% em 1996 e de 28,9% em 1997

**Gráfico 32**

Peso da FBCF no VAB



Fonte: INE, Contas Regionais

**c) Investimentos em Instalações Desportivas**

Nos últimos anos tem-se verificado uma dinâmica de investimento que se traduziu num aumento muito significativo do número de instalações desportivas sendo, no entanto, necessário em futuros relatórios de monitorização, uma avaliação das características e do tipo de instalações desportivas, de forma a destacar aquelas que possam ter um papel relevante na preparação e treino de alto rendimento desportivo (sub-objectivo A.3.2. do Plano Estratégico).

**Gráfico 33**

Comparação do número de instalações desportivas de base em LVT em 1996 e 2000



Fonte: Instituto Nacional do Desporto (IND), 1996 e 2000

#### ▪ Síntese

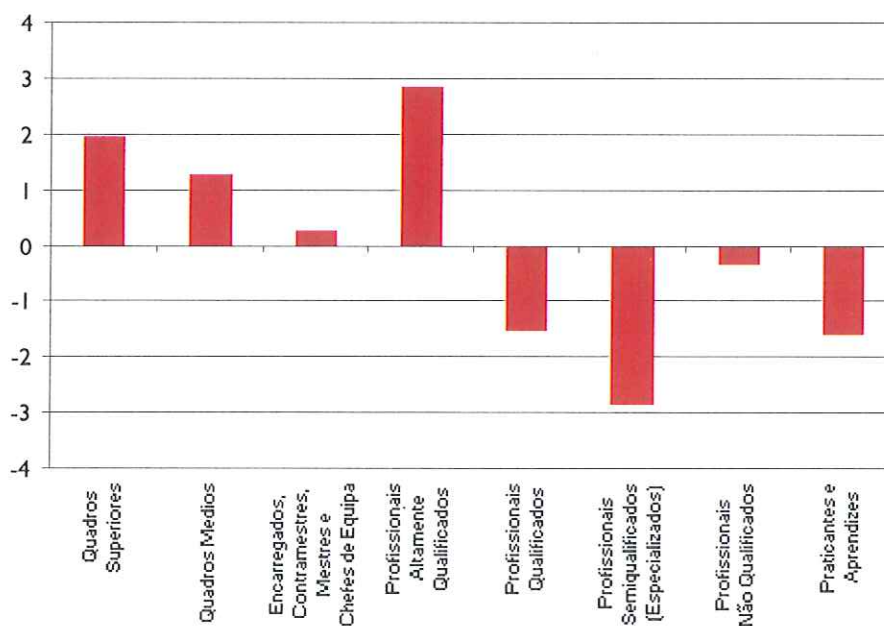
No que diz respeito à formação dos recursos humanos, a RLVT apresenta uma estrutura, tanto de qualificações, como de habilitações, mais favorável do que o continente, dado o maior peso relativo dos quadros superiores, quadros médios, encarregados e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações e o maior peso dos recursos humanos com níveis habilitacionais superiores na sua estrutura de habilitações.

#### a) Estrutura de Qualificações da RLVT face ao País

A estrutura de qualificações da RLVT comparativamente com o país permite observar que a Região apresenta um maior peso relativo dos quadros superiores, quadros médios, encarregados e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações face ao país e, por oposição, revela um menor peso relativo dos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados e praticantes e aprendizes.

**Gráfico 34**

Estrutura de Qualificações da RLVT face ao País (em 1998 – em %)



Fonte: Quadros de Pessoal, 1998

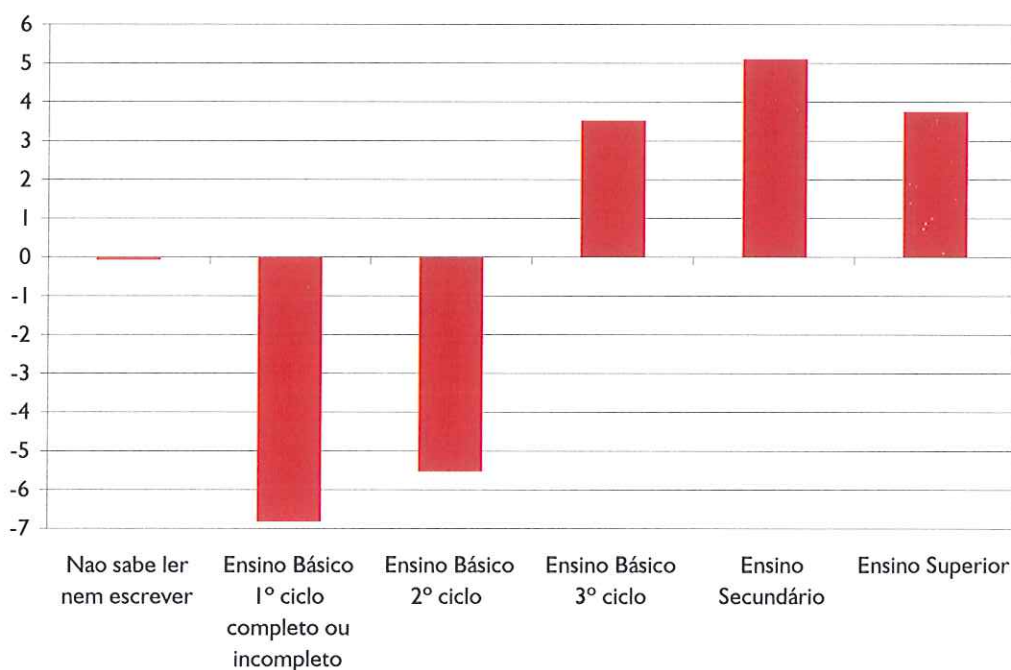
**Nota:** A construção do gráfico tem subjacente a divergência entre as estruturas de qualificações da RLVT e do país, exprimindo o grau de importância de cada categoria de qualificações no total da Região tomando como referência o peso que essa mesma categoria tem no conjunto do país.

#### b) Nível de Habilitações da RLVT face ao País

A RLVT comparativamente com o país apresenta uma estrutura de habilitações da mão-de-obra mais favorável, dado que possui um menor peso relativo dos recursos humanos com níveis habilitacionais inferiores e apresenta um maior grau de importância relativa dos recursos humanos com habilitações ao nível do 3º ciclo do ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

**Gráfico 35**

Nível de Habilitações da RLVT face ao País (em 1998 – em %)



Fonte: Quadros de Pessoal, 1998

**Nota:** A construção do gráfico tem subjacente a divergência entre as estruturas de habilitações da RLVT e do país, exprimindo o grau de importância de cada categoria de habilitações no total da Região tomando como referência o peso que essa mesma categoria tem no conjunto do país.



## Monitorização por Sub-Região

DI





### ▪ Síntese

A sub-região da Grande Lisboa é a NUTS III cujo contributo para a dinâmica de crescimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo se revela mais intensa. Ao longo do período 1988/98, esta NUTS III assinalou uma dinâmica de crescimento de grande estabilidade, registando uma posição de superioridade, quer em relação ao Continente quer em relação à Região de Lisboa e Vale do Tejo (que já apresenta indicadores de crescimento superiores à média do Continente), quanto ao nível do nível médio de PIB *per capita*, de produtividade e da taxa de utilização dos recursos humanos.

A dinâmica empresarial apresentada pela sub-região da Grande Lisboa evidencia uma tendência de diminuição da localização de empresas nesta NUTS III, até porque aqui se regista um (ligeiro) menor dinamismo empresarial (de criação de novas empresas) do que na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Saliente-se a quebra considerável na taxa de crescimento empresarial registada na sub-região da Grande Lisboa, no período 1997/98, cujo impacto se traduziu numa diminuição, também considerável, da taxa de crescimento empresarial da RLVT (que atingiu valores negativos, quando em períodos anteriores se situava em valores na ordem dos 3%).

Esta menor taxa de crescimento empresarial face à RLVT é, no entanto, acompanhada por um forte contributo desta região para a criação de emprego, registando-se uma grande proximidade entre a tendência de aumento ou diminuição da taxa de crescimento do emprego na sub-região da Grande Lisboa e na RLVT (aspecto explicado, em larga medida, pela estrutura de criação e encerramento de empresas da região: a criação de empresas está associada a maiores dimensões médias, ao passo que no encerramento de empresas esta situação é menos expressiva. O saldo final de criação de emprego revela-se positivo.

Ainda no que diz respeito à dinâmica empresarial e de emprego, detecta-se que tanto a criação, quanto o encerramento de empresas da região apresentam uma estrutura, ao nível da pequena dimensão, muito semelhante à verificada pelo Continente. Revela-se, depois, um peso superior das empresas de dimensão superior a 50 trabalhadores, na estrutura global de criação e encerramento de empresas regionais face ao verificado no Continente. Pode dizer-se que a criação de empresas tem maior dimensão média na sub-região da Grande Lisboa, tendo em consideração a dimensão continental da criação de empresas.



#### D.1.4 GRANDE LISBOA

De facto, associado à criação de empresas de média e grande dimensão, regista-se um nível de criação de postos de trabalho bastante superior ao registado na criação de postos de trabalho nas empresas de média e grande dimensão do Continente.

A sub-região da Grande Lisboa revela uma especialização produtiva muito semelhante à de Lisboa e Vale do Tejo, apresentando um perfil de especialização centrado nos sectores do comércio, serviços financeiros, serviços às empresas, outros serviços e turismo.

Em relação ao grau de abertura desta sub-região, destaca-se a sua baixa capacidade de cobertura das exportações pelas importações (a taxa de cobertura é inclusive inferior à de Lisboa e Vale do Tejo). Este saldo deficitário na taxa de cobertura associa-se a uma menor orientação para o mercado externo do que a registada pela RLVT.

A posição competitiva evidenciada por esta Região revela, uma vez mais, o contributo da Grande Lisboa para os valores médios de competitividade da RLVT. Assim, a trajectória de competitividade da Grande Lisboa ao longo do período 1988/98 delineou um percurso em que se verificou uma diminuição do nível de produtividade da região e um forte aumento da taxa de utilização dos seus recursos humanos. Por outro lado, salienta-se, também, a grande proximidade nas estruturas de especialização de ambas as regiões (apesar da sub-especialização da Grande Lisboa no que diz respeito à exploração de recursos naturais): “sub-especialização” em sectores que exploram os baixos custos do trabalho e “sobre-especialização” em sectores baseados na exploração de economias de escala, diferenciação do produto e investigação e desenvolvimento.

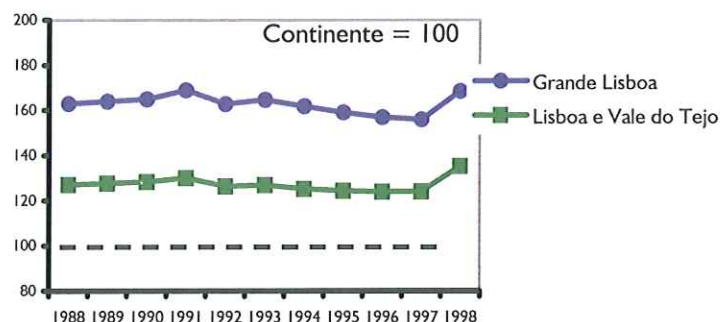
Pode afirmar-se que um dos factores de crescimento responsáveis pela trajectória de desenvolvimento da região se baseia na sua elevada estrutura de qualificações e nível de habilitações. Na sub-região da Grande Lisboa, em relação à Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se um maior peso dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na estrutura global de recursos humanos da região. A tendência genérica, no sentido da melhoria do nível de habilitações dos recursos humanos, revela-se mais intensa no caso da sub-região da Grande Lisboa, que apresenta uma estrutura de habilitações onde o peso dos recursos humanos com ensino secundário e superior é mais elevado.



a) PIB per capita

O PIB *per capita* da sub-região da Grande Lisboa é, simultaneamente, superior ao da RLVT e ao do Continente. O nível de PIB *per capita* desta sub-região é inclusive o mais elevado do Continente.

Gráfico I



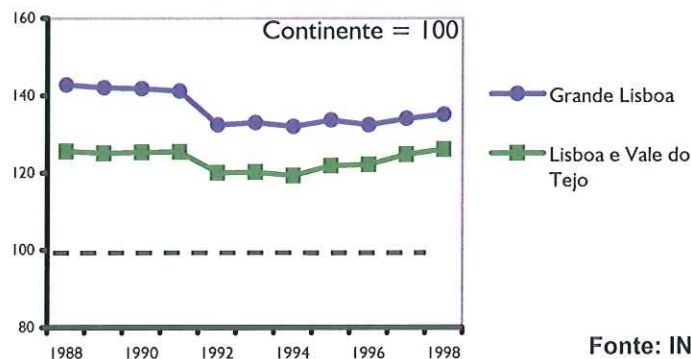
Fonte: INE, Contas Regionais e EU, Segundo relatório de Coesão

b) Produtividade

Os níveis de produtividade da Grande Lisboa são os mais elevados da RLVT, sendo esta NUTS III a que mais contribui para os elevados níveis de produtividade da Região.

Considerando o Continente = 100, a Grande Lisboa revelou, em 1998, um nível de produtividade cerca de 38% superior ao do Continente.

Gráfico 2

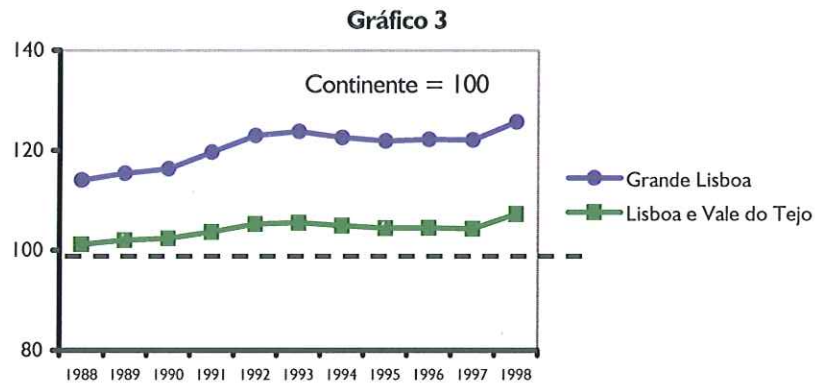


Fonte: INE, Contas Regionais



**c) Taxa de Utilização dos Recursos Humanos**

Ao contrário da RLVT, cujo nível de utilização dos recursos humanos é apenas ligeiramente superior ao do Continente, a sub-região da Grande Lisboa revela uma taxa de utilização dos recursos humanos bastante superior ao Continente.



Fonte: INE, Contas Regionais

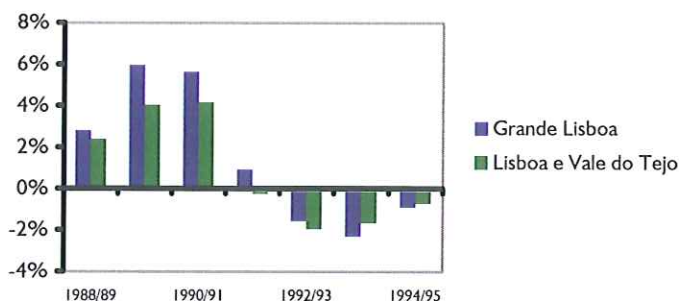


### a) Taxa de Crescimento do Emprego

Entre 1988 e 1992, a taxa de crescimento do emprego na sub-sub-região da Grande Lisboa foi mais elevada que a da RLVT.

Entre 1992 e 1995, regista-se uma diminuição acentuada nos níveis de emprego das duas Regiões, com destaque para o período 1993/1994.

Gráfico 4



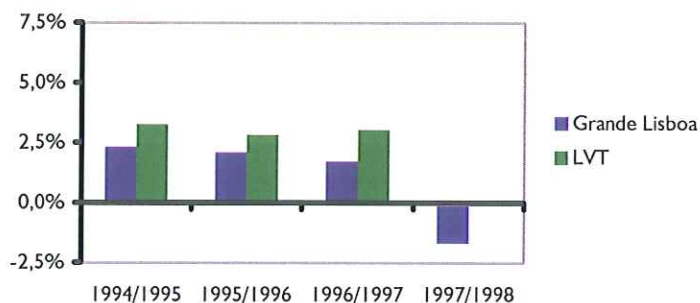
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

### b) Taxa de Crescimento Empresarial

O número de empresas situadas na Grande Lisboa tem registado uma taxa de crescimento ligeiramente inferior à da RLVT.

Entre 1997 e 1998, a diminuição de empresas na Grande Lisboa foi bastante mais acentuada do que no conjunto da RLVT.

Gráfico 5



Fonte: DETEFP (2000)

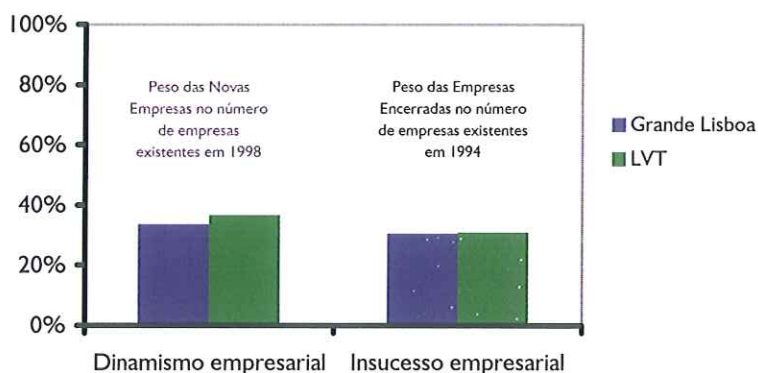


### c) Dinamismo e Insucesso Empresarial

O dinamismo da sub-região Grande Lisboa traduz-se, muito à semelhança da RLVT, num peso de 33,7% de novas empresas no número de empresas existentes em 1998.

O insucesso empresarial da sub-região da Grande Lisboa traduz-se numa taxa de encerramento, das empresas existentes em 1994, de 30,5% (na RLVT essa taxa era de 30,9%).

Gráfico 6



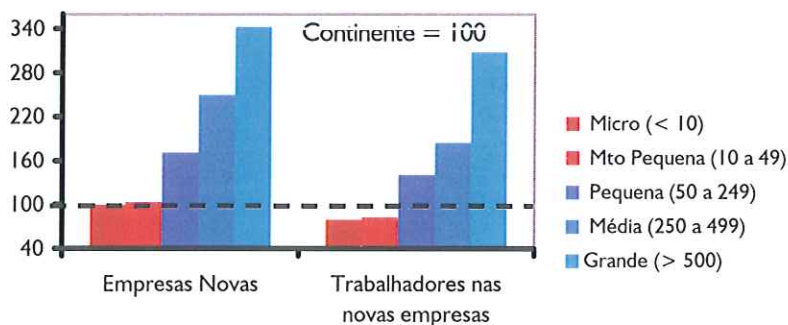
Fonte: DETEFP (2000)

### d) Criação de empresas

A comparação das estruturas de criação de empresas na Grande Lisboa e no Continente, revela que a criação de empresas de dimensão inferior a 50 trabalhadores na Grande Lisboa segue o padrão do Continente (embora com uma dimensão média inferior).

A criação de empresas com mais de 50 trabalhadores revela-se, nesta sub-região, fortemente superior (em número e dimensão média) à criação de empresas no Continente.

Gráfico 7



Fonte: DETEFP (2000)

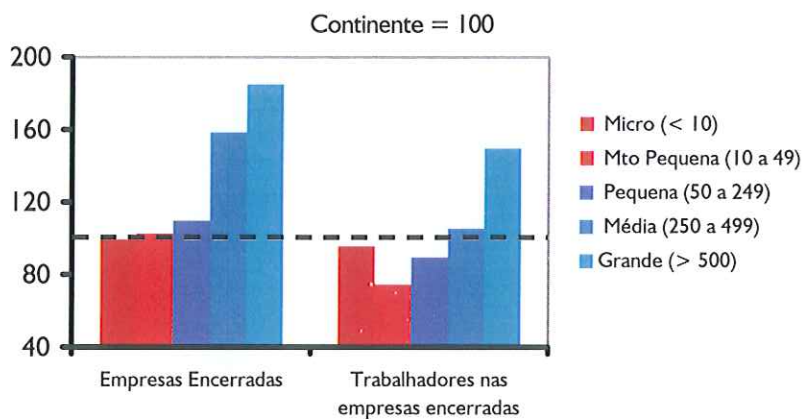


### e) Encerramento de Empresas

A principal diferença no encerramento de empresas regista-se nas médias e grandes empresas, mais intenso na Grande Lisboa, até pela maior concentração de empresas desta dimensão na sub-região.

O encerramento de empresas desta NUTS III revela uma das estruturas mais semelhantes à do Continente para as dimensões inferiores a 250 trabalhadores.

Gráfico 8



Fonte: DETEFP (2000)



## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

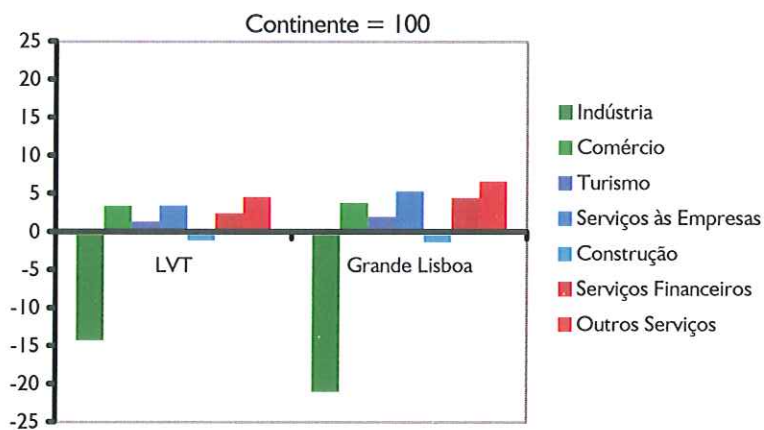
### 2.1 Especialização Produtiva

#### a) Indicador de Localização

A sub-região Grande Lisboa apresenta um perfil de especialização muito semelhante ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

No perfil de especialização da sub-região Grande Lisboa encontram-se os sectores de serviços (serviços financeiros, serviços às empresas e outros serviços), o turismo e o comércio.

Gráfico 9



Fonte: INE, Contas Regionais (1995-1998)



## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

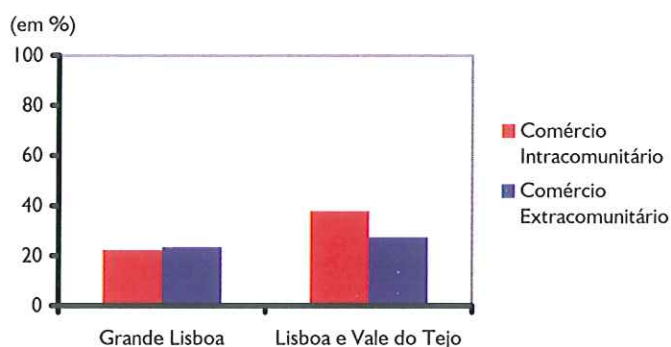
### 2.2 Grau de Abertura

#### a) Taxas de Cobertura

A sub-região da Grande Lisboa apresenta valores para as taxas de cobertura das importações pelas exportações e das chegadas pelas expedições bastante reduzidos, e que inclusive chegam a ser inferiores às taxas de cobertura evidenciadas pela Região de Lisboa e Vale do Tejo.

As taxas de cobertura no comércio intra e extracomunitário revelam para a sub-região da Grande Lisboa valores muito aproximados.

Gráfico 10

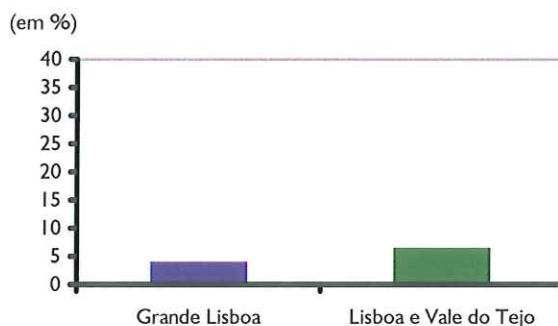


Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais (em 1995)

#### b) Orientação para o Mercado Externo

A sub-região Grande Lisboa revela um indicador de orientação para o mercado externo ligeiramente inferior à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 11



Fonte: Informação para as Exportações e Expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais



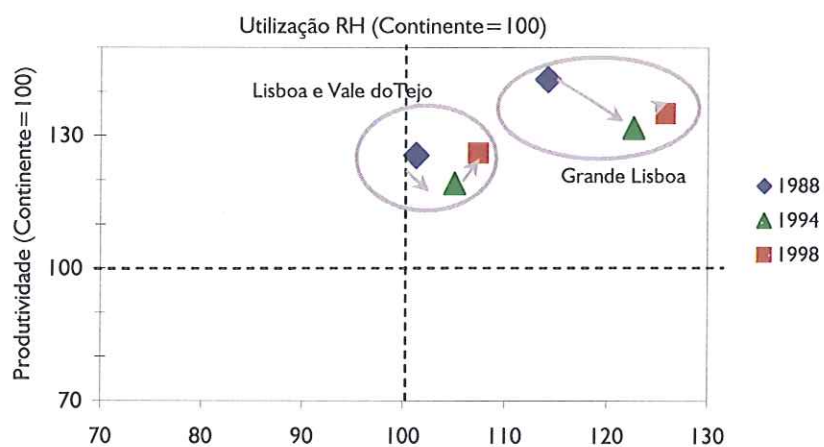
## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.3 Posição Competitiva

#### a) Trajectórias de Competitividade

Na sub-região Grande Lisboa, ao longo do período 1988-1998, verificou-se, em termos relativos, a diminuição do índice de produtividade e o aumento da taxa de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 12



Fonte: INE, Contas Regionais



## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.3 Posição Competitiva

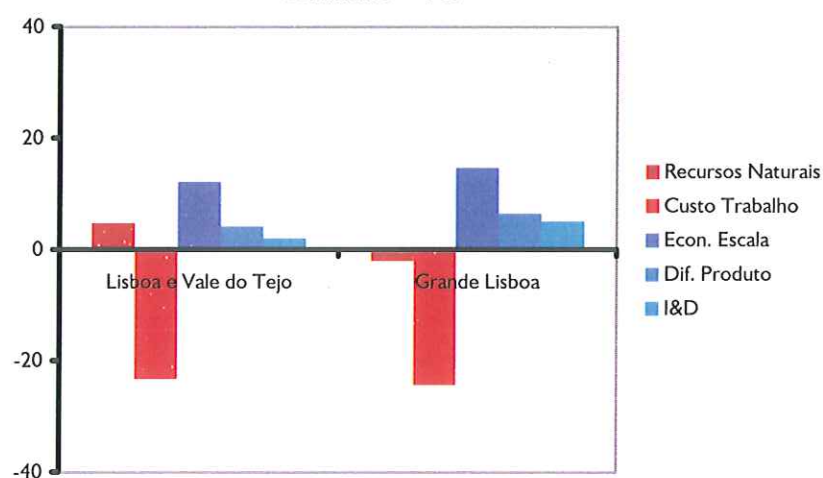
#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A sub-região da Grande Lisboa apresenta um padrão de especialização muito similar ao padrão da Região de Lisboa e Vale do Tejo: revela-se como sendo “sobre-especializada” em sectores que apostam na exploração de economias de escala, I&D e diferenciação do produto e como sendo “sub-especializada” nos sectores que exploram os baixos custos de trabalho.

A única divergência detectada reside no facto da sub-região Grande Lisboa se mostrar como sendo “sub-especializada” na exploração de recursos naturais.

Gráfico 13

Continente = 100



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

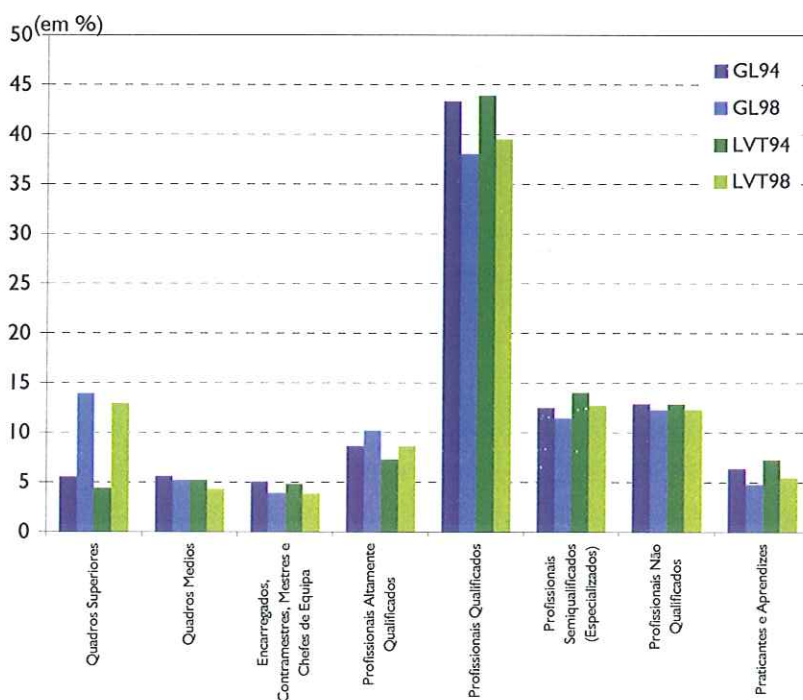
#### 3.2 Formação de Recursos Humanos

##### a) Estrutura de Qualificações dos Recursos Humanos

A sub-região Grande Lisboa apresenta um peso dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações de recursos humanos superior à RLVT. Por outro lado, o peso dos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados e dos praticantes e aprendizes revela-se ligeiramente inferior na sub-região Grande Lisboa.

Em termos de evolução, observa-se que a sub-região Grande Lisboa acompanhou, ao longo do período 1994-1998, a tendência evidenciada pela estrutura de qualificações da RLVT.

Gráfico 14



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

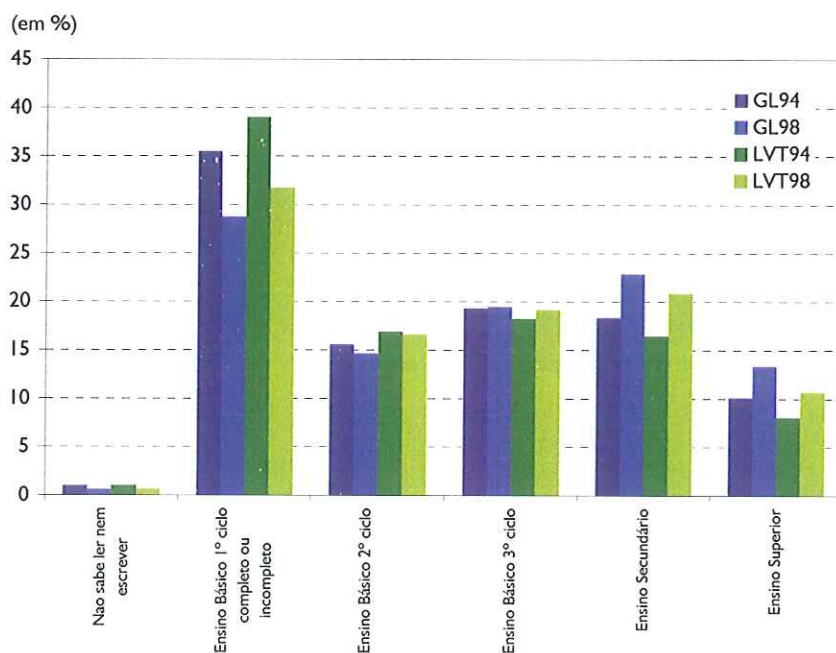
#### 3.2 Formação de Recursos Humanos

##### b) Nível de Habilitações de Recursos Humanos

O nível de habilitações dos recursos humanos da sub-região Grande Lisboa apresenta valores mais atractivos que a RLVT: o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto) e com o 2º ciclo é inferior na sub-região Grande Lisboa e o peso dos recursos humanos com ensino secundário e superior é mais elevado.

Ao longo do período 1994-1998 ambas as Regiões evidenciaram uma tendência de melhoria do seu nível de habilitações de recursos humanos.

Gráfico 15



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)





### ▪ Síntese

A análise da dinâmica de crescimento evidenciada pela Península de Setúbal permite detectar algumas discrepâncias em relação à Região de Lisboa e Vale do Tejo. Se os níveis de produtividade desta sub-região se revelam muito próximos dos apresentados por Lisboa e Vale do Tejo (e também superiores à média do Continente), no que diz respeito aos valores médios de PIB *per capita* e da taxa de utilização dos recursos humanos, esta sub-região revela algumas deficiências: o seu nível de PIB *per capita* e de utilização dos recursos humanos são bastante mais baixos que os da Região de Lisboa e Vale do Tejo (e do que os do Continente).

A dinâmica empresarial registada na sub-região da Península de Setúbal assemelha-se, em larga medida, à tendência evidenciada pela RLVT. Regista-se, no entanto, uma taxa de crescimento empresarial mais constante, principalmente quando se analisa o período 1997/98, em que a Península de Setúbal regista apenas uma ligeira quebra na sua taxa média de crescimento empresarial, enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo atinge uma taxa de crescimento empresarial negativa.

Ao nível do crescimento do emprego verifica-se uma maior discrepância em relação à RLVT: os períodos de crescimento do emprego foram mais intensos na RLVT do que na Península de Setúbal (1988-1991); e os períodos de crise na criação de emprego traduziram-se num impacto inicial mais significativo na Península de Setúbal do que na Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo a recuperação posterior mais rápida na Península de Setúbal do que RLVT.

Ainda que os graus de dinamismo e de insucesso empresarial desta NUTS III sejam muito semelhantes aos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se, no entanto, uma grande disparidade interna no que diz respeito à estrutura dimensional de criação e de encerramento de empresas, quando comparada com a do Continente.

A criação de empresas na Península de Setúbal revela uma estrutura dimensional em que o peso da criação de micro e pequenas empresas (ao nível do número de empresas e dos postos de trabalho associados) se assemelha ao evidenciado pelo Continente. Por outro lado, a criação de médias empresas nesta região é francamente mais intensa do que na estrutura do Continente, não se registando, no entanto, a criação de empresas de grande dimensão.



Já no que diz respeito ao encerramento de empresas, a única semelhança que se detecta em relação à estrutura de encerramento de empresas do Continente, regista-se ao nível das microempresas. Nas restantes dimensões empresariais (excepto as grandes empresas, em que não se verificam encerramentos na sub-região), o encerramento de empresas na Península de Setúbal revela-se muito menos intenso do que no Continente. Detecta-se uma maior discrepância entre o encerramento de empresas e a consequente destruição de postos de trabalho, do que o verificado ao nível da criação de empresas e consequente criação de postos de trabalho.

A especialização produtiva da Península de Setúbal, baseada em sectores como o turismo, comércio, serviços às empresas e outros serviços, é muito semelhante à da Região de Lisboa e Vale do Tejo. De salientar, no entanto, a discrepância registada ao nível da sub-especialização destas regiões no sector indústria, que se revela bastante mais intensa na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Analisando o grau de abertura desta sub-região, destaca-se o seu muito superior grau de orientação para o mercado externo, bastante superior quando comparado com a RLVT. Para além disso, esta NUTS III apresenta um saldo excedentário (ao contrário da RLVT) na taxa de cobertura das importações pelas exportações, ao nível do comércio intracomunitário. Em termos do comércio extracomunitário, a sub-região apresenta uma taxa de cobertura que, embora deficitária, supera a registada na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A Península de Setúbal revela uma posição competitiva assente no factor produtividade, em detrimento da utilização de recursos humanos (o seu nível de produtividade ultrapassa a média do Continente, embora a utilização de recursos humanos seja bastante inferior). A trajectória de competitividade da sub-região, no período 1988/98, permite constatar que, paralelamente a um aumento do índice de produtividade da sub-região, se registou uma ligeira diminuição da taxa de utilização dos seus recursos humanos. A especialização produtiva da Península de Setúbal baseia-se, assim, na exploração de economias de escala e na diferenciação do produto.

A formação dos recursos humanos apresenta uma estrutura com menores níveis de habilitações e qualificações do que Lisboa e Vale do Tejo e, como tal, com menor grau de atractividade. Regista-se um peso mais ténue dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na estrutura de qualificações e, paralelamente, um peso inferior dos recursos humanos com ensino secundário e



superior na estrutura global de recursos humanos da sub-região (quando comparada com a estrutura existente na RLVT).

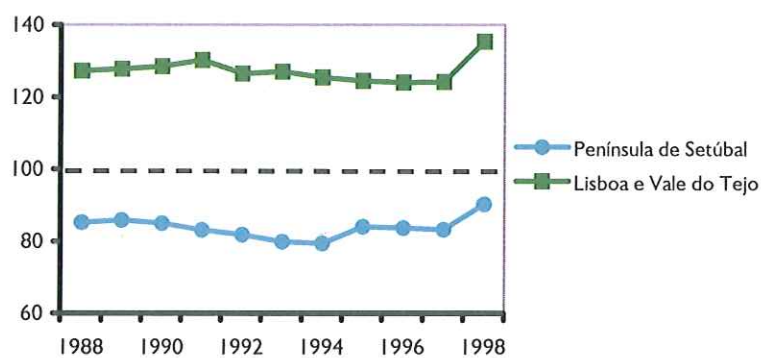


a) PIB *per capita*

A evolução do PIB *per capita* da Península de Setúbal revela a existência de uma grande discrepância em relação aos níveis registados na RLVT.

Gráfico 16

(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais e EU, Segundo Relatório de Coesão



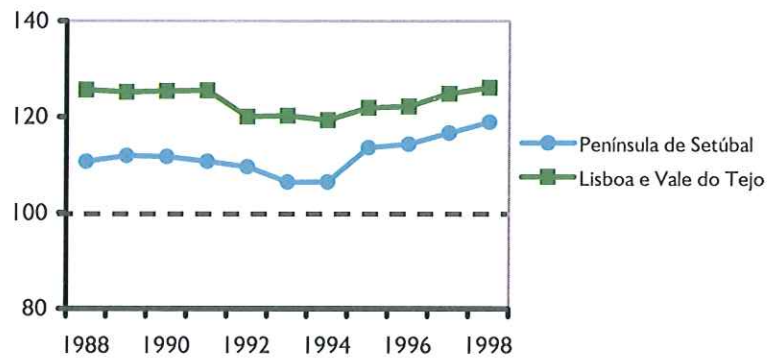
### b) Produtividade

Ao contrário do PIB *per capita*, os níveis de produtividade da Península de Setúbal revelam-se bastante mais próximos da média da RLVT.

Apesar de a produtividade desta NUTS III ser inferior à do conjunto da RLVT, ela tem-se revelado superior ao Continente.

Gráfico 17

(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais



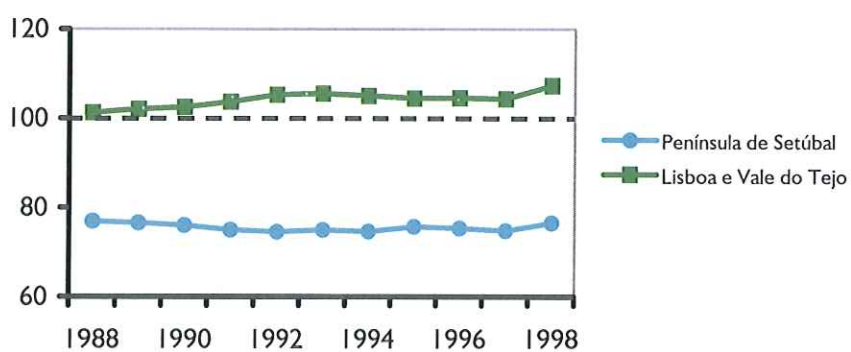
### c) Taxa de Utilização dos Recursos Humanos

A taxa de utilização dos recursos humanos desta sub-região é bastante inferior à registada no Continente.

A discrepância na utilização dos recursos humanos torna-se ainda mais acentuada quando se compara com a RLVT, cuja taxa de utilização dos recursos humanos é superior à do Continente.

Gráfico 18

(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais

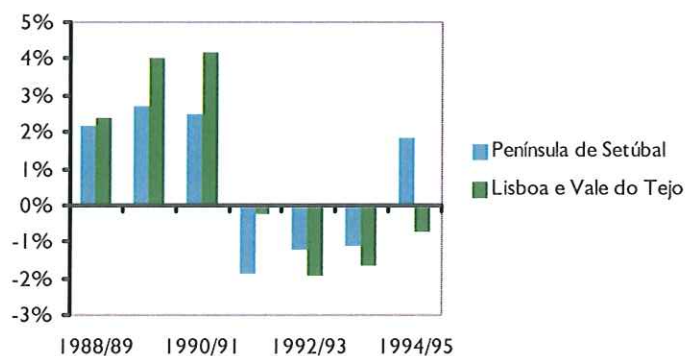


a) Taxa de Crescimento do Emprego

No período 1988/1991, a taxa de crescimento do emprego na sub-região da Península de Setúbal, embora inferior à da RLVT, ultrapassou os 2%/ano.

No período 1992/1994, o emprego diminuiu na sub-região, tal como aconteceu na RLVT, destacando-se, entre 1994/95 a rápida recuperação do emprego da sub-região, por oposição à queda continuada na RLVT.

Gráfico 19



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

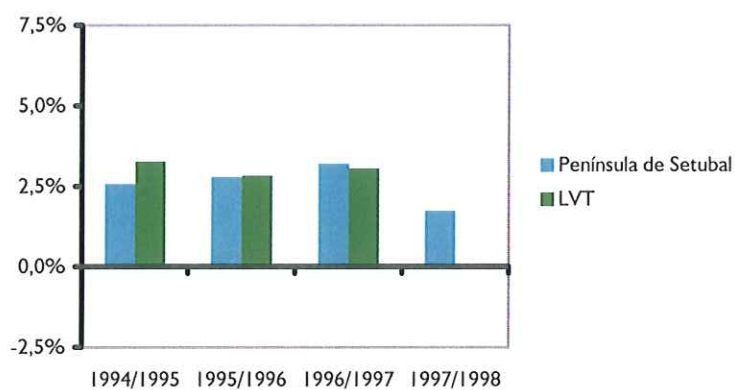


### b) Taxa de Crescimento Empresarial

A taxa de crescimento empresarial da Península de Setúbal tem acompanhado a verificada no conjunto da RLVT.

Exceptua-se o período 1997/98, em que a Península de Setúbal consegue manter uma taxa de crescimento relativamente estável em relação ao período anterior, ao passo que a RLVT regista uma taxa negativa.

Gráfico 20



Fonte: DETEFP (2000)

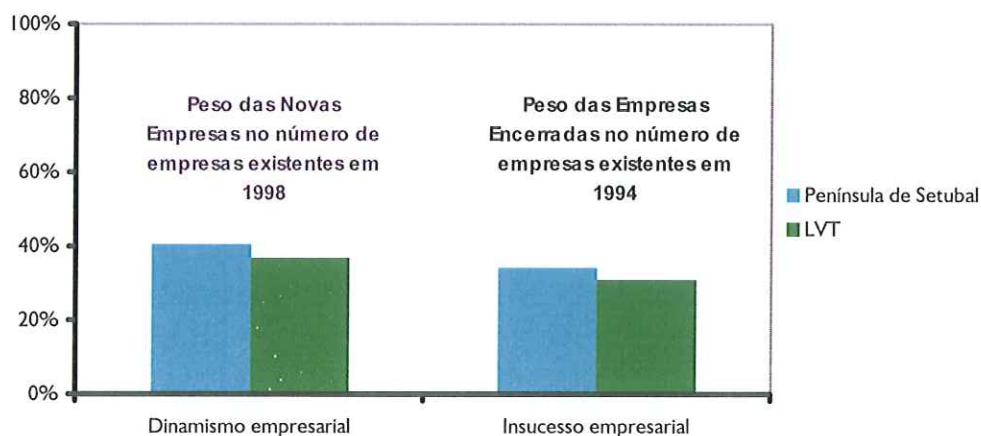


### c) Dinamismo e Insucesso Empresarial

As novas empresas representam, na Península de Setúbal, 40,6% das empresas existentes em 1998 (na RLVT representam 36,8%). O grau de dinamismo nas duas Regiões não apresenta grandes discrepâncias.

O grau de insucesso das empresas criadas em 1994, medido pelo seu encerramento em 1998, é muito semelhante na RLVT e na Península de Setúbal.

Gráfico 21



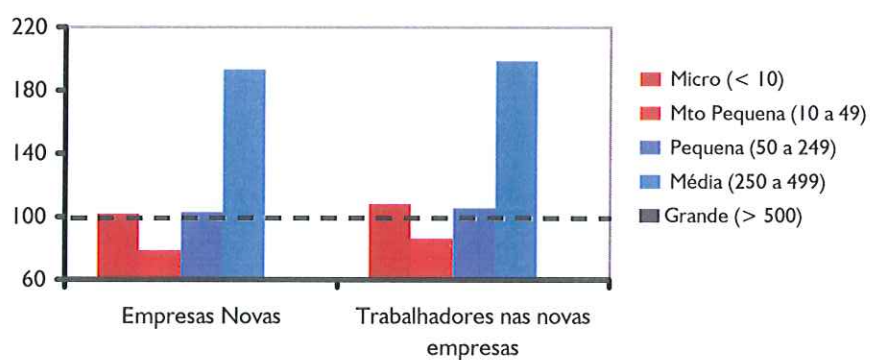
Fonte: DETEFP (2000)



#### d) Criação de Empresas

Não se regista a criação de empresas de grande dimensão.

A estrutura de criação de empresas é relativamente semelhante à do Continente, com excepção para as médias empresas, cuja criação se revela mais intensa na Península de Setúbal do que no Continente.



Fonte: DETEFP (2000)



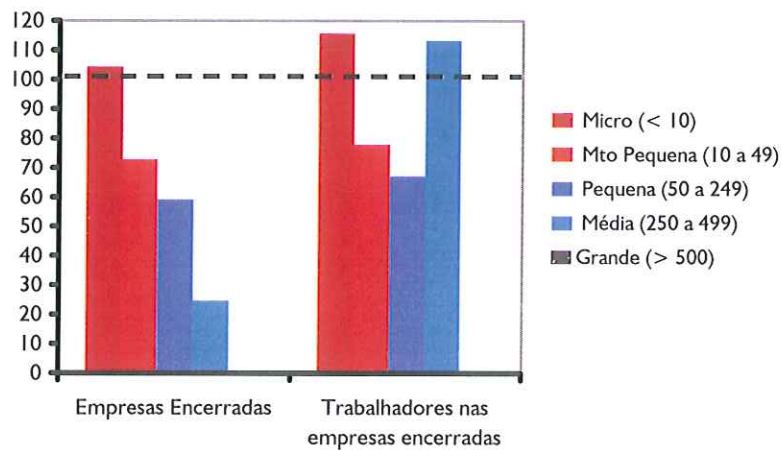
### e) Encerramento de Empresas

O grau de encerramento de empresas na Península de Setúbal revela-se bastante mais baixo do que no Continente (excepto nas microempresas).

Principalmente no caso do número de pequenas e médias empresas encerradas, a discrepância em relação ao Continente é muito relevante.

A dimensão média de encerramento nas médias empresas é, no entanto, superior à do Continente.

Gráfico 23



Fonte: DETEFP (2000)

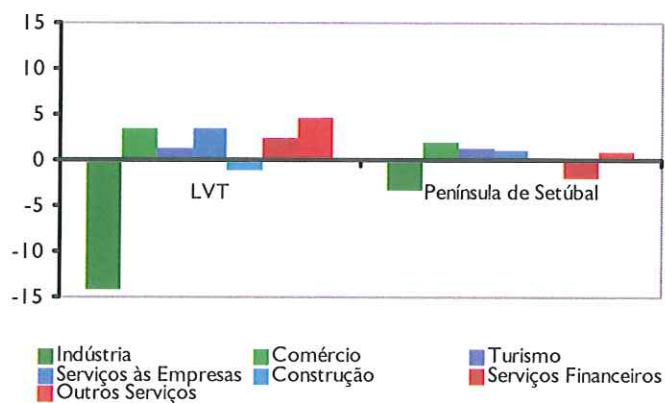


#### a) Indicador de Localização

A Península de Setúbal possui uma estrutura de especialização produtiva que apresenta diversas similitudes com a Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente ao revelar como sectores de especialização o turismo, comércio, serviços às empresas e outros serviços.

Gráfico 24

(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais (1995-1998)



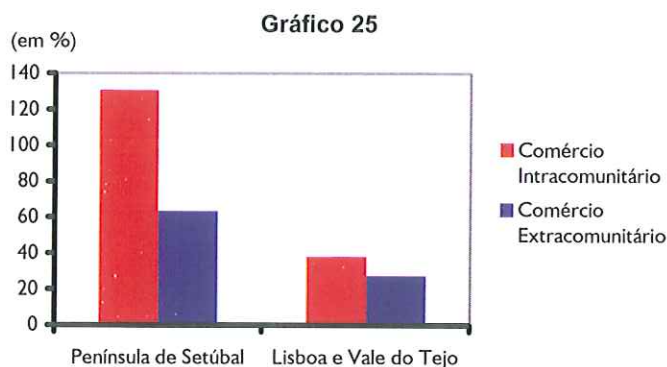
## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.2 Grau de Abertura

#### a) Taxa de Cobertura

A sub-região da Península de Setúbal contraria fortemente a Região de Lisboa e Vale do Tejo ao evidenciar uma taxa de cobertura no comércio intracomunitário positiva (superior a 100%), sendo esta a única NUTIII da Região de Lisboa e Vale do Tejo a apresentar um valor favorável para esta taxa.

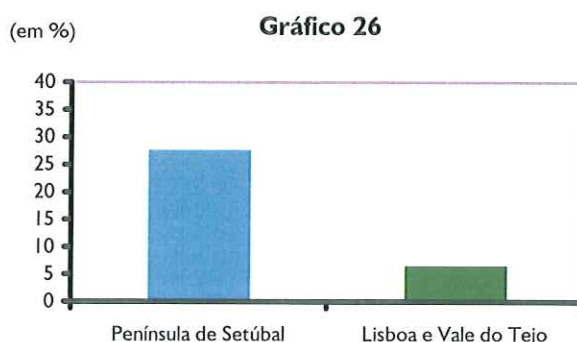
Em termos do comércio extracomunitário, a Península de Setúbal apesar de apresentar uma taxa de cobertura inferior a 100%, supera o valor da taxa de cobertura da RLVT.



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais (em 1995)

#### b) Orientação para o Mercado Externo

A sub-região da Península de Setúbal apresenta um indicador de orientação para o mercado externo consideravelmente superior à Região de Lisboa e Vale do Tejo.



Fonte: Informação para as exportações e expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais

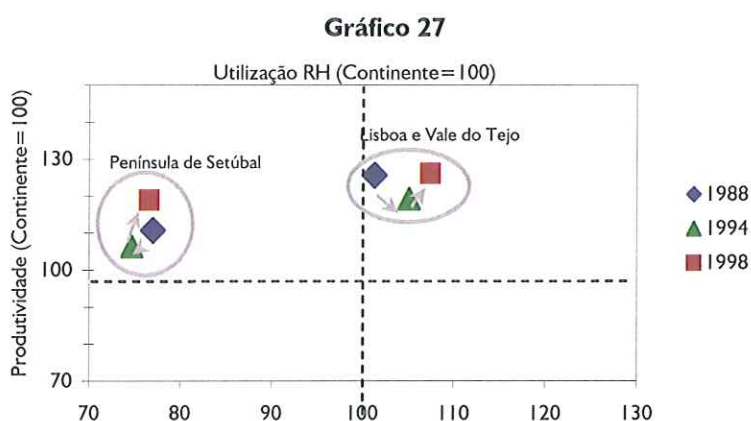


## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.3 Posição Competitiva

#### a) Trajectórias de Competitividade

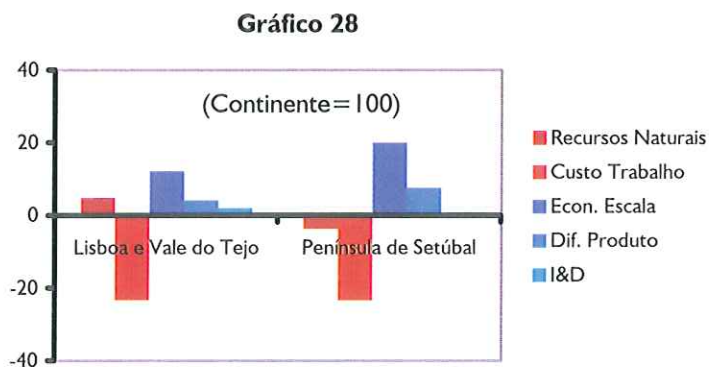
A sub-região da Península de Setúbal, ao longo do período 1988-1998, em termos relativos, aumentou o índice de produtividade e diminuiu muito ligeiramente a taxa de utilização dos recursos humanos.



#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A sub-região da Península de Setúbal apresenta um padrão de especialização centrado fortemente na exploração de economias de escala e também na diferenciação de produto.

Por outro lado, a Península de Setúbal apresenta-se como “sub-especializada” nos sectores que exploram os baixos custos de trabalho, os recursos naturais e a I&D.





### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

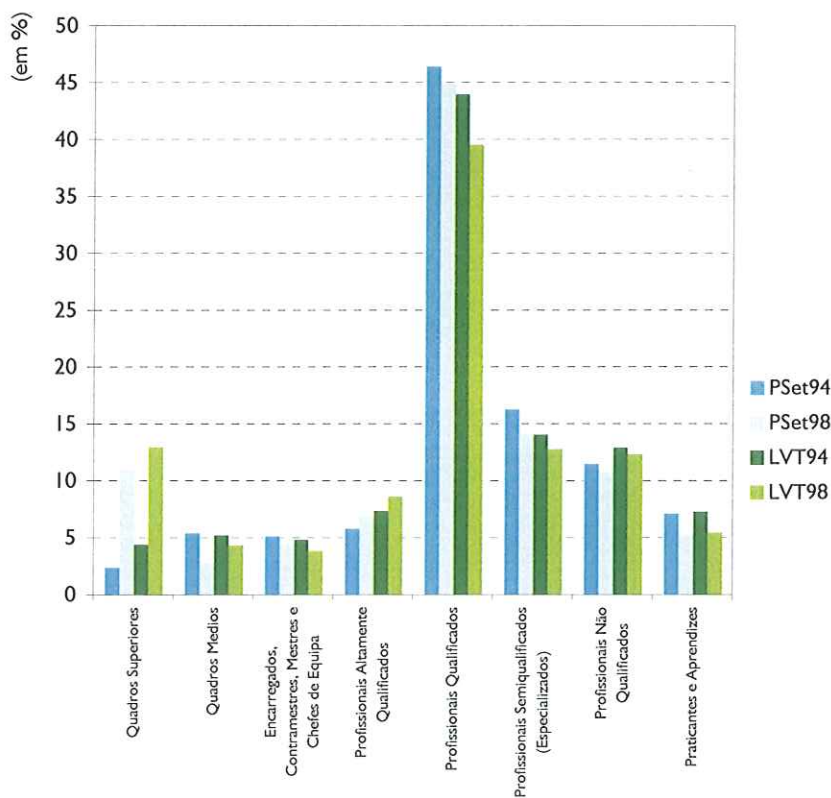
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### a) Estrutura de Qualificações dos Recursos Humanos

A sub-região da Península de Setúbal revela um peso dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações de recursos humanos inferior à RLVT, no entanto, também apresenta um peso dos profissionais não qualificados e dos praticantes e aprendizes inferior à RLVT.

A trajectória da estrutura de qualificações da região da Península de Setúbal é bastante próxima da referente à Região de Lisboa e Vale do Tejo ao longo do período 1994-1998.

Gráfico 29



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

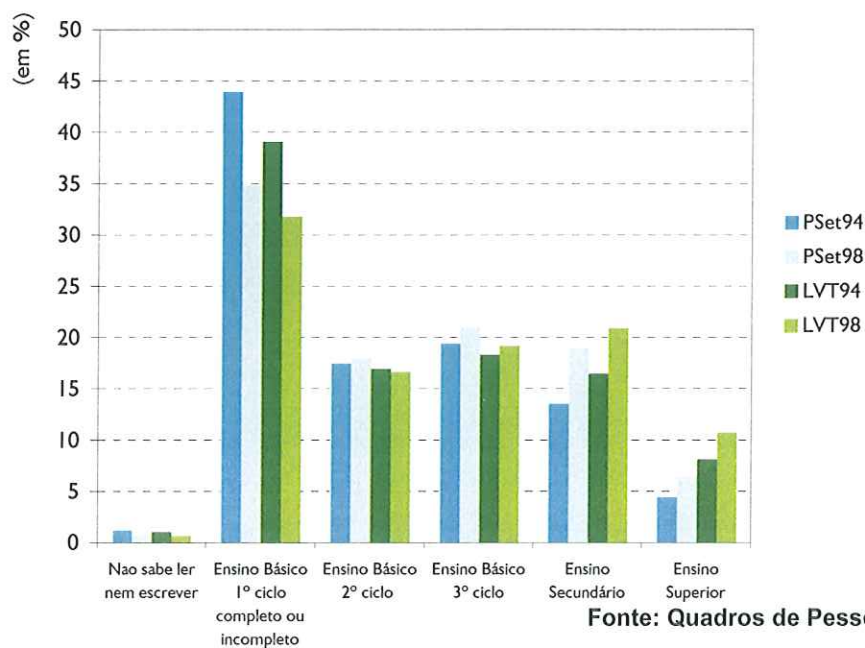
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### b) Nível de Habilitações dos Recursos Humanos

A sub-região da Península de Setúbal possui níveis de habilitações dos recursos humanos menos favoráveis do que a RLVT: o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto), com o 2º e 3º ciclo é superior na sub-região Península de Setúbal e o peso dos recursos humanos com ensino secundário e superior é inferior nesta sub-região.

Com excepção da categoria do 2º ciclo de ensino básico, a Península de Setúbal acompanhou a tendência apresentada pelo nível de habilitações dos recursos humanos da RLVT no período 1994-1998.

Gráfico 30



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### ▪ Síntese

A dinâmica de crescimento da sub-região Oeste, ao longo do período 1988/98, permite detectar uma tendência de aproximação em relação aos indicadores médios verificados no continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Apesar de esta NUTS III continuar a evidenciar um dos mais baixos níveis de desempenho económico da RLVT, a tendência verificada, principalmente ao nível do PIB *per capita* e da produtividade do trabalho sugere uma diminuição da discrepância entre os níveis de crescimento da sub-região Oeste e os do Continente, sugerindo, até, um reforço do seu contributo para o crescimento global da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A análise da dinâmica empresarial da sub-região Oeste revela que esta NUTS III tem uma maior capacidade de criação de empresas que a RLVT (confirmada pelo seu maior grau de dinamismo na criação de empresas e ligeiramente menor grau de insucesso empresarial).

Este maior dinamismo ao nível empresarial não é acompanhado, no entanto, ao nível da criação de emprego, pois esta NUTS III revela uma menor taxa de crescimento do emprego do que a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta situação é justificada, em parte, pela própria dimensão média das empresas criadas e encerradas na sub-região, verificando-se nesta sub-região uma maior intensidade de criação de novas empresas de pequena dimensão (logo, com menor capacidade de criação de postos de trabalho), ao mesmo tempo que se regista uma maior incidência de encerramentos nas empresas de maior dimensão média (associados a um maior nível de destruição de postos de trabalho).

A especialização produtiva da sub-região Oeste, menos diversificada que a da Região de Lisboa e Vale do Tejo, assenta, sobretudo, nos sectores da indústria e comércio, revelando-se alguma sub-especialização ao nível do sector terciário.

O grau de abertura da sub-região, revelando um nível de orientação para o mercado externo muito próximo do registado pela RLVT, contrasta, no entanto, na superioridade da taxa de cobertura do comércio extracomunitário desta sub-região em relação à taxa de cobertura do comércio intracomunitário.

Pode dizer-se, genericamente, que a capacidade de cobertura das saídas pelas nossas entradas na sub-região Oeste se revela mais favorável quando se analisa o comércio extracomunitário, ao passo que na Região de Lisboa e Vale do Tejo a maior vantagem se obtém ao nível do comércio intracomunitário.



## D.1.6 OESTE

O nível de produtividade e de utilização dos recursos humanos da sub-região, cuja análise dinâmica e simultânea se traduz na sua posição competitiva, revela que, ao longo do período 1988/98, a sub-região Oeste verificou uma tendência para um melhor posicionamento relativo (em relação ao Continente) ao nível da produtividade, acompanhado por uma ligeira diminuição da taxa de utilização dos seus recursos humanos. Complementarmente, a posição competitiva desta sub-região assenta num padrão de especialização fortemente centrado na exploração de recursos naturais, em detrimento de factores-chave de competitividade associados às economias de escala, diferenciação do produto e investigação e desenvolvimento.

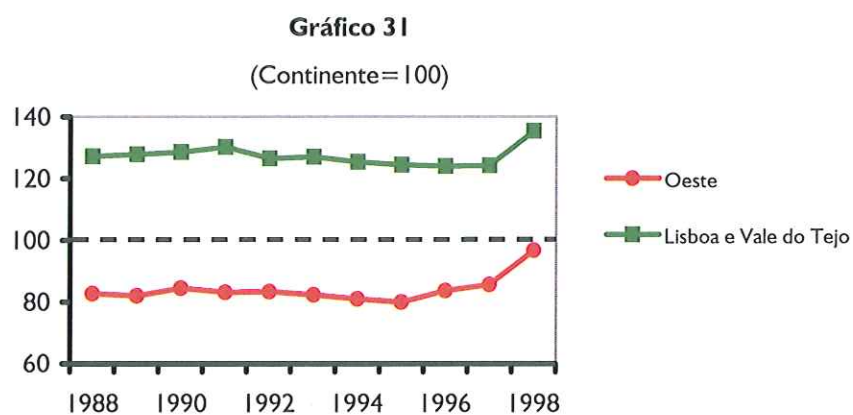
Em relação aos factores de crescimento responsáveis pela trajectória de desenvolvimento da sub-região, analisados através da estrutura de qualificações e nível de habilitações da sub-região Oeste, salienta-se, por um lado, o menor peso dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na estrutura global de recursos humanos da sub-região (em comparação com a Região de Lisboa e Vale do Tejo) e, por outro lado, apesar da tendência positiva registada ao nível do aumento da habilitação média dos recursos humanos (tanto na sub-região Oeste, como na Região de Lisboa e Vale do Tejo), continua a verificar-se, na sub-região Oeste, uma maior importância de recursos humanos com níveis de habilitações mais baixos e uma menor importância de recursos humanos com níveis de habilitações mais elevados.



a) PIB *per capita*

O nível de PIB *per capita* da sub-região Oeste é um dos mais baixos da RLVT.

Entre 1995 e 1998 detecta-se uma tendência de aproximação em relação aos valores médios do Continente.



Fonte: INE, Contas Regionais e EU, Segundo Relatório de Coesão

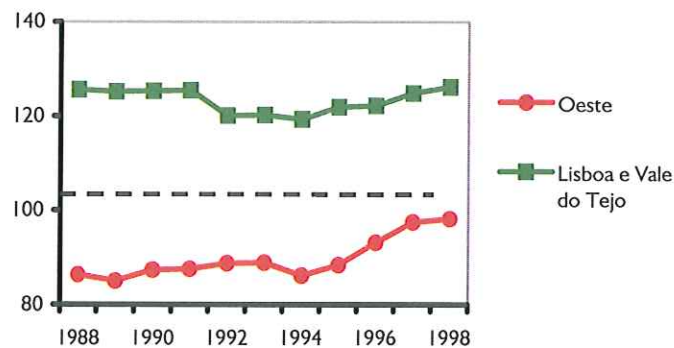


### b) Produtividade

A produtividade desta NUTS III tem registado, ao contrário dos níveis de utilização de recursos humanos, uma tendência de homogeneização em relação ao Continente.

Apesar disso, mantém uma grande discrepância em relação à RLVT.

Gráfico 32

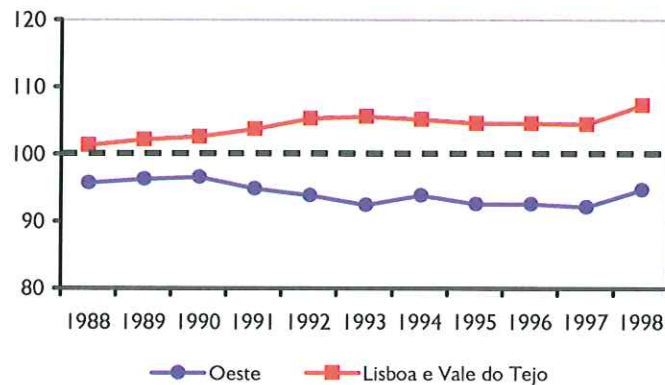


Fonte: INE, Contas Regionais

### c) Taxa de Utilização de Recursos Humanos

A taxa de utilização dos recursos humanos da sub-região Oeste tem registado, pelo contrário, uma certa tendência de afastamento em relação aos valores da RLVT.

Gráfico 33



Fonte:

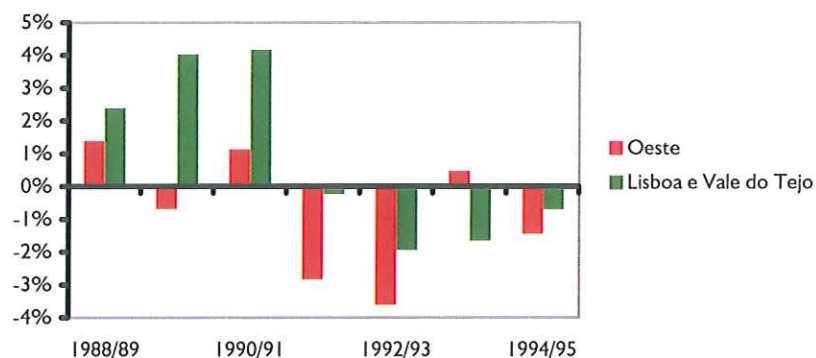


### a) Taxa de Crescimento do Emprego

Ao longo do período 1988/1995 tem-se registado uma taxa de crescimento do emprego na sub-região Oeste que se revela muito mais contida que a da RLVT.

Tanto os aumentos, quanto as diminuições do nível de emprego são menos favoráveis que na RLVT.

Gráfico 34



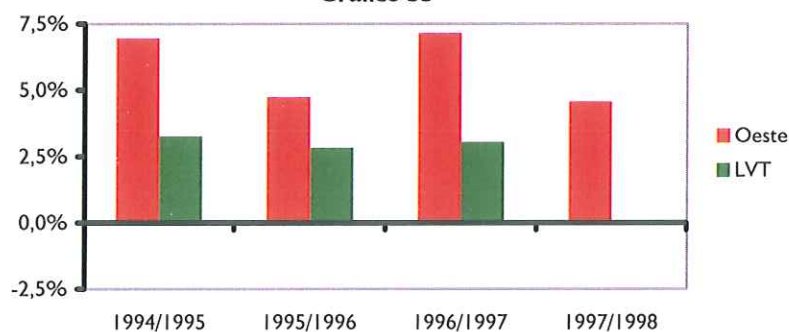
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

### b) Taxa de Crescimento Empresarial

A sub-região Oeste tem registado uma maior taxa de crescimento empresarial do que LVT.

A sua menor densidade empresarial permite que a taxa de criação de empresas seja mais intensa que no conjunto da região LVT.

Gráfico 35



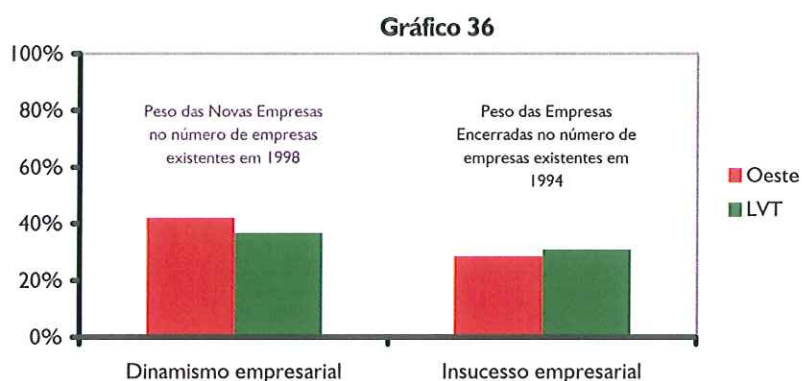
Fonte: DETEFP (2000)



### c) Dinamismo e Insucesso Empresarial

O dinamismo empresarial da sub-região Oeste revela-se superior ao da RLVT.

O grau de insucesso empresarial das empresas criadas na sub-região é ligeiramente inferior ao da RLVT.

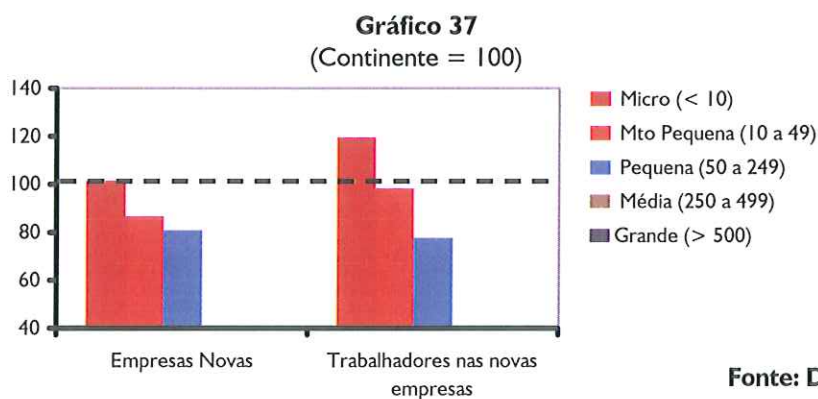


Fonte: DETEFP (2000)

### d) Criação de Empresas

A criação de empresas na sub-região Oeste restringe-se a empresas de dimensão inferior a 250 trabalhadores.

Dentro destas, a criação de empresas de dimensão superior a 10 trabalhadores (dimensão superior a micro) é bastante inferior à média do Continente.



Fonte: DETEFP (2000)



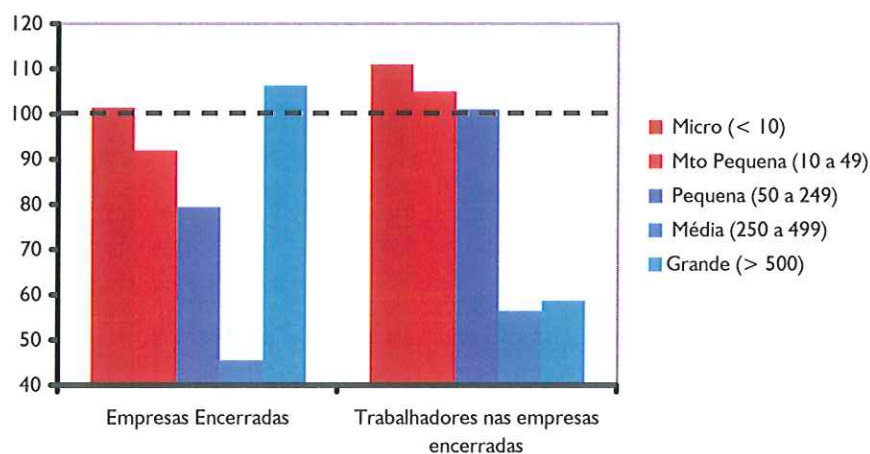
### e) Encerramento de Empresas

O nível de encerramento de empresas é claramente inferior ao do Continente, com exceção das micro e das grandes empresas.

O encerramento de empresas na sub-região parece incidir em empresas de maior dimensão média do que no Continente (principalmente para as micro, muito pequenas e pequenas empresas).

**Gráfico 38**

(Continente = 100)



Fonte: DETEFP (2000)



## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.1 Especialização Produtiva

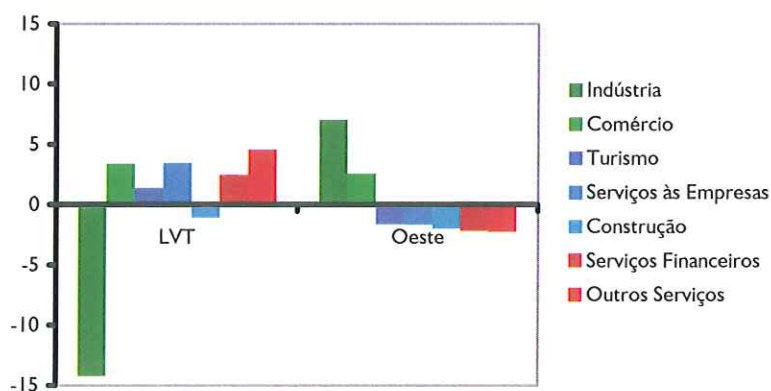
#### a) Indicador de Localização Produtiva

A sub-região Oeste apresenta um perfil de especialização produtiva que contrasta fortemente com a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O perfil de especialização produtiva da sub-região Oeste é menos diversificado que o da Região de Lisboa e Vale do Tejo, assenta essencialmente nos sectores da indústria e do comércio, e revela uma “sub-especialização” nos sectores dos serviços.

**Gráfico 39**

(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais



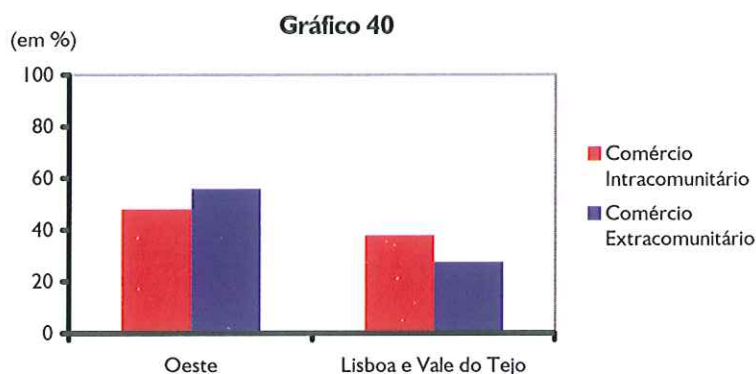
## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.2 Grau de Abertura

#### a) Taxas de Cobertura

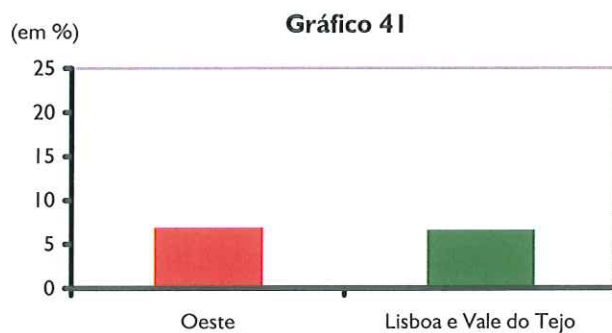
A sub-região Oeste, apesar de apresentar taxas de cobertura das importações pelas exportações e das chegadas pelas expedições inferiores a 100%, revela valores ligeiramente superiores à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Contrariamente ao que se passa na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a sub-sub-região Oeste apresenta um valor para a taxa de cobertura do comércio extracomunitário mais favorável que o relativo ao comércio intracomunitário.



#### b) Orientação para o Mercado Externo

A sub-região Oeste revela, em termos de orientação para o mercado externo, uma situação bastante similar à Região de Lisboa e Vale do Tejo.





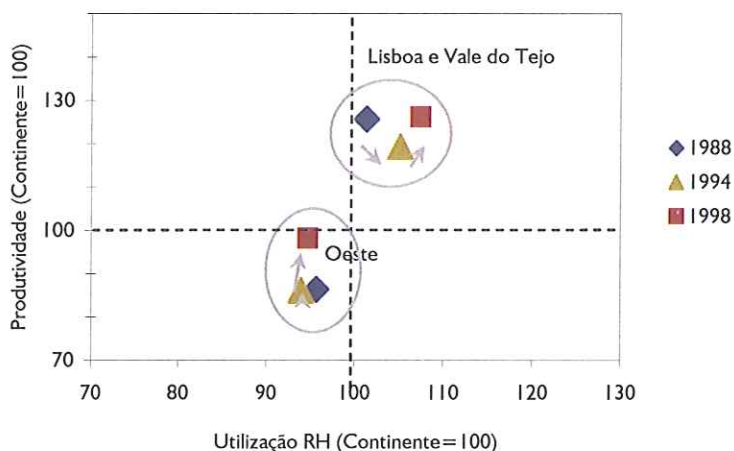
## 2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

### 2.3 Posição Competitiva

#### a) Trajectórias de Competitividade

A sub-região Oeste, ao longo do período 1988-1998, em termos relativos, aumentou consideravelmente o índice de produtividade e diminuiu ligeiramente a taxa de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 42

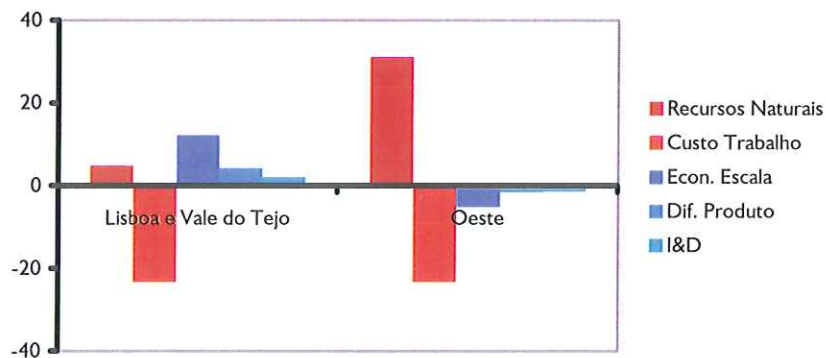


Fonte: INE, Contas Regionais

#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A sub-região Oeste apresenta um padrão de especialização centrado fortemente na exploração de recursos naturais, sendo reveladas carências nos sectores que assentam na valorização dos restantes factores de competitividade, o que contrasta com o perfil evidenciado pela Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 43



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

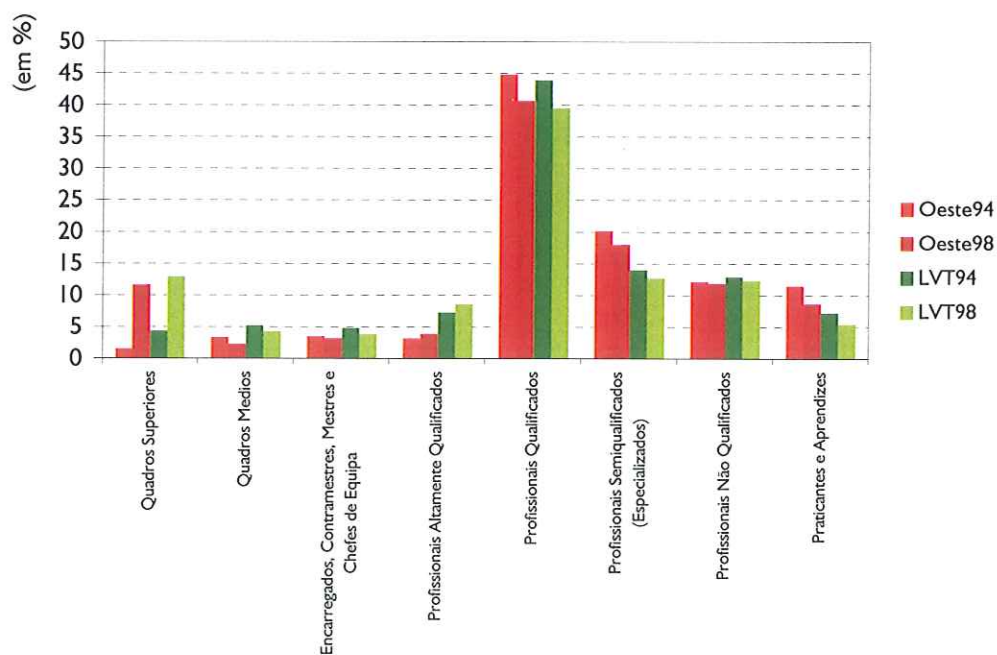
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### a) Estrutura de Qualificações dos Recursos Humanos

A sub-região Oeste revela uma menor importância dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações de recursos humanos face à RLVT. Por outro lado, o peso dos profissionais qualificados, semi-qualificados e dos praticantes e aprendizes é superior na sub-região Oeste;

Em termos evolutivos não se detectam divergências significativas nas trajetórias das estruturas de qualificações das duas Regiões.

Gráfico 44



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

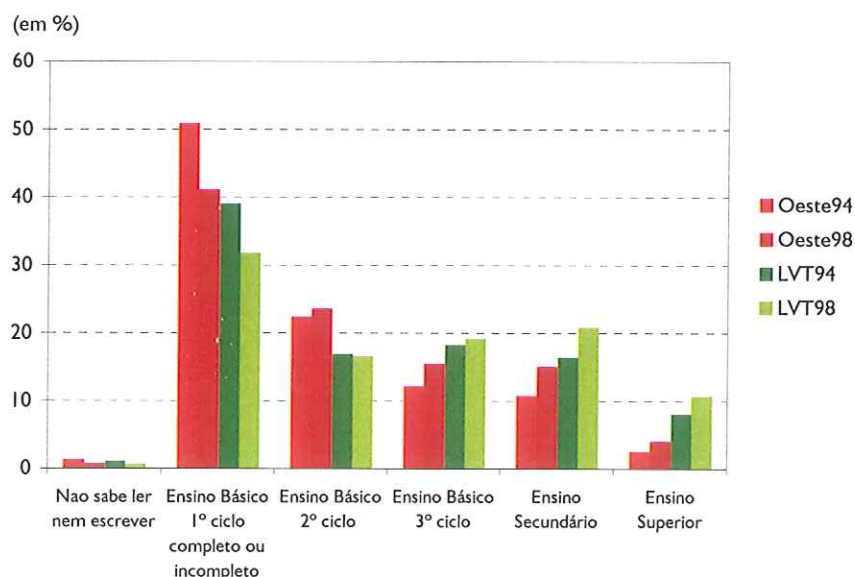
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### b) Nível de Habilitações dos Recursos Humanos

No que diz respeito ao nível de habilitações dos recursos humanos observa-se que a sub-região Oeste apresenta uma situação menos favorável do que a RLVT, dado que o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto) e com o 2º ciclo é superior na sub-região Oeste e o peso dos recursos humanos com níveis habilitacionais mais elevados é inferior na sub-região Oeste.

A sub-região Oeste evidenciou, tal como a RLVT, uma tendência de melhoria do seu nível de habilitações de recursos humanos no período 1994-1998.

Gráfico 45



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



#### ▪ Síntese

Em termos de dinâmica de crescimento, a sub-região do Médio Tejo, entre 1988 e 1998, caracterizou-se pela relativa aproximação dos valores do PIB *per capita* e da Produtividade, aos valores médios apresentados pelo Continente e pela RLVT, enquanto que, em termos do nível de utilização dos Recursos Humanos, aumentou a discrepância face à RLVT, ainda que tenha havido uma aproximação ao valor médio do Continente. Ainda assim, os valores apresentados pela sub-região do Médio Tejo nunca superaram a média apresentada pelo Continente em qualquer daqueles indicadores.

A sub-região do Médio Tejo manifesta uma taxa de crescimento empresarial superior ao que é apresentado pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, resultado do dinamismo empresarial ser ligeiramente superior e a taxa de insucesso ligeiramente inferior aos níveis apresentados pela RLVT. Por outro lado, fazendo a análise à taxa de crescimento do emprego, constata-se que as taxas de crescimento apresentadas por esta sub-região têm sido inferiores às da RLVT.

Comparativamente com a distribuição média das novas empresas do Continente por dimensões, a sub-região do Médio Tejo apresenta uma forte criação de empresas de média dimensão e um expressivo encerramento de micro-empresas.

O perfil de especialização produtiva é menos diversificado no Médio Tejo, da que na Região de Lisboa e Vale do Tejo e no Continente, sendo esta NUTS III sobre-especializada nos sectores da indústria e outros serviços.

Quanto à taxa de cobertura do Médio Tejo, verifica-se que esta é mais favorável que a apresentada pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, em termos intracomunitários e ligeiramente inferior para o comércio extracomunitário. Aquele indicador é, em parte, o reflexo da maior orientação para o mercado externo (ainda que ligeira) da sub-região do Médio Tejo face à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A sub-região do Médio Tejo, em termos da sua trajectória de competitividade, aumentou, no período 1988-1998, tanto o índice de produtividade como a taxa de utilização dos recursos humanos.

Quanto à especialização por factores de competitividade, observa-se que o padrão de especialização desta sub-região é bastante centrado na exploração de economias de escala e de recursos naturais. No



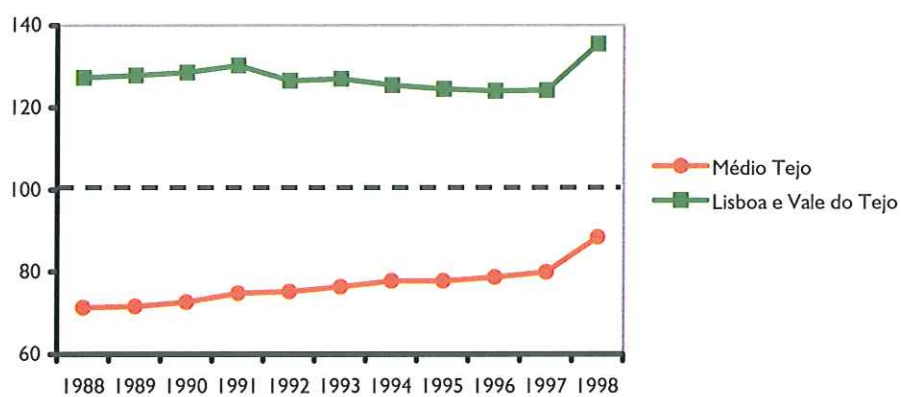
que diz respeito à formação de recursos humanos, a sub-região do Médio Tejo revela níveis de habilitações e de qualificações menos favoráveis do que a RLVT.



a) PIB per capita

O nível de PIB per capita da sub-região Médio Tejo é bastante inferior ao da RLVT e ao do Continente.

Gráfico 46  
(Continente = 100)

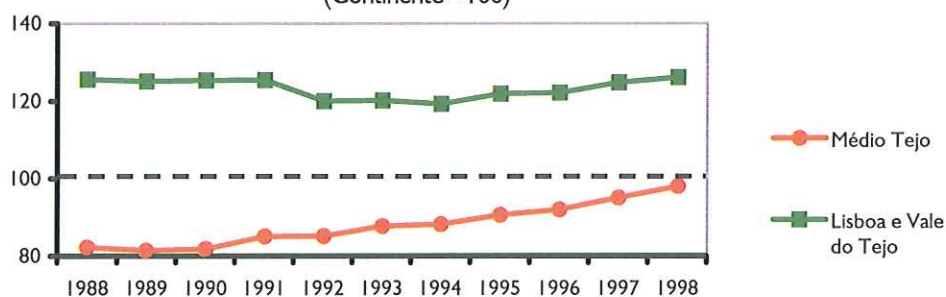


Fonte: INE, Contas Regionais e EU, 2ª Relatório de Coesão

b) Produtividade

A produtividade desta NUTS III revelou uma acentuada tendência de aproximação aos níveis do Continente (praticamente atingiu o seu nível em 1998) e da RLVT.

Gráfico 47  
(Continente = 100)



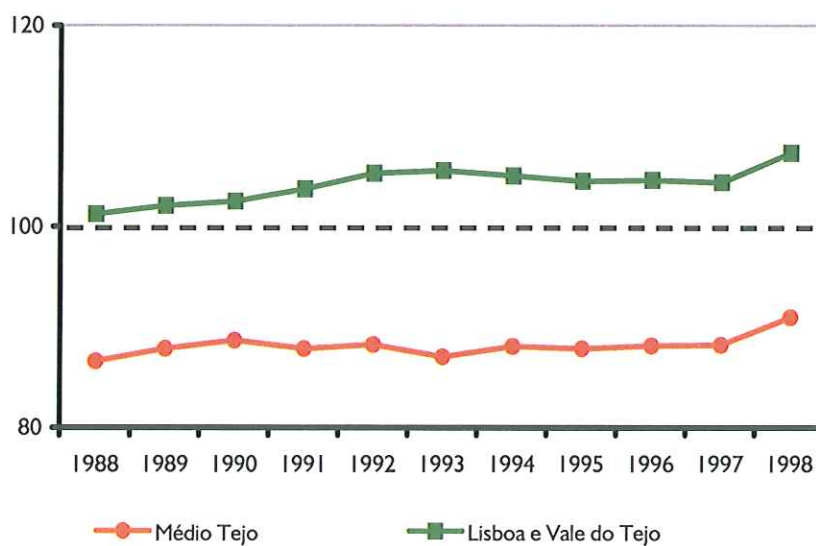
Fonte: INE, Contas Regionais



c) Taxa de Utilização dos Recursos Humanos

A taxa de utilização dos recursos humanos desta sub-região tem-se revelado relativamente constante ao longo do período 1988/98 e abaixo dos níveis da RLVT.

Gráfico 48  
(Continente=100)



Fonte: INE, Contas Regionais

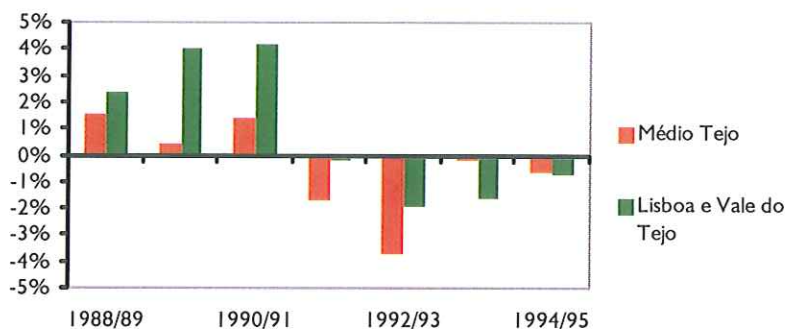


**a) Taxa de Crescimento do Emprego**

O emprego na sub-região Médio Tejo, registou, até 1991, taxas de crescimento mais moderadas que na RLVT.

A partir de 1991, quando a RLVT regista uma acentuada diminuição do emprego, o impacto no Médio Tejo revela-se ainda mais forte.

**Gráfico 49**



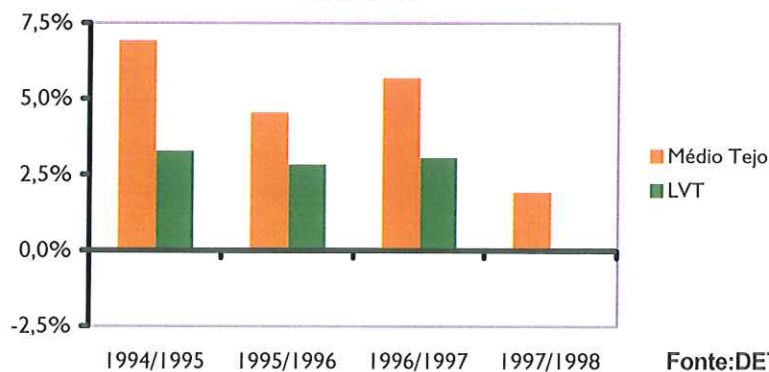
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

**b) Taxa de Crescimento Empresarial**

Os níveis de criação de empresas são, nesta NUTS III, consideravelmente mais elevados que no conjunto da RLVT.

Apesar da relativa estabilidade da taxa de crescimento empresarial da RLVT, entre 1994/1997, o Médio Tejo revela algumas oscilações importantes.

**Gráfico 50**

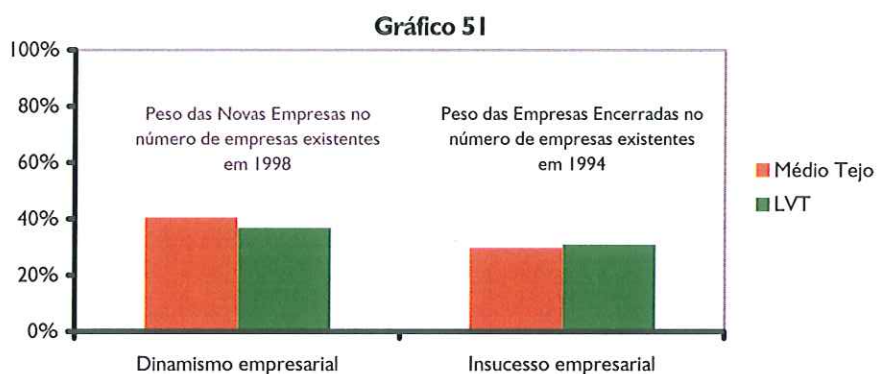


Fonte:DETEFP (2000)



### c) Dinamismo e Insucesso Empresarial

À semelhança do que acontece nas restantes NUTS III, também o Médio Tejo regista taxas de dinamismo e de insucesso empresarial muito semelhantes às registadas na RLVT.

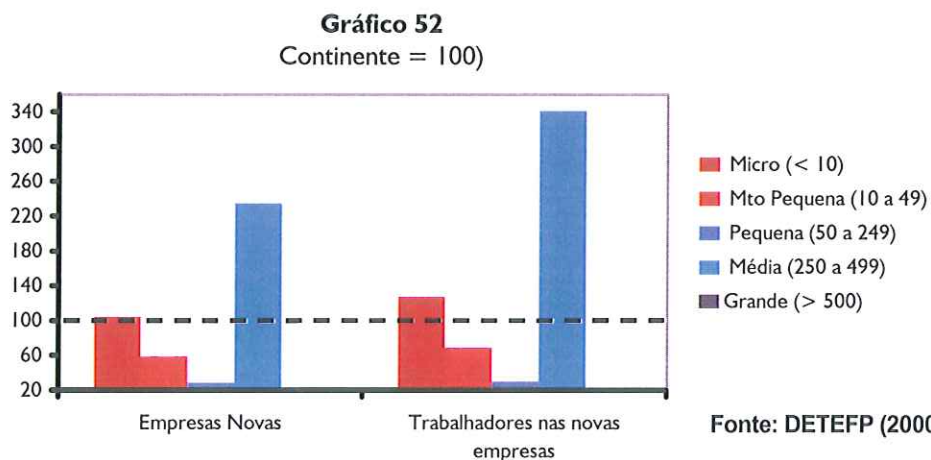


Fonte: DETEFP (2000)

### d) Criação de Empresas

Não são criadas, no Médio Tejo, empresas de grande dimensão.

Revelam-se algumas diferenças entre a estrutura das empresas criadas no Médio Tejo e no Continente: a sub-região do Médio Tejo regista maior criação de empresas de média dimensão e menor criação de empresas de pequena dimensão.



Fonte: DETEFP (2000)



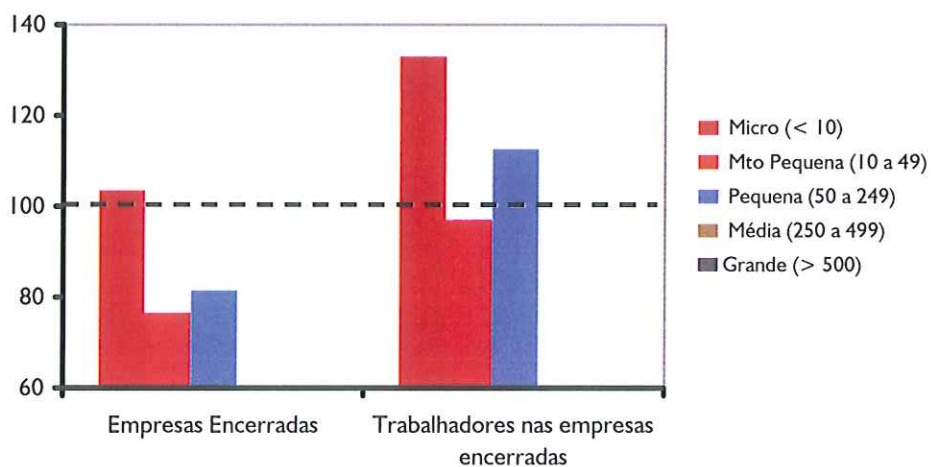
### e) Encerramento de Empresas

O encerramento de empresas nesta sub-região apenas se regista ao nível das empresas de dimensão inferior a 250 trabalhadores.

A destruição de microempresas na sub-região Médio Tejo segue o padrão de encerramento existente no Continente.

**Gráfico 53**

(Continente = 100)



Fonte: DETEFP (2000)

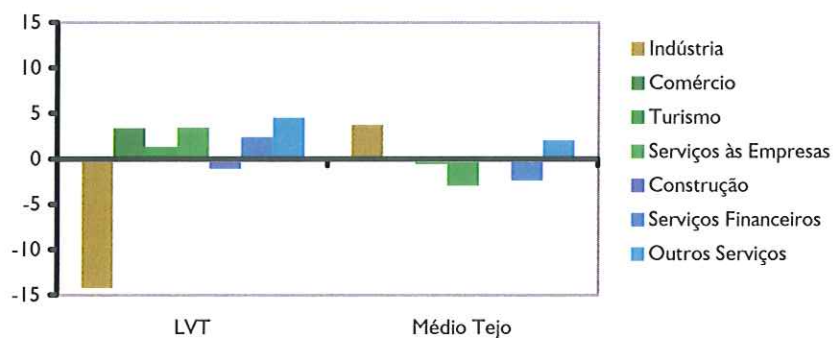


a) Indicador de Localização Produtiva

A sub-região do Médio Tejo possui um perfil de especialização bastante menos diversificado que o da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O perfil de especialização da sub-região do Médio Tejo assenta nos sectores da indústria e no sector classificado como outros serviços.

Gráfico 54



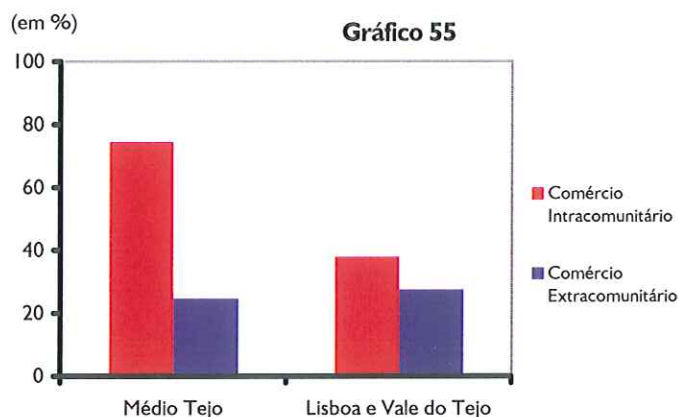
Fonte: INE, Contas Regionais (1995 – 1998)



#### a) Taxa de Cobertura

A sub-região do Médio Tejo revela taxas de cobertura, quer seja no comércio intracomunitário, quer seja no comércio extracomunitário, inferiores a 100%.

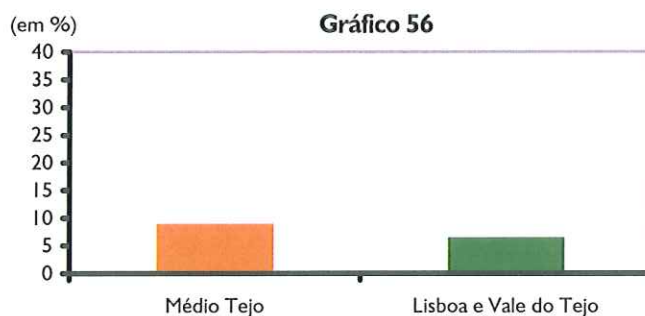
Contudo, a sub-região se, por um lado, apresenta valores para a taxa de cobertura no comércio intracomunitário que superam a taxa de cobertura evidenciada pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, por outro lado, revela uma taxa de cobertura no comércio e extracomunitário ligeiramente inferior.



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais (em 1995)

#### b) Orientação para o Mercado Externo

A sub-região do Médio Tejo apresenta um valor para o indicador de orientação para o mercado externo bastante próximo da Região de Lisboa e Vale do Tejo.



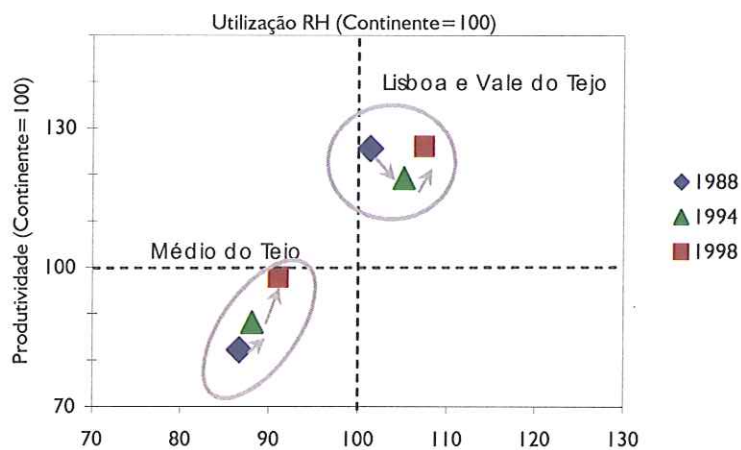
Fonte: Informação para as exportações e expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais



a) Trajectórias de Competitividade

A sub-região do Médio Tejo, ao longo do período 1988-1998, em termos relativos, aumentou tanto o índice de produtividade, como a taxa de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 57



Fonte: INE, Contas Regionais

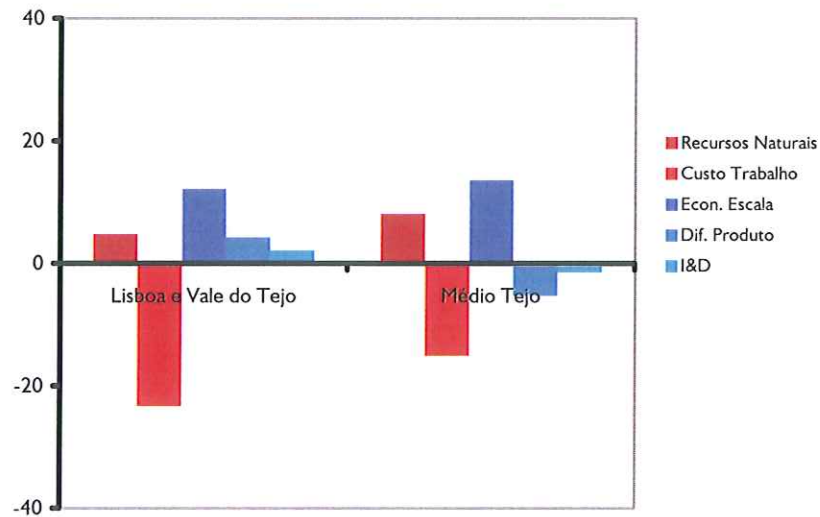


#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A sub-região do Médio Tejo apresenta um padrão de especialização centrado na exploração de economias de escala e de recursos naturais.

As carências da sub-região revelam-se nos sectores que assentam na valorização dos restantes factores de competitividade.

Gráfico 58



Fonte: Quadros de pessoal (1998)

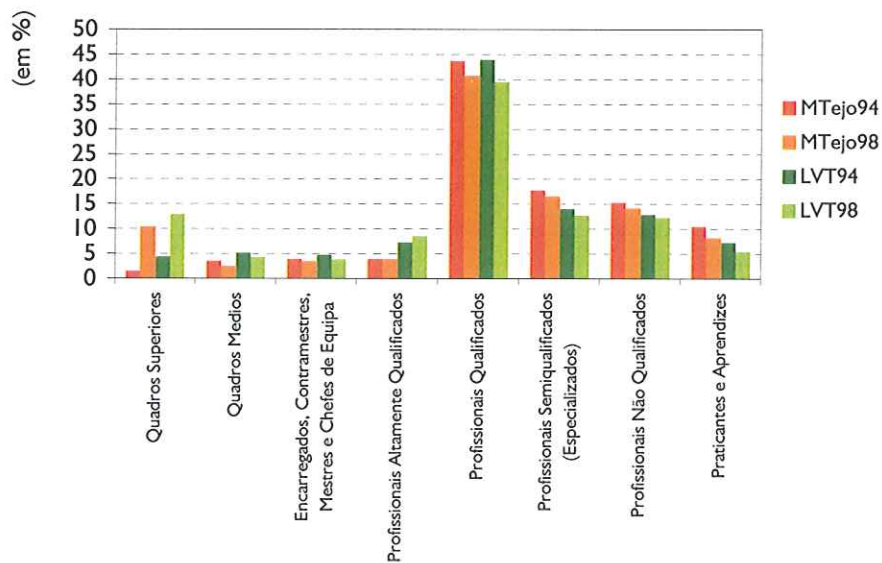


#### a) Estrutura de Qualificações dos Recursos Humanos

A sub-região do Médio Tejo apresenta um peso mais reduzido dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na estrutura de qualificações de recursos humanos do que a RLVT. Por oposição, o peso dos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados e dos praticantes e aprendizes é superior na sub-região Médio Tejo.

Com excepção da categoria dos profissionais altamente qualificados, verifica-se que a sub-região Médio Tejo acompanhou a trajectória da estrutura de qualificações da RLVT ao longo do período 1994-1998.

Gráfico 59



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)

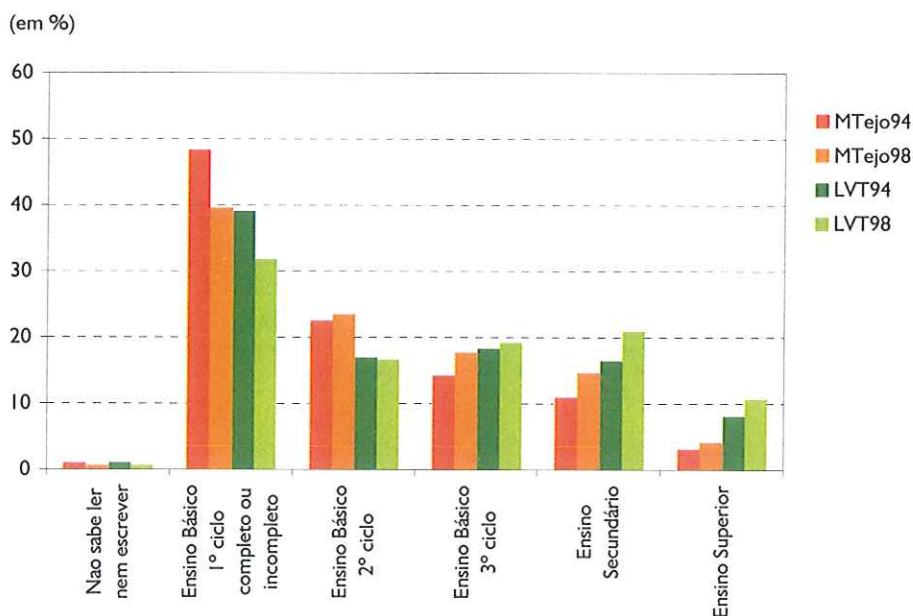


#### b) Nível de Habilitações dos Recursos Humanos

A sub-região Médio Tejo revela níveis de habilitações dos recursos humanos menos favoráveis do que a RLVT: o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto) e com o 2º ciclo é superior na sub-região Médio Tejo e o peso dos recursos humanos com o 3º ciclo do ensino básico, com o ensino secundário e superior é mais reduzido na sub-região do Médio Tejo.

A sub-região Médio Tejo, no período 1994-1998, reduziu o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto) e aumentou o peso dos recursos humanos com habilitações mais elevadas (apesar de ter também aumentado o peso dos recursos humanos com o 2º ciclo do ensino básico).

**Gráfico 60**



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)





### ▪ Síntese

A sub-região da Lezíria do Tejo apresentou uma dinâmica de crescimento, entre 1988 e 1998, caracterizada pela aproximação dos valores do PIB *per capita* e da Produtividade aos valores médios apresentados pelo continente e pela respectiva NUTS II. Nestes dois indicadores, esta NUTS III ultrapassou os níveis médios apresentados pelo continente, em 1998 e 1996, respectivamente. Em termos de nível médio de utilização dos Recursos Humanos, a sub-região da Lezíria do Tejo, tem evidenciado uma ligeira tendência de diminuição, afastando-se dos níveis apresentados pelo continente, e pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo a NUTS II, por oposição, evidenciado uma orientação de crescimento.

Em termos de dinâmica empresarial, a sub-região da Lezíria do Tejo tem apresentado uma maior taxa de crescimento empresarial que a Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que é influenciado pelo facto do dinamismo empresarial ser superior e a taxa de insucesso similar aos níveis apresentados pela NUTS II. Não obstante, em termos de criação de emprego a situação é diferente, uma vez que os valores apresentados pela sub-região da Lezíria do Tejo são sempre inferiores aos da RLVT. A evolução contrária do crescimento das empresas e do emprego pode estar relacionada com a menor dimensão das novas empresas formadas na sub-região, uma vez que comparativamente com o continente, entre 1994 e 1998, houve menor criação de empresas de maior dimensão (não foram criadas empresas com mais de 250 trabalhadores) e houve um maior encerramento de empresas de média dimensão.

O perfil de especialização produtiva desta sub-região é menos diversificado que a Região de Lisboa e Vale do Tejo, e que o continente, havendo “sobre-especialização” apenas no sector do comércio.

A taxa de cobertura da Lezíria do Tejo é mais favorável que a apresentada pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, quer em termos de comércio intra ou extracomunitário. De realçar que esta é a única NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo que apresenta uma taxa de cobertura excedentária para o comércio extracomunitário. Esta situação reflecte a maior orientação para o mercado externo das vendas das empresas da Lezíria do Tejo comparativamente com as da RLVT.

A análise dinâmica e comparativa, face ao continente, do cruzamento do nível de produtividade e de utilização dos recursos humanos, revela que a tendência da sub-região da Lezíria do Tejo tem sido para



aumentar consideravelmente o nível de produtividade, e diminuir ligeiramente a taxa de utilização dos recursos humanos, não reflectindo esta tendência, a orientação da RLVT.

O perfil de especialização produtiva da Lezíria do Tejo, valoriza sobretudo a exploração de recursos naturais e, ainda que de forma menos acentuada, as economias de escala. De forma similar à RLVT, esta sub-região é “sub-especializada” nos sectores que exploram o factor-chave de competitividade assente nos baixos custos da mão-de-obra.

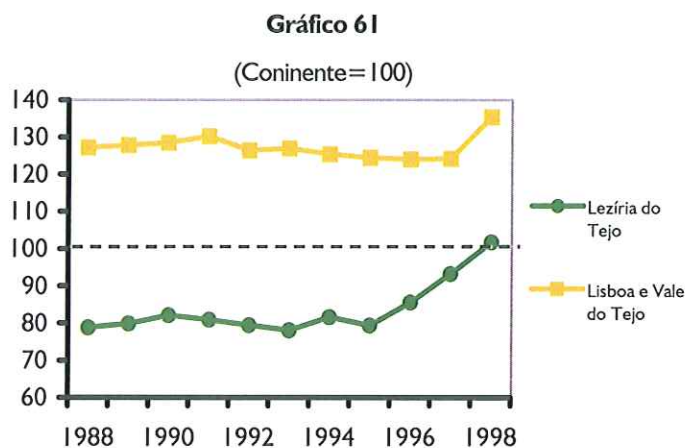
Analisando o nível de formação dos recursos humanos como vector potenciador do crescimento da Região, constata-se que o perfil de qualificação dos recursos humanos da Lezíria do Tejo é menos favorável que o da Região de Lisboa e Vale do Tejo, dado apresentar um peso inferior nas qualificações mais elevadas (quadros médios e superiores e profissionais altamente qualificados), e um peso superior nas qualificações mais baixas (profissionais semi-qualificados, não qualificados e praticantes e aprendizes). De igual forma, a análise comparativa do nível de habilitações dos recursos humanos na Lezíria do Tejo e na RLVT, revela conclusões similares, ou seja, para os níveis de habilitações mais elevados a Lezíria do Tejo apresenta uma distribuição desfavorável, enquanto que o peso dos recursos humanos com níveis de habilitações inferiores é mais elevado nesta sub-região.



### a) PIB *per capita*

Até 1995 o nível de PIB *per capita* da Lezíria do Tejo era bastante inferior ao do Continente e, principalmente, ao da RLVT.

Entre 1995 e 1998 regista-se uma tendência de aumento do PIB *per capita* desta NUTS III (em 1998 ultrapassa a média do Continente).

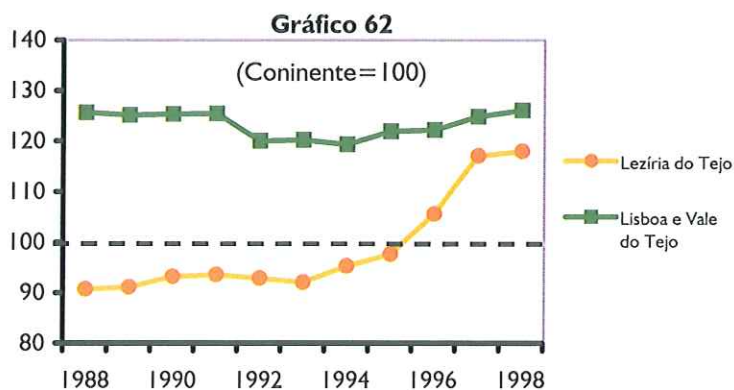


Fonte: INE, Contas Regionais e EU, Segundo Relatório de Coesão

### b) Produtividade

Até 1993 o nível de produtividade da Lezíria do Tejo era um pouco inferior ao do Continente.

A partir de 1993 regista-se um aumento acentuado da produtividade nesta NUTS III, ultrapassando o nível médio do Continente e ficando muito próxima dos níveis da RLVT.



Fonte: INE, Contas Regionais



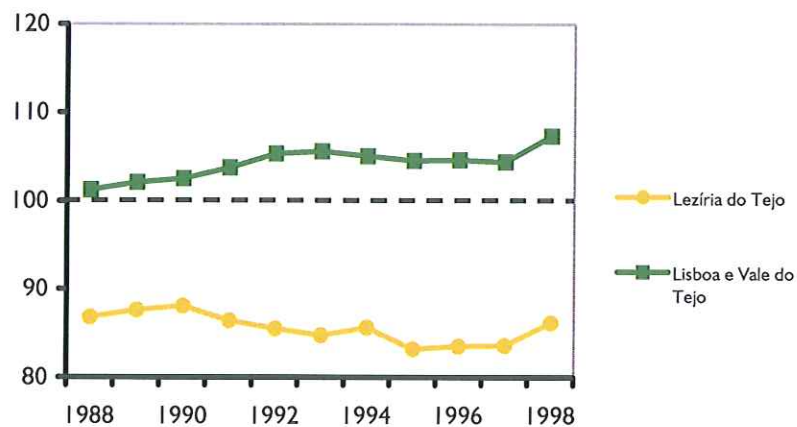
### c) Taxa de Utilização dos Recursos Humanos

O nível de utilização dos recursos humanos nesta sub-região foi sempre bastante inferior, quer ao do Continente, quer ao da RLVT.

Regista-se uma tendência ligeira para um aumento da diferença (negativa para a Lezíria do Tejo) em relação aos níveis médios de utilização de recursos humanos do Continente.

Gráfico 63

(Continente=100)



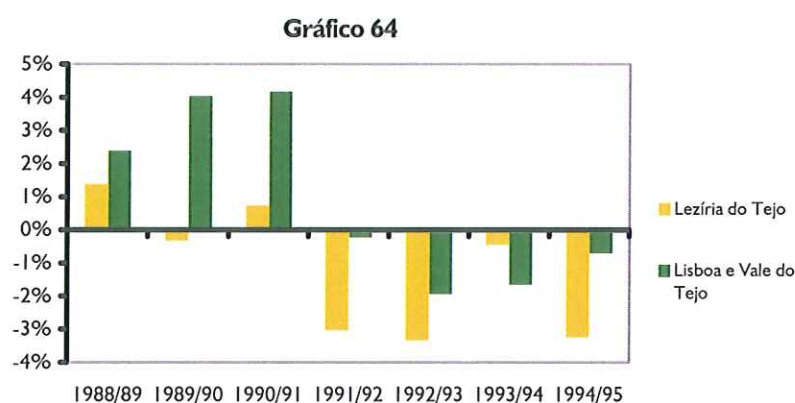
Fonte: INE, Contas Regionais



### a) Taxa de Crescimento do Emprego

Não tem havido grande regularidade entre as taxas de criação de emprego da Lezíria do Tejo e da RLVT.

No período em que a RLVT registou um aumento acentuado do emprego, a Lezíria do Tejo registou um aumento bastante mais contido do emprego; quando a RLVT registou uma diminuição do emprego, a Lezíria do Tejo registou uma diminuição mais acentuada.

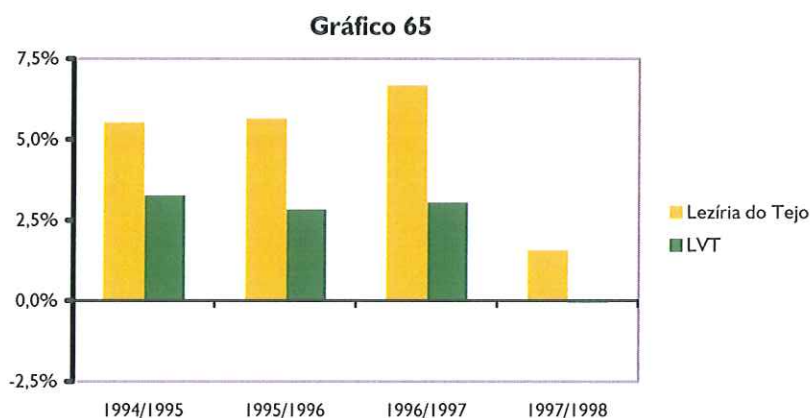


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

### b) Taxa de Crescimento Empresarial

A taxa de crescimento empresarial da Lezíria do Tejo tem sido claramente superior à da RLVT.

No período 1997/1998, apesar de a taxa de crescimento empresarial da sub-região da Lezíria do Tejo ter sido menos intensa, registou-se um crescimento mais forte que na RLVT (onde esta taxa foi negativa).



Fonte: DETEFP (2000)

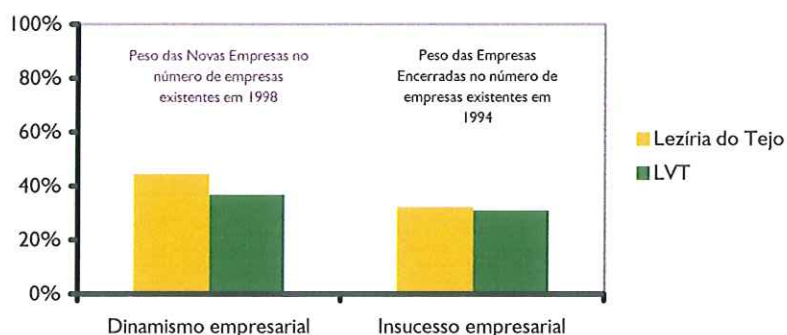


### c) Dinamismo e Insucesso Empresarial

O dinamismo empresarial da Lezíria do Tejo foi superior ao da RLVT (44,5% na Lezíria do Tejo e 36,8% na RLVT).

O grau de insucesso das empresas da sub-região foi relativamente semelhante.

Gráfico 66



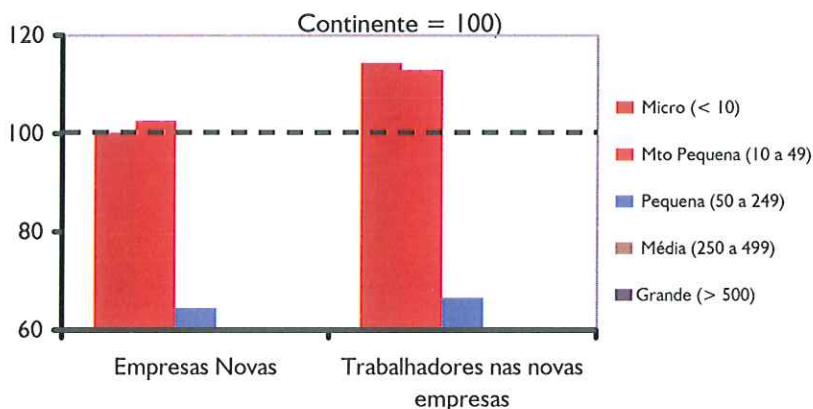
Fonte: DETEFP (2000)

### d) Criação de Empresas

Não são criadas na sub-região empresas de dimensão superior a 250 trabalhadores

A criação de novas empresas na sub-região revela uma estrutura idêntica à do Continente, embora com um peso menos significativo das pequenas empresas

Gráfico 67



Fonte: DETEFP (2000)



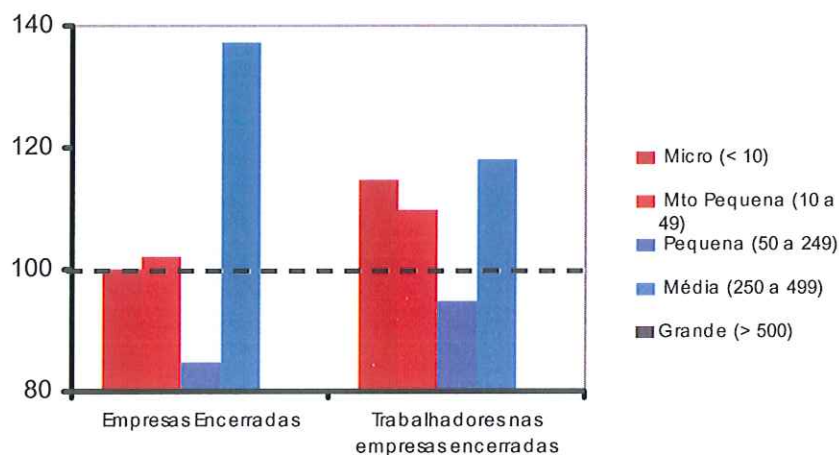
### e) Encerramento de Empresas

Esta NUTS III revela grande coincidência com o Continente, no que diz respeito à estrutura de encerramentos de empresas de dimensão inferior a 50 trabalhadores.

Ao nível das PME revela-se uma maior disparidade em relação ao Continente: esta sub-região revela maior intensidade de encerramentos ao nível das médias empresas e menor intensidade de encerramentos ao nível das pequenas empresas.

**Gráfico 68**

(Continente = 100)



Fonte: DETEFP (2000)

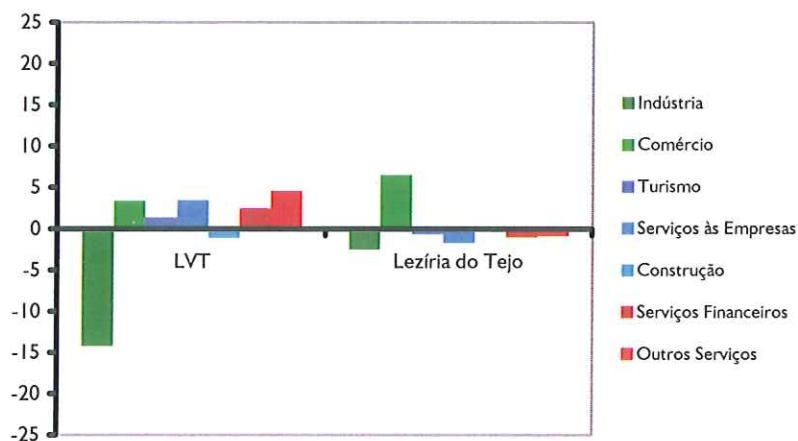


#### a) Indicador de Localização Produtiva

A sub-região da Lezíria do Tejo apresenta um perfil de especialização produtiva que se organiza fortemente em torno do sector do comércio.

Esta sub-região para além de revelar uma “sub-especialização” na indústria e no turismo, apresenta-se, também, como sendo “sub-especializada” nos sectores de serviços (serviços às empresas, serviços financeiros e outros serviços).

**Gráfico 69**  
(Continente=100)



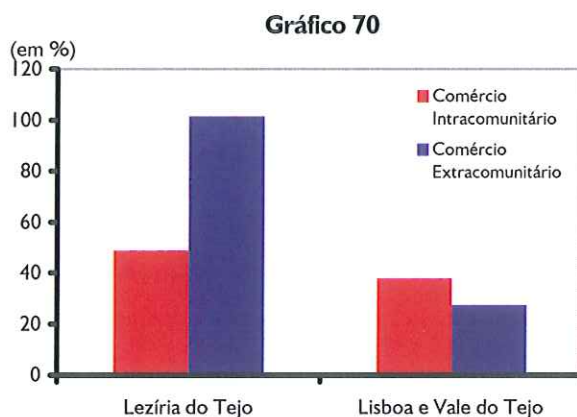
Fonte: INE, Contas Regionais (1995-1998)



#### a) Taxa de Cobertura

A sub-região da Lezíria do Tejo apresenta-se como a única NUTS III da RLVT que revela um valor favorável para a taxa de cobertura no comércio extracomunitário (supera 100%).

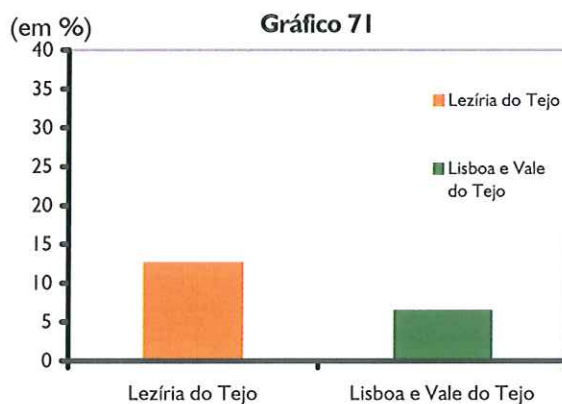
A nível do comércio intracomunitário esta sub-região apresenta um valor para a taxa de cobertura que apesar de superar a RLVT, não é muito favorável.



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais (em 1995)

#### b) Orientação para o Mercado Externo

A sub-região da Lezíria do Tejo revela um valor para o indicador de orientação para o mercado externo mais elevado que a Região de Lisboa e Vale do Tejo.



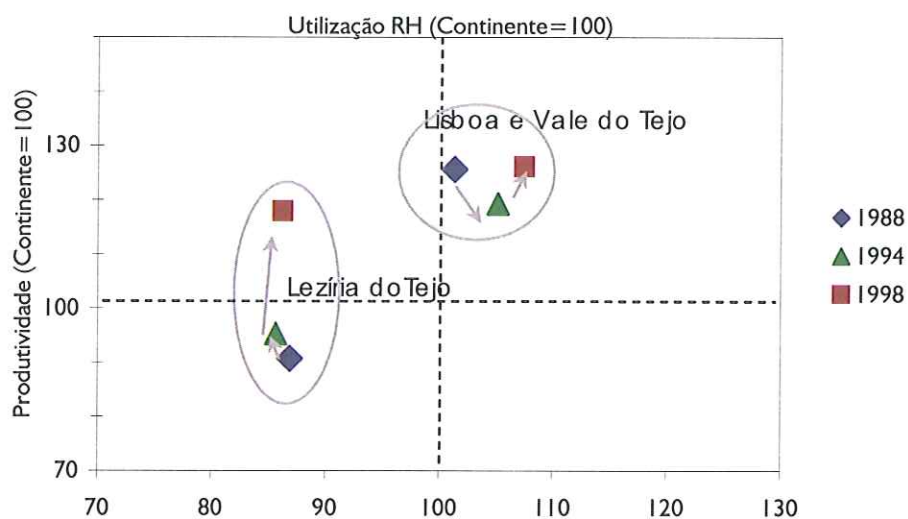
Fonte: Informação para as Exportações e Expedições obtida no INE, Anuários Estatísticos Regionais



a) Trajectórias de Competitividade

A sub-região da Lezíria do Tejo, ao longo do período 1988-1998, em termos relativos, aumentou consideravelmente o índice de produtividade e diminuiu muito ligeiramente a taxa de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 72



Fonte: INE, Contas Regionais

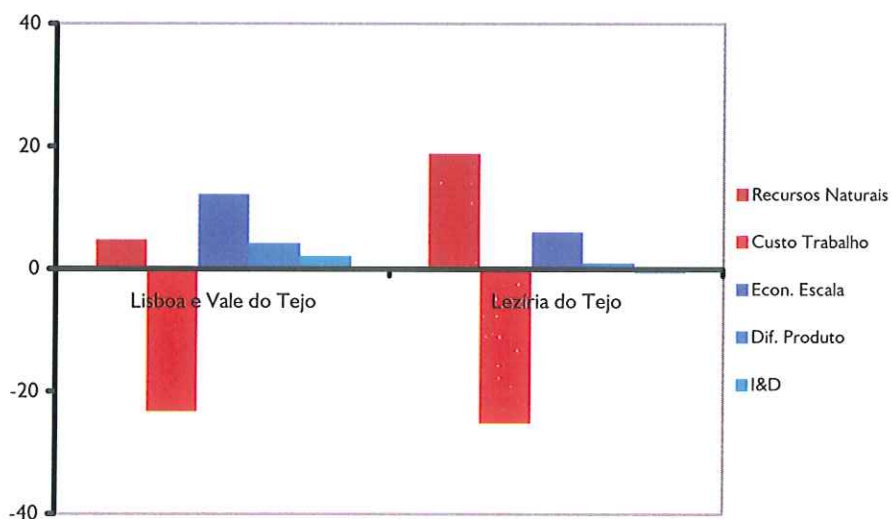


#### b) Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade

A sub-região da Lezíria do Tejo revela um perfil de especialização que valoriza substancialmente a exploração de recursos naturais, e de certa forma, também a exploração de economias de escala e a diferenciação de produto.

A sub-região é “sub-especializada” nos sectores que exploram os baixos custos de trabalho e a I&D.

Gráfico 73



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

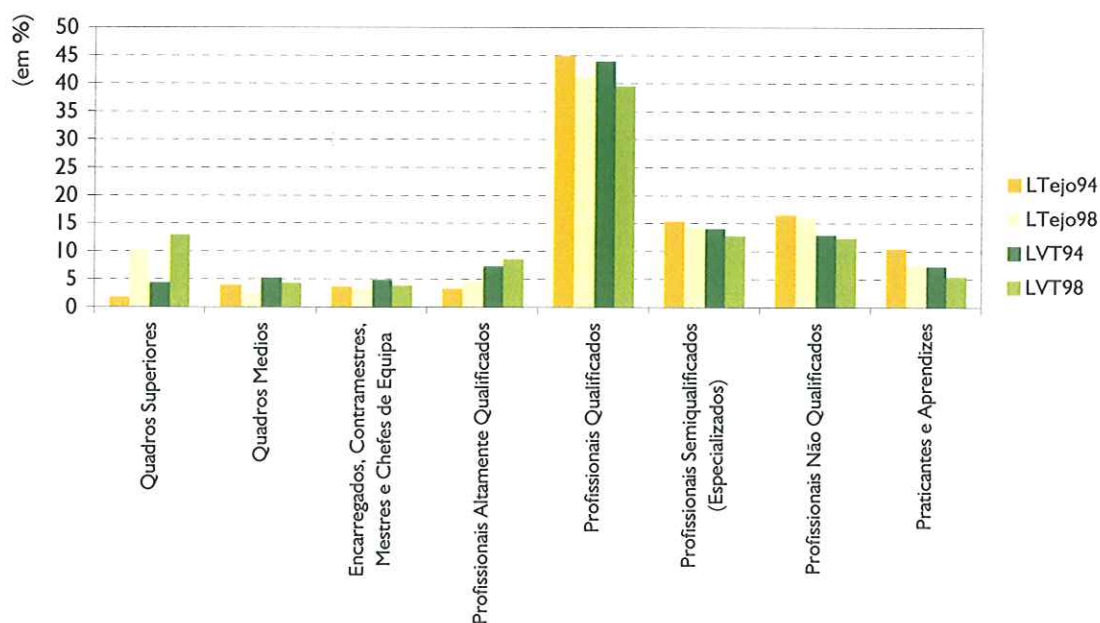
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### a) Estrutura de Qualificações dos Recursos Humanos

A sub-região Lezíria do Tejo apresenta um perfil de qualificações menos favorável do que a Região de Lisboa e Vale do Tejo, dado que possui um peso inferior dos quadros médios e superiores e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações de recursos humanos e revela um peso dos profissionais semi-qualificados, não qualificados e dos praticantes e aprendizes mais elevado.

A sub-região Lezíria do Tejo acompanhou a trajectória da estrutura de qualificações da RLVT ao longo do período 1994-1998.

Gráfico 74



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



### 3. FACTORES DE CRESCIMENTO

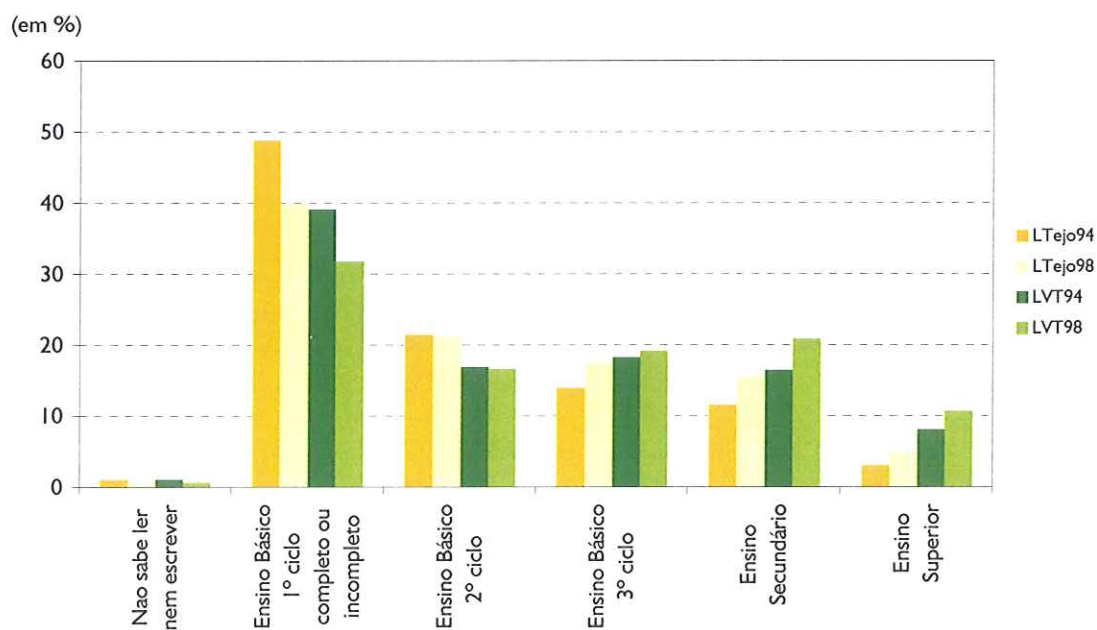
#### 3.1 Formação de Recursos Humanos

##### b) Nível de Habilitações dos Recursos Humanos

A sub-região Lezíria do Tejo possui níveis de habilitações dos recursos humanos menos favoráveis do que a RLVT: o peso dos recursos humanos com o 1º ciclo do ensino básico (completo ou incompleto) e com o 2º ciclo é superior na sub-região Lezíria do Tejo e o peso dos recursos humanos com níveis de habilitações mais elevados é inferior nesta sub-região.

A sub-região Lezíria do Tejo apresentou uma evolução da estrutura de qualificações dos recursos humanos muito próxima da tendência revelada pela RLVT.

Gráfico 75



Fonte: Quadros de Pessoal (1998)



Índice de gráficos

DI



Gráfico nº	Designação	Pág
<b>Monitorização por Dimensões de Análise</b>		
1	Dimensão económica da Região (% do VAB nacional)	262
2	Evolução do PIB <i>per capita</i> na RLVT, 1988 - 1999	263
3	Evolução da produtividade na RLVT, 1988 - 1998	264
4	Evolução da taxa de utilização de recursos humanos	265
5	Taxa de actividade em RLVT (2000)	268
6	Taxa de crescimento do emprego (em %)	269
7	Evolução do desemprego	270
8	Desemprego de longa duração (RLVT e Portugal)	271
9	Evolução das remunerações	272
10	Evolução das remunerações	272
11	Relação entre remunerações e VAB	273
12	Taxa de crescimento empresarial (em %)	274
13	Criação e encerramento de empresas no período 1994/1998	275
14	Dinamismo e sucesso empresarial (1994/1998)	276
15	Dimensão das novas empresas (2000)	277
16	Dimensão das empresas encerradas	278
17	Evolução da especialização produtiva da região, segundo o VAB (1995 - 98)	281
18	Repartição do VAB por sectores em 1995	282
19	Repartição do VAB por sectores em 1998	283
20	Dinâmica da estrutura sectorial do VAB	284
21	Taxas de cobertura no comércio intra e extracomunitário (em 1999)	286
22	Peso das exportações e expedições no PIB (em 1999)	287
23	Taxa de abertura (em 1999)	288
24	Taxa de penetração das importações e das chegadas (em 1999)	289
25	Orientação para o mercado Externo (em 1999)	290
26	Trajectórias de competitividade da RLVT (1988 - 1998)	294
27	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade	295
28	Estrutura do emprego por factores-chave da competitividade	296
29	Especialização relativa de comércio internacional da Região face ao país (em 1999)	298
30	Média regional da área útil desportiva por habitante (m <sup>2</sup> /hab)	300
31	Formação bruta de capital fixo (FBCF)	302
32	Peso da FBCF no VAB	303
33	Comparação do número de instalações desportivas de base na RLVT (em 1996 e 2000)	304
34	Estrutura de qualificações da RLVT face ao país	305
35	Nível de habilitações da RLVT face ao país (em 1998), (%)	307

## Monitorização por Sub-região

<b>1</b>	Evolução do PIB <i>per capita</i> na sub-região da Grande Lisboa, 1988 - 1999	313
<b>2</b>	Evolução da produtividade na sub-região da Grande Lisboa, 1988 - 1998	313
<b>3</b>	Taxa de utilização dos recursos humanos na Grande Lisboa	314
<b>4</b>	Taxa de crescimento do emprego, na sub-região da Grande Lisboa	315
<b>5</b>	Taxa de crescimento empresarial, na sub-região da Grande Lisboa	315
<b>6</b>	Dinamismo e insucesso empresarial, na sub-região da Grande Lisboa (1994 e 1998)	316
<b>7</b>	Criação de empresas, na sub-região da Grande Lisboa	316
<b>8</b>	Encerramento de empresas, na sub-região da Grande Lisboa	317
<b>9</b>	Indicador de localização, Grande Lisboa	318
<b>10</b>	Taxas de cobertura , na sub-região da Grande Lisboa	319
<b>11</b>	Orientação para o mercado externo na Grande Lisboa	319
<b>12</b>	Trajectórias de competitividade, na sub-região da Grande Lisboa	320
<b>13</b>	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade na Grande Lisboa	321
<b>14</b>	Estrutura de qualificação dos recursos humanos, na sub-região da Grande Lisboa	322
<b>15</b>	Nível de habilitações de recursos humanos, na sub-região da Grande Lisboa	323
<b>16</b>	Evolução do PIB <i>per capita</i> na sub-região da Península de Setúbal, 1988 - 1999	328
<b>17</b>	Evolução da produtividade na sub-região da Península de Setúbal, 1988 - 1998	329
<b>18</b>	Taxa de utilização dos recursos humanos na Península de Setúbal	330
<b>19</b>	Taxa de crescimento do emprego, na sub-região da Península de Setúbal	331
<b>20</b>	Taxa de crescimento empresarial, na sub-região da Península de Setúbal	332
<b>21</b>	Dinamismo e insucesso empresarial, na sub-região da Península de Setúbal (1994 e 1998)	333
<b>22</b>	Criação de empresas, na sub-região da Península de Setúbal	334
<b>23</b>	Encerramento de empresas, na sub-região da Península de Setúbal	335
<b>24</b>	Indicador de localização, Península de Setúbal	336
<b>25</b>	Taxas de cobertura , na sub-região da Península de Setúbal	337
<b>26</b>	Orientação para o mercado externo na Península de Setúbal	337
<b>27</b>	Trajectórias de competitividade, na sub-região da Península de Setúbal	338
<b>28</b>	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade na Península de Setúbal	338
<b>29</b>	Estrutura de qualificação dos recursos humanos, na sub-região da Península de Setúbal	339
<b>30</b>	Nível de habilitações de recursos humanos, na sub-região da Península de Setúbal	340
<b>31</b>	Evolução do PIB <i>per capita</i> na sub-região Oeste, 1988 - 1999	343
<b>32</b>	Evolução da produtividade na sub-região Oeste,, 1988 - 1998	344
<b>33</b>	Taxa de utilização dos recursos humanos na sub-região Oeste	344
<b>34</b>	Taxa de crescimento do emprego, na sub-região Oeste	345
<b>35</b>	Taxa de crescimento empresarial, na sub-região Oeste	345
<b>36</b>	Dinamismo e insucesso empresarial, na sub-região Oeste (1994 e 1998)	346

<b>37</b>	Criação de empresas, na sub-região Oeste	346
<b>38</b>	Encerramento de empresas, na sub-região Oeste	347
<b>39</b>	Indicador de localização produtiva, Oeste	348
<b>40</b>	Taxas de cobertura , na sub-região Oeste	349
<b>41</b>	Orientação para o mercado externo, no Oeste	349
<b>42</b>	Trajectórias de competitividade, na sub-região Oeste	350
<b>43</b>	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade na sub-região Oeste	350
<b>44</b>	Estrutura de qualificação dos recursos humanos, na sub-região Oeste	351
<b>45</b>	Nível de habilitações de recursos humanos, na sub-região Oeste	352
<b>46</b>	Evolução do PIB <i>per capita</i> na sub-região do Médio Tejo, 1988 - 1999	355
<b>47</b>	Evolução da produtividade na sub-região do Médio Tejo, 1988 - 1998	355
<b>48</b>	Taxa de utilização dos recursos humanos na sub-região do Médio Tejo	356
<b>49</b>	Taxa de crescimento do emprego, na sub-região do Médio Tejo	357
<b>50</b>	Taxa de crescimento empresarial, na sub-região do Médio Tejo	357
<b>51</b>	Dinamismo e insucesso empresarial, na sub-região do Médio Tejo (1994 e 1998)	358
<b>52</b>	Criação de empresas, na sub-região do Médio Tejo	358
<b>53</b>	Encerramento de empresas, na sub-região do Médio Tejo	359
<b>54</b>	Indicador de localização produtiva, no Médio Tejo	360
<b>55</b>	Taxas de cobertura , na sub-região do Médio Tejo	361
<b>56</b>	Orientação para o mercado externo, no Médio Tejo	361
<b>57</b>	Trajectórias de competitividade, na sub-região do Médio Tejo	362
<b>58</b>	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade na sub-região do Médio Tejo	363
<b>59</b>	Estrutura de qualificação dos recursos humanos, na sub-região do Médio Tejo	364
<b>60</b>	Nível de habilitações de recursos humanos, na sub-região do Médio Tejo	365
<b>61</b>	Evolução do PIB <i>per capita</i> na sub-região da Lezíria do Tejo, 1988 - 1999	369
<b>62</b>	Evolução da produtividade na sub-região da Lezíria do Tejo, 1988 - 1998	369
<b>63</b>	Taxa de utilização dos recursos humanos na sub-região da Lezíria do Tejo	370
<b>64</b>	Taxa de crescimento do emprego, na sub-região da Lezíria do Tejo	371
<b>65</b>	Taxa de crescimento empresarial, na sub-região da Lezíria do Tejo	371
<b>66</b>	Dinamismo e insucesso empresarial, na sub-região da Lezíria do Tejo (1994 e 1998)	372
<b>67</b>	Criação de empresas, na sub-região da Lezíria do Tejo	372
<b>68</b>	Encerramento de empresas, na sub-região da Lezíria do Tejo	373
<b>69</b>	Indicador de localização produtiva, na Lezíria do Tejo	374
<b>70</b>	Taxas de cobertura , na sub-região da Lezíria do Tejo	375
<b>71</b>	Orientação para o mercado externo, na Lezíria do Tejo	375
<b>72</b>	Trajectórias de competitividade, na sub-região da Lezíria do Tejo	376
<b>73</b>	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade na sub-região da Lezíria do Tejo	377

<b>74</b>	Estrutura de qualificação dos recursos humanos, na sub-região da Lezíria do Tejo	<b>378</b>
<b>75</b>	Nível de habilitações de recursos humanos, na sub-região da Lezíria do Tejo	<b>379</b>

SUB-DOMÍNIO

D2

Inovação



## ▪ Introdução

A monitorização do plano estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (2000-2010), no domínio Organizações encontra-se estruturada em torno de dois eixos:

- Competitividade da base económica, dinâmica empresarial, especialização de actividades e internacionalização;
- Inovação e desenvolvimento tecnológico.

No que diz respeito à monitorização do eixo **Inovação e Desenvolvimento Tecnológico** consideram-se várias dimensões de análise, nomeadamente: Actividades de I&D; Apoio Tecnológico; e Transferência de Tecnologia, sendo que nesta última se inclui a monitorização do processo de inovação.

Estas dimensões de análise foram definidas com o objectivo de permitirem verificar a pertinência e eficácia da estratégia regional, face à evolução da Região e aos objectivos declarados no Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. As dimensões de análise são portanto definidas, de forma a permitirem o acompanhamento da concretização dos objectivos da estratégia da Região no domínio da Ciência Tecnologia e Inovação.

Tratando-se do primeiro relatório de acompanhamento e monitorização, pretende-se ainda mostrar em maior detalhe (relativamente ao que já havia sido demonstrado no diagnóstico e plano prospectivo da Região), a dinâmica da evolução recente e prospectivas futuras neste domínio.

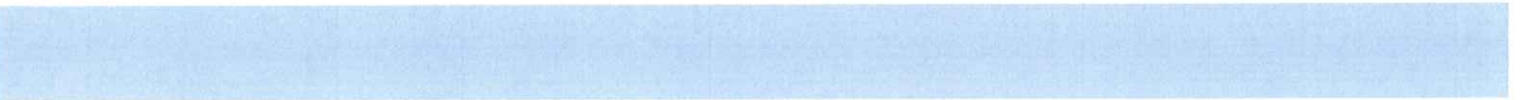
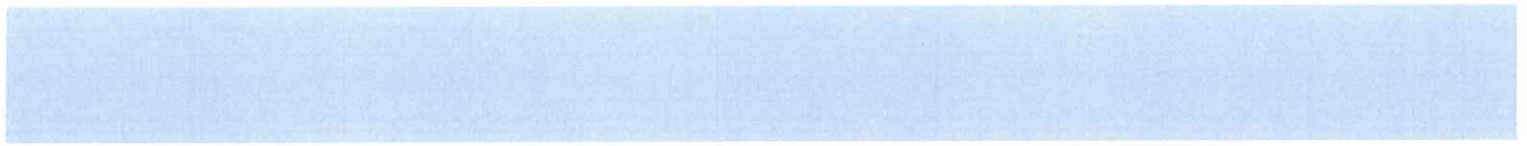
Para as Actividades de I&D pode concluir-se que a Região demonstra uma trajectória positiva relativamente a outras regiões nacionais. Contudo quando comparada no contexto Europeu, a Região mantém-se ainda distante do nível de recursos que outras regiões mais avançadas empregam neste domínio. O hiato é ainda mais visível quando se compara a utilização do sistema de protecção de propriedade industrial e intelectual e registos de patentes.

Quanto ao Apoio Tecnológico, verifica-se uma evolução significativa, sobretudo quando comparada com outras regiões nacionais. Contudo os números absolutos ainda baixa, sugerem uma perspectiva de evolução forte no curto-médio prazo.

No que respeita à Transferência de Tecnologia e à Inovação, também aqui a Região apresenta baixos valores de partida, denotando claras dificuldades no aproveitamento local de todo o seu potencial científico, evidenciado pelas actividades de I&D, que portanto, se encontra pouco traduzido em mais valias económicas e sociais para Região. Também aqui se espera uma forte evolução positiva no curto-médio prazo.

Monitorização por Dimensões de Análise

D2



### ▪ Síntese

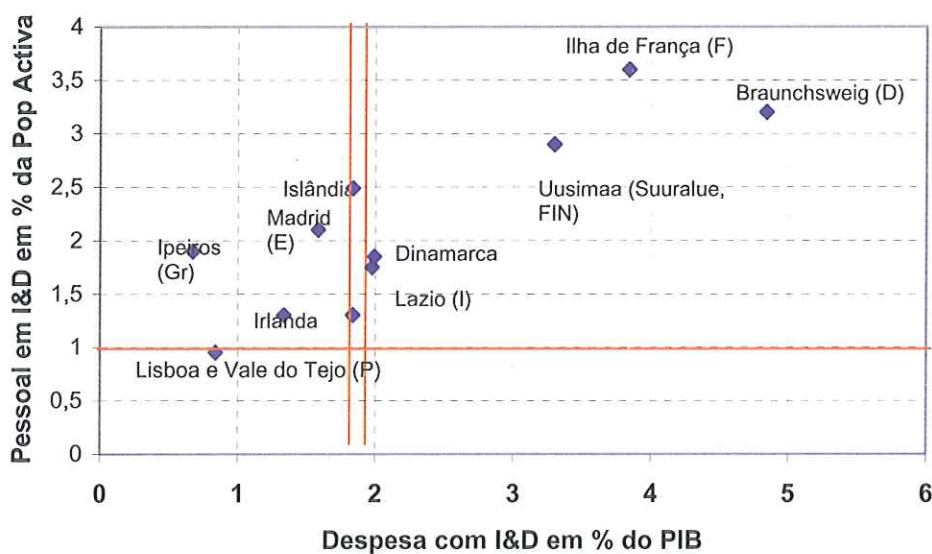
A dimensão de análise Actividades de Investigação e Desenvolvimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo é uma dimensão orientada para os indicadores de *input* do processo de inovação. Assume-se que a Região, de acordo com a estratégia se deve cada vez mais orientar para uma função da interface com os círculos internacionais da Ciência e Tecnologia. Este interface significa que a Região actua como receptora de conhecimentos científicos avançados a nível Internacional, criando competências e capacidades que lhe permitam o reforço da capacidade regional de exercer actividades orientadas à resolução de problemas específicos das empresas ou de âmbito social mais abrangente. Sendo assim monitorizam-se os indicadores relativos aos recursos empregues em I&D (despesas e recursos humanos) bem como os indicadores de resultados relativos às patentes conseguidas. Monitorizam-se também, para aferir a função de interface com a Ciência e Tecnologia a nível Internacional, as participações de entidades da Região nos Programas Quadro de apoio à I&D da União Europeia, bem como a relativa permanência na Região de cientistas estrangeiros.

### a) Despesas de I&D em % do PIB e Pessoal em I&D em % da População

O indicador pretende mostrar a posição dos recursos regionais empregues em I&D, relativamente a outras regiões.

A comparação das primeiras regiões, NUTS 2 em cada país, em 1997, no que respeita a Despesas de I&D / PIB regional e Pessoal em I&D em % da população activa, sugere que Lisboa e Vale do Tejo, sendo a primeira Região a nível nacional é, no contexto das regiões Europeias, uma das que menos recursos dedica a actividades de Investigação e Desenvolvimento.

Gráfico I



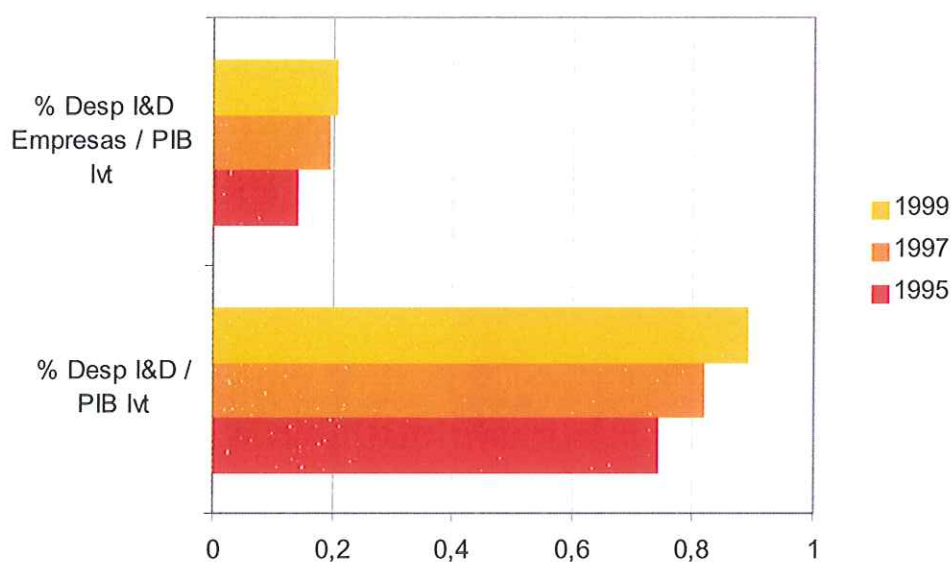
Fonte Eurostat

### b) Evolução dos Recursos Empregues na I&D

O indicador pretende ilustrar a evolução dos recursos regionais empregues na I&D ao longo do tempo.

A evolução nos últimos 3 anos, quer nas despesas de I&D em % do PIB regional, quer nas despesas com I&D do sector empresas, também em % do PIB da Região, é uma evolução favorável. A despesa total de I&D na Região em % do PIB regional passa de 0,83 em 1997 para 0,89 em 1999.

Gráfico 2



Fonte, Eurostat e OCT

## c) Patentes Registadas pela Região

Este indicador pretende mostrar a posição da Região relativamente a outras regiões Europeias no que respeita à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais.

O indicador baseia-se no n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) em 1999. Mostra-se na tabela as três primeiras regiões NUTS II em cada País. Lisboa e Vale do Tejo, tal como as outras regiões nacionais, apresenta valores extremamente baixos.

Quadro I

	1ª Região NUTS II	N.º	2ª Região NUTS II	N.º	3ª Região NUTS II	N.º
B	Antwerp	257	Vlaams	219	Oost-Vlaanderen	143
Dk	Dinamarca	716				
D	Oberbayern	2538	Stuttgart	1928	Darmstadt	1510
EL	Attiki	48	Kentriki Makedonia	12	Kriti	2
E	Catalunha	249	Comunidade de Madrid	168	Comunidade Valência	72
F	Ilha de França	2813	Rhône-Alpes	1092	Provence-Alpes-Côte d'Azur	335
IRL	Southern and Eastern	165	Border Midlands and Western	43		
I	Lombardia	1096	Emilia Romagna	508	Piemonte	438
L	Luxemburgo	67				
NL	Noord-Brabant	1030	Zuid-Holland	347	Gelderland	243
A	Oberosterreich	214	Wien	173	Niederosterreich	172
P	Lisboa e Vale do Tejo	14	Norte	8	Centro	4
FIN	Uusimaa (Suuralue)	553	Bela-Suomi	392	Vali-Suomi	105
S	Stockolm	744	Vastsverige	413	Ostra Mellansverige	323
UK	Berkshire, Bucks				Gloucestershire, Wiltshire	
	Oxfordshire	466	East Anglia	446	N.Somerset	372

Fonte: Eurostat 1999

## d) Número de Participações em Projectos Consórcio Internacionais

Este indicador indica de forma aproximada o grau de ligação da Região aos colégios internacionais de Ciência e Tecnologia.

A região de Lisboa e Vale do Tejo obtém ao longo do 4º PQ 640 participações nos diversos programas, enquanto o País como um todo obtém 1140. As participações do 5º PQ não podem ser comparadas com as do 4º já que se trata de uma estrutura completamente diferente. Note-se que não foi possível obter o valor de financiamento destas participações.

Quadro 2

Participações 4º Programa Quadro (1994-1998)		LVT	PT
Information and Communications Technologies			
Advanced Communications Technologies and Services	ACTS	15	50
Information Technologies (ESPRIT)	ESPRIT 4	80	102
Telematics Applications	TELEMATICS2C	40	89
Industrial Technologies			
Industrial and Materials Technologies	BRITE/EURAM 3	119	247
Standards, Measurements and Testing	SMT	30	53
Environment			
Environment and Climate	ENV 2C	53	70
Marine Sciences and Technologies	MAST 3	19	27
Life Sciences and Technologies			
Biotechnology	BIOTECH 2	17	22
Biomedecine and Health	BIOMED 2	11	23
Agriculture and Fisheries	FAIR	73	132
Energy			
Research and Development /Demonstration	NNE-JOULE 2C	38	62
Transport			
Transport Programme	TRANSPORT	49	53
Tageted Socio-Economic Research			
Tageted Socio-Economic Research	TSER	28	45

Cooperation with Third Countries and International Organisations			
Internacional Cooperation	INCO	45	73
Dissemination and Exploitation of Results			
Innovation Programme	INNOVATION	2	29
Stimulation of the training and mobility of researchers			
Training and Mobility of ResearcherS	TMR	30	63
Total		649	1140

Fonte - Base de Dados CORDIS da União Europeia

### Quadro 3

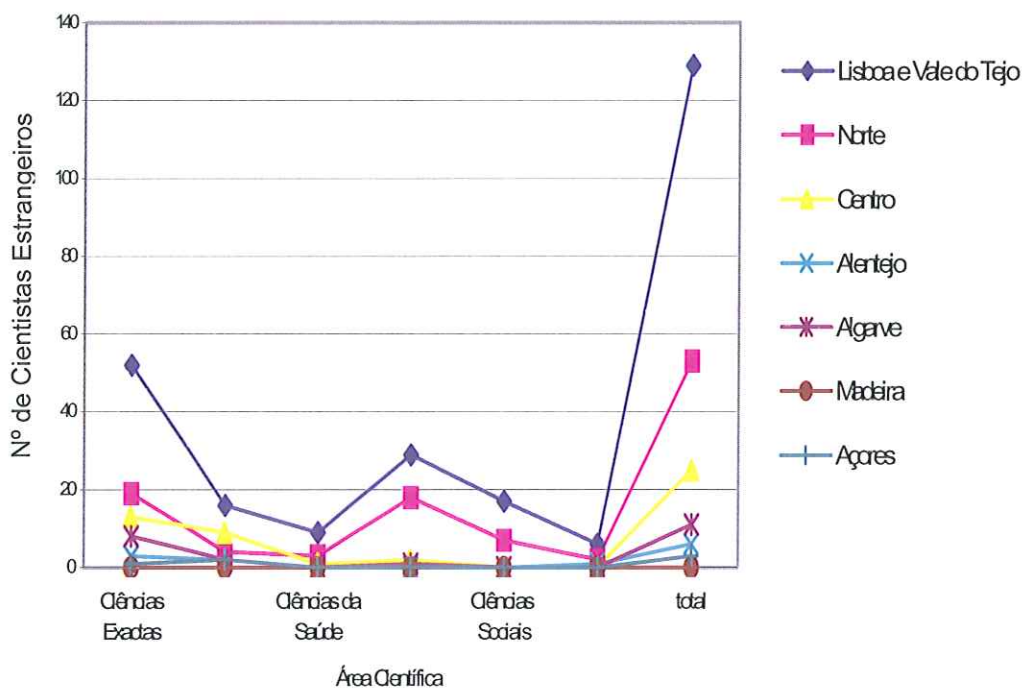
Participações no 5º Programa Quadro (1998-2002)		LVT	PT
Quality of life and Management of Living Resources	QUALITY OF LIFE	50	83
User Friendly Information Society	IST	94	156
Competitive and Sustainable Growth	GROWTH	80	137
Energy, Environment and Sustainable development	EESD	86	132
Training on Preserving the Eco-system	FP5-EAECTP C	5	6
Confirming the Internacional role of Community Research	INCO 2	18	22
Promotion of Innovation and Encouragement of SME participation	INNOVATION-SME		
Improving Human Research and the Socio-econ. Knowledge Base	HUMAN POTENTIAL	46	68
Total		379	604

Fonte - Base de Dados CORDIS da União Europeia

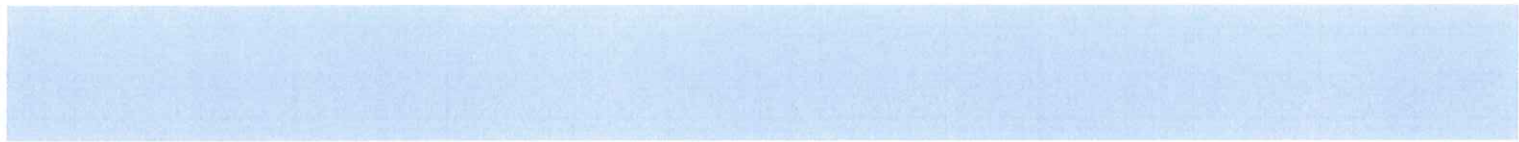
e) Intercâmbio Internacional de Cientistas

Este indicador ilustra a capacidade da Região para atrair cientistas internacionais que escolhem entidades sedeadas na Região para realizar os seus trabalhos científicos. O indicador é obtido através do número acumulado de Bolsas atribuídas ao abrigo do Praxis (1994-1998), POCTI (1999-2002) a Cientistas Estrangeiros (Bolsas Cientista Convidados) por Região e por área científica. Dada a abundância de instituições de acolhimento (Universidades e Laboratórios Públicos), Lisboa e Vale do Tejo lidera a nível nacional em todas as áreas.

Gráfico 3



Fonte Base de Dados do OCT



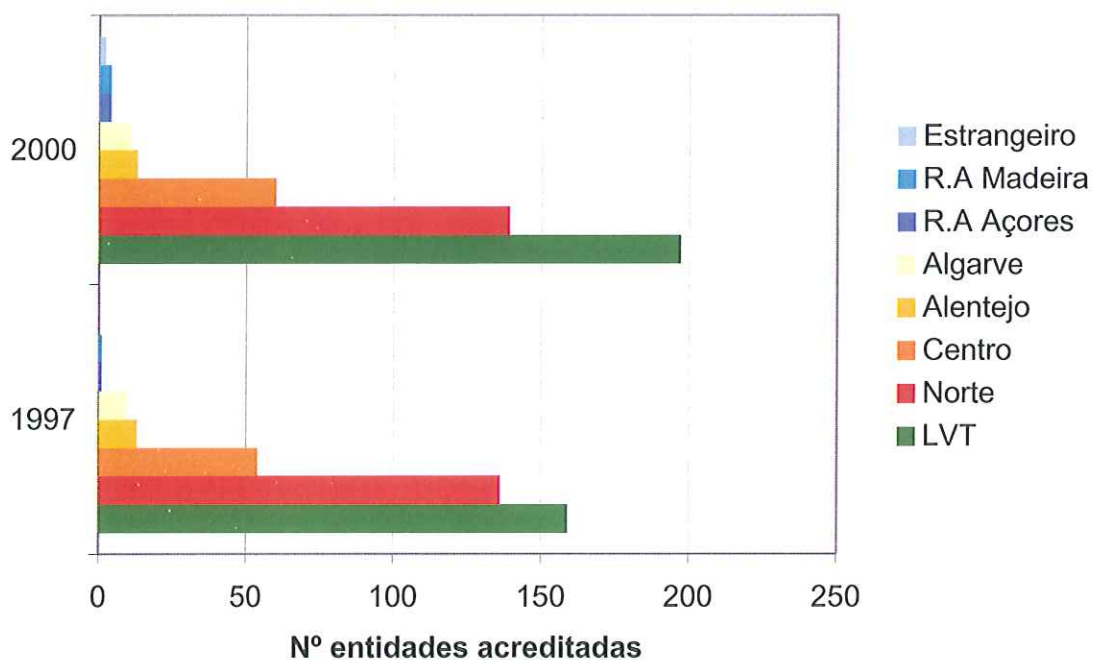
### ▪ Síntese

A dimensão Actividades de Apoio Tecnológico diz respeito ao apoio tecnológico efectivo na forma de serviços e projectos realizados na Região, mas orientados de acordo com as necessidades do tecido empresarial da Região. Trata-se de projectos e serviços relativamente curtos mas que potenciam o surgimento de parcerias e, reforçam o conhecimento mútuo entre as infra-estruturas tecnológicas e as empresas da Região. Para esta dimensão de análise é possível usar apenas indicadores aproximados, pelo que se recorre ao número de entidades acreditadas e empresas certificadas enquanto indicador dos serviços prestados precisamente nas áreas de qualificação de empresas em geral.

## a) Número de Entidades Acreditadas e Empresas Certificadas

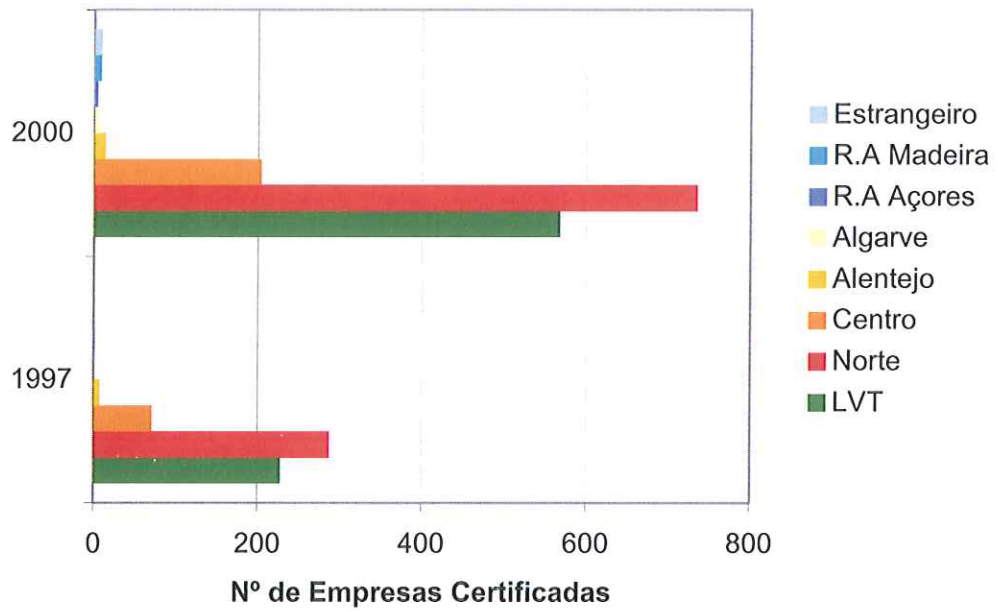
Sendo a medida do apoio tecnológico efectivamente fornecido difícil de realizar por fontes indirectas, pretende-se que o número de empresas acreditadas (áreas técnicas e qualidade) funcione como indicativo do grau de apoio que estará a ser fornecido a empresas da Região. Lisboa e Vale do Tejo é a primeira Região do País em número de entidades acreditadas mas a segunda em número de empresas certificadas. Contudo é ainda baixo o valor absoluto em todas as regiões e em Lisboa e Vale do Tejo também, pelo que podemos concluir é reduzido o nível de apoio tecnológico.

Gráfico 4



Fonte IPQ, Relatório sobre a Qualidade em Portugal, 2000

Gráfico 5



Fonte IPQ, Relatório sobre a Qualidade em Portugal, 2000



### \* Síntese

Na dimensão de análise Transferência de Tecnologia pretende-se acompanhar a evolução regional no que respeita aos projectos de subcontratação e/ou consórcio entre universidades e empresas, bem como a incubação de empresas de base tecnológica, dentro ou fora dos existentes Parques de Ciência e Tecnologia e Centros de Incubação. Inclui-se também o acompanhamento em termos de resultados de inovação (introdução de produtos ou processos novos ou melhorados nas empresas).

## a) Número de Projectos de I&amp;D em Parceria com Empresas

Os projectos de I&D em parceria com empresas (número de projectos e montante financiado) são um indicador do nível de actividades na Região de transferência de tecnologia entre Universidades e outras entidades do sistema público, científico e tecnológico e as empresas.

Existe um número acumulado considerável de projectos de parceria entre empresas e entidades (Universidades ou Institutos Públicos de I&D). Não se incluem neste quadro os projectos que se encontram a decorrer desde o início do POCTI e do POSI (desde 2001).

Quadro 4

Programas	Região de Lisboa e Vale do Tejo		Total País	
	Projectos N.º	Financiamento (103 Esc.)	Projectos N.º	Financiamento (103 Esc.)
Adl – Investigação em Consórcio	56	2 717 964	88	4 158 962
Adl – ICPME	20	702 196	43	1 743 092
PEDIP – Projectos Mobilizadores	14	7 469 594	14	7 469 594
SINDEPEDIP – Medida 3,2	35	1 629 008	69	2 926 872
PAMAF-IED	122	3 672 655	165	4 577 243
Programa Eureka				
Proj. incluídos noutros programas I	15		25	
Proj. não incluídos noutros progr.	33	691 122	56	838 604
4º Programa Quadro2	603		902	

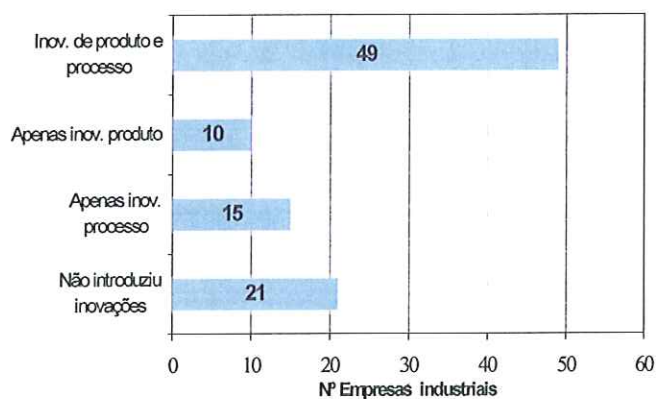
Fonte: OCT – Perfis Regionais LVT

### b) Número de Empresas que Declara ter Introduzido Inovações

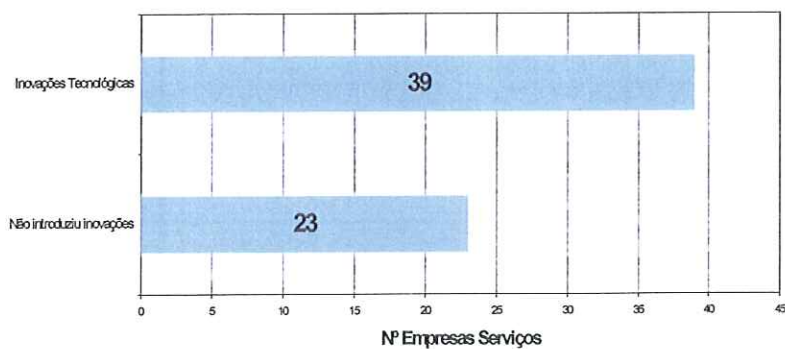
Trata-se de uma estimativa obtida a partir de inquérito por amostragem. Não existem inquéritos regulares para este tipo de questões a nível regional. Contudo o projecto LISTART realizou em 1999 um desses inquéritos tendo obtido os seguintes resultados (não representativos do universo).

- 51,5% das empresas industriais declaram ter introduzido inovações entre 1996 e 1998.
- 62,9% para empresas dos sectores de serviços.

**Gráfico 6**



**Gráfico 7**





Índice de gráficos

D2



Gráfico nº	Designação	Pág
1	Despesas de I&D em % do PIB e pessoal em I&D em % da população	394
2	Evolução dos recursos empregues em I&D	395
3	Cientistas estrangeiros por região e área científica	399
4	Nº de entidades acreditadas (em 1997 e 2000)	402
5	Nº de empresas certificadas (em 1997 e 2000)	403
6	Nº de empresas industriais que declara ter introduzido inovações	407
7	Nº de empresas de serviços que declara ter introduzido inovações	407

Quadro nº	Designação	Pág
1	Nº de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes, por NUTS II	396
2	Nº de participações em Projectos Consórcio Internacionais no 4º Programa Quadro (1994-1998)	397
3	Nº de participações em Projectos Consórcio Internacionais no 5º Programa Quadro (1998-2002)	398
4	N.º de projectos de I&D em parceria com empresas	406

